

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Programa De Pós-Graduação Em Ciência Política**

Bruno Dias Magalhães

**DA AMBIGUIDADE À AMBIVALÊNCIA: a democracia emergente e as  
práticas de agricultura urbana em Belo Horizonte**

Belo Horizonte  
2025

Bruno Dias Magalhães

**DA AMBIGUIDADE À AMBIVALÊNCIA: a democracia emergente e as  
práticas de agricultura urbana em Belo Horizonte**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Fabrino Mendonça.

Belo Horizonte  
2025

320 M189d 2025	<p>Magalhães, Bruno Dias.</p> <p>Da ambiguidade à ambivalência [recurso eletrônico] : a democracia emergente e as práticas de agricultura urbana em Belo Horizonte / Bruno Dias Magalhães. - 2025.</p> <p>1 recurso online (187 f. ): pdf.</p> <p>Orientador: Ricardo Fabrino Mendonça.</p> <p>Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1.Ciência política – Teses. 2. Democracia – Teses . 3. Democracia deliberativa – Teses. 4.Agricultura urbana - Teses. I. Mendonça, Ricardo Fabrino. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
----------------------	---



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ATA

FAFICH - COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA - SECRETARIA

ATA 04ª/2025 DA DEFESA DA TESE DO ALUNO BRUNO DIAS MAGALHÃES

Realizou-se, no dia 30 de maio de 2025, às 14:00 horas, por Videoconferência, a defesa da tese, intitulada "Da ambiguidade à ambivalência: a democracia emergente e as práticas de agricultura urbana em Belo Horizonte", elaborada e apresentada por BRUNO DIAS MAGALHÃES - número de registro 2021660146, graduado no curso de ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. A defesa é requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em CIÊNCIA POLÍTICA, e foi submetida e analisada pela seguinte Comissão Examinadora: Prof. Ricardo Fabrino Mendonça - Orientador (DCP/UFMG), Profa. Priscila Delgado de Carvalho (UFRRJ), Prof. James Holston (Universidade da Califórnia Berkeley), Profa. Flávia de Paula Duque Brasil (FJP), Prof. Juarez Rocha Guimarães (DCP/UFMG). A Comissão considerou a tese APROVADA. Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos membros da Comissão. Belo Horizonte, 30 de maio de 2025.



Documento assinado eletronicamente por Ricardo Fabrino Mendonça, Professor do Magistério Superior, em 30/05/2025, às 18:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Priscila Delgado de Carvalho, Usuário Externo, em 02/06/2025, às 09:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Flavia de Paula Duque Brasil, Usuário Externo, em 02/06/2025, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por James Mitchell Holston, Usuário Externo, em 13/06/2025, às 18:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Juarez Rocha Guimaraes, Professor do Magistério Superior, em 22/06/2025, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 4256596 e o código CRC 1547E9A0.

*À Eduarda.*

## AGRADECIMENTOS

Esta tese só foi possível pelas condições excepcionais geradas pelo esforço de muitas pessoas. Agradeço à colaboração e à orientação sempre atenciosa, crítica e provocadora de Ricardo Fabrino Mendonça, em quem me inspiro e com quem gostaria de ter o privilégio de seguir aprendendo. Agradeço às companheiras e aos companheiros do Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça — Margem, da UFMG, cuja interlocução foi vital para estimular e organizar as reflexões inscritas nestas páginas. Agradeço também ao Departamento de Ciência Política da UFMG, que forneceu o ambiente propício ao estudo crítico e engajado. Em particular, agradeço ao apoio sempre preciso do Secretário do Programa de Pós-Graduação, Alessandro Magno Silva.

Agradeço ainda à Fundação João Pinheiro, espaço de aprendizado e trabalho, que me acolheu ao longo de todo o processo de escrita, em especial às colegas do Grupo de Pesquisa Estado, Democracia e Políticas Públicas. Agradeço também à Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte, que me abriu o campo e forneceu dados com diligência, ética e profissionalismo. Além disso, agradeço ao Departamento de Antropologia da Universidade da Califórnia Berkeley, que me forneceu abrigo e estímulo intelectual durante o período de doutorado sanduíche. Agradeço, em especial, a James Holston, por me estimular a escrever de maneira insurgente. Teresa Caldeira, André Nicolitt, André Velasco, Natalia Brizuela, Nathaniel Wolfson, Rosana Baullosa, Armando, Jean Mudge, Amanda Berger, Maurice e René Andrade tornaram o inverno californiano ainda mais agradável e a primavera mais auspiciosa.

Agradeço a oportunidade dos muitos diálogos inspiradores com pessoas que se interessaram genuinamente no trabalho. Estas linhas não seriam possíveis sem Ricardo Mendonça, Flávia Brasil, Ricardo Carneiro, Carla Bronzo, Rosana Baullosa, Maria Abreu, Telma Menicucci, Marcos Assis, Marina Amorim, Bruno Lazzarotti, Eduarda Almeida, Gabriel Ornelas, Daniela Adil, Gil Amâncio, Edglênia Nascimento, Jailane Devaroop, Lais Lopes, Christiane Contigli, Aparecida Shikida, Marina Alves, Maria Aline Dias, Anna Clara Mattos, Lucas Veloso, Filipe Motta, Letícia Domingues, Gabrielle Marques, Renato Duarte, Marina Paixão, Victória Lima, Matheus Canela, Caio Santos, Rodrigo Badaró, Fábio Melo, Samir Moysés, Glauco Florisbelo, Darklane Rodrigues, entre tantas outras. Ao Lucas Veloso e à Letícia Domingues, agradeço em especial os muitos diálogos, estímulos e acolhimentos. Agradeço ainda às pesquisadoras que gentilmente cederam o seu tempo e contribuíram com as etapas de defesa de projeto e qualificação, Rebecca Abers, Flávia Brasil, Renata Motta e Telma Menicucci.

Fundamentalmente, agradeço a minha companheira Eduarda e a meu filho Inácio, por darem sentido à vida. Agradeço a meus pais Maria Cecília Mourão Dias e Francisco Magalhães, por me apoiarem incondicionalmente e por cuidarem tantas vezes de Inácio. Também apoiaram nesta exigente tarefa de criação os avós (de Inácio) Lúcia e Paulo, minha irmã Luísa e a sobrinha Laura, além das primas (de Inácio) Júlia e Rafaela.

Agradeço os comentários generosos dos membros da banca, Flávia Brasil, Priscila Carvalho, Juarez Guimarães, James Holston e Ricardo Mendonça, pelos comentários críticos e a leitura generosa. Agradeço ainda a acolhida e sugestões de melhorias ao texto propiciada pela sua exposição à Linha de Pesquisa em Economia, Organização e Desigualdades, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMG, a convite do Prof. Silvio Salej, e ao Laboratório de Sociologia Não Exemplar, do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a convite da Profa. Priscila Carvalho.

Agradeço, finalmente, às agricultoras e aos agricultores urbanos de Belo Horizonte, de quem espero estar à altura, não apenas nestas páginas, mas no ombrear da caminhada. Obrigado por tanto.

\*\*\*

Observação: este trabalho foi viabilizado por bolsa de pesquisa do Programa de Capacitação de Recursos Humanos (PCRH) da Fapemig. O período sanduíche foi financiado pela Bolsa Capes-Print, da Capes. Já as apresentações de versões preliminares dos capítulos em eventos científicos, em sua grande medida, foi viabilizada por apoios oferecidos pela Fundação João Pinheiro e pelo Departamento de Ciência Política da UFMG.

## RESUMO

Esta é uma tese sobre democracia radical. Baseado em uma leitura crítica da aposta latino-americana na participação institucionalizada, busco reconciliar o conceito de democracia com duas noções centrais que, no entanto, são em alguma medida evitadas por grande parte do corpus científico que configura os debates centrais da teoria democrática participativa e deliberativa: o Estado e os modos de vida. O *locus* da discussão centra-se na agricultura, cuja escolha se dá tanto porque a superação da prática agrícola tradicional, entendida como arcaica, está no cerne da formação dos Estados modernos, quanto porque, atualmente, é o modo de vida camponês que, aliado aos saberes tradicionais quilombola e indígena, apresentam as principais críticas a esses Estados. Tal reconciliação se dá em dois movimentos. O primeiro, de cunho historiográfico, apresenta uma breve leitura da formação do Estado brasileiro a partir da ótica do formalismo e sua consequência latente, a dialética da ambiguidade. Defendo, contudo, que a formação nacional brasileira não representa um processo interrompido de modernização, mas sim sua faceta caricatural, capaz de explicitar aspectos que, alhures, se veem ocultos. Assim, percorro a formação do Estado brasileiro e seus discursos de pertencimento a partir da modernização agrícola. No percurso, apresento os desdobramentos dessa trajetória na expulsão dos camponeses do campo, divisando um movimento de fuga daqueles que, buscando preservar seu modo de vida, rearticulam-se insurgentemente em espaços de resistência. Sob essa ótica, analiso o fenômeno de politização recente compreendido pela agricultura urbana. O segundo movimento, de cunho etnográfico, aprofunda-se nos conflitos vivenciados por duas hortas urbanas na cidade de Belo Horizonte: a agrofloresta comunitária Coqueiro Verde e a horta comunitária Vila Pinho. A partir de uma vivência prolongada com as agricultoras e os agricultores desses espaços, demonstro como suas reivindicações rompem de maneira insurgente com o formalismo predominante. Ao final, elaboro algumas notas reflexivas sobre uma possível ressignificação do conceito de democracia. Amparado na virada ontológica da antropologia, defendo a noção de democracia emergente pautada em uma ética da confluência, que propõe a convivência não assimiladora de mundos ambivalentes.

Palavras-chave: Democracia radical; Democracia deliberativa; Democracia emergente; Agricultura urbana; Ambiguidade; Ambivalência.

## ABSTRACT

This is a dissertation on radical democracy. Based on a critical reading of the Latin American investment in institutionalized participation, I seek to reconcile the concept of democracy with two central notions that are, nevertheless, to some extent avoided by much of the scientific corpus shaping key debates in participatory and deliberative democratic theory: the state and ways of life. The locus of the discussion centers on agriculture—a choice motivated both by the fact that the overcoming of traditional agricultural practices, seen as archaic, lies at the heart of modern state formation, and because, today, it is the peasant way of life, in alliance with quilombola and Indigenous traditional knowledge, that articulates the most significant critiques of these states. This reconciliation unfolds in two movements. The first, historiographic in nature, presents a brief reading of Brazilian state formation from the perspective of formalism and its latent consequence: the dialectic of ambiguity. I argue, however, that the formation of the Brazilian nation does not represent an interrupted process of modernization, but rather its caricatural expression—one that makes explicit aspects which, elsewhere, remain concealed. I thus trace the formation of the Brazilian state and its discourses of belonging through the lens of agricultural modernization. Along the way, I examine how this trajectory has led to the expulsion of peasants from rural areas, revealing a movement of flight by those who, in seeking to preserve their ways of life, reassemble insurgently in spaces of resistance. From this perspective, I analyze the recent politicization of urban agriculture. The second movement, ethnographic in nature, explores the conflicts experienced by two urban gardens in the city of Belo Horizonte: the Coqueiro Verde community agroforestry project and the Vila Pinho community garden. Drawing on long-term engagement with the farmers working in these spaces, I show how their demands insurgently disrupt prevailing formalist norms. In conclusion, I offer some reflective notes on the potential redefinition of the concept of democracy. Drawing from the ontological turn in anthropology, I defend the notion of emergent democracy, grounded in a pragmatic ethics of radical alterity, which calls for the non-assimilative coexistence of ambivalent worlds.

Keywords: Radical democracy; Deliberative democracy; Emergent democracy; Urban agriculture; Ambiguity; Ambivalence.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 — Hortas Urbanas Comunitárias em Belo Horizonte, 2025 .....	86
Figura 2: Horta Comunitária Coqueiro Verde: terreno, implantação e atual .....	97
Figura 3: Vista aérea da Horta Comunitária Coqueiro Verde e adjacências .....	98
Figura 4: Construção do TVAP .....	113
Figura 5: Vistas da Horta Comunitária Vila Pinho .....	129
Figura 6: Vista aérea da Horta Comunitária Vila Pinho e entorno .....	131
Figura 7: Horta Vila Pinho e ocupações lindeiras ao Córrego Olaria .....	139

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABAG - Associação Brasileira de Agribusiness

ACAR - Associações de Crédito e Assistência Rural

AHA - Associação Horizonte Agroecológicos

ANA - Articulação Nacional da Agroecologia

AUÊ! - Estudos em Agricultura Urbana da UFMG

CADUnico - Cadastro Único para Programas Sociais

CAFA - Central de Abastecimento da Agricultura Familiar e Urbana

CCF - Programa Cultivando para o Futuro

CEMAR - Centro Municipal de Agroecologia e Educação Ambiental para Resíduos Orgânicos

CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais

CEVAE - Centro de Vivência Agroecológica

CMH - Conselho Municipal de Habitação

CNCC - Comissão Construtora da Nova Capital

COMAM - Conselho Municipal de Meio Ambiente

COMUSAN - Conselho Municipal de Segurança Alimentar

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público

DNTR - Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FMH - Fundo Municipal de Habitação

FTFBH - Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte

LIFE - Local Initiative Facility for Urban Environment

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia Inovação e Comunicações

MDA — Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS — Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome

MEC - Ministério da Educação

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NEA - Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica

ODH - Orçamento Participativo da Habitação

OP - Orçamento Participativo

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PEA - Plano de Estruturação Urbano Ambiental

PMCV-FAR - Programa Minha Casa Minha Vida, Fundo de Arrendamento Residencial

PNAPO — Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PTA - Projetos em Agricultura Alternativa

PUI - Plano Urbanístico Integrado

REDE - Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas

RUAF - Fundação *Resource Centers on Urban Agriculture and Forestry*

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SLU - Superintendência de Limpeza Urbana

SMAB - Secretaria Municipal de Abastecimento

SMED - Secretaria Municipal de Educação

SMPU - Secretaria de Municipal de Política Urbana de Belo Horizonte

SMRI - Secretaria Municipal de Relações Institucionais

SMS - Secretaria Municipal de Saúde

SMSAN - Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

SPG - Sistema Participativo de Garantia

SUDECAP - Superintendência de Desenvolvimento da Capital

SUPLAN - Subsecretaria de Planejamento Urbano

TVAP - Tanque de Evaporação para Tratamento de Esgoto Doméstico

URBEL - Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>PARTE I</b> .....	26
<b>1. FORMAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: UMA DIALÉTICA DA AMBIGUIDADE</b> .....	27
1.1. O formalismo como estratégia de dominação e de ascensão vertical.....	27
1.2. A ambiguidade como elemento constitutivo do Estado moderno.....	34
1.3. Efeitos ambivalentes: os discursos utópicos de progresso e revolução .....	38
1.3.1. O Teatro das Sombras: progresso e ordem no Estado imperial .....	38
1.3.2. Trabalho, nação e solidariedade: a era Vargas e a moralização da cidadania.....	40
1.3.3. Revoluções cotidianas: o jogo de Lúcio Costa e a utopia da cidadania modernista..	44
1.3.4. Da ambivalência à reprodução da ambiguidade .....	47
<b>2. PERTENCIMENTO SIMBÓLICO E INCLUSÃO DIFERENCIAL: POLITIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E FUGA</b> .....	49
2.1. A modernização conservadora do campo .....	49
2.2. A construção da categoria da agricultura familiar: a manutenção da ambiguidade pela ideia de diversidade na unidade.....	56
2.3. Fuga, ambivalência e rearticulação insurgente de um modo de vida: pobres do campo, agricultura urbana e agroecologia.....	59
<b>3. AGRICULTURA URBANA COMO AMBIGUIDADE E AMBIVALÊNCIA NA PERIFERIA DE BELO HORIZONTE</b> .....	65
3.1. Periferia e agricultura urbana em Belo Horizonte .....	66
3.2. Agricultura urbana como ambiguidade: Dilemas, contradições e conflitos na institucionalização em Belo Horizonte.....	75
3.3. A agricultura urbana como ambivalência: um refúgio para a reinvenção da identidade do campo na cidade .....	85
3.4. Problematizando a participação social a partir das rupturas insurgentes.....	92
<b>PARTE II</b> .....	95

<b>4. TERRA, SAÚDE E AGRICULTURA URBANA NA DISPUTA PELA AGROFLORESTA COQUEIRO VERDE: DA AMBIGUIDADE À AMBIVALÊNCIA.</b>	<b>96</b>
4.1. “O prefeito meteu o exército na gente, nós ocupô as Igrejas”: breve história do Conjunto Paulo VI e da Horta Comunitária Coqueiro Verde .....	99
4.2. “São os custos do desenvolvimento que chega ao bairro”: conflito para a ampliação do Centro de Saúde do Conjunto Paulo VI.....	110
4.3. Contra o formalismo: a reivindicação pela terra da Agrofloresta Coqueiro Verde como insurgência democrática .....	117
<b>5. AS CONEXÕES DISJUNTIVAS DA HORTA COMUNITÁRIA VILA PINHO: IRRESOLUTA PARTICIPAÇÃO SOCIAL .....</b>	<b>128</b>
5.1. Entre formalismo e utopias: uma resistência tênue .....	132
5.2. Limites da participação institucionalizada: dependência do Estado e apropriação da experiência vivida.....	138
5.3. A horta não acontece, ela é (e se desdobra): perspectivismo, modo de vida e a participação como lócus de novas alianças .....	146
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: EM DEFESA DE UMA DEMOCRACIA EMERGENTE PAUTADA NA ÉTICA DA CONFLUÊNCIA .....</b>	<b>154</b>
Da práxis à equivocação: uma política da coexistência entre mundos.....	155
Cosmopolítica e a justiça pós-universal da coexistência.....	160
Ambiguidade e ambivalência: uma ideia ecológica de democracia baseada na tradução ontológica .....	164
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>170</b>

## INTRODUÇÃO

Na década de 1990, a rearticulação em bases deliberativas do conceito de sociedade civil de Jean Cohen e Andrew Arato (1992) trouxe novos ares de otimismo para as recentes democracias da América Latina. Apesar de críticas (LAVALLE, 1999), o interesse por uma renovada cultura associativa que emergia das experiências de democratização no continente serviu de base para a construção de uma teoria participativa da democracia capaz de contrapor as premissas elitistas que haviam guiado até então os estudos de transição da chamada terceira onda (e.g. O'DONNELL; SCHMITTER; WHITEHEAD, 1986). Em seu livro *Democracy and the public space in Latin America*, Leonardo Avritzer dá formato acabado à teoria a partir de um quadro analítico baseado em públicos participativos. Enfatizando as transformações nas formas de ocupação da esfera pública trazidas pelo desenvolvimento de associações locais autônomas que endereçavam questões ligadas aos direitos humanos, à distribuição de bens públicos e à estabilidade das regras do jogo político, o autor destaca a capacidade deliberativa desses públicos de renovar, no nível da esfera pública, elementos problemáticos da cultura híbrida da região, além de criar, no nível político, novos desenhos institucionais de conexão dessa renovação com soluções inovadoras (AVRITZER, 2002). O exemplo clássico utilizado por Avritzer, o orçamento participativo, viria a se tornar símbolo das inovações democráticas ao redor do globo.

Passados 20 anos dessa formulação original, a correlata noção de minipúblicos (FUNG, 2003) inspirou toda uma geração de estudos em inovações democráticas (SMITH, 2009), enquanto a ideia de instituições participativas (AVRITZER, 2008) fez florescer estudos sobre os diversos desenhos institucionais de experiências como planos diretores, orçamento participativo, conselhos e conferências de políticas públicas, para citar os mais conhecidos, sob uma nova promessa de ampliação do cânone democrático (SANTOS; AVRITZER, 2009). Em inspiração semelhante, a noção de sistemas deliberativos articulou uma abordagem segundo a qual as diversas arenas deliberativas, ainda que não constituam a totalidade do sistema político, seriam capazes de desempenhar funções epistêmicas, éticas e democráticas de modo a alcançar, via interações entre partes flexivelmente acopladas, um resultado deliberativo ao final do processo político de tomada de decisões (MANSBRIDGE et al., 2012).

Em meados da década de 2010, contudo, uma série de insatisfações democráticas se articularam ao redor do globo em ciclos de protestos que desafiaram os poderes estabelecidos e reivindicaram novas formas de participação e representação política (MENDONÇA; ERCAN, 2015). O que se seguiu ao questionamento, contudo, não foi um aprofundamento, mas sim a

emergência de uma generalizada crise da democracia. Em que pese a consciência de que a democracia é um arranjo tênue que nunca esteve efetivamente a salvo de ameaças, o atual momento de erosão é particularmente grave e estrutural, pois questiona a ideia de democracia em suas múltiplas dimensões, notadamente econômica, política, social e epistêmica (MENDONÇA, 2023). Em diversos casos, vale dizer, mesmo em países em que se julgava estar consolidado o modelo de democracia liberal, foi o próprio tecido participativo uma das primeiras vítimas de governos abertamente autoritários (e.g. MAGALHÃES; ORNELAS; BRASIL, 2021).

A crise da democracia tem levado a inúmeros questionamentos a respeito de suas causas e consequências. Argumento que um possível caminho para uma superação baseada na ideia de deliberação (MENDONÇA, 2023) seja repensar a teoria a partir da compreensão sobre como opera o Estado, de modo a reinterpretar as práticas do cotidiano que, influenciadas pela ordem dominante, interpelam a democracia de maneira insurgente. Ao longo da primeira parte da tese, pretendo dar contorno ao que entendo serem três lacunas das formulações originais de uma democracia deliberativa baseada em instituições participativas, especificamente aquelas desenvolvidas a partir do complexo cenário da América Latina, em que se constatam continuidades, tanto no Estado quanto na sociedade, de uma cultura e prática autoritárias (AVRITZER, 2019; BIGNOTTO, 2020). A primeira é a desconsideração da constituição ambígua do Estado (CARVALHO, 2008; RAMOS, 1966), expressa no sistema de leis e no próprio significado do conceito de cidadania (HOLSTON, 2008). A segunda é a negligência à constituição cultural do Estado e os reflexos pedagógicos, correccionais e ideológicos do exercício de seu poder simbólico, realizado por meio de esquemas estatais de simplificação da realidade (SCOTT, 1998), com consequência nos processos de categorização e formação de identidade dos sujeitos. A terceira, finalmente, é a minimização das tensões advindas de uma cultura híbrida que, em resposta a esta lógica simbólica, diferencia-se em estratégias e táticas de sobrevivência material e de inserção política (CALDEIRA, 1984).

Escrita a partir de uma reflexão circunscrita ao Estado brasileiro, defendo que uma rearticulação da concepção democrática a partir das práticas dos cidadãos pode jogar novas luzes à discussão teórica da deliberação. Isso porque pretendo estudar o caso brasileiro não por vê-lo desviante à regra, mas sim pelo exato oposto. Busco demonstrar que o Brasil conforma um caso privilegiado de estudo das relações entre Estado e sociedade, pois sua constituição revela caricaturalmente, isto é, exageradamente, as contradições ou ambiguidades existentes na própria noção de Estado, explicitando a natureza de sua dominação como essencialmente

diferenciadora, isto é, geradora de desigualdades não apenas materiais, mas simbólicas. O foco que ancora esta leitura do Estado é a agricultura, aqui entendida não apenas como modo de produção, mas como abstração formal que dá contorno aos entendimentos políticos, econômicos e sociais que amparam esta prática. Assim, investigo como o Estado brasileiro representou, interpretou e contribuiu com a produção, por meio de determinados processos políticos, da modernização agrícola, da agricultura familiar e, mais recentemente, também do fenômeno da agricultura urbana.

A escolha pela agricultura se deve ao fato de que, historicamente, esta vem sendo objeto de vinculação a um modo de vida e produção arcaico, que supostamente deveria ser superado pela industrialização promovida como um processo chave para a constituição dos Estados modernos (BENDIX, 1964; MOORE JR, 1966), gerando aquilo que é comumente entendido como urbanização. O reflexo seria, portanto, a invenção de uma agricultura de corte capitalista e empresarial, como modelo hegemônico cuja referência serve de baliza não apenas para os contrapontos da crítica, mas também para os anseios de inclusão de movimentos organizados por aqueles que, no campo ou nas cidades, viram-se excluídos ou marginalizados de uma determinada estética oficial calcada na abstração de um saber e fazer agrícola. Noutras palavras, trata-se, da expansão do urbano como paradigma dominante da vida, eixo central da reprodução social a partir de espaços controlados que servem precipuamente ao capital e não à comunidade (LEFEBVRE, 2001). Nesse sentido, a modernização da agricultura reflete os traços principiológicos ou mesmo os aspectos estruturais inerentes à própria ideia de Estado moderno.

E, no entanto, é não somente a persistência, mas a redescoberta de uma agenda social e ecológica colocada pela agricultura de base camponesa, que vem apontar as contradições desse modelo de Estado (PLOEG, 2010). É também nas raízes agrícolas quilombolas que se articula a crítica contra-colonial do Estado e da sociedade contemporânea (BISPO DOS SANTOS, 2023). Haveria, assim, uma crítica formulada na emergência de algo tão controverso como uma agricultura não industrial (da ordem do arcaico) urbana (da ordem do moderno)? Ou seria esta uma mera estética ornamental<sup>1</sup> que, apelando para valores ambientais, embelezam o urbano a serviço de uma reprodução social capitalista? Quais tematizações reflexivas trazidas por esse fenômeno a respeito do urbano e, conseqüentemente, do Estado moderno? E como essas

---

<sup>1</sup> A ideia de estética ornamental para se referir criticamente às questões alimentares e ambientais que sobrepõem os modos de vida inerentes às agriculturas em solo urbano vem sendo recentemente articulada por Gil Amâncio, em encontros e discussões promovidas nas confluências entre o grupo de extensão AUÊ!UFMG e o coletivo ciberterreiro. Embora minha formulação seja própria, é imperativo o reconhecimento da influência do pensamento estético de mestre Gil, a quem agradeço pelas trocas ao longo dos anos. Para um aprofundamento sobre o trabalho de Gil Amâncio nos processos educativos e de convivência, ver Santos (2008).

reflexões podem trazer novas luzes à ideia de democracia, em especial de democracia deliberativa? Estas são as perguntas que guiam o estudo e que o conduzem não para uma análise da agricultura urbana em si, mas sim, através dos conflitos por ela enfrentados, ao interesse pela ressignificação do dissenso democrático na modernidade.

Desse modo, a discussão sobre o Estado centrada na agricultura realizada na primeira parte da tese conduz o estudo aos conflitos emergentes vivenciados pela agricultura urbana na cidade de Belo Horizonte. Neste percurso, três conceitos se revelam centrais. O primeiro deles é a caracterização de uma *ordem* dominante amparada em um saber formal e abstrato, que, contrapondo-se ao saber local e comunitário, estabelece com ele um pacto formalista. Desta ordem composta de categorizações de legibilidade e produção do real (SCOTT, 1998), emerge a marginalização e, com ela, a compreensão, ao nível da identidade dos sujeitos, de uma condição marginal. A identificação como “marginalizados” ou “excluídos”, por sua vez, dá ensejo a dois movimentos. De um lado, a *fuga*, como reflexo da expulsão da ordem, que articula a sua crítica e denúncia. De outro, a *participação*, impulso que reivindica uma reinserção na ordem, que articula um discurso baseado em direitos ou no direito a ter direitos. A dupla dimensão de fuga e participação permite compreender, no plano teórico, uma ambiguidade inerente à participação: ao mesmo tempo que se rejeita a ordem, esta é reafirmada na pretensão de inclusão sob novas bases (cf. HOLSTON, 2008).

O que conecta estes dois movimentos imbricados são, invariavelmente, discursos utópicos que anseiam por uma revolução emancipatória. Defendo que tais discursos constituem-se a partir de uma dupla operação de deshistorização e rehistorização dos sujeitos (HOLSTON, 1989), diluindo, ao nível da linguagem, as controvérsias inerentes à ordem dominante em prol de uma reivindicação de emancipação. As formas com que tais discursos foram articulados no Brasil são essencialmente duas. A forma dominante é aquela que, reconhecedora das desigualdades materiais evidentes, difere a promessa simbólica de emancipação no tempo, de modo a gerar uma expectativa de inclusão a partir de uma ideia mitológica de progresso, entendido sobretudo como reprodução da ordem. Este tipo de discurso revela o que José Murilo de Carvalho (2008) cunhou de *progresso na ordem*, e que se reflete pela categoria de modernização mobilizada pelas reformas ocorridas no Império e nas refundações nacionais promovidas por Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek. O pano de fundo desse discurso é uma apropriação da categoria de emancipação, via despolitização dos sujeitos, em prol da manutenção do sistema de desigualdades predominante. Sua contraface, contudo, é a repolitização dos sujeitos aos quais, ao fim e ao cabo, nega-se participação no progresso.

A segunda forma, de corte revolucionário, expressa-se numa espécie de mitologia popular, cujas apostas recaem nas capacidades extraordinárias de heróis ou anti-heróis improváveis<sup>2</sup>. Segundo essa articulação, o potencial emancipatório ocorre sincronicamente na medida em que os sujeitos marginalizados passam a ser vistos como dotados de uma forma alternativa de pensar e agir no mundo. Sujeitos que, de algum modo, localizam-se fora da ordem dominante, passando a ser vistos como portadores de uma racionalidade desqualificada e apagada pela ciência moderna, em cujo saber cotidiano, contudo, reside a chave para a descolonização e articulação de novos paradigmas. É o caso do *bricoleur* de Lévi-Strauss (1989), reivindicado por Lúcio Costa na projeção de Brasília, ou ainda do camponês que, aos olhos da agroecologia é dotado de uma prática capaz de, a um só tempo, inspirar um movimento e se articular como ciência. O plano de fundo desse discurso, por sua vez, é uma contra-apropriação da categoria de moderno, pela politização dos sujeitos, em prol de uma reinvenção emancipatória da ordem dominante. Sua contraface é a despolitização dos sujeitos os quais, ao fim e ao cabo, são premidos por necessidades materiais urgentes que só podem ser saciadas pela ordem dominante.

Conclui-se a primeira parte com uma breve problematização da noção de participação social vista como aposta exclusiva, ou ao menos majoritariamente focada, na promoção de inovações institucionais no âmbito do Estado. Em que pese a necessidade de se promover mudanças no âmbito dos espaços institucionalizados, proponho que estas não constituem o foco da ação participativa, mas sim sua consequência mediata, operada a partir de reivindicações insurgentes conformadas por um duplo movimento de resposta à representação, no nível da consciência dos sujeitos, da exclusão e marginalização social a que estão submetidos. Esse duplo movimento constitui-se nas trajetórias imbricadas de fuga e participação. A dialética resultante, como formulou Guerreiro Ramos (1966), transforma os polos de uma polaridade em uma ambiguidade.

A segunda parte debruça-se sobre o cotidiano das agricultoras e dos agricultores de Belo Horizonte a partir de dois conflitos presentes. De um lado, a agrofloresta comunitária Coqueiro Verde, fundada em 2019 no Conjunto Paulo VI, regional Leste, que enfrenta atualmente a possibilidade de perda parcial do seu terreno para abrigar um Centro de Saúde ampliado, cuja necessidade advém do crescimento populacional decorrente das dinâmicas de urbanização,

---

<sup>2</sup> Em *Cultura pela culatra*, por exemplo, José Miguel Wisnik explora como o personagem Macunaíma, da obra homônima de Mário de Andrade é descrito como um “herói sem nenhum caráter”, revelando as contradições e ambiguidades da cultura brasileira, cuja tensão se dá entre as relações de mútua apropriação entre a cultura popular e a cultura dominante (WISNIK, 2000).

sobretudo pela implantação de grandes condomínios financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida nos bairros vizinhos Paulo VI e Jardim Vitória. De outro, a horta comunitária Vila Pinho, fundada em 1998 no Vale do Jatobá, regional Barreiro, que enfrenta a ameaça de perda parcial do terreno para a construção de uma ponte sobre o córrego Olaria. Em ambos os casos, os conflitos deram ensejo a espaços de mediação, com envolvimento de técnicos da prefeitura, ativistas de movimentos sociais, redes e coletivos de colaboração, conselheiros e conselheiras de espaços de participação social, além de lideranças ligadas ao novo associativismo local.

É pela ótica destes conflitos que analiso as identidades e valores em disputa, bem como a reivindicação de direitos articulada pelos grupos semi-marginalizados que compõem a agricultura urbana em Belo Horizonte. Defendo que estes grupos são semi-marginalizados porque, de um lado, estão amparados pela Política Municipal de Agricultura Urbana, que lhes dá reconhecimento enquanto atores e lhes autoriza a realizar plantios em espaços públicos pertencentes ao patrimônio do município. De outro lado, contudo, dada a posicionalidade residual e a tênue força da política pública de agricultura urbana na gestão urbana de Belo Horizonte, seu reconhecimento das agricultoras e dos agricultores é precário e permite, a qualquer tempo e sem nenhum direito à indenização pelos serviços prestados, a redesignação de uso desses terrenos. Vale dizer que a própria constituição dessa política se dá sob a forma de uma gambiarra, isto é, de um arranjo improvisado, que lida com os problemas concretos a partir dos recursos disponíveis (MENDONÇA; GELAPE; CRUZ, 2023)<sup>3</sup>. Assim, em linha com a leitura estabelecida na primeira parte da tese, os conflitos ganham novos contornos na medida em que são analisados à luz do formalismo estatal e das noções ambíguas de fuga e participação. Nessa perspectiva, as hortas urbanas são entendidas como a constituição de territórios heterotópicos (FOUCAULT, 2013), analisados sob a noção antropológica do pedaço (MAGNANI, 1984), construído por sujeitos cujos caminhos se encontram sob um processo de fuga decorrente de uma tripla exclusão: do campo, da cidade e do mercado de trabalho.

A pergunta que guia essa investigação é como a insurgência das reivindicações destes sujeitos articula suas identidades e tensiona as categorias da ordem dominante, em especial aquilo que é público e privado, bem como a própria noção de cidadania e direitos? Ademais, como estes conflitos revelam, reproduzem e se insurgem em face do pacto formalista predominante, com suas apropriações e contra-apropriações que perpassam os discursos de

---

<sup>3</sup> Ver capítulo 3. Em artigo escrito com Fernando Coelho, analiso a trajetória de constituição do órgão municipal gestor dessa política a partir da ótica dos hibridismos organizacionais (MAGALHÃES; COELHO, 2024). No que diz respeito à agricultura urbana, acredito que o conceito de gambiarras é mais propício para compreender sua trajetória de formulação.

progresso (na ordem) e de revolução (na bricolagem)? Vista a partir das práticas, como tais reivindicações confluem para uma nova emergência democrática? Quais são seus limites e controvérsias?

Neste ponto, o conceito estético de política de Rancière ganha relevância. Para o autor, o desentendimento é a condição política por excelência, na medida em que as partes envolvidas em um conflito, apesar de usarem palavras semelhantes, não compartilham um mesmo discurso, pois falam de mundos diferentes (RANCIÈRE, 1996). O que está em jogo, portanto, na discussão democrática vai além da luta contra a colonização do mundo da vida e das renovações institucionais promovidas por uma esfera autônoma articulada sob um tipo-ideal comunicativo alegadamente emancipatório de ação (HABERMAS, 1987). A compreensão adequada da democracia só se dá a partir das materialidades dos corpos, seus fluxos, linguagens e relações territorializadas, dentro de um ecossistema político mais abrangente.

De forma concreta, mostro como as tratativas em torno do conflito demonstram um movimento que caminha da ambiguidade à ambivalência<sup>4</sup>. Assim, a principal reivindicação dos sujeitos da agricultura urbana em Belo Horizonte é, em sua grande maioria, pelo reconhecimento de uma existência (cf. MENDONÇA, 2014). Essa posição dialoga com as ideias de progresso e apropriação, mas oferece uma terceira via, a da convivência de mundos distintos e soberanos, aos quais é dada a possibilidade de uma condição material e simbólica de existência. Defendo que a democracia emergente dessa insurgência leva à compreensão do Outro, a partir de uma justiça multinatural e da noção de ecologias políticas estabelecidas pelas práticas de sujeitos reais (MENDONÇA et al., 2024).

Tal noção de democracia é radical, na medida em que rompe com as dialéticas constitutivas do Estado moderno, em especial a dialética entre o saber formal, da ordem do progresso, e o saber local, da ordem revolucionária. E, se o faz, é porque essa democracia rejeita fundamentalmente uma noção de *telos*, isto é, de um horizonte de finalidade que abriga a síntese dialética constitutiva. Em seu lugar, surge a ideia contra-colonial da circularidade (BISPO DOS SANTOS, 2015, 2023) e da expressão de mundos através dos pontos de vista corporificados por diferentes naturezas (VIVEIROS DE CASTRO, 2019). A partir da circularidade, rejeita-se a utopia dos discursos de inclusão. Pelo perspectivismo multinaturalista, amplia-se a ideia de mútuo-(des)entendimento como controle de uma equivocação que funda a relação comunicativa de mundos antagônicos. Assim, advirto que o conteúdo normativo de uma

---

<sup>4</sup> Agradeço a Rosana Boullosa por chamar minha atenção a este ponto.

democracia emergente das práticas não é outro senão o procedimento diplomático da convivência soberana dos territórios e do diálogo pacífico estabelecido nas fronteiras, baseado na tradução que opera a partir de uma síntese não-dialética, mas “disjuntiva e infinita” (*Idem*, p. 255), das muitas vozes e corpos. Segundo Antônio Bispo (2023, p. 38): “O mundo é redondo exatamente para as pessoas não se atropelarem”. Tal concepção de democracia emergente é trabalhada no último capítulo da tese, com vistas a uma contribuição teórica.

Tal síntese disjuntiva, ou devir, reconhece aos múltiplos atores, em suas distintas naturezas, não apenas o direito à sobrevivência, ou o direito a ter direitos, mas fundamentalmente a capacidade de dizer o que é mesmo o próprio direito. Noutras palavras, trata-se de reconhecer, na torção perspectivista do giro linguístico — esse giro do giro que, no entanto, aprofunda em intensidade o movimento sem retornar ao ponto de partida — a capacidade teórica de formular seu próprio pensamento político e de reivindicar, ao fim e ao cabo, sua própria noção prática de democracia. O devir multiatorial é, portanto, também um devir contra-colonial da teoria democrática.

A título de encerramento desta introdução, cabem algumas considerações metodológicas sobre o estudo. Desde este ponto de vista, opto não por uma discussão propriamente teórica, mas sim pela virada constituído de dois momentos, um histórico e outro etnográfico. Penso que tal movimento faz sentido, na medida em que, sendo minha crítica voltada ao plano abstrato da formulação de problemáticas cognitivo-instrumentais, seus fundamentos emanam de observações e vivências empíricas, isto é, de uma pragmática cujas questões são problematizadas tanto a partir do plano prático-moral, quanto das avaliações estéticas de padrões de adequabilidade. Em outras palavras, busco me relacionar criticamente com o que Habermas (1984, p. 6) denomina as questões metateórica e empírica das teorias da sociedade — especialmente sua tentativa de articular os aspectos racionalizáveis da ação com uma noção de modernidade ancorada em um processo histórico de racionalização das esferas culturais e sociais. Diferentemente de sua abordagem reconstrutiva e universalista, inspiro-me nas premissas do giro ontológico da antropologia, que recusa a ideia de uma racionalidade única ou de um mundo social unificado, propondo, em seu lugar, a consideração da pluralidade ontológica como ponto de partida analítico. Assim, os processos sociais deixam de ser vistos como variações de um modelo normativo comum, passando a ser compreendidos como expressões de mundos múltiplos, cada um com suas próprias lógicas, pressupostos e formas de existência. Com isso, não almejo construir uma teoria da sociedade — propósito que está além das minhas capacidades e intenções —, mas apenas contribuir com uma noção prática de

democracia, capaz de romper com o confinamento filosófico que historicamente marcou o entendimento da razão dentro da ciência política, sobretudo em face da própria natureza de seu recorte científico.

É forçoso reconhecer, contudo, que um estudo histórico sobre a formação do Estado parece à primeira vista ser um ponto de partida equivocado para uma tese que pretende abordar, a partir da agricultura, a democracia como algo emergente das práticas de mundos diversos. Penso que tal estranhamento se deve a dois equívocos da literatura. De um lado, a ideia de que a compreensão do processo político não requer uma teoria do Estado (SCHMITTER, 1985) ou, quando muito, uma compreensão de que a consideração do Estado enquanto ator político é suficiente para explicar os jogos de poder a partir dos arranjos institucionais decorrentes (SKOCPOL, 1985). De outro, uma tendência em tratar a esfera das ações cotidianas e suas estruturas interpretativas como campo que se forma em oposição aos sistemas aglutinadores e colonizadores de significados (HABERMAS, 1987) ou, ainda, em chave de mútua constituição entre Estado e sociedade (MANN, 1986, 1993; MIGDAL, 2001; SKOCPOL, 1992)<sup>5</sup>. Em contraponto às visões estrutural-normativa e sociológico-relacional, articulo uma visão antropológica-cultural e etnográfica das relações Estado e sociedade (cf. SHARMA; GUPTA, 2006).

Assim, do ponto de vista da discussão estatal, realizada na primeira parte da tese, a relação dialética entre o saber formal do Estado e o saber prático das comunidades é parte de uma luta política por hegemonia institucional baseada em perspectivas de controle e apropriação (SCOTT, 1998, p. 311). A perspectiva dialética nega a pluriversalidade dos mundos em função de uma única visão aglutinadora que constitui a realidade oficial, criando a dicotomia entre incluídos e marginalizados. Segundo James C. Scott:

A ordem formal, para ser mais explícito, é sempre e em um grau considerável parasitária de processos informais, os quais o esquema formal não reconhece, sem os quais ele não poderia existir e que ele sozinho não consegue criar ou manter (SCOTT, 1998, p. 310).

No que se refere à dimensão cotidiana, abordada pelo olhar etnográfico que predomina na segunda parte da tese, os estilos de sobrevivência baseados na equivocação provocada pela fuga e pela participação insurgente amparam-se na noção arendtiana de condição, e não naquela

---

<sup>5</sup> Ambas as perspectivas estão na raiz de grande parte da aposta quase exclusiva latino-americana de transformação via institucionalização da ação de grupos da sociedade civil que compõem a esfera pública, com suas consequentes limitações. Além das instituições participativas já mencionadas, de fundo habermasiano, tem-se a perspectiva relacional advogada pela vertente que estuda os movimentos sociais (ver, *e.g.*: ABERS; SILVA; TATAGIBA, 2018; ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014; LAVALLE ET AL., 2018; LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006; SZWAKO, 2019).

heideggeriana de mundo da vida, como principal contraponto ao aspecto sistemático das estruturas de poder<sup>6</sup>. Segundo Alfredo Bosi:

*Condição* traz em si as múltiplas formas concretas de existência interpessoal e subjetiva, a memória e o sonho, as marcas do cotidiano no coração e na mente, o modo de nascer, de comer, de morar, de dormir, de amar, de chorar, de rezar, de cantar, de morrer e ser sepultado (BOSI, 1992, p. 27, grifo no original).

Condição e mundo da vida são categorias conectadas, mas que guardam uma diferença fundamental. O conceito fenomenológico de mundo da vida consiste no horizonte cultural compartilhado no qual as interações sociais ocorrem. É nesse sentido que constitui, para Habermas (1984), um contraponto, um plano de fundo, a partir do qual criticar ou tematizar, sob reivindicações emancipatórias, a autonomização do que Weber chamou de ordens de vida, isto é, das áreas institucionalizadas da vida social. Contudo, este é um movimento teórico-abstrato que pressupõe que a expansão do horizonte cultural per se é sempre possível pela ação comunicativa, orientada ao entendimento mútuo pela força do melhor argumento. Essa é, sem dúvida, uma imposição reconhecidamente normativa do pensamento Habermasiano, sobretudo quando o autor se ampara na ideia de um discurso ideal, na medida em que interlocutores se guiam por pretensões de validade sempre abertas à crítica.

Em contrapartida, a noção de condição traz para a análise a materialidade e a simbologia concreta dos modos de vida, entendidos como pontos de vista. Ela tensiona o debate fenomenológico ao rejeitar a essencialidade de um mundo que é dado, no qual a experiência humana (*Dasein*) é sempre-já (*immer schon*) inserida. Ao contrário, a condição enfoca a compreensão de uma realidade vivida, a partir das estruturas de configuração local da realidade (ARENDDT, 2007). É nesse sentido que a condição humana relaciona-se com o giro ontológico da antropologia, que a demais a pluraliza, ao chamar a atenção para mundos constituídos por múltiplas formas de ser específicas. A diferença central, portanto, é a rejeição do universalismo multiculturalista ocidental em prol de uma ontologia relacional e multinaturalista, em que os seres, em suas diferentes corporalidades e perspectivas, vivem em mundos distintos (VIVEIROS DE CASTRO, 2020). Uma ponte que apenas *as* condições humanas podem estabelecer.

A proposta de um perspectivismo ameríndio tal qual formulada por Viveiros de Castro auxilia a enxergar as condições materiais e simbólicas dos agricultores e agricultoras de Belo Horizonte. É sob esta ótica que se reconceitua a democracia, tensionada pela disjuntiva das

---

<sup>6</sup> Alfredo Bosi (1992, p. 26) é sucinto ao definir sistema como uma totalidade articulada objetivamente. Nesta tese, adoto a concepção mais bem acabada de ordem formal, já aludida a partir da menção a James Scott (1998).

condições de existência e dos aspectos sistêmicos da ordem dominante. Esta é, finalmente, a contribuição pretendida por esta tese, fruto de um trabalho de campo de inspiração etnográfica que se debruçou no cotidiano das hortas Coqueiro Verde e Vila Pinho, assim como tantas outras unidades produtivas semelhantes em Belo Horizonte e Região Metropolitana, mas cujo recorte específico do estudo não permitiu sua incorporação direta no texto. Vale dizer, ainda, que esta experiência, a saber, a de um diálogo virtual estabelecido entre pesquisador e agricultoras(es), baseado na proposta da tradução, coloca-se ao mesmo tempo como plano de fundo e lócus de ressignificação de uma trajetória intelectual e profissional focada na compreensão praticante de uma atuação do e no Estado, sempre, no entanto, engajada com a perspectiva de mudança social em prol da superação das desigualdades. Nesse sentido, assumo o critério de adequabilidade de uma tradução estabelecido por Viveiros de Castro (2019, p. 250) ao aludir, com Rudolf Pannwitz via Walter Benjamin, a traição implícita no movimento interpretativo da transposição entre línguas: “uma boa tradução (...) é uma que trai a língua de destino, e não a língua de origem”.

As muitas limitações dessas linhas são, conseqüentemente, inteiramente minhas, e se abrem tanto ao debate acadêmico, quanto à discussão ativista, com a esperança de aproximação emergente do campo democrático a serviço das práticas insurgentes dos mundos marginalizados.

# PARTE I

## **1. FORMAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: UMA DIALÉTICA DA AMBIGUIDADE**

O objetivo deste capítulo é o de apresentar uma leitura sobre a ordem formal constituída pelo Estado brasileiro, a fim de elaborar algumas reflexões iniciais sobre seus desafios e legados, de modo conectado a questões mais gerais trazidas pela modernidade. Vista sob uma dialética estabelecida entre o saber formal e o saber local, busco conceituar a ordem vigente a partir do que Alberto Guerreiro Ramos chamou de formalismo, isto é, a incongruência entre o que as normas prescrevem e a realidade observada. A primeira seção busca precisar os contornos deste formalismo, relido a partir de duas noções antropológicas, a saber, os esquemas de legibilidade estatal observados por James C. Scott (1998) e a complexificação proposital das normas, que leva ao desgoverno das leis, interpretação elaborada por James Holston (2008). Em seguida, defendo que, contrariamente à visão predominante, tal formalismo não diz respeito ao caráter supostamente incompleto da modernização brasileira, mas refere-se à exacerbação de uma tendência imanente ao próprio modelo do Estado moderno. Por fim, argumento que o desenvolvimento do Estado Nação no Brasil foi, desde os seus primórdios, um projeto modernizador, estando o formalismo a serviço de uma forma ambígua de gestão de conflitos e de inserção social, envolta em dois discursos utópicos: o da modernização pelo progresso na ordem e o da revolução do cotidiano. Essa leitura será utilizada, no restante da tese, para analisar o pano de fundo modernizador que marca os olhares sobre a agricultura e os reflexos decorrentes nos modos de vida que têm na atividade agrícola sua base primária de reprodução material e simbólica das relações sociais.

### **1.1. O formalismo como estratégia de dominação e de ascensão vertical**

De modo a conceituar o que entendo por formalismo, parto da recuperação da noção de dialética da ambiguidade, extraído da leitura de Alberto Guerreiro Ramos (1966) sobre a *Administração e Estratégia de Desenvolvimento*, obra que lança os elementos do que o autor propõe ser uma “Sociologia Especial da Administração”. Ramos resgata a noção de formalismo da concepção ecológica de administração pública desenvolvida por Fred W. Riggs (2006) para denotar uma incongruência entre aquilo que é prescrito por normas e leis e a realidade efetivamente observada. Aplicado à sociedade brasileira, o conceito de formalismo exerce uma função latente — no sentido de assessória, não principal, de absorção dos conflitos sociais, o que torna esse mesmo formalismo uma estratégia de mobilidade social vertical. Essa estratégia, por seu turno, leva àquilo que Guerreiro Ramos conceitua de dialética da ambiguidade:

(...) ao mesmo tempo em que a estrutura social procura salvaguardar sua integridade, recorrendo ao formalismo, a fim de cooptar parte do excedente populacional, os cidadãos, ameaçados pelo fantasma da marginalidade social, recorrem ao formalismo, em busca de um lugar ao sol. A ambiguidade consiste em que, de um lado, a estrutura social resiste, com *esprit de corps*, a incorporar em seu seio elementos que possam desnaturá-la e, ao mesmo tempo, diligencia vencer essa resistência, pois é compelida a pactuar com aqueles que aceitam acomodar-se; de outro lado, os cidadãos que projetam ascender na escala social forçosamente se afirmam pelo combate à rigidez da ordem constituída para, num momento subsequente, ajustar-se a tal ordem, desde que ela de algum modo supere a sua inércia, ou sua tendência ao imobilismo. Como nenhuma das partes cede tudo, o pacto que se estabelece entre ambas, implica necessariamente o formalismo. A função latente do formalismo é transformar os pólos de uma polaridade, nos termos de uma ambiguidade (RAMOS, 1966, p. 369, *mantida a ortografia original*).

Tanto Riggs quanto Ramos, em suas respectivas obras, são críticos à noção evolucionista e mecanicista de administração pública, respectivamente, propondo não haver um caminho único e linear para o desenvolvimento. Ramos, em particular, rejeita a adoção no Brasil de modelos, normas e instrumentos desenvolvidos alhures, advogando por uma visão crítica e contextualizada do desenvolvimento. Ainda assim, ambos os autores apresentam um modelo estagiado, indicando uma influência senão principal, ao menos residual do estrutural funcionalismo que buscavam rejeitar. Ademais, ao não conceituar desenvolvimento ou, ao menos, explicitar os valores que orientam suas distintas perspectivas científico-profissionais, Riggs acaba por incorporar tacitamente aos seus modelos os valores da sociedade ocidental norte-americana, tratando-os como universais (WALDO, 2006).

A bem dizer, a última crítica não pode ser completamente aplicada a Guerreiro Ramos, que defendia que o desenvolvimento nacional deveria orientar-se pela superação de uma dependência intelectual e cultural, característica da sociedade brasileira, buscando um modelo próprio e autônomo que visa resguardar o bem estar coletivo da população e seus traços regionais e locais (RAMOS, 1981, 1966). No entanto, Ramos atribui tal dependência a uma patologia, cujo reflexo é uma alienação da sociedade, com repercussões não apenas políticas, mas também estéticas e sociais, expressas de maneira evidente no fenômeno do racismo (RAMOS, 1957). A noção de *páthos* em Ramos advém da psicologia social, mas também denuncia a fundamentação sistêmica e funcionalista de sua visão da administração pública. Reflexo disso é sua defesa da inclusão da negritude, mais especificamente do negro-vida, isto é, do modo de vida das pessoas negras, na universalidade da modernidade (RAMOS, 1996). Em síntese, ao tratar o racismo como obstáculo cultural ou psicológico, Ramos estabelece uma ruptura apenas parcial com o mito da “democracia racial”, pois deixa de compreendê-lo como eixo constitutivo da reprodução material e simbólica da sociedade. Esse aspecto será evidenciado por análises posteriores, notadamente em Moura (2020), Nascimento (2016),

Carneiro (2023) e Gonzales e Hasenbalg (2022), que destacam a raça como política de Estado fundamental para a formação das classes sociais no Brasil<sup>7</sup>.

É possível guiar a presente análise pelo conceito de dialética da ambiguidade sem necessariamente assumir a própria ambiguidade com que Guerreiro Ramos enxerga o racismo na formação social do Brasil, isto é: ao mesmo tempo que reconhece sua centralidade empírica, recusa-se a teorizá-lo como estruturante. Para tanto, é preciso explicitar que a ambiguidade com que a superação dos conflitos é levada a cabo na sociedade brasileira trata-se, com efeito, de uma estratégia de dominação. Faço isso modulando a categoria do formalismo a partir da reflexão oferecida por dois estudos antropológicos. O primeiro deles refere-se à obra de James C. Scott, *Seeing like a State: How certain schemes to improve the human condition have failed*. O autor inicia por divisar a *legibilidade* da realidade como um problema central na constituição e consolidação do Estado. Partindo de uma comparação metafórica da atividade administrativa estatal com as ciências florestais, cujas origens remontam ao cameralismo, Scott identifica uma mesma lógica de simplificação, abstração e miniaturização envolvida no estabelecimento de modos de produção agrícola baseados na *plantation* como requisito para cumprir com os objetivos da ação estatal. Tais objetivos vão desde os mais fundamentais, como taxaço, controle político sobre o território e conscrição, até aqueles mais apurados, a exemplo da elaboração de esquemas de desenvolvimento rurais e urbanos (SCOTT, 1998).

O ponto de interesse é a compreensão de uma *política da mensuração*, no sentido de que “cada ato de medição [é] um ato marcado pelo jogo de relações de poder” (SCOTT, 1998, p. 27). O cerne dessa política é a aquisição de um conhecimento pretensamente sinóptico, sob o custo de uma miopia em relação à dinamicidade das práticas sociais efetivas, que ocorre na medida em que apenas as dimensões e valores utilitários são considerados, sendo todos os demais colocados de lado como pertencentes a aspectos puramente estéticos, ritualísticos ou sentimentais. O que está em jogo é o estabelecimento de um governo que incide diretamente sobre a realidade a partir do descobrimento de novos postulados sociais, mediados não mais pelos detentores do saber local, mas sim por técnicos detentores de um saber profissional e científico. Nessa operação, também se restringem os canais da reivindicação de inserção dos sujeitos, criando aquilo que Rancière (1996) denomina de lógica de polícia, em detrimento da política. Em outras palavras, passa a ter predominância um saber formal que oculta, sob novos

---

<sup>7</sup> Agradeço a Juarez Guimarães pelas inestimáveis considerações críticas a este ponto.

fatos científicos, as pretensões políticas de controle, apropriação e intervenção social centralizada (SCOTT, 1998, p. 77)<sup>8</sup>.

Nesse sentido, entendo o formalismo como um jogo político dialético de dominação, que privilegia as categorias de um saber sinóptico científico-profissional em detrimento de um saber experiencial local. Ao fazê-lo, esse jogo político passa a centrar-se na linguagem especializada das normas abstratas e de aplicação universal, relegando ao espaço do privado aquilo que Habermas (1984) denominou de reivindicação de validade de autenticidade, típica das expressões estéticas e dramáticas de apresentação do *self* na sociedade. Tal como Scott, não advogo contra os inúmeros avanços que as ciências, incluídas as ciências administrativas, trouxeram para formação e gestão do Estado moderno. Tampouco adoto uma concepção romântica de um saber local, isento de suas próprias limitações, contradições e lógicas assimétricas de poder. Minha intenção é somente posicionar a dialética da ambiguidade, predominante na formação do Estado brasileiro, como a característica fundamental de uma dinâmica política cujas estratégias de participação estão essencialmente baseadas na conformação a um tipo de saber que, devido a sua própria lógica interna, privilegia a conquista de uma categoria de legibilidade formal. Aliás, como adverte Ramos, uma legibilidade que serve a projetos de desenvolvimento cujos valores não necessariamente estão moldados a partir de uma cultura local, mas sim pela incorporação doméstica de premissas estranhas aos modos de vida regional, impostas e legitimadas, como demonstrou Weber, por uma razão ocidental alçada historicamente como razão universal.

Com Scott e Weber, contudo, é preciso evidenciar que, apesar de tal incorporação amparar-se em categorias universais, ela sempre ocorre a partir de disputas de poder. É aí que o trabalho de James Holston adquire especial capacidade de dar contorno final à questão e suas repercussões para a dialética da ambiguidade brasileira. Em sua obra *Insurgent Citizenship: Disjunctions of democracy and modernity in Brazil*, Holston situa a formação do Estado moderno brasileiro a partir de um sistema específico de cidadania, que chama de inclusiva, mas não igualitária. O autor discorda que o Estado moderno no Brasil tenha se formado apenas por uma imitação imperfeita dos modelos das revoluções americana (1776) e francesa (1789). Rejeita também o fato de que as elites locais desconheciam os debates que se passavam na parte

---

<sup>8</sup> Segundo Scott (1998), os passos para a criação desses novos fatos sinóticos são: 1. A criação de medidas únicas comuns; 2. O estabelecimento de contagens e classificação; e 3. A criação dos novos fatos por agregação (mais modernamente, também pelo estabelecimento de distribuições e médias estatísticas, incluindo a quantificação da incerteza). A característica destes fatos, por sua vez, são: 1. São fatos interessados, no sentido de utilitaristas; 2. São fatos documentados; 3. São, regra geral, estáticos; 4. Se formam por agregação; e 5. São padronizados.

do globo que, naquele momento, constituía o ápice da modernidade. Ao contrário, Holston afirma que os brasileiros se deram conta tanto da radicalidade dos projetos americano e francês, quanto do comprometimento destas formulações originais pela exclusão de grupos e pela geração de décadas de conflitos internos. Nas palavras do autor:

Enquanto construíam seu próprio Estado-Nação, as elites brasileiras analisaram todo o andamento desses conflitos. Não posso deixar de enfatizar o quanto elas eram versadas nos acontecimentos da experiência nacional dos franceses e dos americanos. Ao longo do século XIX, os formuladores da cidadania brasileira publicaram trabalhos abarrotados de discussões detalhadas sobre a história, a lei, a política e a economia desses países. Quando, em 1872, o deputado Francisco Belisário de Souza publicou sua reforma do sistema eleitoral brasileiro, por exemplo, incluiu uma detalhada análise dos dispositivos eleitorais de cada Constituição francesa até aquela data e debateu o papel do sufrágio em Tocqueville, Stuart Mill e Locke e outros autores franceses, americanos e britânicos. Outro deputado, A. C. Tavares Bastos, publicou em 1867 um trabalho sobre os problemas da imigração brasileira no qual analisa o impacto do Homestead Act dos Estados Unidos de 1862 sobre o preço da terra, e o impacto dessa variação de preço sobre a imigração. Na introdução de seu livro de 1873 sobre a reforma parlamentar e judicial no Brasil, ele escreve sobre o impacto da Revolução Francesa (...) Só uma opinião desinformada poderia imaginar que os brasileiros se encontravam isolados quando desenvolveram sua sociedade e cultura. Ao contrário, seu engajamento comparativo com esse repertório e seu diálogo com o mundo moderno foram parte importante da matriz cultural em que a cidadania brasileira se desenvolveu e à qual seus conflitos contemporâneos ainda respondem (HOLSTON, 2008, pp. 42-3).

Holston, assim como diversos outros autores, enfatiza, no entanto, que as elites brasileiras enfrentavam uma dimensão fundamentalmente distinta das demais nações ao considerarem a formação do Estado. Ao invés de contemplarem um território pequeno e ocupado, o Brasil constituiu-se, desde o princípio, de uma imensa porção de terra continental que, na visão colonialista, seria em sua maior parte vazia<sup>9</sup>. Isso fez com que o problema da apropriação e do controle adquirisse proporções significativamente diferentes, contribuindo para que a questão da cidadania fosse formulada de forma peculiar. De um lado, tratou-se de uma cidadania ampla e generosamente inclusiva, que rejeitou considerar os indígenas como uma nação à parte, como ocorreu nos Estados Unidos, e que atribuiu o status de cidadão pleno aos negros libertos e, posteriormente, aos nascidos livres, como recuou de fazer a França em suas colônias<sup>10</sup>. Por outro lado, nem indígenas, nem escravizados libertos puderam disfrutar igualmente dos direitos atribuídos aos brancos e seus descendentes legítimos, ainda que

<sup>9</sup> O conceito de vazio é recorrente ao longo da tese. Presente na formação do Estado moderno, a noção de ocupação de um vazio retorna na formulação das cidades modernistas (Brasília e Belo Horizonte), mas também na mobilização da ideia dos vazios urbanos inerente à política municipal de agricultura urbana. Por vazio, não me refiro a espaços não ocupados, mas sim àqueles vistos como não ocupados à luz da ordem predominante. Agradeço a Letícia Domingues por chamar minha atenção a este aspecto, também recorrentemente alertado por Ricardo Mendonça ao longo de todo o processo de orientação.

<sup>10</sup> Em termos técnicos, a cidadania brasileira foi – e ainda é – atribuída a partir da aplicação incondicional do princípio *ius solis*, isto é, a todas aquelas pessoas que nasceram (livres) no território nacional.

miscigenados. Isso porque essa mesma cidadania não gerava a expectativa de equidade, nem mesmo de igualdade perante a lei. Assim, aos indígenas coube a tutela legal do Estado, que os tratava como órfãos. Já os negros libertos foram assimilados a menores legais, possuindo prerrogativas limitadas de voto, apenas nas eleições primárias, e de serviço militar, apenas nos rankings mais baixos<sup>11</sup> (HOLSTON, 2008).

O ponto central é que, no Brasil, a constituição de uma cidadania inclusiva foi não apenas uma premissa para a construção de um Estado Nacional em um território de proporção continental, mas sobretudo um instrumento de controle e usurpação (ou apropriação) das terras indígenas e do trabalho do negro. James Holston demonstra como isso ocorreu a partir da combinação de uma estratégia de mestiçagem e branqueamento da população<sup>12</sup>, com a construção de um ordenamento jurídico baseado em uma profusão de normas e ordenamentos burocráticos, de modo a estabelecer não um governo, mas um desgoverno das leis<sup>13</sup>. O autor adverte que o direito brasileiro — em especial o direito administrativo e civil — constituiu-se em um instrumento ambíguo de ação estatal centralizada que, a um só tempo, apoiou-se na obsessiva decretação de regras estatutárias e burocráticas como instrumentos de solução de problemas e conflitos, ao passo que evitou sistematicamente a aplicação dessas mesmas regras de forma universal. A complicação legal resultante transformou-se em uma estratégia

---

<sup>11</sup> A limitação às posições inferiores do serviço militar ganha especial importância na medida em que consideramos, com Ramos (1966), a função latente da burocracia como forma de ascensão social pela incorporação do excedente populacional não aproveitado no mercado de trabalho privado. Até os dias atuais, diga-se de passagem, o serviço militar é um importante meio de mobilidade social, ainda que, internamente, prevaleçam relações de exclusão e apadrinhamento das pessoas negras em classes superiores. A esse respeito, ver Ramalho Neto (2012). Ver também, em perspectiva mais geral sobre as elites, Ferreira (2001).

<sup>12</sup> No caso dos indígenas, esse racismo inclusivo significou a divisão da política indigenista em duas. Nas áreas fronteiriças, isto é, no interior do país, os indígenas continuaram a ser aldeados, liberando vastas extensões de terras para a exploração, que vieram a ser declaradas como terras devolutas, pois conquistadas em “guerras justas” (Carta Régia nº 2, 1808). Já as áreas de assentamento receberam concessões reais da terra, que, no entanto, permitiam o arrendamento para não-indígenas, cujos pagamentos estariam “a serviço de sua civilização”. Em 1850, logo após a lei de terras, a Decisão 92 determinou a incorporação aos bens nacionais das terras em que os indígenas passaram a viver dispersos e confundidos na massa da população “civilizada”. Estava, assim, descaracterizado o elemento racial indígena e, portanto, legalmente aberto o caminho para a apropriação de suas terras (HOLSTON, 2008). Já em relação aos negros, um longo processo de pressão externa por parte da Inglaterra levou à igualmente longa e já muito debatida trajetória de abolição da escravidão no Brasil (CARVALHO, 2008). A principal questão destacada por Holston, contudo, é que o ato de libertação de escravizados foi, inicialmente, um ato individual e privado, concedido à inteira discricionariedade do senhor. Isso acontecia mesmo quando era o próprio escravizado que comprava sua alforria. Esses procedimentos eram, regra geral, eivados de ambiguidades (por exemplo, podiam e muitas vezes eram verbais e condicionados), fruto de um processo de negociação que implicava não apenas um serviço continuado por vários anos, mas também a permanência de um status de obediência, humilhação e submissão. A historiadora Elione Silva Guimarães demonstra como essa ambiguidade implicou em impedimentos formais no acesso a terras a negros libertos e mesmo a filhos mestiços, que em sua maioria não conseguiam provar seus direitos em intrincados processos de herança (GUIMARÃES, 2009). Já Mariléa de Almeida analisa como novos dispositivos legais acabam por impor procedimentos morosos e complexos para a demarcação de terras quilombolas das quais não há registro formal (ALMEIDA, 2022).

<sup>13</sup> O autor usa o termo *misrule of law*, em oposição ao tradicional e esperado *rule of law* (HOLSTON, 2008).

dominante de desgoverno das leis<sup>14</sup>, com o conseqüente favorecimento inercial do status quo e apropriação legal de ilegalidades, tanto por parte daqueles que possuíam recursos financeiros, jurídicos e políticos, quanto por parte daqueles que, despossuídos das mesmas prerrogativas, aprenderam a contra apropriar estrategicamente o discurso legal predominante. As principais características deste *misrule of law* são: (i) a existência de normativas legais que não são aplicadas (leis que “não pegam”); (ii) o emaranhamento burocrático; (iii) a prevalência de estratégias legais como forma de legitimação; (iv) a aplicação rígida da lei aos inimigos; (v) as soluções extrajudiciais; e (vi) a legalização dependente de práticas ilegais (HOLSTON, 2008, pp. 66; 230).

Durante o período colonial, o direito fundiário se tornou uma arena de contestação do governo português, que a complicou ao ponto de sua inativação. Era, assim, um meio de obter autonomia para a colônia. No entanto, esse modo de resistência foi também de hegemonia local: a complicação legal conferia aos conflitos fundiários a vantagem extralegal da elite agricultora, que podia tornar legal o ilegal. Na época, como agora, as posses de terras ajudaram o acesso de colonizadores pobres à terra, e eram reconhecidas como legítimas com base em direitos consuetudinários caso fossem ocupadas de forma produtiva. Embora essa mistura de costume e lei tenha ajudado os humildes, também permitiu em proporção ainda maior que golpistas (muitos da elite da sociedade) dissimulassem suas fraudes numa rede de transações legítimas. Assim, a apropriação ilegal se tornou uma forma básica de aquisição, e a ilegalidade, uma condição comum de organização social em todos os níveis da sociedade brasileira. A partir disso, a necessidade universal de transformar posses ilegais e usufruárias em propriedades imobiliárias desenvolveu a fina arte da complicação legal (HOLSTON, 2008, p. 228).

Na formulação de Holston, portanto, o formalismo não é apenas uma dupla estratégia de autonomia e controle, mas em sua apropriação por parte da elite e, em menor grau, de membros da população dominada, converte-se também em uma estratégia de incorporação vertical à ordem, promovendo o que Ramos denominou de dialética da ambigüidade. A menção de Holston à origem dessas complicações à forma de resistência de colonos frente ao governo da metrópole confirma a noção de política da mensuração cunhada por Scott. Além disso, a concepção de uma apropriação estratégica vem em linha com a constatação de que, no jogo político, há, no mínimo, dois sistemas em tensão dialética, um formal e outro informal.

Contudo, penso que a atribuição de Holston do desgoverno das leis a uma construção específica do Estado brasileiro é parcialmente enganadora, pois pressupõe que a sua superação requer um ajuste nas categorias básicas do direito e da cidadania, à luz de modelos adotados pelos chamados países desenvolvidos. Noutras palavras, pressupõe julgar que o Estado brasileiro não se modernizou por completo, como é comumente avaliado, ou mesmo que essa

---

<sup>14</sup> Na tradução para o português, o autor optou pela expressão mau governo das leis. Evito utilizar-me do adjetivo “mau” pois este implica que há um “bom” governo das leis, isto é, um modelo empírico ou mesmo normativo a ser seguido. Ver seção seguinte.

modernização foi atípica, singular, dadas as características peculiares encontradas nessa porção *sui generis* dos trópicos (CARVALHO, 2008; HOLSTON, 2008; LOVEMAN, 2005; REIS, 1979; SCHWARTZMAN, 1975).

Na seção a seguir, argumento que o projeto nacional brasileiro foi desde seu princípio um projeto modernizador, de maneira que sua singularidade não advém de um modelo alternativo ao Estado moderno, mas da exacerbação de uma tendência a ele imanente. Isto é, defendo que o formalismo é característica intrínseca não da formação idiossincrática brasileira, mas do próprio modelo de Estado moderno e de sua forma de dominação. Com isso não nego a singularidade do sistema de cidadania inclusivo-diferencial brasileiro. Com efeito, trata-se de um esquema absolutamente inconventional, pois explicita o que alhures é oculto: um dos estilos de superação de conflito típicos da modernidade é a exclusão seguida de inserção diferencial, uma estratégia de dominação baseada na *usurpação* material e simbólica (exclusão), acompanhada da *conversão* cultural dos sujeitos e corpos (inserção diferencial). A peculiaridade brasileira, portanto, expressa-se não por ser uma alternativa (inacabada ou simplesmente distinta) do Estado nacional, mas sim por tratar-se de um exagero, uma caricatura daquilo que este Estado pretende negar ou ocultar<sup>15</sup>.

## 1.2. A ambiguidade como elemento constitutivo do Estado moderno

Tratar a dialética da ambiguidade como algo peculiar à formação do Estado brasileiro é perder o ponto central. O que está em jogo não é um processo incompleto de modernização, mas sim a própria lógica do Estado moderno. O Brasil não representa um caso de semimodernidade ou de modernização fracassada, como sugeriram muitas interpretações. Ao contrário, revela, de forma quase caricatural, as tendências que definem o Estado moderno enquanto tal. Nesse sentido, trata-se menos de subdesenvolvimento do que de hipermodernidade — uma condição que, como argumenta David Harvey (1990), expressa as contradições mais intensificadas dos projetos modernos de Estado.

Benedict Anderson oferece o primeiro passo para esclarecer esse argumento. Em *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, o autor mostra que as nações são artefatos culturais que emergiram para preencher o vazio deixado pelo declínio das formas pré-modernas de pertencimento — como as comunidades religiosas, as ordens dinásticas e o tempo cosmológico. A nacionalidade, nesse sentido, não designa uma

---

<sup>15</sup> A ideia do Brasil como caricatura é tributária a trabalho anterior do próprio Holston sobre a construção de Brasília, como ficará demonstrado adiante. Ver Holston (1989).

comunidade natural ou dada, mas uma comunidade imaginada: uma construção simbólica que fornece categorias de pertencimento e fraternidade. O poder do nacionalismo reside precisamente nessa ficção. Ele produz um senso de comunhão e horizontalidade, mas apenas no nível simbólico — sem apagar as profundas divisões sociais que persistem no interior da nação (ANDERSON, 2006).

Esse paradoxo se reflete nas origens históricas do próprio conceito. Como observa Anderson, os primeiros movimentos nacionalistas não foram europeus, mas americanos, liderados por elites crioulas nascidas nas colônias. Para elas, o nacionalismo foi uma forma de afirmar sua autonomia enquanto elites locais, ao mesmo tempo em que negavam sua condição de subordinação às metrópoles europeias. Anderson alude ao papel das viagens e peregrinações realizadas por funcionários administrativos crioulos, isto é, descendentes de europeus, cujo acidente de nascimento na América os tornavam, aos olhos de seu próprio povo, inferiores e subordinados. Nesse sentido, os crioulos constituíam um enorme desafio à metrópole, pois eram a um só tempo uma elite dominante e dominada<sup>16</sup>. O que importa aqui é não tanto um significado tocante de grandiosidade imprimido pela noção de peregrinação, tais como as grandes peregrinações religiosas de outrora, mas a ideologia de um absolutismo esclarecido cujos funcionários — entendidos como servidores — compartilhavam uma noção de carreira sustentada por uma única linguagem de Estado, a linguagem administrativa, e uma aspiração comum de ascensão ao topo via superação de vários estágios e posições que deveriam ser prestadas com talento. Dessa maneira, a noção de comunhão entre os membros de uma elite subordinada à metrópole gerou uma consciência particular de comunidade, animando o que interesses econômicos envoltos em uma ideologia liberal e iluminista articulavam como contraposição a uma exploração injusta realizada pela metrópole. A comunidade imaginada da nacionalidade funcionava, assim, como inclusão e exclusão: conferia legitimidade simbólica a um novo sentido de destino coletivo, ao mesmo tempo em que reproduzia desigualdades ao fundamentar essa legitimidade em uma ficção de unidade (ANDERSON, 2006).

Gianfranco Poggi leva essa discussão adiante ao examinar como essa comunidade imaginada é institucionalizada no Estado moderno. Sua análise contrapõe duas concepções clássicas do político: a visão anglo-saxã, que define a política como uma arena formal e procedimental governada por regras de alocação de valores, e a visão schmittiana, que concebe a política como uma esfera substantiva e existencial, fundada na decisão que distingue amigo e

---

<sup>16</sup> James Holston faz alusão a esse status, em si mesmo ambíguo, dos crioulos portugueses quando contempla seus estratégias jurídicas na legitimação de suas posses frente aos domínios da coroa (HOLSTON, 2008).

inimigo. A principal percepção de Poggi é que o Estado moderno, ao reivindicar ser universal e regido por regras, não pode suprimir inteiramente a dimensão existencial do pertencimento. O universalismo da legalidade moderna depende, portanto, de um ato prévio de identificação — um “nós” coletivo que dá substância ao que, de outro modo, seria uma ordem formal e abstrata (POGGI, 1978)

É precisamente aqui que o nacionalismo retorna à cena: como o suplemento afetivo e simbólico que confere sentido à arquitetura formal do Estado. O Estado moderno reivindica representar direitos universais igualmente aplicáveis a todos os cidadãos, mas essa pretensão permanece ancorada nas fronteiras de uma comunidade nacional particular. A linguagem do direito é abstrata, despersonalizada e formalmente racional, mas seu escopo de aplicação restringe-se àqueles reconhecidos como membros da nação. A própria universalidade da lei, portanto, é inseparável de um particularismo nacionalista que define quem conta como sujeito de direitos. Longe de constituir uma contradição, essa tensão entre universalismo formal e particularismo existencial é constitutiva da cidadania moderna (POGGI, 1978).

Étienne Balibar radicaliza ainda mais esse ponto ao demonstrar que o Estado-nação é sempre contaminado por seu suplemento dialético: o racismo e o imperialismo. O nacionalismo nunca é completo em si mesmo; ele requer a exclusão de “outros” internos e a expansão sobre “outros” externos. O racismo, em Balibar, não é simplesmente uma expressão do nacionalismo, mas um suplemento interno indispensável à sua continuidade. Do mesmo modo, a expansão imperial não é uma aberração, mas uma tendência estrutural do Estado moderno. Nação e racismo/imperialismo, universalidade e exclusão, igualdade e hierarquia — essas oposições definem o Estado não por acidente, mas por necessidade. A ambiguidade não é uma falha, mas uma condição de possibilidade do projeto moderno (BALIBAR, 1991).

Nesse sentido, a reflexão de Balibar ressoa profundamente com a crítica de Enrique Dussel ao mito da modernidade. Para Dussel, a pretensão universal da modernidade funda-se em um ato de ocultamento: o “encobrimento do Outro” que acompanhou a colonização dos modos de vida. O que a Europa apresentou como conquista espiritual e civilizatória da humanidade foi, de fato, a subjugação violenta e o silenciamento epistêmico de povos inteiros. A própria noção de sujeito universal — racional, autônomo e autodeterminante — constituiu-se pela negação daqueles transformados em objetos de conhecimento e dominação. Nesse sentido, racismo e imperialismo não são externos à modernidade, mas intrínsecos à sua estrutura. São as condições materiais e simbólicas pelas quais a modernidade se realiza. O mito da modernidade, assim, espelha a lógica do Estado-nação moderno: ambos se apoiam em um

discurso universalista que oculta sua dependência da exclusão, da hierarquia e da conquista. O que Dussel chama de “conquista espiritual” do Outro encontra seu correlato institucional no aparato burocrático e racializado de inclusão e exclusão do Estado moderno — um projeto que o Brasil, em sua trajetória hipermoderna, torna particularmente visível (DUSSEL, 1992).

Vistas em conjunto, essas formulações teóricas revelam que a ambiguidade não é um sintoma de fraqueza institucional ou de atraso político, mas a própria gramática pela qual o Estado moderno opera. Ela não deve ser compreendida como degeneração do Estado de direito ou do governo constitucional — como frequentemente se sugere no Brasil sob o rótulo de Estado de Direito —, mas como uma de suas características constitutivas essenciais. A ambiguidade manifesta-se, pelo menos, em três dimensões inter-relacionadas: (i) na tensão entre o saber formalmente articulado e os saberes locais, em que a legibilidade estatal impõe controle ao mesmo tempo em que depende das práticas informais que desautoriza; (ii) na pretensão universalista dos direitos de cidadania, indissociavelmente ligada à particularidade do nacionalismo, que se traduz em uma forma diferenciada e condicional de pertencimento; e (iii) na constituição de uma noção de equidade formal que assegura o controle enquanto sustenta desigualdades materiais e assimetrias simbólicas. A ambiguidade emerge, assim, como um dispositivo estrutural de dominação — um mecanismo que garante coesão e legitimidade por meio da hierarquia e da exclusão.

No entanto, os efeitos desse dispositivo são ambivalentes. Por um lado, a ambiguidade permite a inclusão marginal de corpos, saberes e vozes historicamente excluídos do domínio da racionalidade, da autonomia e da autodeterminação — os próprios ideais do sujeito branco, europeu e masculino que ancoram o mito da modernidade. Corpos, saberes e vozes que, de outro modo, estariam condenadas ao apagamento completo. Sob o império da lei, tal inclusão é primariamente formal e diferencial: concede visibilidade sem pleno reconhecimento, produzindo desigualdade material e supressão simbólica. Por outro lado, essa mesma ambiguidade abre espaços para contestação, repolitização e reivindicações de justiça. Justamente porque a dominação é mediada pela promessa de universalidade, ela cria as condições para sua própria disputa. As lutas que emergem nesse horizonte, contudo, não estão livres de seus limites. Com frequência, recorrem à mesma lógica utópico-simbólica que sustenta o mito moderno — buscando redenção no próprio marco que produziu a exclusão. Nesse sentido, a ambiguidade é ao mesmo tempo o solo da dominação e o terreno da resistência: um paradoxo constitutivo que a trajetória hipermoderna do Brasil torna particularmente visível,

onde a aspiração à inclusão universal continua a coexistir com a persistência das hierarquias coloniais

### **1.3.Efeitos ambivalentes: os discursos utópicos de progresso e revolução**

A formação do Estado-nação brasileiro forjou um sistema incomum de cidadania inclusiva e não igualitária (HOLSTON, 2008), revelando a natureza ambígua da ação estatal como instrumento tanto de manutenção quanto de transformação das estruturas sociais. Longe de contradizer o projeto do Estado moderno, essa ambiguidade o intensifica, expondo a condição hipermoderna da formação estatal brasileira — uma modernidade acelerada e exagerada, na qual a promessa universal de inclusão convive com a persistência das hierarquias coloniais. O resultado não é uma modernização incompleta, como tantas vezes se afirmou, mas uma hipermodernização caricatural, que dramatiza as contradições inerentes à própria modernidade.

Esta seção explora os efeitos ambivalentes desse processo em dois grandes discursos utópicos: o discurso oficial do progresso na ordem e o discurso revolucionário da ruptura cotidiana. Ambos emergem do mesmo fundamento ambíguo, mas operam de modos distintos quanto a legitimação ou crítica da desigualdade no país. A análise se desdobra em três partes: primeiro, a formação da ideia de progresso na ordem no teatro político imperial; segundo, sua transformação em discurso de pertencimento nacional sob o trabalhismo varguista; e, por fim, a rearticulação modernista da revolução no cotidiano, a partir da *brincadeira* realizada por Lúcio Costa na concepção de Brasília.

#### *1.3.1. O Teatro das Sombras: progresso e ordem no Estado imperial*

A partir do século XIX, a elite imperial brasileira encenou a política como um teatro de sombras, como descreve José Murilo de Carvalho (2008). O aparente equilíbrio entre liberais reformistas e conservadores tradicionalistas mascarava a persistência de uma elite burocrática unificada mais por ideologia do que por classe. Formada nas tradições absolutistas de Portugal e moldada por longas carreiras administrativas, essa elite via a si mesma como guardiã da unidade nacional na ausência de uma burguesia forte. Sua missão era não apenas construir o Estado, mas também inventar a nação — processo que, conforme Anderson (2006), implicava imaginar uma comunidade simbólica para preencher o vazio deixado pela desintegração colonial.

Esse teatro de progresso e ordem corporificava um projeto ambíguo de inclusão: reformas eram anunciadas em nome da modernidade, mas implementadas por práticas

conservadoras que preservavam hierarquias patrimoniais. A promessa liberal de direitos e de governo racional coexistia com uma estrutura de dominação fundada na concentração fundiária, na escravidão, na exclusão racializada e na dependência. A própria noção de cidadania foi, assim, inaugurada como privilégio — discursivamente universal e inclusiva, mas formal e materialmente restrita e excludente. Nesse sentido, o projeto imperial antecipou, em certa medida, a ambivalência moderna entre lei universal e particularismo nacional, entre igualdade formal e hierarquia estrutural. Além disso, foi um experimento que mais tarde seria aperfeiçoado e ampliado.

O ponto é que a elite brasileira captou precisamente a ambiguidade da cidadania moderna em sua própria formulação. A forma assumida por esse processo foi a da ambiguidade jurídica e política. A ambiguidade jurídica se expressou na proliferação e repetição de estatutos regulatórios que, em grande parte, favoreciam o status quo — a aliança entre o poder público e as elites locais privadas —, configurando uma privatização nacional da esfera pública, especialmente em relação à terra e à escravidão:

“[...] o Estado brasileiro perpetuou outro hábito da administração colonial portuguesa: uma dependência obsessiva da regulamentação burocrática e legal como meio de resolver problemas em lugares distantes e de acalmar sua desconfiança em relação aos próprios representantes. Além disso, impressiona tanto o volume quanto a repetição da legislação colonial e imperial. [...] É tentador afirmar que esse tipo de particularismo se torna um elemento — e até uma estratégia — duradoura da má condução do Estado de direito: a aplicação universal é sistematicamente evitada como objetivo dos atos legislativos, decretos governamentais e decisões judiciais. Em vez disso, esses atos, interpretados de modo restrito, oferecem tão pouca continuidade e generalidade que cada novo caso precisa ser negociado do zero. A complicação jurídica resultante, a incerteza e a inércia favorecem não apenas o status quo, mas também usurpações consumadas que acabam legitimadas pela ação política e não judicial. [...] Assim, ao longo de vários séculos, os índios foram ‘libertados’ muitas vezes na legislação porque continuaram sendo ilegalmente escravizados. E, assim como o Estado dá substância a si mesmo principalmente pela copiosa produção de documentos, seu formalismo em papel exige volumosa documentação, devidamente assinada, carimbada e registrada, daqueles que desejam reivindicar seus direitos junto aos seus ofícios” (HOLSTON, 2008, p. 66).

A ambiguidade política, por sua vez, se manifestou em uma relação de mútua dependência, acomodação e descontentamento entre funcionários públicos e elites privadas:

(...) os magistrados, embora muitos fossem vinculados à propriedade de terra e fossem reconhecidos em geral como sustentáculos da ordem, não eram reconhecidos como legítimos representantes dos proprietários rurais. A situação do setor militar da burocracia era ainda mais nítida de vez que, nem pela origem social ele se ligava aos interesses dos proprietários. Na elite não-burocrática, sobretudo entre os profissionais liberais que substituíram em massa os magistrados, havia igualmente uma facção que se desvinculava dos interesses da grande propriedade, escravista ou não. (...) Da conjunção desses fatores resultava que o Estado e a elite que o dirigia não podiam, de um lado, prescindir do apoio político e das rendas propiciadas pela grande agricultura de exportação, mas, de outro, viam-se relativamente livres para contrariar os interesses dessa mesma agricultura quando se tornasse possível uma coalizão com

outros setores agrários. (...) Foi constante no Império a dubiedade: para cada Tavares Bastos que clamava contra o poder excessivo do Estado em defesa de reformas liberais, haveria um Rio Branco que usaria o mesmo poder para realizar as reformas, embora talvez não exatamente as mesmas. Era conhecida a ironia: os liberais propunham as reformas que os conservadores realizavam (CARVALHO, 2008, p. 233-4).

Explicitar as raízes modernizadoras da elite imperial brasileira é passo crucial para superar o elogio histórico à constituição do Estado — não apenas para destacar a existência de projetos políticos alternativos, mas também para expor a criação de um aparato estatal intrinsecamente racista e excludente excludente (DE MELLO, 2004; SILVA, 2015; STARLING, 2018)<sup>17</sup>. Esse legado é difícil de apreender porque, no século XIX, o ímpeto modernizador do Estado ainda operava sobre bases legais e políticas frágeis — um teatro de sombras. A consolidação final da modernização brasileira, como se sabe, veio apenas décadas depois, com o Estado Novo de Vargas. Em outras palavras, a política imperial e a primeira república careciam da tecnologia política capaz de articular cultural e simbolicamente a incorporação popular em um destino nacional unitário e redentor — a invenção de uma comunidade imaginada — cujo pleno desenvolvimento prometia um futuro glorioso para todos os que cumprissem as regras. Mas essa promessa repousava na diferenciação formal das categorias de cidadãos, chamados a participar da construção desse futuro enquanto eram incluídos de maneira formal e materialmente desigual, de modo a preservar a ordem geral.

Tal inclusão diferencial, vale lembrar, ocorria sob a ameaça do ostracismo total — tanto material, pela negação do acesso a serviços básicos, quanto simbólico, pela exclusão do próprio destino nacional. Sob esse discurso utópico de desenvolvimento, a solidariedade era gerada pela contribuição e pela generosidade, pelo mito da refundação nacional e pela despolitização dos sujeitos. O custo de se opor a esse pacto era a exclusão da modernidade, com a consequente condenação ao arcaísmo. Ainda assim, suas limitações também geraram novas formas de repolitização, à medida que sujeitos marginalizados passaram a demandar inclusão em seus próprios termos.

### *1.3.2. Trabalho, nação e solidariedade: a era Vargas e a moralização da cidadania*

Com a ascensão do regime Vargas, o discurso do progresso na ordem foi nacionalizado por meio da linguagem do trabalho. O trabalhismo varguista buscou construir uma economia moral da cidadania fundada na solidariedade e na produtividade. O trabalhador, e não mais o indivíduo liberal, tornou-se o cidadão paradigmático da nação. Por meio das instituições corporativistas, os direitos sociais foram reconhecidos — mas sempre como concessões do

---

<sup>17</sup> Novamente aqui registro o agradecimento a Juarez Guimarães.

Estado, condicionadas à contribuição, à disciplina e à lealdade. Esse arranjo ampliou aquilo que Holston (2008) denomina cidadania inclusiva e não igualitária: todos podiam ser incluídos, desde que jogassem segundo as regras da participação produtiva.

A legitimidade moral da cidadania tornou-se, assim, contributiva, e não universal. As classes trabalhadoras internalizaram os valores de mérito, disciplina e pertencimento, legitimando sua inclusão ao recorrer às mesmas categorias formais que antes as haviam excluído. Ao fazê-lo, aprenderam a jogar o jogo dos mestres — utilizando a retórica da solidariedade e do desenvolvimento para reivindicar seu lugar na ordem social diferenciada (HOLSTON, 2008). Contudo, essa mesma lógica operava em detrimento daqueles situados fora da regra do trabalho — trabalhadores informais, racializados ou domésticos. A inclusão, portanto, permaneceu diferencial e hierárquica, transformando direitos políticos em obrigações moralizadas. A “nação prometida”, por sua vez, não se realizou pela ruptura, mas pela expansão controlada da formalidade, reforçando o império da lei como império da diferença. Se o teatro imperial havia moralizado a hierarquia sob o disfarce da reforma, a modernidade corporativa de Vargas a redefiniu em termos de trabalho e produtividade.

Em *A invenção do trabalhismo*, Angela Maria de Castro Gomes (2005) identifica como tarefa central do projeto nacional varguista a recuperação do conceito de revolução como fórmula institucional do regime. Com base em sua análise dos artigos publicados na revista *Cultura Política* — criada para explicar ao público as transformações trazidas pelo novo governo —, Gomes caracteriza o regime como uma democracia social que redefiniu o discurso revolucionário em uma dupla direção temporal, simultaneamente voltada para o passado e para o futuro:

Neste esforço, o regime concebeu a realidade que devia ser construída a partir de esquemas interpretativos e diagnósticos que afirmavam sua legitimidade diante de um passado tanto recente, quanto remoto. Projetar um novo Estado significava buscar sua legitimidade, isto é, incursionar por sua origem. E isto por sua vez, significava reescrever a história do país, debruçar-se sobre o passado naquele sentido mais profundo em que ele significa tradição. Projetar o futuro é escrever o que deve acontecer através daquilo que já aconteceu. O presente se torna um ponto de interseção em que a história é constituída pela seleção da presença do passado no futuro (GOMES, 2005, p. 190).

No cerne desse novo Estado estava a incorporação dos trabalhadores a uma ideia renovada de nação brasileira — uma nação, como sempre, definida por sua vocação para o desenvolvimento e pela promessa de novos níveis de civilização e bem-estar social. O que importa, para o argumento aqui desenvolvido, é delinear os contornos dessa democracia social e, sobretudo, sua relação com uma nova doutrina: o trabalhismo.

Segundo Gomes (2005), a democracia social de Vargas buscou produzir, por meio do Estado, um consenso moral e espiritual de nacionalidade. A cidadania, portanto, significava pertencer a — e contribuir para — uma comunidade espiritual. Como já sugerido, para Anderson (2006), a nacionalidade cumpre uma função transcendental ao dotar os acidentes do nascimento e da morte de um sentido, conferindo à política um conteúdo substantivo — uma espécie de reencantamento do mundo. O que o Estado Novo realizou foi a exacerbação dessa função por meio de um projeto cultural globalizante que, longe de anular o indivíduo, pretendia transformá-lo em uma pessoa. Essa transformação se dava através do trabalho, que, sob as leis trabalhistas, era simultaneamente direito e dever da cidadania.

Foi essa operação que permitiu ao regime varguista impor uma lógica material estratificada — expressa na doutrina segundo a qual “só tem direito quem tem ofício” — sobre uma lógica simbólica de integração, na qual os benefícios sociais não eram percebidos como conquistas ou reparações pela condição subordinada da classe trabalhadora, mas como atos de generosidade do governante, identificado com o Estado e, por extensão, com o povo (Gomes, 2005).

Dessa forma, como observa Gomes, o Estado deixou de ser visto apenas como produtor e distribuidor de bens materiais e passou a ser compreendido como produtor de discurso — um discurso de natureza mitológica. Em seu estudo sobre Brasília, ao qual retornarei mais adiante, James Holston (1989) define o mito fundacional como um gênero narrativo caracterizado por seu conteúdo, forma e função social. Inspirando-se em Malinowski e Roland Barthes, Holston argumenta que o mito é um sistema de representações sobre sistemas de representações — um dispositivo metalinguístico capaz de redefinir esses sistemas em termos de sua própria lógica e de seus próprios propósitos.

Seguindo esse raciocínio, Gomes (2005) mostra como o regime Vargas conseguiu des-historicizar a luta dos trabalhadores, suas demandas, valores e tradições, redefinindo-os segundo uma lógica simbólica de reciprocidade: a generosidade do Estado exigia, em retorno, solidariedade coletiva.

(...) a própria concepção de legislação social tinha embutida uma lógica material de mercado (só o trabalhador são e bem integrado era produtivo), mas podia ser entendida igualmente através de uma moral não comercial de grupo. As leis sociais eram uma dívida da coletividade nacional para com os trabalhadores, o que significava tanto a possibilidade do bem-estar material, quanto a demonstração da proteção, da atenção que, merecidamente, deviam receber. A legislação não era uma caridade; ela era função da solidariedade criada e devida pela autoridade. No entanto, ela comportava o sentimento da generosidade, da virtude do Estado e do estadista. Mas este sentimento não vinha contrariar a noção da necessidade, do dever do trabalho, nem

tampouco a ideia de que cada um devia lutar por seus interesses, por seu “lugar econômico”. O povo tinha direito de receber, e portanto o dever de retribuir. Ao contrário, ele não tinha o direito de não receber, pois isto significaria não ter o dever de retribuir. Daí porque não retribuir — não pertencer, não trabalhar — era crime. Era o reverso da cidadania. Era estar fora, recusando o vínculo, a aliança (GOMES, 2005, p. 232, *ênfase no original*).

Vale notar aqui não só uma inversão da forma como o Império tratou o trabalhador nacional, taxando-o de preguiçoso e inapto (Kowarick, 1994), mas a permanência da ambiguidade expressa na fórmula da incorporação diferencial. Note-se também a alteração do significado da lei, já que esta não mais se prestava a uma função formal de igualdade impessoal entre indivíduos. Era pela lei, isto é, pela legislação social que “o Estado se afirmava como criador de pessoas” (GOMES, 2005, p. 257). Eis o jogo de perspectivas, a saber, a tecnologia política que passou a legitimar o formalismo predominante na constituição do Estado nação no Brasil e, com ele, sua dominação estrutural: a deshistoricização mitológica da estratificação da sociedade brasileira e sua rehistoricização em forma de pertencimento e solidariedade nacional.

Essa nova economia moral da cidadania logo adquiriu sua forma institucional definitiva. A arquitetura institucional criada pelo regime Vargas culminou no que Wanderley Guilherme dos Santos (1979) denominou “cidadania regulada”. Por meio da incorporação estatal dos sindicatos, o regime os transformou de representantes autônomos de interesses de classe em garantidores administrativos de direitos sociais — mas apenas para aqueles que contribuía pelo trabalho formal. Nessa configuração, a proteção social deixou de ser o resultado da luta coletiva e passou a ser uma função da mediação estatal, condicionada à participação produtiva na economia nacional.

O resultado foi uma profunda despolitização dos movimentos trabalhistas: os sindicatos perderam grande parte de sua capacidade de enfrentamento, tornando-se zeladores da legalidade e da ordem dentro de um marco corporativista. Ao mesmo tempo, essa despolitização gerou uma nova linguagem moral da dignidade, ancorada na contribuição. Ser cidadão passou a significar ser trabalhador, e ser trabalhador passou a significar ser digno. Os direitos sociais emergiram, assim, não como prerrogativas universais, mas como recompensas pela participação disciplinada no aparato produtivo da nação — um sistema de reciprocidade moralizada que reificava a hierarquia ao apresentá-la como solidariedade.

Esse arranjo corporativista, no entanto, começou a se fraturar nas décadas seguintes. Como observa Eder Sader em *Quando novos personagens entram em cena* (SADER, 1988), entre as décadas de 1960 e 1980 uma nova onda de ativismo sindical — o chamado “Novo Sindicalismo” — buscou superar o vazio e a perda de representatividade que haviam

caracterizado as organizações oficiais. Impulsionado sobretudo pelos metalúrgicos da região do ABC paulista, esse movimento procurou reivindicar as dimensões participativas e reivindicativas da política trabalhista, transformando espaços de controle corporativista em arenas de mobilização coletiva.

Central para essa repolitização foi a crescente consciência das indignidades impostas tanto pelo governo quanto pelos empregadores — indignidades legitimadas por um discurso moral que igualava dignidade a contribuição e conformidade (SADER, 1988). Como observa Lais Abramo (1986, p. 146), o novo movimento expressava o sentimento derivado da “ruptura das regras da reciprocidade”, à medida que os trabalhadores se davam conta de que suas condições precárias estavam muito aquém das promessas feitas a eles. Essa insatisfação generalizada foi respondida com ameaças de demissão por parte dos empregadores e violência e repressão por parte do Estado.

Nesse contexto, os líderes sindicais exploraram habilmente as brechas legais e ambiguidades institucionais, reinterpretando os objetivos e as formas legítimas de ação disponíveis. Com isso, deslocaram sutilmente sua retórica da conciliação para a contestação, baseando-a na reivindicação de que os trabalhadores, por meio de seus sindicatos, eram cidadãos respeitáveis que exigiam ser tratados com dignidade — isto é, com o respeito devido a participantes plenos da vida política nacional (SADER, 1988).

### *1.3.3. Revoluções cotidianas: o jogo de Lúcio Costa e a utopia da cidadania modernista*

Como demonstrou o caso do Novo Sindicalismo, a repolitização dos estratos marginalizados e o surgimento de reivindicações insurgentes por participação social constituem o que venho chamando de efeito ambivalente da ambiguidade estatal. Para explorar essa dimensão, examino outro experimento de refundação nacional: a transferência da capital federal para uma região que, aos olhos do Estado brasileiro, era vazia — ou seja, inóspita e desabitada — o chamado Planalto Central.

A utopia modernista de meados do século XX reimaginou o projeto de renovação nacional em termos arquitetônicos e urbanísticos. No desenho e na construção de Brasília, Lúcio Costa traduziu o sonho de revolução em uma estética da transformação cotidiana. Como demonstra James Holston (1989), a *brincadeira* de Costa consistiu em apropriar-se do ato de engenharia social de Kubitschek, reinterpretando-o como um gesto revolucionário alternativo, disfarçado de improvisação poética. Apresentando-se como um *maquisard* — um *bricoleur* —

, Costa infundiu ao projeto modernizador do Estado uma retórica de resistência e criatividade popular, conferindo-lhe uma aura de humanismo e espontaneidade<sup>18</sup>.

Embora esse gesto poético implicasse uma nova forma de revolução, ele também precisava lidar com o discurso formal do progresso, gerando contradições no plano urbanístico de Brasília. Tanto para o governo quanto para o arquiteto, a cidade corporificava uma missão civilizatória e uma utopia de integração social, onde a ordem espacial deveria produzir a ordem moral da nação. A revolução cotidiana prometida pela arquitetura modernista, injetada no progresso na ordem prometido pelo projeto estatal de modernização, traduziu-se em uma tentativa de transformar a vida por meio da forma, convertendo o espaço construído em instrumento de formação da cidadania. A contradição, no entanto, logo reapareceu: a estratificação social da cidade reproduziu as mesmas hierarquias que buscava superar. A superquadra, por exemplo, tornou-se o emblema da igualdade sem equidade, e as periferias, novamente, os repositórios da exclusão.

Segundo os preceitos do arquiteto, as superquadras deveriam ser responsáveis por promover a convivência privada — em termos semelhantes — entre os diferentes estratos que comporiam a burocracia estatal. Do mais alto funcionário a motoristas, zeladores e jardineiros, todos deveriam habitar os mesmos espaços cívicos, comerciais e de lazer. Aqui se delineia uma segunda forma de discurso utópico, baseada na noção modernista de revolução cotidiana como contraponto à ideia de progresso pela modernização.

O protagonista dessa revolução não é o Estado — cujas interações realizam as promessas de inclusão futura dos que obedecem às normas e contribuem com produtividade —, mas o homem comum, que, sendo o refugio das desigualdades sociais do sistema, consegue, de algum modo, situar-se fora do discurso predominante e mobilizar uma racionalidade alternativa. A perspectiva de mudança é, então, trazida para o presente, nas práticas cotidianas de bricolagem, capazes de criar rupturas na ordem dominante.

As premissas do arquiteto, contudo, ecoavam as de políticos modernizadores anteriores — como Pedro II, José Bonifácio, Vargas e Kubitschek — a convicção de que a sociedade brasileira ainda carecia das condições sociais, econômicas e políticas para uma vida moderna e

---

<sup>18</sup> Foi tal *malandragem* que permitiu com que Costa ganhasse o concurso nacional que selecionou o projeto da capital, não com um plano propriamente dito, mas com um gesto composto de alguns esboços artísticos, acompanhados de 23 artigos explicativos, escritos em linguagem que mimetizava os poemas épicos. Holston (2008) destaca como o feito ganhou o apelo popular, já que os jornais da época relataram, com um misto de espanto e admiração, como Costa havia investido apenas 25 cruzeiros para abocanhar o prêmio de 2 milhões oferecido pelo governo.

civilizada, e de que apenas um projeto utópico fundado em sua des-historicização poderia alcançar um salto desenvolvimentista sem provocar uma convulsão nacional.

James Holston chama atenção para a contradição inerente a toda utopia quando instrumentalizada para promover mudança social: “Para ser diferente, uma utopia imaginada deve negar a ordem prevalescente que gerou o desejo por ela (...). Entretanto, ao fazê-lo, ela se torna incapaz de atingir autonomia, já que qualquer substância que tiver advém dessa mesma ordem” (HOLSTON, 1989, p. 199). Essa contradição produz um paradoxo refletido na percepção que os primeiros habitantes de Brasília tiveram da nova capital — percepção capturada por Holston na expressão recorrente *brasilite*. O próprio termo denota uma ambiguidade de sentimentos em relação à cidade, carregando conotações tanto negativas quanto positivas. O lado negativo provém da rejeição à vida social prescrita pelo desenho da cidade; o lado positivo, por sua vez, refere-se às oportunidades econômicas e ao bem-estar material que Brasília oferecia.

Quando olhamos para os aspectos positivos da *brasilite*, vemos que essa resposta não é menos paradoxal. A ideia de Brasília negou duplamente o velho Brasil: ela negou o seu subdesenvolvimento assim como a sua vida urbana. Embora os brasilienses rejeitaram a desfamiliarização desta, não é sem surpresas que eles aceitaram a negação daquele. Assim, sua abordagem da *brasilite* tem esse aspecto positivo: eles consistentemente apreciavam as oportunidades econômicas e os altos padrões de vida da cidade. Eles podem rejeitar a sua vida social, mas eles exaltam suas condições de prosperidade. Que essas condições devem ser consideradas parte do trauma [de viver em Brasília] é a medida do quão incongruente moderna a cidade é no Brasil. De maior destaque entre essas avaliações positivas são aquelas que dizem respeito às oportunidades econômicas. Sua ênfase no trabalho traz ao foco o papel do Estado não apenas enquanto construtor da cidade, mas também (...) seu papel absolutamente predominante como provedor de empregos e serviços urbanos. No que segue, eu ilustro brevemente os benefícios dessa provisão. Faço isso não apenas porque eles revelam o que os habitantes gostam em Brasília, mas sobretudo porque eles sugerem uma conclusão paradoxal: que ao alcançar desenvolvimento econômico, o governo reiterou algumas das condições sociais básicas do subdesenvolvimento que ele inicialmente buscou eliminar (HOLSTON, 1989, p. 25).

Como observa Holston, a *brincadeira* de Costa gerou a sua *contra-brincadeira*: a apropriação oficial dos desejos revolucionários para reforçar a ordem e o progresso. Esse contra-jogo corresponde à despolitização dos habitantes da cidade, que, em busca de benefícios materiais, converteram-se em reprodutores da estratificação social. Mas gerou também apropriações insurgentes das periferias de Brasília, habitadas pelos trabalhadores que, tendo ajudado a erguer a capital, foram excluídos — simbólica e materialmente — do direito de nela viver. Esse movimento recriou a ruptura das regras da reciprocidade, repolitizando as periferias, onde os moradores forjaram seus próprios significados de cidadania.

Essa forma de politização, como Holston demonstraria posteriormente em sua outra grande obra sobre o Brasil (HOLSTON, 2008), é capaz de produzir uma recuperação insurgente da cidadania — categoria central mobilizada pelos discursos modernizadores. Holston mostra, contudo, que embora essa cidadania insurgente consiga realizar sua própria apropriação (ou contra-apropriação) da lógica dominante de inclusão estratificada, ela acaba restabelecendo a ambiguidade — ou melhor, a dialética da ambiguidade —, na medida em que se ancora no mesmo papel contributivo imposto pelo discurso predominante, fazendo com que seus resultados também sejam diferenciadores.

Em outras palavras, a conquista da periferia legalizada de Brasília (HOLSTON, 1989) derivou inicialmente de mobilizações acionadas pela percepção de uma ruptura na aliança simbólica estabelecida pela lógica da solidariedade inscrita na tecnologia política que sustenta o desenvolvimento brasileiro. No entanto, o que dela emergiu foi uma reintegração formalista dos grupos marginalizados, que podem sonhar com a inclusão, mas apenas na medida em que se diferenciam daqueles que não se adaptaram aos termos dominantes.

Em última instância, os efeitos da ambiguidade são, eles próprios, ambíguos: por um lado, abrem espaços para uma ressignificação insurgente da cidadania; por outro, reproduzem os termos dominantes da ordem diferencial.

#### *1.3.4. Da ambivalência à reprodução da ambiguidade*

Consideradas em conjunto, essas trajetórias expõem o duplo efeito da ambiguidade como dispositivo de dominação. Por um lado, ela possibilita a inclusão marginal, estendendo a promessa de universalidade àqueles historicamente excluídos — ainda que apenas de modo formal e diferencial. Tal inclusão é simbólica e condicional, estruturada por ideais de racionalidade, autonomia e autodeterminação enraizados na imagem do homem branco, europeu e civilizado. Ela integra sem emancipar, conferindo dignidade por meio da contribuição, ao mesmo tempo em que mantém a desigualdade material e a supressão simbólica.

Por outro lado, a mesma ambiguidade abre espaços para reivindicação e repolitização. Ao habitar as fissuras do formalismo, atores marginalizados reinterpretem a linguagem da legalidade e da cidadania, realizando gestos utópicos que desafiam o monopólio estatal sobre o sentido. Contudo, esses gestos frequentemente reproduzem as limitações do próprio mito moderno — aquilo que Enrique Dussel (1992) denomina mito da modernidade, fundado no encobrimento do Outro. O universalismo do progresso pressupõe a colonização do mundo da

vida e a conquista espiritual da alteridade; assim, toda reivindicação emancipatória formulada dentro desse horizonte corre o risco de reafirmar a ordem epistêmica que busca contestar.

O corolário é o seguinte: ao mobilizarem as categorias formalistas do desenvolvimento, ancoradas numa lógica de solidariedade, para legitimar sua própria ascensão, os setores marginalizados aprendem a jogar o jogo dos mestres — mas mantendo o jogo intacto. Passam a ver a si mesmos como participantes dignos da ordem social diferenciada, isto é, como sujeitos integrados à “nação prometida”. No entanto, a legitimidade que invocam opera à custa da participação de outros, especialmente daqueles que não contribuíram ou não se enquadram nas regras do jogo — isto é, fora da “dignidade do trabalho” (GOMES, 2005; HOSLTON, 2008). Além disso, a aposta na revolução por meio das rupturas cotidianas também se revela falha, pois oculta contradições que não resistem à re-historicização dos sujeitos, imposta pelas condições materiais e pela necessidade de sobrevivência dentro da ordem existente (HOLSTON, 1989).

Ambos os discursos utópicos de superação da desigualdade — o oficial, do progresso na ordem, e o revolucionário, da ruptura insurgente na vida cotidiana — são, portanto, efeitos ambivalentes da ambiguidade dominante. No entanto, ambos reproduzem a dominação diferencial estrutural, reinserindo o formalismo vigente como modo de re-historicização dos sujeitos — seja sob o aspecto da repolitização, seja sob o da despolitização.

No início do capítulo apresentei o conceito de formalismo cunhado por Alberto Gerreiro Ramos e sua função latente, a de converter os polos de uma polaridade em uma ambiguidade. Ao longo da exposição, busquei ir além do autor e demonstrar que tal ambiguidade é, com efeito, reveladora da estratégia de dominação própria da incompletude inerente ao projeto de Estado nacional. Utilizando o caso brasileiro não como exceção, mas exacerbação da regra, evidenciei os efeitos ambivalentes gerados quando a ambiguidade é reencenada nos discursos utópicos de manutenção ou mudança da ordem. A seguir, aprofundo a análise a partir da compreensão dos reflexos da exclusão dos sujeitos do campo pela chamada modernização agrícola, isto é, da aplicação do saber formal em prol da industrialização da agricultura. Defendo que este fenômeno gerou uma tensão entre as formas de participação dos sujeitos do campo e suas identidades, introduzindo a ideia de fuga como reflexo contraditório da ambiguidade estatal, abrindo espaço para vislumbrar a possibilidade de novas gramáticas reivindicatórias.

## **2. PERTENCIMENTO SIMBÓLICO E INCLUSÃO DIFERENCIAL: POLITIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E FUGA**

Nesse capítulo, busco dimensionar como a modernização agrícola levou à politização daqueles que, achando-se ao fim e ao cabo excluídos da ordem, reivindicaram seu lugar de participação sem, contudo, alterar sua lógica diferencial (HOLSTON, 2008). Nessa mesma linha, diviso uma categoria de excluídos do campo que, frente à marginalização, recorreram à fuga como estratégia de resistência e sobrevivência. O capítulo tem a seguinte estrutura. Na primeira seção, revisito a modernização conservadora da agricultura latifundiária de exportação realizada no período ditatorial, identificando nesta a reprodução de características da ordem dominante. A segunda seção analisa a aposta no Estado dos movimentos de desenvolvimento rural e agricultura familiar. A terceira e última seção debruça-se sobre as categorias excluídas do desenvolvimento nacional rural, notadamente os camponeses ou, como são caracterizados pelo Estado, a “franja periférica”, o “conjunto marginal de estabelecimentos”, os “estabelecimentos de terceira categoria” ou, simplesmente, os “desvalidos” que compõem os “pobres do campo” (WANDERLEY, 2017).

É pela fuga desses camponeses do interior do país que avanço uma noção preliminar da agricultura urbana como *locus* de preservação e de reinvenção de identidades, interpenetrado pela fusão da categoria de camponês, a de trabalhadores do mercado de trabalho informal (DELGADO, 2009; THEODORO, 2009) e, não raro, com povos e comunidades originários. É essa noção de agricultura urbana que, aliada a uma dimensão periférica que lhes nega o direito à cidade, amplio e desenvolvo no capítulo seguinte, de modo a situar os conflitos políticos do presente.

### **2.1.A modernização conservadora do campo**

O planejamento desenvolvimentista foi aplicado ao campo no Brasil, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, com ênfase tanto na questão produtiva, quanto na questão alimentar. Neste momento, operou-se no país um processo histórico de modernização e industrialização da agricultura, inicialmente conectada à manufatura em um complexo indiferenciado — o complexo rural, pautado na economia natural — sintetizada em seguida na forma de mercadorias integradas à indústria, produzidas pela diferenciação e especialização do trabalho. A nova economia passou a ser, portanto, comandada pelos variados segmentos constitutivos, os chamados Complexos Agroindustriais, com dinâmicas específicas interligadas a setores industriais fornecedores, à montante, de insumos e maquinários, e à jusante, de processadores de produtos agropecuários. Se, em alguma medida, esse é um processo até certo ponto esperado

pelo crescimento dos centros urbanos e consequente introdução de mercados agrícolas de consumo interno, a configuração das condições de produção fornecidas pela estrutura agrária, mercado de trabalho e políticas estatais são definidoras de seus rumos políticos, econômicos e sociais (GRAZIANO DA SILVA, 1997). Nesta seção, analiso como a opção estatal por um processo de modernização conservadora (GRAZIANO DA SILVA, 1982) ou modernização desigual (GONÇALVES NETO, 1997) replicou o mecanismo de inserção diferencial com base na legitimidade oferecida pelo pertencimento e pelo progresso, característico da formação do Estado brasileiro.

É importante localizar a origem da modernização conservadora durante o governo militar em que a formulação de uma economia imaginada para o capitalismo agrário derrotou as ideias de um reformismo liberal (SILVA, 2014). Influenciado por agendas internacionais, notadamente a Aliança para o Progresso lançada pelo governo de John F. Kennedy, o reformismo liberal era tributário das teorias de modernização, segundo as quais o desenvolvimento de uma democracia liberal pressuporia o estabelecimento de uma classe burguesa urbana e rural (MOORE JR, 1966). Este pensamento chegou a ter razoável influência no governo brasileiro durante a década de 1960, culminando em ampliação formal de direitos sociais com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e do Estatuto da Terra (1964). Em um momento de polarização decorrente da Guerra Fria e de avanço de propostas reformistas ligadas ao Partido Comunista Brasileiro, com crescente mobilização pela Liga Camponesa, o reformismo liberal articulou-se de forma a promover a modernização e a despolarização do campo. Sua intenção era, portanto, a de implantar mudanças no mundo rural, objetivando o aprofundamento do capitalismo no Brasil por meio da consolidação de uma classe burguesa agrária. Adicionalmente, havia um claro intuito de preservação da ordem a partir de uma alternativa reformista não socialista (SILVA, 2014).

Essa visão foi fortemente atacada pela invenção de uma economia imaginada para o capitalismo agrário brasileiro, cuja figura articuladora central foi o economista, então ministro da Fazenda do governo autoritário militar, Antônio Delfim Netto. Segundo Netto, a reforma da estrutura agrária e laboral do campo não eram condições necessárias para a promoção de um ideário industrial calcado no latifúndio como moderna empresa capitalista. Ao contrário, aliada à inovação tecnológica (a chamada “Revolução Verde”), à forte industrialização da agricultura, e à profissionalização do saber agrícola como disciplina universitária, as grandes extensões de terra ofereceriam condições ideais para a realização de ganhos de escala e de novas oportunidades de lucro em um mercado cada vez mais globalizado de produtos agrícolas

(SILVA, 2014). O desenvolvimento de uma indústria doméstica de insumos e maquinário agrícola, sob forte indução estatal, bem como uma política de créditos seletivos gerou uma espécie de integração vertical da produção agrária a cadeias industriais mais amplas, resultando nos chamados complexos agroindustriais brasileiros (GRAZIANO DA SILVA, 1982, 1997).

Mais recentemente, frente à liberalização das políticas agrícolas na década de 1990 e, sobretudo com o retorno de forte indução estatal a partir da crise de 1998 (COELHO, 2001), uma retomada da agricultura como negócio capitalista se deu sob a égide americana do agribusiness, posteriormente nacionalizada pela Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) no rótulo do agronegócio. Nesse movimento, uma nova discussão se formulou a partir de argumentos liberais, sobretudo ligados ao grupo PENSA da Universidade de São Paulo. Tal lógica articulou-se na argumentação de que a industrialização modernizadora brasileira efetivamente promoveu um processo de *catch-up* global, alterando o patamar de efetividade das agroindústrias nacionais de modo a alçá-las como principais competidoras globais em diversos setores. Haveria assim, para esses acadêmicos, uma dependência de trajetória capaz de gerar uma espécie de *lock-in* tecnológico, tanto no que diz respeito aos padrões produtivos, quanto em termos de políticas públicas (SILVA, 2014).

Importa-me destacar dois pontos centrais nesta trajetória. O primeiro é a aliança estabelecida entre governo militar e latifundiários em prol de um desenvolvimento industrial do campo baseado em um longo processo de transformação da base técnica da agricultura. Tal processo concentrou-se na priorização da grande propriedade rural, predominantemente voltada para atividades extrativistas, pecuárias e para o monocultivo como lócus privilegiado de mecanização e avanço industrial. Voltados sobretudo para a exportação, esses segmentos a um só tempo favoreciam a balança comercial e exerciam menor pressão sobre o preço interno dos alimentos (DELGADO, 2005; GRAZIANO DA SILVA, 1982).

O segundo ponto foi a não consolidação de relações de trabalho propriamente capitalistas no campo. Desde o período da modernização conservadora até os dias atuais, o trabalho assalariado na agricultura, tanto na sua modalidade permanente, quanto temporária, não se estabeleceu como regra única no campo<sup>19</sup>. Esse fato não impediu, contudo, que o governo militar impusesse uma legislação trabalhista organizada sob o princípio da unicidade sindical, o que lhe serviu não apenas para proibir os movimentos de orientação comunista, como a Guerrilha do Araguaia e as Ligas Camponesas, como para gerar legibilidade e controle.

---

<sup>19</sup> Aliás, tampouco o fez nas cidades.

Fundada em 1963, com maioria de sua base vinculada a sindicatos rurais relacionados à Igreja Católica, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) sobreviveu ao golpe de 1964 e alçou-se à representação da classe única de trabalhadores rurais. Por efeitos do Decreto-Lei nº 1.166, de 15 de maio de 1971, que dispõe sobre o enquadramento e a contribuição sindical rural, o trabalho no campo ficou reduzido a duas grandes categorias: a de empresário ou empregador rural, de um lado, e a de trabalhador rural, de outro. Na prática, esta última reunia sob uma mesma classificação uma diversidade de situações — desde os assalariados rurais até aqueles que, proprietários ou não, trabalhavam individualmente ou em regime de economia familiar, para garantir a própria subsistência (PICOLOTTO, 2011).

Se é certo que a unificação serviu de base para uma aproximação entre assalariados rurais e agricultores familiares, conformando uma identidade comum contra os latifundiários, aos quais se direcionavam grande parte das políticas agrícolas do período (PALMEIRA, 1985), por outro lado esta categoria deu palco a uma série de tensões e contradições internas, já que as reivindicações de ambos os grupos eram fundamentalmente distintas. Aos assalariados importava não só fazer valer, via ações judiciais, os direitos trabalhistas previstos no Estatuto do Trabalhador Rural, em especial o pagamento de salário-mínimo, como também reivindicavam acesso à terra. Já os agricultores familiares demandavam acesso às políticas agrícolas, notadamente crédito e assistência técnica. Contribuiu para a amenização dos conflitos o papel implementador das políticas de acesso à saúde e à previdência rural atribuído pelo governo militar aos sindicatos, que assumiram a mediação com o Estado no lugar dos grandes proprietários, gerando uma nova base de legitimidade. É relevante ressaltar que esta legitimidade também replicou uma lógica de solidariedade fundamentada na generosidade, semelhante ao modelo do trabalhismo varguista (PICOLOTTO, 2011).

Maria de Nazareth Wanderley destaca dois eixos centrais à modernização conservadora do campo no Brasil. De um lado, a subordinação das atividades agrícolas às exigências do setor industrial, estimulando a mecanização e a adoção de insumos químicos nos processos de produção. De outro a expansão das fronteiras agrícolas por grandes empresas, financiadas pelo Estado. Em ambos os casos, o efeito foi o crescimento das grandes propriedades, com a consequente expulsão massiva dos trabalhadores residentes no seu interior, substituídos por um trabalho temporário concentrado na colheita, cuja industrialização se deu de forma mais lenta. Entretanto, a autora destaca que este movimento não se consolidou a ponto de eliminar por completo a figura do camponês, que resistiu “nos interstícios internos e externos dos latifúndios, espaços que escapavam, de direito ou de fato, da ocupação pelos senhores da terra (...)”,

resultando no uso produtivo, formação de resistência e capacidade de criação de “espaços para uma outra agricultura” (WANDERLEY, 2014, P. 27).

Na mesma chave, ao longo da década de 1970, a gestação de vários movimentos sociais ligados à questão da terra, notadamente no âmbito do sindicalismo rural e da Igreja Católica, contribuiu para a geração de um espaço social permeado por diversas experiências de lutas populares e pela formulação de uma estratégia político-cultural baseada em novas formas de organização camponesa. Assim nasce o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), sobretudo a partir de ocupações realizadas em estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, articuladas com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e territorializadas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Nesse processo, as chamadas lutas pela terra conectaram-se com a emergência, no campo e nas cidades, do novo sindicalismo, auxiliando na construção de um discurso político de superação do isolamento, busca de autonomia política e na construção de uma nova forma de organização social baseada na propriedade familiar (FERNANDES, 2012).

Ainda assim, a existência de um campesinato fortemente articulado enquanto classe política foi abalada do ponto de vista cultural e da criação de um imaginário de sociedade baseado no progresso. Importa, portanto, indicar as bases nacionalistas de pertencimento que permitiram a adesão ao discurso predominante do progresso na ordem como mecanismo de dominação. Em sua obra *Reinventando o Otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*, Carlos Fico (1997) investiga como o projeto de nação do governo militar imbuiu-se de uma “missão civilizatória” de superação do atraso, amparado sob as bases mitológicas de uma já parcialmente constituída “rede de auto-reconhecimento social” baseada no otimismo do desejo de um “Brasil grande”. Tal discurso foi particularmente sedutor para as classes médias, que se beneficiavam do progresso material e da ordem, e dos economistas tecnoburocratas, cujo saber especializado, ou nas palavras de Roberto de Oliveira Campos, “a aceitação do planejamento”, foi alçado como principal motor para “colocar o Brasil, no espaço de uma geração, na categoria das nações desenvolvidas”. Segundo o Ministro de Planejamento de Castello Branco, este era o sinal de que o Brasil estava finalmente amadurecido (FICO, 1997).

Demonstrei no capítulo anterior como a ideia de crescimento e de inserção diferencial enraizou-se nas práticas sociais brasileiras por meio das reinvenções mitológicas da nação promovidas por Vargas e JK. Carlos Fico destaca como o governo militar soube captar esse ponto como gerador de legitimidade ao regime, tratando de promover — via planejamento de

bases técnico-científicas — o crescimento ordenado, de matriz conservadora, mas sem negar a força de representação de um país exuberante. Segundo o autor:

Assim, no início da década de 60, viveu-se no Brasil uma expectativa modernizante, em grande medida amplificada pela propaganda chamativa, luxuosa (em geral encomendada), que a imprensa — notadamente as revistas semanais — aprendia a praticar. A percepção de que aqueles cadernos especiais eram simplesmente comprados por governos ou empresas públicas não é tão importante quanto a compreensão de que eles causavam efetivo impacto. Milhares de imagens de canteiros de obras, de radicais intervenções na paisagem natural, de construção de usinas, estradas e barragens foram divulgadas por todo o país através de revistas como a *Manchete*. E colaboraram para a *reinvenção do otimismo*, para consolidar e *re-significar* a convicção de que vivíamos uma época superadora do atraso, como simbolizava a foto das águas de Furnas cobrindo o passado, pobre e melancólico, das casas de camponeses que preferiram ficar até o momento final da inundação. Poucos se perguntavam sobre os sacrifícios necessários a essa “modernização”: como questionar, contudo, “1.200.000kW contra o subdesenvolvimento”? (FICO, 1997, pp. 83-4, *ênfase no original*).

No âmbito rural, as políticas agrícolas passaram a se orientar pelo objetivo de promover uma mudança de mentalidade dos produtores, buscando racionalizar e especializar — na palavra do dia, modernizar — os cultivos e criações. O efeito global foi inegavelmente desigual, na medida em que privilegiou grandes proprietários de terra, plantios voltados ao mercado externo e situados nas regiões mais desenvolvidas do “centro”. Ademais, a modernização também atingiu desigualmente os chamados trabalhadores rurais, vez que os técnicos — sobretudo das Associações de Crédito e Assistência Rural (ACAR), posteriormente Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), mas também, em alguma medida, os agrônomos ligados às Assessorias a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) — passaram a estabelecer uma relação de influência e até mesmo de subordinação dos sindicatos. Com base em um modelo “difusionista-inovador”, a assistência rural governamental buscou utilizar conhecimentos científicos para tornar o homem do campo apto para a vida moderna (FONSECA, 1985). Projeto este, vale dizer, internalizado pelos próprios sindicatos e agricultores (SCHMITT, 2001).

Combinados, unificação de categorias, discurso modernizante e solidariedade baseada no benefício, resultaram em um sindicalismo dividido entre seu papel de reivindicação e de prestação de serviços, reproduzindo não só o controle da ordem, como a sua diferenciação seletiva. Nas palavras de Everton Picolotto:

As reivindicações que o sindicalismo fazia aos órgãos públicos deviam seguir os caminhos legais e restringirem-se ao que a legislação previa. As demandas consideradas legítimas eram restritas aos aspectos produtivos e aos de serviços assistenciais para os trabalhadores do campo, ainda assim deveriam ser dirigidas às autoridades pelos canais oficiais (envio de ofícios e marcação de audiências com as autoridades) sem cobranças públicas. Questões que fossem além desses limites poderiam ser consideradas como ofensivas às autoridades, e passíveis de retaliações

às organizações, intervenção e perseguições aos dirigentes. Em suma, os trabalhadores rurais só podiam reivindicar o que já estava previsto em lei que era seu direito (PICOLOTTO, 201, p. 114).

No âmbito da reivindicação pela propriedade das terras, tal combinação com o discurso modernizante levou a política de reforma agrária para o âmbito do desenvolvimento econômico e da compensação oferecida por uma política social, subordinada à mercantilização da terra. A contraface, mobilizada pelo MST, foi o desenvolvimento de uma estratégia de mobilização dos assentamentos conquistados em uma dupla-chave: de um lado, como espaços políticos que possibilitam a articulação de novas conquistas e assentamentos, de outro lado, como resposta socioeconômica de desenvolvimento local, promovendo melhorias concretas para as famílias assentadas por meio da inserção nos mercados e conquistas créditos especiais (FERNANDES, 2012).

Assim, a instrumentalidade proposta pelos militares no papel da modernização agrícola como geradora de desenvolvimento econômico no campo replicou a dialética dualista do desenvolvimentismo brasileiro e desmobilizou institucional e culturalmente a conformação de uma categoria ou classe política amparada no modo de vida camponês (WANDERLEY, 2014). Em síntese, implicou a delimitação de uma periferia — vista como atrasada, arcaica, não moderna — a partir de um centro civilizatório exemplar. A teoria da mudança implícita neste raciocínio é que o desenvolvimento de um setor seria capaz de impulsionar a modernização dos demais. O discurso prevalescente, uma vez mais, ocultava a diferenciação inerente ao modelo, assim como os efeitos negativos de exploração do trabalho, concentração de renda e geração de desigualdades (OLIVEIRA, 2003). Na medida em que impôs uma ordem abstrata sobre a diversidade das relações e identidades locais (cf. SCOTT, 1998), uma ordem que ademais propunha uma inserção diferencial em nome do progresso, tem-se a replicação do formalismo característico da formação do Estado brasileiro, com a sua consequente dialética da ambiguidade (RAMOS, 1966).

Vê-se, portanto, que o período militar reproduziu a estratégia de inserção diferencial do período anterior, amparando-se na deshistoricização das configurações e relações do campo e na legitimidade gerada pelo otimismo do progresso promovido pela modernização. O que dizer, contudo, da politização dos marginalizados? A historiografia predominante destaca certa apatia, e até mesmo adesão parcial dos trabalhadores urbanos nos primeiros anos do regime, contrapondo o velho sindicalismo às novas bases de organização que emergiriam na década de 1970, com a entrada em cena de novos personagens (SADER, 1988; WEFFORT, 1972). Ainda que essa posição esteja sendo recentemente questionada (CORREA; FONTES, 2016), é

consenso que a reação camponesa foi desde o princípio mais ativa e consistente, voltada para a conformação de movimentos sociais (MEDEIROS, 1989). Esta, contudo, não se deu sem que houvesse conflitos, disputas e novas diferenciações internas. A essa análise me dedico na seção seguinte.

## **2.2. A construção da categoria da agricultura familiar: a manutenção da ambiguidade pela ideia de diversidade na unidade**

A politização dos diversos grupos inscritos sob a categoria formal do trabalhador rural foi um elemento constante ao longo de todo o processo de modernização da agricultura no Brasil, sendo também proeminente nos movimentos de redemocratização e na República constitucional inaugurada pela Constituição Federal de 1988. Picolotto (2011) destaca que este é um processo histórico marcado pela luta pelo reconhecimento e construção de uma identidade coletiva. Um processo, ademais, articulado por um ideal utópico — um projeto alternativo de desenvolvimento rural — repleto de contradições e diferenciações internas. Importa nessa seção explorar estas contradições e as dissidências delas decorrentes, de modo a explicitar o caráter ambíguo de sua formulação de inclusão.

Como amplamente demonstrado na literatura, a unicidade sindical imposta pelo regime militar como forma de legibilidade e dominação sobre o trabalho no campo gerou uma série de conflitos, fazendo surgir críticas ao sindicalismo tido por oficial, representado pela CONTAG (PALMEIRA, 1985). As críticas levaram à formulação de um novo sindicalismo, baseado na oposição ao Estado e de inspiração socialista, que viria a compor e criar a Central Única dos Trabalhadores (CUT). No âmbito agrário, a CUT estendia sua representação por meio da Secretaria Rural, transformada em Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR), após o novo desenho institucional estabelecido pela Constituição de 1988. Criada como uma dissidência do sindicalismo da CONTAG, a CUT enfrentava uma contradição fundamental, já que aquela, embora baseada em um modelo organizativo rígido, constituía-se em instrumento legitimado tanto pelos trabalhadores rurais, quanto pelo Estado, convertendo-se no interlocutor privilegiado deste (FAVARETO, 2006; PICOLOTTO, 2011).

A guinada neoliberal na reforma do aparelho estatal e na economia que marcou os anos 90 implicou na restrição dos investimentos públicos e abertura comercial, prejudicando intensamente os trabalhadores rurais. O reflexo foi uma reformulação da organização e das pautas sindicais no campo. Do ponto de vista representativo e organizacional, CONTAG e CUT se fundiram com a filiação daquela em 1995, passando a apostar em novos canais de diálogo com o Estado. Em síntese, a crise do novo sindicalismo levou a que suas lideranças

privilegiassem a substituição de uma pauta reivindicativa, em prol de uma postura mais propositiva de articulação de um projeto alternativo de desenvolvimento rural (FAVARETO, 2006; PICOLOTTO, 2011)<sup>20</sup>.

Inspirado em modelos europeus de agricultura de base familiar, estudados por acadêmicos como José Eli da Veiga; em novas proposições sobre o papel deste tipo de produção no fornecimento alimentar interno, avançadas por estudos de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO); e com base no diagnóstico dos dilemas organizacionais do sindicalismo, cujo destaque se dá aos estudos de Leonilde Medeiros e Regina Novaes, os sindicatos passaram a articular um novo modelo de desenvolvimento agrário centrado na categoria de agricultura familiar. A dupla formulação envolvia tratar a um só tempo a agricultura familiar como forma diferenciada de exploração agrícola, capaz de produzir — com eficiência, sustentabilidade e geração de renda — alimentos para o mercado interno e como constituição de uma identidade coletiva que desse conta da unidade na diversidade. Segundo Picolotto:

As propostas que foram sistematizadas no que passaria a ser chamado de Projeto Alternativo de Desenvolvimento não eram uma absoluta novidade no sindicalismo, pois a maioria delas já estava em discussão desde o final dos anos de 1980 nos debates do processo Constituinte e na Lei Agrícola (...). A novidade que este Projeto trouxe foi a organização dessas propostas articuladas entre si em um projeto único com vistas a dar um tom propositivo para o sindicalismo, para viabilizar a agricultura familiar e apresentá-la como modelo de organização para o campo brasileiro defendido pela CUT. Ou seja, a novidade é a ideia de um *projeto* (uma utopia para mobilizar um grupo e criar um ator coletivo) que procurará mostrar que a *agricultura familiar* é uma forma diferenciada de exploração da agricultura, centrada em unidades familiares de produção, que seria mais sustentável, respeitaria a diversidade, geraria distribuição de renda. Seria uma aposta na democratização e na sustentabilidade da agricultura brasileira (PICOLOTTO, 2011, p. 173).

Conforme visto no capítulo anterior, em seu estudo sobre Brasília, James Holston (1989) chama atenção sobre o paradoxo inerente às formulações utópicas articuladas como projeto de transformação social. Tal qual a capital modernista do Brasil, a implementação do modelo de agricultura familiar recorreu aos instrumentos e mecanismos disponíveis em busca de consolidação, o que lhe custou a reivindicação de autonomia. Dessa forma, ao articular-se como proposta alternativa, a principal demanda do novo sindicalismo, centrou-se na necessidade de

---

<sup>20</sup> É importante, contudo, não reduzir a CONTAG à atuação propositiva. No seio da instituição, também surgiram dissidências que viriam a disputar os rumos do sindicalismo rural. Exemplo notável são as várias organizações de mulheres e a expressão mais recente de suas reivindicações e conquistas no âmbito da Marcha das Margaridas (AGUIAR, 2017). A CONTAG, inclusive, veio a desfiliar-se da CUT em 2009, em meio a disputas internas e à perda do monopólio de representação dos agricultores familiares (TEIXEIRA, 2018). Agradeço à Priscila Delgado de Carvalho por chamar minha atenção a esse ponto, alertando para a necessidade de evitar homogeneizações históricas.

crédito agrícola diferenciado, baseado não apenas nas características específicas da produção de base familiar, mas também na resignificação de sua identidade como moderna, eficiente, sustentável. Ainda que o projeto de desenvolvimento buscasse articular a dimensão econômica a novos aspectos sociais, ambientais e culturais ligados a um produto artesanal, saudável e produzido por uma diversidade de atores, a noção de uma lógica profissionalizada, pautada em padrões tecnológicos e gerenciais que conferiam desempenho produtivo fez com o mote das “mãos que alimentam a nação” carregasse significações contraditórias: ao mesmo tempo que buscava romper, reproduziam-se as categorias excludentes do modelo dominante (PICOLOTTO, 2011).

Reflexo disso foi a reivindicação central por crédito agrícola especial, que acabou sobrepondo as outras demandas mais genéricas, como reforma agrária e direitos trabalhistas, levando à conquista do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Aqui é preciso destacar dois movimentos de diferenciação. De um lado, o PRONAF serviu ao governo como forma de apaziguamento das demandas mais radicais de reconfiguração da estrutura fundiária do campo. De outro, sua implementação priorizou os agricultores cuja produção foi tida como mais “viável”, isto é, aqueles com área média de 8ha (denominados “em transição”) e aqueles com área média de 50ha (denominados “consolidados”). Ficaram de fora aqueles considerados “inviáveis”, com área média de 2ha. Decorre dessa lógica a ampliação da categoria de agricultores familiares para aqueles cujos terrenos alcançam até 4 módulos fiscais e capaz de empregar até duas pessoas de forma permanente, anteriormente lidos na categoria patronal. Reproduziu-se assim, no próprio seio do projeto alternativo, a lógica diferencial do empreendimento agrícola (PICOLOTTO, 2011; WANDERLEY, 2017).

As condições climáticas adversas de meados da década de 90 acirraram os conflitos, fazendo com que parte dos trabalhadores rurais partissem para uma outra forma de mobilização política. O chamado acampamento da seca montado em 1996 reuniu-se em torno das rodovias para reivindicar do governo um crédito de manutenção familiar, a anistia de dívidas anteriores e de sementes cedidas pelo Estado, além de liberação de milho dos estoques da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para alimentação de animais (PICOLOTTO, 2011, p. 200). Utilizando-se de uma tática desenvolvida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a forma acampamento, como chamou-a Lygia Sigaud (2000) acabou por explicitar a diferença da base social da agricultura familiar. Sob o ato simbólico de “socar-se debaixo da lona preta”, da jornada conjunta compartilhando as penúrias da vida na beira da estrada, da

violência e perigos do despejo e da bandeira hasteada de um *movimento*, formou-se a consciência de uma nova identidade de grupo de “agricultores empobrecidos”, dos “lascados”, daqueles que “sempre levam as migalhas” (PICOLOTTO, 2011, p. 203; SIGAUD, 2000, p. 75). Segundo Sigaud (2000, p. 86): “Quanto mais ‘virtuoso’ do ponto de vista dessa ética do sofrimento — para usar aqui um termo de Max Weber —, mais legítimo será o indivíduo aos seus olhos e aos olhos dos companheiros, pois o sofrimento dá sentido à sua ação”.

Dos acampamentos, portanto, surgiu uma nova solidariedade coletiva baseada em uma lógica de representação distinta daquela dos sindicatos. Ao invés de uma organização rígida e hierárquica, com interlocutores bem definidos, a *forma acampamento* definia-se como movimento, organização flexível e dinâmica sustentada por grupos de base com funções — inclusive de interlocução e representação — definidas de forma participativa em comissões internas. Emergia assim o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), cujas reivindicações demandavam acesso a terras e crédito ainda mais subsidiado, o que resultou no Pronaf Especial ou *pronaquinho* (PICOLOTTO, 2011; SIGAUD, 2000).

Com o tempo, o MPA foi se conectando a outros atores, em especial a via campesina, e tornou-se um importante articulador de políticas alternativas para uma outra identidade de agricultores, inscrita sob a categoria de “camponeses”. Esse processo não ocorreu livre de controvérsias (CARVALHO, 2020) e sua trajetória se funde com outro movimento social de grande influência, o da agroecologia (MONTEIRO; LONDRES, 2017). A seção a seguir analisa ambos os movimentos como reflexo do modelo de desenvolvimento rural adotado no Brasil e suas conexões, via fuga dos camponeses do campo, com a emergência da agricultura urbana.

### **2.3. Fuga, ambivalência e rearticulação insurgente de um modo de vida: pobres do campo, agricultura urbana e agroecologia**

Maria de Nazareth Wanderley argumenta que a pobreza no campo brasileiro não é um reflexo de uma falha nos processos de desenvolvimento. Ao contrário, na medida em que a própria formação estatal privilegia um determinado modo de vida como legítimo (pois legível dentro da ordem dominante), tanto a pobreza rural quanto a urbana são produções do modelo de desenvolvimento predominante. Noutras palavras, ao priorizar determinada visão da agricultura, o desenvolvimento do Estado brasileiro teve efeitos perversos na constituição da identidade social dos que se mantiveram associados a outros modos de viver e produzir. A questão nos traz de volta à dialética, indicada por Scott (1998), entre o saber formal e o saber local, assim como a noção de um tipo específico de pertencimento à comunidade nacional (ANDERSON, 2006), cujo acesso se dá de forma diferencial (HOLSTON, 2008). Noutras

palavras, trata-se do que venho tratando de dialética da ambiguidade e de formalismo (RAMOS, 1966). Arrisco-me a traduzir, para o caso em tela, tal dialética em termos de uma sistemática de produção agrícola voltada para o capital — baseada, portanto, na produtividade e na divisão de trabalho social do trabalho — e um modo de vida pautado na subsistência e convivialidade. Um modo de vida frugal, marcado pela partilha, pela lentidão e pela hospitalidade, além da conexão intrínseca entre as práticas econômicas e morais (WANDERLEY, 2017)<sup>21</sup>.

O formalismo se expressa na medida em que a afirmação pela ordem dominante deste (modo de vida) como arcaico e daquele (sistema de produção) como moderna é a raiz de um duplo movimento de aniquilação: não apenas se nega aos camponeses a condição de agricultor, mas também, quando se lhes oferece meios de inclusão, estes, em nome da ciência e do progresso, exigem um alto preço: o de um *abandono* ou *conversão* de sua condição como camponês. Aos marginalizados, resta a fuga, como construção de sua própria ambiguidade, ainda que reivindicando, ao fim e ao cabo, uma ambivalência.

Mas, em que consiste a fuga?<sup>22</sup> A que ela se opõe? Ou, mais precisamente, fuga de quê? Da ordem dominante e seus padrões a um só tempo inclusivos e excludentes de solidariedade, isto é, de pertencimento. A origem do MPA, assim como a do MST e dos movimentos de mulheres do campo, encontra-se na articulação política que dá corpo organizacional a um sentimento de perda de identidade social ou desenraizamento, isto é, de criação de uma sociedade moderna não apenas marcada pela criação de um centro incluído que se opõe a uma periferia pobre, mas também baseada em um modelo patriarcal de divisão social do trabalho e na dominância racial. Dois caminhos se abrem pela politização decorrente, duas gramáticas, em geral imbricadas nos movimentos concretos dos modos de vida: o retorno e a fuga. Ambos oferecem, portanto, a possibilidade de reconfiguração desta identidade, como demonstrou o olhar antropológico de Lygia Sigaud (2000) para os acampamentos de Pernambuco.

Mas existiria algo fora dessa ordem ou, melhor dizendo, retorno para qual passado, fuga para qual futuro? Para as margens e rupturas, isto é, espaços que, apesar de não situarem fora do sistema, têm com ele outra relação. Assim, tal reconfiguração de identidades é ambígua, pois ocorre reação ao reconhecimento de um movimento de aniquilação, isto é, a uma ameaça

---

<sup>21</sup> Não se trata aqui, novamente, de romantizar o modo de vida camponês. Apesar de identificar nele algumas críticas aos efeitos não pretendidos da modernização (PLOEG, 2009, 2010), seria um erro negar suas contradições internas, ligadas por exemplo a questões de gênero, ao trabalho infantil, à violência e mesmo a práticas ambientalmente abusivas. Além é claro, de uma base modelar europeia, ainda que permita reconfigurações discursivas. Agradeço a Gabrielle Marques por chamar atenção a este ponto.

<sup>22</sup> Agradeço a Letícia Domingues, Gabrielle Marques e Lucas Veloso, além é claro, a Ricardo, por reforçarem, algo enfaticamente, a necessidade de melhor precisar esse ponto.

existencial. Novamente com Sigaud, no acampamento é a ética do sofrimento que gera uma solidariedade alternativa, ou seja, que explicita tanto os contornos da marginalização, quanto a legitimidade que reivindica, noutras bases, a participação, pois diferencia os camponeses dos agricultores mais estabelecidos. E, afinal, fuga para quê? Para tornar a participar. Como argumenta Priscila Carvalho (2020), a forma movimento dos acampamentos é em si mesma uma *assemblage* semi-estabilizada, o que a torna meio de transporte para reconexões com a ordem dominante, isto é, de participação, que permite, a partir das brechas e rupturas, o estabelecimento de novas alianças e ressignificações. Tal ímpeto de participação, finalmente, é também ambíguo, na medida em que busca estabilização, o que requer certa compatibilização com a lógica prevalecente da ordem<sup>23</sup>.

Assim, as dinâmicas de participação, retorno e fuga empreendidas pelos movimentos do campo no Brasil são marcadas pela dialética da ambiguidade prevalescente do Estado brasileiro. Defendo que tais dinâmicas devem ser levadas em conta na formulação de uma análise crítica das perspectivas institucionais de democracia participativa ou deliberativa. Isso porque, no aspecto institucional, ponderam sobre riscos existentes no relacionamento formalista da sociedade civil com o Estado. Já no aspecto participativo, evidenciam um caráter insurgente da participação repolitizada e pela construção de novos espaços marcados pela consciência da marginalidade. No caso dos movimentos do campesinato no Brasil, como tentei demonstrar, tal insurgência levou a modificação tanto nas identidades dos agricultores — pressionando a abstração de cunho supostamente universal das categorias abstrato-formal com que este grupo era lido pelo Estado — quanto na forma de organização — gerando assim novas reivindicações.

Essa leitura nos permite abordar uma categoria que recentemente vem ganhando relevância política, a de agricultor urbano. A produção de alimentos nas cidades é um fenômeno global que tem despertado crescente interesse na literatura científica. Conceituada de muitas maneiras (MOUGEOT, 2000; SMIT; RATTA; NASR, 1996), a agricultura urbana é geralmente caracterizada pela realização de atividades agrícolas em terrenos, domiciliares ou não, no perímetro urbano e periurbano, de caráter mais ou menos formal, com predominância do cultivo de vegetais, em especial a hortifruticultura, podendo envolver produções especializadas (ornamentais, medicinais, religiosas, entre outros), cultivo de cereais, apicultura, piscicultura ou criação de animais em pequena escala, destinadas a diversas finalidades não mutuamente

---

<sup>23</sup> É nesse sentido que Carvalho (2020) aponta para as controvérsias do MPA: de um lado, a adoção e expansão do conceito de soberania alimentar para a criação do termo *alimergia*, que envolve uma articulação sinérgica – e agroecológica – da produção de alimentos e energia, com a preservação ambiental. De outro, a criação de cooperativas para execução de políticas públicas como o Programa Nacional de Produção de Biodiesel.

exclusivas, desde o lazer à comercialização, com destaque para o autoconsumo e a subsistência (HAMILTON ET AL., 2014; MOK ET AL., 2014; ORSINI ET AL., 2013).

A relevância da agricultura urbana tem sido analisada sob diversas óticas, da contribuição para a segurança e soberania alimentar às possibilidades de transformação radical na geografia humana, nas cidades e na relação entre a cidade e o campo. A compreensão dessa prática, contudo, é ainda disputada entre os vários ramos científicos. No Brasil, é comum abordar a agricultura urbana pela ótica lefebvriana do direito à cidade (ALMEIDA, 2016). Segundo esta interpretação, o fenômeno é uma contraface da urbanização extensiva (MONTE-MÓR, 1994), na qual não apenas o tecido urbano se amplia sobre os espaços rurais, mas este próprio tecido passa a conter resquícios de ruralidade que, resistindo ao processo de modernização, engendram “formas de vida e modos de integração econômica que podem dar origem a novas invenções de processos e formas socioespaciais mais compatíveis com a utopia contemporânea de emancipação” (MONTE-MÓR, 2015, p. 5).

A compreensão do Estado a partir de uma dialética da ambiguidade permite reconciliar o conceito de agricultura urbana com a saída massiva dos camponeses no campo. Sob essa ótica, as hortas não constituem resquícios de ruralidade na cidade, mas sim a reemergência insurgente do rural como disputa não apenas do urbano, mas da própria ideia de Estado. Assim, trata-se, com efeito, de um direito à cidade. Mas, além deste, a agricultura urbana reafirma a reivindicação de equidade de sujeitos políticos que, rearticulados sob uma nova identidade — que nega a dicotomia do moderno e do arcaico —, revela e se insurge contra o pacto formalista predominante. Indício desta dimensão ampliada é a confluência dos movimentos camponeses, no campo e na cidade, à noção de agroecologia, cuja emergência se dá justamente a partir da tensão entre saber formal e saber local.

A agroecologia é tanto uma ciência, quanto um conjunto de práticas agrícolas e um movimento social. Ela busca integrar os conhecimentos ecológicos e os saberes tradicionais à produção de alimentos, de forma sustentável, socialmente justa e economicamente viável (ALTIERI, 2010). De modo singular, contudo, agroecologia não parte de uma separação, mas sim de uma síntese entre os saberes formal e local. Dessa forma, a agroecologia reivindica para si a um só tempo o status de ciência (saber formal) e a prerrogativa de privilegiar as concepções e modos de vida camponeses (saber local). A reivindicação é condizente com a construção histórica do movimento agroecológico brasileiro, que possui uma dupla origem: (i) surge da troca de saberes e do desenvolvimento de tecnologias de cultivo conectadas à forma de fazer das culturas locais, em especial com a atuação das Comunidades Eclesiais de Base, na década

de 70, e das redes locais do Projeto Tecnologias Alternativas (PTA) da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase); e (ii) consiste na reunião de críticas profissionais de diversas áreas científicas, como a agronomia, aos pressupostos da Revolução Verde (MONTEIRO; LONDRES, 2017).

Se esse duplo olhar para uma produção alternativa — o da experiência de agricultores e o de cientistas acadêmicos e profissionais — têm o potencial de gerar contradições internas, como quando acadêmicos advogam por um “direito a se modernizar” dos agricultores familiares (MONTEIRO; LONDRES, 2017, p. 60), a agroecologia tende a resolver essas tensões de forma inédita. Ao invés de adotar a concepção científica que atrela a noção de produtividade a técnicas modernas de cultivo, a agroecologia pretende demonstrar justamente o contrário, a saber, que são as técnicas tradicionais aquelas superiores não somente em capacidade e eficiência de produção, mas também em preservação e integração socioambiental (ALTIERI, 2010).

Essa inversão tem levado a uma nova concepção de desenvolvimento local, pautadas no diagnóstico da pluriatividade como marca característica do rural (GRAZIANO DA SILVA, 1997) e focada em territórios que conectam questões urbanas e do campo, ao passo que servem de integração entre o âmbito local e o regional. A agroecologia é, portanto, a nova aposta de representação de um modo de vida e de produção camponês, dinâmico e diverso, e tem conseguido alguns avanços do ponto de vista da construção de planos e instrumentos (GRISA; SCHNEIDER, 2014; SCHMITT, 2017). Se é certo que o movimento sofre críticas, sobretudo de desconexão com os movimentos de corte contra-colonial, em especial a questão indígena e quilombola (ALMEIDA, 2009), por outro lado é preciso reconhecer que entre ambos há muito mais pontos convergentes do que divergentes. Noutra chave, a agroecologia vem sendo adotada por diversos movimentos, notadamente o MST, mas também as experiências feministas, como virada discursiva para inserção da pauta ecológica como contraponto a reivindicações produtivas (BORSATTO; CARMO, 2013; PAULA, 2022). A incidência real da agroecologia, contudo, ainda é tímida frente aos recursos destinados aos grandes agricultores e mesmo aos agricultores familiares (MONTEIRO; LONDRES, 2017). Sua incorporação nas experiências é também marcada por tensões e limites, tanto no que diz respeito ao alcance da formulação de sua alternatividade, quanto nos efeitos concretos na melhoria das condições de vida (FERREIRA; MATTOS, 2017; RAMOS, 2017). Ademais, sua ambivalência conceitual, ora vista como científica, ora como movimento, ou ainda como prática, enfraquece sua disputa discursiva em fóruns institucionalizados (WEZEL ET AL., 2009).

Diante disso, parece-me que, tratando-se de fenômeno recente, a agroecologia ainda se encontra em grande medida na fase de formulação utópica, com elevado grau de deshistoricização da própria constituição da população camponesa no Brasil. Isso se expressa na sua frequente menção a princípios (GLIESSMAN, 2001), cuja aplicação prática, como já se viu inúmeras vezes neste breve recorrido histórico da formação nacional, não ocorre de forma incontroversa ou autônoma. O que resta investigar empiricamente é como os agricultores classificados como camponeses (PLOEG, 2009) vêm se posicionando frente aos dilemas colocados pelo formalismo predominante do Estado brasileiro. A princípio, parece-me mais adequado supor que a agroecologia tem sido marcada por efeitos ambivalentes. No que diz respeito tanto a sua efetividade como reconstituição e politização de uma identidade por parte de grupos excluídos do progresso nacional, quanto às suas muitas iniciativas de articulação participativa, ambas dinâmicas de retorno e fuga perpassam sua pretensão redefinidora dos termos diferenciais da ordem constituinte. É, portanto, mais um espaço de construção de uma agência ambígua, que garante a continuidade do jogo predominante, e com ele a sobrevivência nas margens, ainda que marcada por tensões insurgentes de mudança e de construção de um devir outro.

Essa hipótese, contudo, carece de confirmação empírica e sugere a existência de uma agenda de pesquisa. Na segunda parte da tese, realizo um mergulho etnográfico no cotidiano dos grupos marginalizados, para compreender com eles e suas trajetórias, os caminhos e as formas que lograram rearticular suas identidades e reformular reivindicações políticas de participação. Faço isso ao acompanhar a resistência e as proposições de grupos e coletivos vinculados à agricultura urbana de Belo Horizonte. Antes, contudo, é preciso oferecer uma conexão entre agricultores familiares, camponeses e agricultores urbanos, pelo que chamo de tripla exclusão: do campo, da cidade e do trabalho. Para melhor caracterizá-lo, o capítulo 3 segue as pistas deixadas pela constituição das periferias nas grandes cidades, em especial a capital mineira.

### **3. AGRICULTURA URBANA COMO AMBIGUIDADE E AMBIVALÊNCIA NA PERIFERIA DE BELO HORIZONTE**

Nesse capítulo, interessa-me situar o debate no urbano, mais precisamente nas construções de uma prática institucional e de outra local pautada na categoria da agricultura urbana. Em específico, analiso o caso de Belo Horizonte, cidade criada em moldes modernistas, ainda no final do século XIX para comportar a nova capital de Minas Gerais e, portanto, como elemento central para o desenvolvimento desse estado. A Cidade de Minas, como inicialmente batizada, constituiu-se em projeto utópico difusor de um desenvolvimento modernizador que foi, no entanto, desde seu início disputado pelas elites agrárias, industriais e administrativas, com reflexos expressivos para a constituição de sua periferia (AGUIAR, 2006). É nessa periferia, formada sobretudo por migrantes do interior do Brasil (em sua maioria mineiros e baianos), que encontramos, hoje, todas as 63 hortas comunitárias do município, que compreendem um total de 12,45 hectares de solo urbano dedicados ao plantio de alimentos de base agroecológica. Pretendo demonstrar como a agricultura urbana, antes mesmo de representar uma reivindicação do direito à cidade (ALMEIDA, 2016), constituiu-se como locus de fuga dos camponeses expulsos do campo que, sem lograr uma adequada inserção no mercado de trabalho urbano, buscam refúgio e reconstituição identitária na atividade agrícola desempenhada nos fragmentos da cidade. Com isso, busco caracterizar a agricultura urbana como dimensão contemporânea de uma cidadania insurgente, de modo a explorar as contradições de sua luta por reconhecimento e inserção nas políticas públicas à luz da dialética da ambiguidade, conformadora do Estado brasileiro.

O capítulo tem a seguinte estrutura. A primeira seção dedica-se à revisão sucinta da formação da periferia da capital mineira, desde sua origem no início do século, passando pelos movimentos associativistas vivenciados nas décadas de 1950-60 e retomados sob a forma do novo associativismo a partir da década de 1970, culminando na mais recente inflexão representada pelas ocupações urbanas que marcaram o início do século XXI. A segunda seção analisa a face institucional dada à agricultura urbana pelas políticas públicas municipais, com foco nas categorias abstratas de legibilidade formal que implicam o reconhecimento das dinâmicas de inclusão e exclusão. A terceira seção, finalmente, explora a agricultura urbana como práxis cotidiana e espacial de extensão do rural no urbano, bem como suas reivindicações de acesso a direitos ou ao direito a ter direitos (HOLSTON, 2008).

### 3.1. Periferia e agricultura urbana em Belo Horizonte

“A Urbs está criada, faltando porém, a Civitas”. Com essa frase, o Secretário de Agricultura de Minas Gerais, Francisco Sá, brindou a inauguração da Cidade de Minas em 12 de dezembro de 1987, nesse momento já rebatizada de Belo Horizonte (VEIGA, 2002). A transferência da capital do estado da antiga Ouro Preto buscou a um só tempo superar as decadentes raízes monárquicas de um passado aurífero e integrar o estado em novo centro, situado mais próximo de suas várias elites locais (DULCI, 1999). Encomendada a uma equipe técnica constituída por seis engenheiros e um médico higienista, a Comissão de Estudo das Localidades Indicadas para a nova Capital analisou cinco localizações. Tal estudo resultou na escolha, pelo Congresso Mineiro, do sítio ocupado até então pelo arraial Curral d’el Rey. Planejada sob o comando de Aarão Reis, Belo Horizonte apresentaria uma planta modernizante, cujo traçado buscou a configuração de uma noção de conjunto, associando ruas, praças, avenidas e edifícios a um ideal de progresso inspirado nos centros ditos “civilizados” (AGUIAR, 2006).

A disputa do porvir regional, no entanto, não resultou em um plano único. Tão logo articulado, o conhecido plano original da Comissão Construtora da Nova Capital (CNCC), que dividia a Cidade de Minas em uma zona urbana, uma zona suburbana e uma zona rural, foi alterado por intermédio da Secretaria da Agricultura, do Comércio e das Obras Públicas. Assim, cinco colônias agrícolas foram previstas para a instalação na área suburbana de Belo Horizonte, com o objetivo de estabelecer centros de demonstração e desenvolvimento que estimulassem a modernização da agricultura no Estado (entendida, naquele momento, como indústria natural que constituía a vocação nacional) e ao povoamento da capital. Embora as colônias não tenham logrado pleno sucesso no que diz respeito às intenções originais, sua reintegração ao tecido urbano ainda no início do século XX, via parcelamento e venda semilegal de lotes, deixou marcas nos subúrbios e contribuiu para a conformação das primeiras periferias de Belo Horizonte (AGUIAR, 2006).

Importa destacar aqui que Belo Horizonte foi um dos primeiros casos no Brasil a moldar-se conforme o que Ermínia Maricato chama de urbanismo de autor<sup>24</sup>. Segundo a pesquisadora, o urbanismo brasileiro (incluído neste o planejamento urbano) é descolado da realidade concreta das cidades, já que se articula ideologicamente a partir da representação apenas de uma parte do tecido urbano, cuja lógica formal é imposta a todos os indivíduos por

---

<sup>24</sup> Outra candidata seria Petrópolis. Criada por decreto do imperador Dom Pedro II e inaugurada em 1843, a cidade teve projeto urbanístico concebido pelo engenheiro Júlio Frederico Koeler. Ver Ambrozio (2008).

um amplo aparato regulatório. Convivem com a ordem formal dessa que Maricato chama de cidade legal, contudo, as periferias urbanas, cujos lugares e dimensões não são sequer conhecidos, dando origem à cidade ilegal. A célebre articulação da autora sobre esse fenômeno é o da criação de uma ambiguidade, a do plano-discurso, que longe de revelar as reais dinâmicas de ocupação do solo urbano, oculta-as sob uma institucionalização dissimulada que esconde os motores que comandam os investimentos e a especulação imobiliária. Segundo Maricato, têm-se assim ideias fora do lugar, pois trazidas de modelos urbanísticos desenvolvidos alhures, e o lugar fora das ideias, as periferias desconhecidas e deixadas à margem para que possam ser definidas e redefinidas sob o interesse do capital imobiliário e das empreiteiras (MARICATO, 2013).

A formulação de Maricato é condizente com o que venho chamando nesta tese de formalismo, na medida em que — como indicam Holston (2008) e Gomes (2005) — é o direito, neste caso específico a regulação urbana, o mecanismo de promoção de uma inclusão diferencial, sendo o plano-discurso o elemento de legitimidade que busca articular um pertencimento geral a uma ordem moderna e modernizante. Inspirada nas leituras sobre a superação do dualismo na compreensão da inserção brasileira no contexto do capitalismo global (OLIVEIRA, 2003), Maricato (2013, p. 123) atribui o modelo latino-americano de padrões holísticos de uso e ocupação do solo urbano à modernização incompleta dos países semiperiféricos.

Sem negar a necessidade dessa superação, venho argumentando, apoiado em Holston (1989) e Poggi (1978), que o formalismo brasileiro é senão uma exageração de uma tendência geral, isto é, uma característica essencial aos Estados modernos. Reflexo disso são as abundantes constatações de fenômenos semelhantes nas metrópoles mundiais, marcadas cada vez mais pela diminuição da mobilidade social, pela erosão da divisão entre o público e o privado, com conseqüente ampliação do poder deste, e pela crescente segregação (HARVEY, 1990; LEFEBVRE, 1991; MARCUSE, 1997; WACQUANT, 2008). É certo que, como afirmam muitos, esse quadro advém da derrocada de um modelo de desenvolvimentismo que atribui ao Estado uma racionalidade capaz de contrapor as disfunções do mercado (MARICATO, 2013, p. 126). Mas é um equívoco supor que esta racionalidade seria por si só inclusiva, como corroborou Scott (1998). No que segue, procuro demonstrar como operou o mecanismo de fabricação das ideias fora do lugar e do lugar fora das ideias em Belo Horizonte, bem como seus efeitos para a constituição de uma periferia que, décadas mais tarde, viria a abrigar as iniciativas coletivas e comunitárias de agricultura urbana do município.

O projeto de construção de Belo Horizonte consistiu em um importante mecanismo de planejamento estatal das cidades não apenas em seu componente urbano, mas também no que diz respeito aos aspectos rurais da produção e comercialização de alimentos. Foi também uma tentativa de resposta estatal ao predomínio da agricultura monocultora de exportação, em especial a do café, evidenciando disputas de projetos nesse *front* da formação do estado brasileiro, a partir da mobilização política daquilo que Mendonça (1997) chama de “frações dominadas da classe dominante brasileira”. Esse movimento, no entanto, é limitado em sua eficácia, não só por uma precariedade da atuação estatal, amparada em normas ambíguas que permitiram uma apropriação diferencial por setores da sociedade amplamente capacitados para exercer manobras legais, mas também por contradições internas ao próprio plano.

Assim, se por um lado, os núcleos coloniais foram exitosos na criação do que Adelman (1974) considerou como uma importante categoria de proprietários de classe trabalhadora na capital, por outro lado, foi patente a apropriação de parte destes lotes por aqueles que não se encaixavam nas normas de seleção dos colonos. Tratava-se de funcionários públicos, políticos e fazendeiros. A ocupação de lotes coloniais por semelhante perfil é interpretada por Aguiar (2006, p. 289) como “um prenúncio da futura transformação da zona colonial em uma coroa de bairros suburbanos, marcados pela especulação imobiliária”.

No que diz respeito à implementação do plano, o caso de Belo Horizonte é um exemplo da perda da autonomia que ocorre quando da aplicação na prática dos projetos utópicos, apontada por Holston (1989) em seu estudo sobre o que viria a acontecer, anos mais tarde, em Brasília. Assim, Aguiar (2006) sinaliza a gestão urbana como lócus problemático e obstáculo para o êxito do planejamento urbano. Segundo o autor:

Em uma sociedade hierarquizada, egressa do escravismo, a formação dos espaços da cidade foi também marcada por medidas que, na prática da gestão urbana, dividiram a nova capital segundo as camadas sociais (AGUIAR, 2006, p. 187).

Indo além da já clássica culpabilização da implementação do planejamento técnico-científico de matriz sinóptica (DALAND, 1967), devo igualmente apontar as contradições inerentes ao próprio projeto utópico de pensar o município como um espaço segregado (LE VEN, 1977). Trata-se aqui, uma vez mais, de sinalizar as consequências inevitáveis de assumir o tipo de segregação de divisão funcional de espaços e papéis sociais, cujo desdobramento é a geração de uma estratificação social artificial, pois imposta externamente. A desigualdade social e territorial gerada na capital mineira desde seu início, portanto, não decorre apenas da

implementação do plano em si (ADELMAN, 1974; AGUIAR, 2006), mas da negação *a priori* da organização local em prol de um constructo racionalmente elaborado (SCOTT, 1998).

Assim, fruto da própria dinâmica acelerada de construção de um centro modernista, que concentrou no núcleo urbano os serviços de infraestrutura básica e equipamentos públicos, acrescido da política de distribuição de terrenos e casas para estimular a vinda, contra sua vontade, de funcionários públicos residentes da antiga capital Ouro Preto, ocorreu uma sobrevalorização do preço de moradia na área compreendida pelos limites da avenida 17 de dezembro, posteriormente renomeada de Avenida do Contorno. Como resultado, a cidade de Belo Horizonte expulsou de sua região urbana não apenas os trabalhadores que atuaram na construção da nova capital, mas também funcionários públicos de baixo escalão e uma grande quantidade de migrantes internos, oriundos sobretudo do interior de Minas e da Bahia (Botelho, 2007), que vieram a compor sua crescente população. A dinâmica contrariou o que estava previsto no próprio plano, a saber, um crescimento populacional ordenado do centro para a periferia. Na prática, Belo Horizonte foi habitada de fora para dentro, levando a um efetivo descontrole da prefeitura e do Estado de Minas Gerais das normas sanitárias e de arreamento, além da implicação de altos custos para a extensão da infraestrutura urbana, tais como água, luz e saneamento básico, que só veio a ocorrer nas décadas de 1960 e 70, por ocasião de um renovado associativismo de base local (AGUIAR, 2006; OLIVEIRA, 2012; SOMARRIBA; VALADARES; AFONSO, 1994).

Antes de avançarmos para esse período, contudo, vale destacar que já nos anos 20 a cidade marcava-se por uma série de bairros que compunham uma zona periférica totalmente distinta dos planos originais, levando a uma nova tentativa de planejamento urbano com vistas a estabelecer um novo ideal de cidade. O detalhado estudo de Aguiar (2006) descreve com precisão o que Maricato (2013) chama de aplicação flexível das leis devido à pequena corrupção, na cidade legal, e a ignorância completa das regulações urbanas, na cidade real. A historiografia também serve para corroborar o que aponta Holston em relação à função das complicações do direito brasileiro como dominação via legalização do ilegal.

Como vimos, muitas destas subdivisões ocorreram nas chamadas ex-colônias agrícolas, especialmente Carlos Prates. Vimos também, a partir de anotações feitas nos dois livros que compõem o Registro de lotes da ex-colônia Carlos Prates, que, antes mesmo da emancipação do antigo núcleo colonial em outubro de 1911, um processo informal de divisão de lotes coloniais, feito à revelia da Secretaria de Agricultura, estava em curso, através de transferências feitas por meio de instrumentos particulares ou mesmo de escrituras públicas, lavradas em cartório. E, que mais tarde, após a incorporação da ex-colônia à zona suburbana, em fevereiro de 1912, muitos proprietários iniciavam a venda de lotes segundo projetos de subdivisão que ainda não haviam sido aprovados pela prefeitura. Assim, as anotações que registraram

retroativamente a existência de parcelamentos informais ou ainda não licenciados pela prefeitura corroboram o que há muito já foi apontado pela historiografia de Belo Horizonte: em meados dos anos 1920, proprietários de terrenos e imóveis urbanos da cidade frequentemente cuidavam dos seus interesses privados sem grande preocupação com embaraços legais, com trâmites burocráticos ou com os planos da prefeitura (AGUIAR, 2006, p. 359).

Diante disso, coube a Lincoln de Campos Continentino, professor da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais, elaborar, na qualidade de consultor técnico da prefeitura de Belo Horizonte, um plano de urbanização, também conhecido como plano Continentino. Com apoio de um pequeno grupo de especialistas acadêmicos e funcionários públicos, o engenheiro entregou a proposta de novo planejamento urbano baseado no zoneamento, técnica norte americana que mais tarde ficou conhecida por seus efeitos de manutenção dos preços das propriedades e como mecanismo de segregação social, racial e étnica, já que buscava assegurar espaços distintos de uso da cidade para cada camada da população. A partir dos problemas gerados por um novo regulamento de construções aprovado em 1930, que na prática legalizou como edificáveis as vilas formadas para além do perímetro original, gerando estoques especulativos de grandes proprietários de terra, Continentino redobrou a aposta no poder irradiador de um centro ainda pouco habitado, por meio da implantação de avenidas axiais que ligavam a zona urbana à suburbana e às cidades vizinhas, complementadas por uma nova avenida perimetral que compreendia a área suburbana. O plano previa ainda a criação de uma Cidade Industrial, projeto da Secretaria de Agricultura do Estado que se amoldava às novas configurações da modernização mineira, baseada no desenvolvimento de indústrias de transformação (DULCI, 1999) e um projeto de arruamento que visava tornar cada bairro suburbano uma unidade de vizinhança, buscando criar laços comunitários e reforçar a vida política local. Este último aspecto, vale dizer, ocultava uma agenda de transformação que propunha uma nova concepção urbana para a capital. Sua implementação, contudo, nunca foi adiante (AGUIAR, 2006).

Dessa maneira, ainda em meados do século XX, o centro da capital mineira, projetada como símbolo da modernidade do Estado, marcava-se pelo que Salomão de Vasconcelos denominou de “Poeirópolis”, “um vasto arraial de disentéricos, que só tem de bonito uma gaiola de ouro na Praça da Liberdade com um passarinho dentro” (VASCONCELOS, 1951 apud BRANDÃO, 2018, p. 29). Ou ainda Monteiro Lobato, que em visita à cidade se incomodou com um “pó finíssimo e finissimamente irritante”. Mas o certo é que a vida urbana se dava em outros cantos: “distante dessa cidade central, *locus* privilegiado do poder, uma cidade dada a ver, iam sendo formuladas outras tantas cidades, a saber, cidades vividas e imaginadas, no

entanto, a partir dessa distância, seu *lado de fora*, ou seja, dos seus subúrbios” (BORGES, 2018, p. 155, ênfase no original).

A dialética da ambiguidade fazia-se ainda perceber pelos diálogos entre dois modernistas. Em 1924, no seu poema noturno de Belo Horizonte, o paulista Mário de Andrade aponta ironicamente: “Minas progride. Também quer ter também capital moderníssima também...” (ANDRADE, 1966 apud MIRANDA, 2018, p. 44). Ao que mineiramente Carlos Drummond de Andrade responde, em 1951, no poema encontro:

Vi claramente visto o cupê de João Luís Alves,  
Secretário de Estado de Bernardes,  
descer esta rua soberba da Bahia, cruzar o carro de bois,  
no dia claro, e o espírito de Minas  
fundindo sabiamente  
a dupla imagem (ANDRADE, 1979 apud MIRANDA, 2018, p. 44).

Anos mais tarde (Triste Horizonte, 1976), um Drummond já amargurado com os rumos da cidade, cujo destino lhe fugira às aspirações modernistas e levava ao abandono da capital, complementa, em definitivo: “Não, Mário, Belo Horizonte não era uma tolice como as outras. (...) Era um remanso, era um remanso para fugir às partes agitadas do Brasil, sorrindo do Rio de Janeiro e de São Paulo: tão prafrentex, as duas!” (ANDRADE, 1992 apud MIRANDA, 2018, p. 49).

O que veio a ocorrer no hiato de 50 anos entre a formulação de Mário de Andrade e a resposta de Drummond não foi apenas uma metropolização e integração de Belo Horizonte à modernização industrial brasileira<sup>25</sup>, com seus traços inegáveis de extrativismo, mas a produção de um espaço metropolitano voltado para a redução dos custos de reprodução de uma mão de obra disponível e da habitação como elemento segregador e de controle, via parcelamento do solo e loteamentos de distintos padrões oferecidos pelo mercado imobiliário. No que diz respeito às periferias, o padrão dominante foi o da habitação popular. Segundo Costa:

Perversa e selvagem essa versão [capitalista periférica do processo de suburbanização] que, em vez de ser fruto da intervenção, é antes produto da omissão do Estado em determinados aspectos da reprodução da força de trabalho. Assim, se nos países centrais criticam-se a segregação, a homogeneização ou a falta de vida urbana de seus subúrbios ou conjuntos habitacionais, no Brasil tais deficiências certamente também existentes, não chegam sequer a entrar na extensa pauta da precariedade periférica, pauta esta encabeçada pelas gravíssimas condições sanitárias

---

<sup>25</sup> Tanto Mário de Andrade, quanto Carlos Drummond participaram da construção do Estado varguista, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde Pública. Ambos, a seu modo, romperam com a proposta. Se o paulista deixa o Ministério em aberto protesto contra os arroubos autoritários do governo, o mineiro permanece até o final em cumprimento fiel ao compromisso assumido com Capanema, mas silencia-se e esquivava-se de reuniões e decisões, preferindo protestar irônica e desoladamente em seus textos e poemas (Bomeny, 1994, 2022).

e ambientais, pela falta de equipamentos sociais, culturais e de lazer, enfim, por uma ausência dos direitos mais elementares de cidadania (COSTA, 1994, p. 62).

Ao analisar a dialética existente entre uma ação indutora de modernização por parte do Estado e o *laissez-faire* predominante na gestão urbana, Somarriba e co-autoras destacam que a consequente expulsão dos pobres da cidade para as periferias gerou não apenas loteamentos clandestinos, ocupações e formação de favelas, mas também um associativismo de base local que reivindicou, durante as décadas de 1950 e 60, e também em sua retomada na década de 1970, o direito à habitação contra as frequentes ameaças de despejo, além de melhorias na infraestrutura urbana. Segundo as autoras, contudo, a lógica predominante que guiou tais organizações foi a do clientelismo, marcada pela política de proximidade com vereadores, baixa mobilização popular e apoio de lideranças locais personalistas e/ou paternalistas. Ainda assim, as autoras advertem para o surgimento gradativo de um novo associativismo, pautado na mobilização e participação interna em associações que buscavam permanecer independentes de figuras políticas e que reivindicavam uma outra forma de inserção nos processos de planejamento e gestão urbana (SOMARRIBA; VALADARES; AFONSO, 1994)<sup>26</sup>.

Para além de uma leitura dicotômica entre formas personalistas ou participativas de incidência local, Samuel Oliveira (2012) destaca a ambiguidade inerente às lutas urbanas de moradores que, à luz da imaginação social de uma “marginalidade transitória” das favelas, reivindicavam um “direito de morar”. Segundo o autor, frente à homogeneização das periferias estabelecida pelo já aludido regulamento de edificações, uma nova lei instituída em 1956 (lei nº 576) formalizou uma distinção entre vilas, espaços para os quais se previa a regularização, e favelas, ocupações ilegais onde era proibido construir, alugar e estabelecer qualquer tipo de comércio. À sombra da lei, as favelas constituíram-se em espaços dedicados à extinção ou, no jargão da época, à política de desfavelização. Dessa forma, a disputa simbólica realizada pela Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (FTFBH), destacada por Somarriba *et al.* como berço do associativismo popular belorizontino, buscava contrapor a visão da marginalização promovida por técnicos e intelectuais que vinculavam os “favelados” ao estereótipo das “classes perigosas”, com as narrativas e sentimentos dos moradores locais que articulavam para si uma identidade alternativa pautada em uma nova dignidade de “trabalhador

---

<sup>26</sup> No que diz respeito à agricultura urbana, não há relatos de que essa era uma questão política relevante no período. Entretanto, a questão pode ser aproximada considerando: (i) a crescente redução de espaço disponível para uma produção domiciliar dos quintais urbanos, característica marcante das vilas e arraias mineiros, que certamente foi replicada nos bairros periféricos da capital Belo Horizonte (MENESES, 2015); (ii) a ocorrência, na cidade, do Movimento contra o Custo de Vida (MCV), também chamado de Movimento Contra a Carestia (MCV) (Magalhaes, 2021); e (iii) o surgimento e a expansão de condomínios horizontais no entorno do município, como opção para a classe alta contra as mazelas da urbanização (Duarte, 2014).

favelado” ou “favelado padrão”. Segundo o autor, a partir de um relato biográfico de um dos associados da FTFBH:

(...) [É] importante perceber que essas performances não suprimiam por completo a categorização moral e a estigmatização das favelas. Essa espécie de hagiografia do “favelado padrão” pode ser lida também como algo individualizado, diferenciando o morador dos valores sociais negativos atribuídos ao local de moradia, mas sem contestar esse pressuposto. No caso da nota transcrita acima, quem narra e conta a história de vida fala na primeira pessoa do singular. As construções autobiográficas dos personagens engajados nas UDCs, num sentido mais restrito e individualizado, apontam para uma diferenciação entre os “favelados” e os “operários favelados”, reiterando a divisão entre malandros e trabalhadores, bem como os privilégios de um sobre os outros na distribuição dos direitos. Esse limiar entre o coletivo e o individual na construção de outra dignidade trazia implicações para a ação política, apontando para as disputas clientelistas junto à burocracia estatal. Afinal, quem era trabalhador e ligado a Federação merecia direitos, mas e os outros, aqueles que não se filiavam ao movimento da FTFBH? Além disso, a categoria “trabalhador favelado” sinalizava para identidades constitutivas no mundo do trabalho e emprestava uma identidade coletiva aos excluídos no processo de construção da cidadania no Brasil (OLIVEIRA, 2012, p. 111).

O que aponta Oliveira, portanto, é uma tentativa simbólica e material de inserção que reflete as características formalistas predominantemente existentes no que venho tratando como dialética da ambiguidade, traço essencial da formação do Estado brasileiro. Essa luta corrobora o que Teresa Caldeira (1984) identificou em seu estudo etnográfico da vida no Jardim das Camélias em São Paulo, e que James Holston (2008), anos mais tarde, viria a formular como cidadania insurgente. Segundo o autor, contudo, e corroborando aquilo que Somarriba *et al.* identificam aos olhos da Ciência Política como novo associativismo, a insurgência da cidadania compõe-se de uma visão ambígua sobre os direitos, que ora lança mão de uma perspectiva de privilégio, ora remete a sua universalidade constitucional. Ambas as perspectivas são ainda mescladas por uma noção de cidadania por contribuição. Nas palavras de Holston:

Ainda assim, (...) a fundação desses direitos permanece uma mistura de novas e velhas formulações. Quando eu perguntei a residentes em seus bairros porque eles pensam que têm direitos e sobre qual base, eles consistentemente invocaram um amálgama de três concepções. Eles falaram sobre direitos como privilégios de categorias moral e socialmente específicas (e.g., ‘Eu sou um trabalhador honesto’), como derivados de suas contribuições à cidade (‘Eu pago meus impostos’), e como escritos na Constituição (‘a *Constituinte* me dá direitos’). Em outras palavras, eles apresentam um híbrido de direitos como tratamento especial, direitos de consumidor, e de direitos baseados no texto constitucional (HOLSTON, 2008, p. 253, ênfase no original).

Dedicar-me-ei aos desdobramentos democráticos de rupturas ao modelo formalista prevalescente no último capítulo desta tese. Por enquanto, espero contar com a paciência da leitora frente à constatação, um tanto quanto superficial, de que tais rupturas estiveram no cerne da construção de uma formulação institucional baseada em novos desenhos participativos de conexão da renovação na esfera pública com soluções inovadoras no âmbito das políticas públicas de gestão urbana (AVRITZER, 1997, 2008; TATAGIBA, 2004; WAMPLER, 2007).

Em Belo Horizonte, essa conexão se deu pela instituição de uma nova política habitacional em 1993, que criou a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (Urbel), estabeleceu o Fundo Municipal de Habitação (FMH), formalizou o processo participativo no âmbito do Conselho Municipal de Habitação (CMH) e do Orçamento Participativo da Habitação (ODH). Mônica Bedê (2005) destaca, contudo, a permanência de certa ambiguidade nesta atuação que, se de um lado canalizou os esforços da sociedade civil nas vias institucionais, reduzindo efetivamente as ocupações na cidade, de outro marcou-se pelo rigor governamental na adoção de critérios e procedimentos de atendimento às famílias, reforçando o caráter ilegal destas ocupações. Paolinelli e Canettieri (2019, p. 835) apontam que tal atuação técnica teve como efeito a produção de “um falso antagonismo entre os movimentos: aqueles que se organizavam em torno dos núcleos ligados à prefeitura e aguardavam uma produção de moradias (insuficiente); e aqueles que, mesmo isolados (politicamente e institucionalmente), insistiam nas ocupações”.

Dois desdobramentos posteriores acabaram por enfraquecer a aposta participativa do município. Em primeiro lugar, as gestões de Célio de Castro (1997-2001), Fernando Pimentel (2001-2008) e, mais radicalmente, de Márcio Lacerda (2009-2016), reduziram progressivamente os espaços de participação, não dando continuidade aos processos instaurados na gestão de Patrus Ananias (1993-1996). Em segundo, a instituição pelo governo federal, em 2009, do Programa Minha Casa Minha Vida, marcou-se por premissas opostas no formato de construção de moradias populares, sobretudo via oferta e produção direta de construtoras privadas. O reflexo foi o arraigamento das tendências de privatização do espaço urbano e de construção de moradias populares apontado por Heloísa Costa (1994), com a diferença de que, desta vez, este foi fortemente induzido pelo financiamento estatal. O cenário levou ainda a uma repolitização dos grupos, com o retorno das ocupações e a consequente modificação do padrão organizativo, de movimentos sociais (ou da *forma-movimento*), para formatos autonomistas marcados pela radicalização das ações e pela hibridação de pautas ligadas à vida na cidade, tais como a moradia, o transporte, a cultura, as questões de gênero e raça, e uma série de outros coletivos<sup>27</sup> (ANDRÉS, 2023; PAOLINELLI; CANETTIERI, 2019)

O ponto central me parece ser aquilo que Paolinelli e Canettieri chamam de “a descoberta do continente cotidiano e suas formas de atuação política”. Segundo as autoras, nesse novo momento de agitação política para além das vias institucionais, os movimentos e

---

<sup>27</sup> Caberia, futuramente, um estudo sobre a *forma-coletivo*. Apesar de fundamental, tal imersão antropológica foge ao escopo desta tese.

coletivos evidenciaram em diversos espaços a potência política do “estar junto cotidianamente”, seja como aquilo que venho tratando de fuga e, com ela, a rearticulação dinâmica das identidades marginalizadas, seja como mudança da prática da própria luta coletiva. Assim:

Primeiro, de maneira informal e inconsciente, diante dos momentos de tensão e ansiedade por conta do despejo iminente, as pessoas utilizavam cada vez mais os espaços comunitários — durante os meses de inverno, grandes fogueiras mantiveram-se acesas em frente ao barracão que acolhia os ansiosos. Depois disso, os movimentos passaram a gestar e desenvolver experiências de vida cotidiana entre moradores e grupos parceiros. Este não é um capítulo menor na história da resistência em Belo Horizonte, pois significou uma inflexão na prática dos movimentos sociais (PAOLINELLI; CANETTIERI, 2019, p. 841).

A inflexão mencionada consiste na subordinação da luta institucional à ação direta, na cidade e no cotidiano, e não o contrário que trata aquela como objetivo principal dos movimentos. É nessa dinâmica que ocorre um resgate e uma ressignificação da agricultura urbana no município, que existia de maneira mais ou menos formal desde 1993, quando passou a ser apoiada por ainda tímidas políticas municipais. A essa história me dedico a seguir, primeiramente pelos olhos da institucionalidade e das reivindicações da sociedade civil, para em seguida abordá-la a partir de seu surgimento como práxis social e espacial de extensão do rural ao urbano.

### **3.2. Agricultura urbana como ambiguidade: Dilemas, contradições e conflitos na institucionalização em Belo Horizonte**

A história da institucionalização da agricultura urbana como política pública no município de Belo Horizonte é marcada por múltiplas confluências, seja no âmbito da sociedade civil, seja no âmbito governamental. De maneira geral, ainda que experiências produtivas certamente tenham sido sempre presentes na cidade, há um consenso na literatura em situar a origem de uma atuação institucional nesta área no início da década de 1990. Três trajetórias são especialmente relevantes, para além da já revisada constituição da periferia pelo planejamento urbano, pelo associativismo e por uma população composta sobretudo por camponeses, muitos dos quais expulsos do campo. Como demonstrado no capítulo anterior, os anos 90 marcaram-se por uma inflexão nas táticas adotadas pela sociedade civil em prol de uma postura que buscou ter maior incidência nas políticas públicas (FAVARETO, 2006; GRISA; SCHNEIDER, 2014; PICOLOTTO, 2011). Nesse mesmo momento, o Partido dos Trabalhadores logrou eleger representantes para prefeituras em algumas das principais capitais do país, o que levou à necessidade de articular uma proposta de governo baseada nas ideias de “inversão de prioridades no orçamento público” (BEZERRA, 2019) e de “revolução dentro da ordem” (GREGORI et al., 2020). A proposição de políticas públicas participativas, com grande

engajamento da sociedade civil marcou aquilo que ficou conhecido como “modo petista de governar”, oposto ao gerencialismo, marca dos governos de centro-direita (BEZERRA, 2020). Finalmente, a crescente influência da ideia da produção de alimentos nas grandes cidades como uma resposta aos desafios alimentares<sup>28</sup> e ambientais<sup>29</sup>, aliava-se a uma noção da agroecologia como resposta científica capaz de gerar produtividade, sustentabilidade e justiça social (ALTIERI, 2010; GLIESSMAN, 2001; MONTEIRO; LONDRES, 2017).

Em Belo Horizonte, essa confluência levou a um convênio estabelecido em 1994 entre a prefeitura, representada pela Secretaria Municipal de Abastecimento e pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE), organização da sociedade civil criada em 1986, no âmbito do já mencionado Projeto Tecnologias Alternativas (PTA) da FASE. Com financiamento da iniciativa Local Initiative Facility for Urban Environment (LIFE), vinculada ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) — que exigia a participação de uma organização não governamental — o convênio destinou-se à criação do Centro de Vivência Agroecológica (CEVAE), com objetivo de promover ações de educação ambiental, segurança alimentar e saúde, além de promover capacitação e geração alternativa de renda. Implantado o primeiro CEVAE no Taquaril, regional leste, em 1995, a construção de outros nove centros foi aprovada no Orçamento Participativo Setorial daquele mesmo ano. Contudo, devido a restrições orçamentárias, apenas outros três foram construídos, situando-se nos bairros periféricos Capitão Eduardo (regional nordeste), Morro das Pedras (regional oeste) e Serra Verde (regional Venda Nova) (BARBOSA, 2002; COUTINHO; COSTA, 2011; ORNELAS, 2021).

Desenhado a partir de um modelo de gestão participativa, o CEVAE buscou incluir a população na construção de uma política pautada no desenvolvimento local sustentável, com princípios semelhantes, embora de viés urbano, ao já mencionado Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural. Assim, conformada por comissões locais, a quem cabia a realização de um diagnóstico e a proposição de um plano de ação, a gestão dos CEVAEs se reunia a partir de um comitê gestor, formado por representação tripartite da comunidade, de técnicos da REDE e de gestores da Prefeitura. Ocorre, no entanto, que a participação destes se marcou pelo controle dos processos e do orçamento, levando a tensões e, ao fim e ao cabo, à opção da REDE de retirar-se do projeto em 2001, após a paralização de repasse de recursos até mesmo para

---

<sup>28</sup> Em especial, a Cúpula Mundial da Alimentação, conferência promovida em 1996 pela FAO, em Roma.

<sup>29</sup> Notadamente a Rio-92, também conhecida como ECO-92 ou Cúpula da Terra, conferência sobre o meio ambiente e desenvolvimento, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) na cidade do Rio de Janeiro.

cobrir o pagamento da equipe técnica. Em que pese a existência até hoje dos CEVAEs em Belo Horizonte, estes, em grande medida, tornaram-se equipamentos de preservação ambiental, abandonando o caráter comunitário e participativo originalmente formulado (ORNELAS, 2021).

O conflito entre participação e orçamento é a razão amplamente aceita para o insucesso dos CEVAEs frente a sua proposta original (BARBOSA, 2002; ORNELAS, 2021). Sem embargo, não posso deixar de sinalizar uma contradição não resolvida inerente ao próprio desenho do projeto. De acordo com as fontes e entrevistados consultados por Ornelas (2021), o objetivo do CEVAE buscou compatibilizar duas estratégias de desenvolvimento local: de um lado, a participação comunitária (ou, nos termos em que venho trabalhando, saber local), de outro, o modelo difusor calcado na ideia de tornar-se um centro de referência (ou ainda, na miniaturização de uma ordem, ainda que supostamente alternativa)<sup>30</sup>. Mesmo que, aos olhos dos técnicos da REDE, tal compatibilização fosse imaginada a partir de bases da agroecologia e educação popular, segundo as quais a comunidade seria a protagonista na construção de tecnologias sociais, a difusão pode ter adquirido significados bastantes distintos para a gestão municipal, notadamente a de uma espécie de vitrine ou modelo de sustentabilidade. Assim, o projeto CEVAE continha uma agenda mais ou menos ambígua de expansão da agricultura urbana na cidade, podendo esta sinalizar ou não avanço das ações para além dos limites do próprio equipamento. Portanto, vale cogitar a possibilidade de que a interrupção do projeto se deu não tanto por questões de alocação de orçamento, mas sobretudo por aquilo que o orçamento efetivamente representa, a saber, a hierarquização material e simbólica das ações públicas e seus escopos.

O conflito instaurado no CEVAE serve como exemplo para as dificuldades de se operacionalizar, no âmbito do Estado, as inovações gestadas no seio de uma esfera pública ativa e disposta ao engajamento participativo. Seu fim, enquanto projeto síntese de agricultura urbana na capital, no entanto, deixou diversos frutos no governo local e na sociedade civil, que viriam a se reencontrar sobre novas (ou quase novas) bases em 2017. Ao longo dos anos que separam este hiato, a prefeitura municipal de Belo Horizonte centrou esforços na manutenção da política municipal de segurança alimentar e nutricional, cujo núcleo de atuação — também formado na década de 1990 — foi o abastecimento alimentar nas periferias (notadamente sacolões e feiras) e o fornecimento de alimentos e/ou refeições prontas para a população vulnerável e para

---

<sup>30</sup> Ver capítulo 1.

educação municipal. Por um misto de mecanismos institucionais, incluindo-se aqui os interfederativos de indução de coordenação, e organizacionais, de âmbito local, a política logrou sobreviver à (re)inversão de prioridades que o município vivenciou sob as gestões de Fernando Pimental e, mais marcadamente, Márcio Lacerda (MACHADO, 2006; MAFRA, 2004; MAGALHÃES; COELHO, 2024).

No âmbito da agricultura urbana, a atuação focou sobretudo no suporte, via assistência técnica e fornecimento de insumos às hortas urbanas, divididas entre institucionais (localizadas em equipamentos públicos em geral), escolares e comunitárias (localizadas prioritariamente, mas não apenas, em terrenos públicos não ocupados, também chamados de vazios urbanos<sup>31</sup>). De menor expressão orçamentária no âmbito da política, este suporte sobreviveu às custas do ativismo institucional de alguns técnicos, com destaque para o convênio estabelecido com a EMATER. Outra atuação importante foi a manutenção de parcerias internacionais. Assim como no caso dos CEVAEs, o Programa Cultivando para o Futuro (CCF), implementado com financiamento da Fundação *Resource Centers on Urban Agriculture and Forestry* (RUAF), foi fundamental para a estratégia de agricultura urbana em Belo Horizonte. O CCF estimulou a redução da pobreza, a promoção da segurança alimentar e a qualidade ambiental das cidades por meio de estímulo às iniciativas locais de agricultura urbana. Neste período, fruto da III Conferência Municipal de Política Urbana, em 2009, foi incluída a agricultura urbana na lista de atividades econômicas permitidas na cidade no âmbito da Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo (Lei nº 7.166, de 27 de agosto de 1996), bem como instituída a Lei Municipal de Agricultura Urbana (Lei nº 10.255, de 13 de setembro de 2011). Esta última, no entanto, permaneceu sem regulamentação até o ano de 2023 (COUTINHO; COSTA, 2011; ORNELAS, 2021).

No âmbito da sociedade civil, o que se viu foi um movimento de ampliação das redes de apoio e mobilização em prol da agroecologia, com foco metropolitano (em especial a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana — AMAU [2001] e a Rede Urbana de Agroecologia Urbana — RUA Metropolitana [2016]) e nacional (Articulação Nacional de Agroecologia — ANA [2002]). A partir de fóruns (Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional — FBSSAN [1998], Fórum Mineiro de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável [1999]), intercâmbios e captação de recursos via organizações

---

<sup>31</sup> O conceito de vazios urbanos é proveniente da arquitetura e remete à certa ambiguidade na caracterização de espaços desvalorizados frente ao uso comum que deles se espera em uma cidade, de maneira a apresentarem um potencial de reutilização para outras finalidades (SOUSA, 2010).

internacionais (*e.g.* International Council for Local Environmental Initiatives — ICLEI [1990], Rede Internacional de Centros de Recursos em Agricultura Urbana e Segurança Alimentar — RUAF [1999]), bem como proximidade e parcerias com instituições governamentais (EMATER, Instituto René Rachou — Fiocruz Minas) e universidades (notadamente a UFMG), foram promovidas uma série de ações de assistência técnica, mutirões, troca de saberes e encontros (ORNELAS, 2021). Voltadas para o território e, em menor medida, para a ação institucional, no entanto, essas redes pouco se articularam em termos de uma mobilização política de enfrentamento e mudança a aspectos estruturais.

Após 2003, no âmbito do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, algumas iniciativas de apoio à agricultura urbana e à agroecologia foram estabelecidas. Entre 2008 e 2011, por meio de convênio com o Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS), foi implantado em Belo Horizonte o Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana. Sua institucionalidade precária e, conseqüentemente, vida curta, revelaram a permanência da contradição entre a prática e o discurso dos gestores públicos (ALMEIDA, 2016). Em 2012, no âmbito da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), uma parceria interministerial entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Ciência, Tecnologia Inovação e Comunicações (MCTI), estimulou a criação de Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (NEAs) nas universidades brasileiras. Um dos projetos aprovados ajudou na consolidação, em 2014, do grupo AUÊ! - Estudos em Agricultura Urbana da UFMG (ORNELAS, 2021). Embora não o único, o AUÊ! talvez seja hoje o grupo de extensão universitária mais atuante nas questões de agricultura urbana em Belo Horizonte, tendo suas integrantes participado de cada uma das iniciativas acima mencionadas.

É no âmbito das ações realizadas sobretudo pela sociedade civil, aproveitando-se por vezes de instrumentos que permitiam uma nova atuação de corte agroecológico (Schmitt, 2017), que se iniciou em Belo Horizonte um tímido e ainda desorganizado apoio do poder público municipal a agricultoras(es) que utilizavam espaços urbanos vazios para realizar plantios de distintas espécies, não raro priorizando cultivos que necessitavam de pouco manejo e água. Essa prática despertou um interesse já existente em técnicos da prefeitura para o potencial de produção de alimentos da cidade, ideia fortemente veiculada no plano internacional. Assim, embora a atuação de agricultura urbana estivesse focada em grande medida na capacitação e no apoio com insumos e ferramentas às hortas institucionais e escolares, aos poucos foram aparecendo demandas das chamadas hortas comunitárias, atendidas aqui e ali com alguma

assistência técnica, cercamento e doação de adubo, sementes e/ou ferramentas. É importante notar não apenas um componente de ativismo institucional (ABERS, 2021), mas também certo improviso na oferta das ações, típico de uma gambiarra (ASSUNÇÃO; MENDONÇA, 2016), ao passo que a agricultura urbana surgia como debate crescente na academia e em fóruns de participação institucionalizados ligados à segurança alimentar e nutricional e às políticas urbanas (COUTINHO; COSTA, 2011). Em diálogos com agricultores(as) e técnicos(as), a organização incipiente desse tipo de atuação foi constantemente destacada. Não havia cadastro de usuários, nem procedimento específico para definir em quais terrenos atuar. Mais ainda, não havia qualquer consulta interna à prefeitura sobre a situação cadastral específica de um determinado terreno. Em síntese, atuava-se apenas com fomento e assistência técnica a partir da demanda espontânea de agricultores(as) ou da sociedade civil, que geralmente valiam-se de redes mais ou menos informais de contato para requisitar o apoio e amparavam-se, com adaptações, na forte agenda internacional da temática (ALMEIDA, 2016).

Em 2017, uma nova confluência de atores e ideias levou à retomada da política de segurança alimentar e nutricional em Belo Horizonte e, com ela, a uma série de iniciativas voltadas para a agricultura urbana. Após um período de forte manifestação popular contra o governo anterior de Márcio Lacerda, o prefeito Alexandre Kalil (2017-2022) assumiu a prefeitura em meio a um ambiente significativamente distinto do ponto de vista da política local. Como mostram Paolinelli e Canettieri (2019), as hibridizações das várias pautas e reivindicações populares de direito à cidade tiveram reflexo no pleito eleitoral municipal, logrando eleger duas lideranças populares ligadas à plataforma “Muitas pela Cidade que Queremos” e formando uma experiência de mandato coletivo conhecida como Gabinetona<sup>32</sup>. O próprio Kalil, durante a campanha, havia visitado ocupações e se comprometido a acabar com as tentativas de despejo. No âmbito da segurança alimentar, um grupo de políticos ligados ao projeto original da SMAB de 1993 uniu-se a técnicos, servidores e ativistas para recompor a política a partir de antigas e novas iniciativas. Referente à agricultura urbana, Ornelas (2021) destaca ações institucionais e de iniciativa da sociedade civil, que lê segundo a chave dos encaixes institucionais (LAVALLE et al., 2018), resumidamente: (i) o Programa Territórios Sustentáveis (atuação de AU nas ocupações e quilombos urbanos); (ii) as ações formativas da Trilha da Agroecologia; (iii) a criação, via Associação Horizontes Agroecológicos, do Sistema Participativo de Garantia da RMBH, Colar e entorno, e o decorrente apoio estabelecido por um protocolo de intenções interinstitucional; (iv) o projeto Corredor Agroecológico, que previa

---

<sup>32</sup> Para uma leitura dos mandatos coletivos como gambiarras, ver Mendonça, Gelape e Cruz (2023).

uma série de intervenções de urbanismo tático baseadas em AU nas margens do Ribeirão Arrudas na Avenida dos Andradas, mas que não foi executado por bloqueio institucional oriundo da Secretaria Municipal de Políticas Urbanas; (v) a intensificação e organização das iniciativas de fomento à agricultura urbana; (vi) a concessão de espaço público para implantação da Central de Abastecimento da Agricultura Familiar e Urbana (CAFA), entreposto logístico com vistas a ampliar a venda de produtos em Belo Horizonte e região; (vii) a implantação da Feira da Agricultura Urbana na Rua Goiás, prevista desde 2013 (Decreto Municipal nº 15.216), mas não implantada até aquele momento; e (viii) o projeto do Centro Municipal de Agroecologia e Educação Ambiental para Resíduos Orgânicos (CEMAR) em parceria com a Superintendência de Limpeza Urbana (SLU).

A análise detalhada de cada uma dessas iniciativas, com suas formulações e eventuais contradições, foge ao escopo desta tese<sup>33</sup>. No restante da seção, meu foco recai sobre o movimento institucional de regulamentação da Política Municipal de Agricultura Urbana. Em 14 de julho de 2023, foi publicado o Decreto municipal nº 18.835, que regulamenta a Lei nº 10.255, de 13 de setembro de 2011, que institui a Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana. O instrumento traz uma série de definições sobre a agricultura urbana, agroecologia, sistema de produção agroecológica, produção em transição agroecológica, unidades produtivas, parceria público comunitária, entre outras. A categoria de agricultor urbano é definida amplamente como “aquele que pratica atividades de agricultura no perímetro urbano” (Art. 5º, IX). A política municipal de agricultura urbana, por sua vez, é definida como “conjunto de estratégias integradas entre si de incentivo à produção, à formação, ao consumo, à comercialização local e regional e ao abastecimento alimentar, visando fortalecer programas, projetos e ações de segurança alimentar e nutricional, assim como de sustentabilidade urbana e ambiental” (art. 1º).

Do ponto de vista das competências, o decreto prevê a responsabilidade de atuação na agricultura urbana ao órgão gestor da política municipal de segurança alimentar e nutricional, tendo como corresponsáveis os órgãos gestores das políticas municipais de assistência social (sobretudo no que diz respeito às ações intersetoriais referente ao público em situação de vulnerabilidade), de educação e saúde (na implantação de unidades produtivas em seus equipamentos), de meio ambiente (fornecimento de insumos, destinação de recursos de compensação ambiental e consideração da agricultura urbana para a estratégia de enfrentamento

---

<sup>33</sup> Ver Ornelas (2021).

a mudanças climáticas), de obras e infraestrutura (no apoio à implantação de unidades produtivas com infraestrutura básica e fornecimento de insumos oriundos de podas trituradas e sementes crioulas), além da fazenda e da política urbana. A estas duas, coube, dentre outros, a “identificação e o direcionamento de áreas ociosas ou subutilizadas a fim de que sejam utilizadas para as práticas agroecológicas, em especial em áreas de vulnerabilidade social e de interesse ambiental” (Art. 7º, VII, b) e a adoção da “agricultura urbana como estratégia de uso de áreas públicas” (Art. 7º, IX). Em relação ao uso dos espaços, o decreto prevê, ainda, que as áreas públicas destinadas à agricultura urbana serão utilizadas exclusivamente para práticas agroecológicas, sendo que qualquer infraestrutura implantada e/ou serviço praticado no terreno não são passíveis de indenização (Art. 21, §§ 1º e 3º).

Em que pese a importância do decreto na institucionalização, organização e maior precisão da atuação municipal no que diz respeito à agricultura urbana, o instrumento traz também um limite fundamental, na medida em que previne qualquer tipo de reivindicação de posse contínua dos terrenos (o que há é uma autorização precária de uso por tempo determinado), bem como o uso para outras finalidades que não o plantio agroecológico. O que deixa de ser contemplado, portanto, são as reivindicações de parte das(os) agricultoras(es) ligadas a uma noção de propriedade, seja do ponto de vista da moradia no local, seja do ponto de vista da consideração das áreas como quintais (noção estendida de propriedade). Noutras palavras, pode-se dizer que o decreto reconhece as práticas de agricultura urbana para a ocupação temporária e precária de espaços urbanos, sempre que este uso for conveniente ao poder público e apenas enquanto esta conveniência persistir. Ao agricultor é reconhecida a prerrogativa de produzir em solo urbano, enquanto atividade econômica, mas não o de reivindicar posse ou mesmo indenização pelos serviços prestados. Aliás, tanto o instrumento regulatório, quanto a política em si não fazem qualquer menção a direitos. Com base nesta legislação, e em seus limites, que atribuo às agricultoras e agricultores de Belo Horizonte o caráter de um público *semi*-marginalizado. Devo ressaltar que há aqui uma ambivalência incipiente. A *semi*-marginalização também pode ser lida, como por certo vem sendo feita, como *semi*-institucionalização. O cerne dessa questão é a concepção de propriedade, que pode ser lida na chave liberal da propriedade privada, de um lado, e na chave dos espaços públicos e comuns urbanos, de outro. Essa disputa revela os múltiplos entendimentos — ou, como prefiro, o dissenso que revela múltiplas ontologias a partir de termos homonímicos em debate — inerentes à noção de agricultura urbana, mas também de cidade e do uso do solo urbano.

Ao longo de minha etnografia, pude mapear que grande parte das novas unidades produtivas comunitárias implantadas nos últimos anos (de 2017 a 2025 o número de unidades saltou de 12 para 63) deveu-se a terrenos indicados pelas regionais e/ou pela Subsecretaria de Fiscalização, que cuidam do controle das legislações urbanísticas e ambientais do município. Em uma entrevista realizada com uma técnica da Prefeitura de Belo Horizonte, foi indicado que parte destes terrenos estava sob ameaça de ocupação<sup>34</sup>. Dessa forma, tal qual aconteceu no caso da institucionalização das ações públicas destinadas à agricultura familiar, nas quais a política de crédito diferenciado foi utilizada para arrefecer demandas mais radicais de reforma agrária<sup>35</sup>, a regulamentação da atuação em agricultura urbana de Belo Horizonte, baseada tão somente em um uso precário dos espaços públicos e na assistência técnica, implicou uma contradição fundamental. Isto porque esta ocorre apenas nos limites do espaço legitimado do plantio agroecológico como uso temporário de vazios urbanos, sempre que sua atuação auxilie a prevenir o acesso de terrenos para usos tidos como ilegais, em especial o das ocupações, mas também aqueles relacionados ao saneamento (como destinação a lixões irregulares) e à segurança (desova de peças automotivas ou mesmo de corpos). A condição subliminar inerente a esta concessão dos espaços públicos à agricultura urbana é de que o poder local tem plena prerrogativa de retirar as agricultoras e os agricultores de seus terrenos, tão logo isso lhe pareça adequado.

A constatação reforça o caráter a um só tempo ambíguo e ambivalente da atuação institucional em agricultura urbana realizada pelo município de Belo Horizonte. Se, de um lado, as hortas comunitárias viabilizam um espaço de refúgio para a reinvenção de uma identidade camponesa por parte de uma parcela da população sujeita, como mostrarei a seguir, à tripla exclusão do campo, da cidade e do trabalho, por outro a ressignificação temporária de vazios urbanos permite ao município interromper processos de ocupações e reivindicações de moradia popular e, na sua precariedade, de uma ressignificação da cidade a partir do plantio de alimentos. A ambiguidade inerente se expressa não apenas nas significações positivas e efeitos benéficos que as hortas trazem às(aos) agricultoras(es) e seu entorno, mas também na medida em que este uso é legitimado perante a comunidade, arrefecendo pressões para outras destinações possíveis. A dimensão do conflito fica aparente, no entanto, pela negação às(aos) agricultoras(es) de qualquer indenização pela infraestrutura construída e pelos serviços

---

<sup>34</sup> Entrevista realizada em 17 de março de 2025.

<sup>35</sup> Ver capítulo 2.

socioambientais prestados no terreno, assim como pela explicitação da precariedade de seu uso, sempre que surge um novo interesse público pela área.

Já a ambivalência se expressa na medida em que o uso do solo comum urbano para as atividades de plantio dá ensejo à territorialização e ao refúgio de um modo de vida marginalizado, permitindo, a articulação de novas reivindicações sobre a cidade e seus horizontes de possibilidade. Existe, portanto, uma insurgente politização dos grupos de agricultoras e agricultores urbanos, que começam a se organizar frente a conflitos iminentes. Na segunda parte desta tese, exploro as trajetórias de criação e os conflitos existentes em duas hortas comunitárias ou, como denomina a prefeitura, duas unidades produtivas de Belo Horizonte. São elas: (i) a Horta Coqueiro Verde, localizada no Conjunto Paulo VI, às margens de uma Área de Preservação Permanente/APP; e (ii) a Horta Vila Pinho, localizada na Vila Diamante, no Barreiro, às margens do córrego Olaria. Elas se localizam, respectivamente, em um conjunto (Paulo VI) e em uma vila (Pinho), espaços de ocupação irregular, mas que foram, a partir de mobilizações locais e da participação política na regulação e gestão urbana, destinados à regularização por parte do poder público. Ambas, no entanto, vivenciam atualmente ameaças concretas de perda de parte de seu terreno, cujas repercussões para a sobrevivência das hortas e da dinâmica coletiva de produção nelas estabelecidas ainda são incertas.

Assim, a Horta Comunitária Coqueiro Verde se vê ameaçada pela decisão da prefeitura em realocar o posto de saúde da comunidade, cujo crescimento, impulsionado pela construção privada de um grande conjunto de prédios que repentinamente trouxe cerca de 10.000 pessoas para a região, exige um equipamento público maior. Ainda que existam lotes vagos na cercania, a opção pela construção no espaço da horta deve-se à qualidade do terreno e à possível diminuição de custos da construção. Já a Horta Vila Pinho iniciou uma mobilização para evitar que por ela passe um viaduto que, aprovado no Orçamento Participativo de 2014/2015, destinasse a conectar os dois lados do bairro, divididos pelo córrego Olaria. Em que pese a importância da mobilidade urbana e o clamor popular que apoia a realização da obra, sua localização original não estava prevista para passar pelo terreno da horta, tendo sido alterada devido ao custo de desapropriação de moradias e também pelo interesse de comerciantes localizados na Avenida Perimetral, que querem ver ampliado o tráfego de veículos pelo local.

Combinados, os dois casos explicitam os dilemas e as controvérsias da participação social frente à constituição ambígua do Estado brasileiro, marcado pelos conflitos de apropriação de práticas cotidianas de sobrevivência da população, mas também de rupturas e

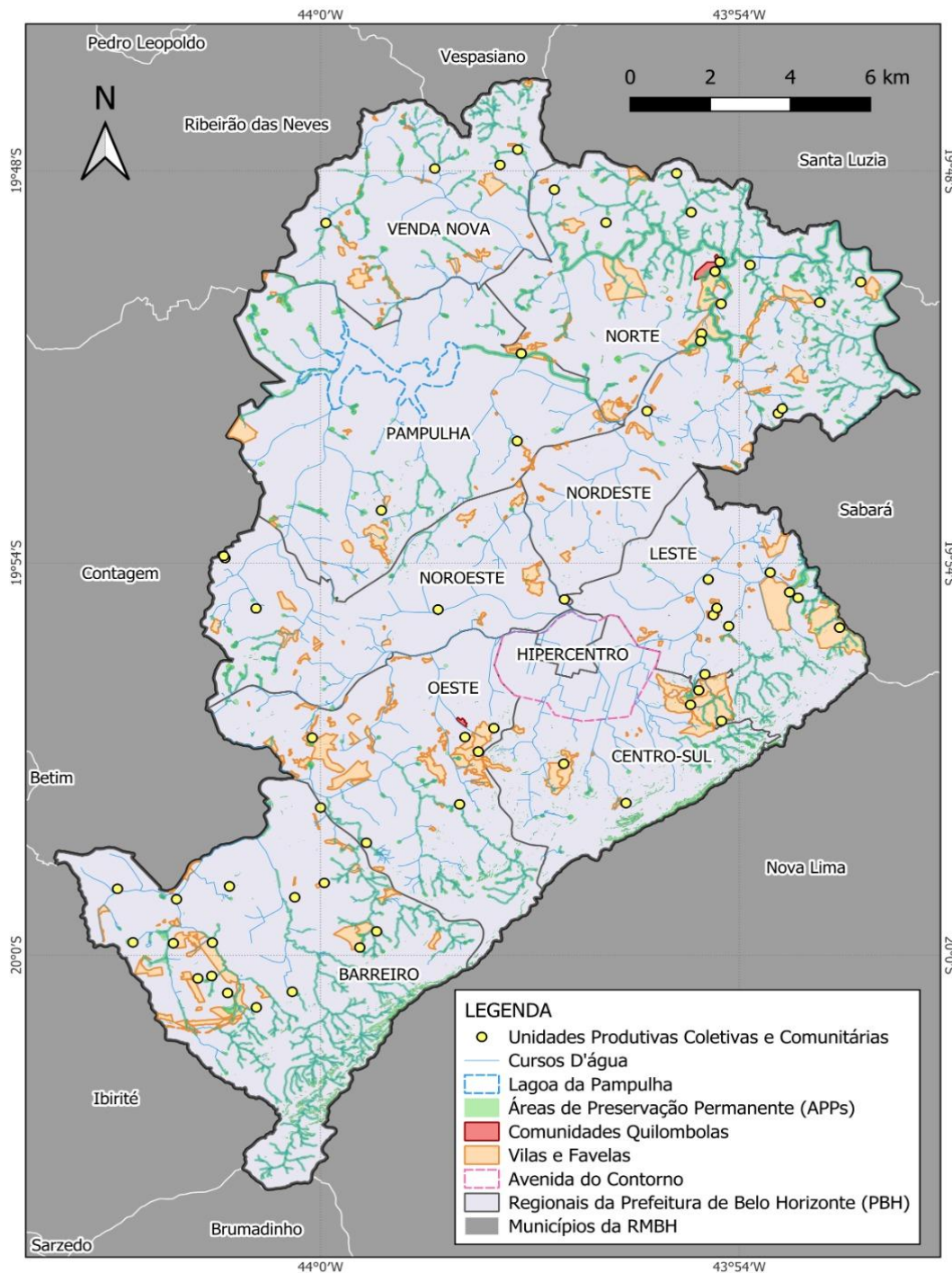
contrapropriações que reivindicam uma dimensão emergente de cidadania democrática. Estas, por sua vez, não se formulam como bastiões de uma revolução — seja ela proletária ou autonomista — mas por improvisações (CALDEIRA; HOLSTON, 2004) ou gambiarras (ASSUNÇÃO; MENDONÇA, 2016; DAGNINO, 2004) que, embora produzam um espaço urbano alternativo, indicativo de uma insurgência capaz de alterar o modelo prevalescente, reproduzem em parte as contradições deste. Na medida em que a agricultura urbana como locus privilegiado de uma política cotidiana é utilizada tanto para legitimar, quanto para limitar a dimensão política de uma redefinição do urbano a partir de bases democráticas — ou, em outras palavras, tanto para reivindicar quanto para negar o direito à cidade — tem-se uma confluência perversa, nos moldes já identificados por Evelina Dagnino (2004) em relação a adoção de uma linguagem participativa que, no entanto, esconde nuances e agendas, ou projetos, bastante distintos entre si. Por outro lado, a própria constituição e semi-legitimação dos espaços de plantio constitui uma espécie de heterotopia (FOUCAULT, 2013) ou de pedaço (MAGNANI, 1984), constituindo-se em uma ambivalência. É nessa tensão entre ambiguidade/ambivalência que as reivindicações podem ser lidas na chave da política tal, qual entendida por Rancière (1966), jogando novas luzes à teoria democrática.

Para que seja possível avançar para essas questões, a seção a seguir dedica-se a caracterização, pelo acompanhamento do cotidiano das agricultoras e dos agricultores de Belo Horizonte, da dimensão de refúgio com que vêm as hortas urbanas, bem como sua insurgente politização e reivindicação de direitos.

### **3.3. A agricultura urbana como ambivalência: um refúgio para a reinvenção da identidade do campo na cidade**

A figura 1 mostra a localização de cada uma das 63 unidades produtivas comunitárias, jargão técnico utilizado pela Prefeitura de Belo Horizonte para se referir às hortas urbanas atendidas pela Política Municipal de Agricultura Urbana. Todas elas, sem exceção, encontram-se na periferia, sendo 16 na regional do Barreiro, nove na Leste, oito na Nordeste, quatro na Noroeste, nove na Norte, seis na Oeste, duas na Pampulha, quatro em Venda Nova e cinco na Centro-Sul, situadas estas últimas em favelas.

**Figura 1 — Hortas Urbanas Comunitárias em Belo Horizonte, 2025**



Fonte: Elaboração do autor, a partir de endereços e polígonos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte, 2025

Das 318 pessoas cadastradas como agricultoras(es) urbanas(os) no município, 145 (45,6%) são provenientes do interior do Estado de Minas Gerais, 28 (8,8%) vêm de outros Estados, 90 (28,3%) são de Belo Horizonte e Região Metropolitana, uma (0,3%) nasceu em

outro país e 54 (17%) não quiseram se declarar. Do ponto de vista da renda familiar, 131 (41,2%) sobrevivem com até um salário-mínimo, 115 (36,2%) possuem de um a dois salários-mínimos, 37 (11,6%) de dois a três salários-mínimos, 34 (10,7%) acima de três salários-mínimos e um (0,3%) não se declarou. Já em relação ao gênero, 211 (66,4%) se declararam mulheres cis, 105 (33%) homens cis e duas (0,6%) outros. Quanto à raça, 222 (69,8%) se declararam pardas ou pretas, 81 (25,5%) brancas, três (0,9%) indígenas e 12 (3,8%) não se declararam<sup>36</sup>. No que diz respeito às finalidades que as pessoas buscam ao se envolverem com as hortas urbanas comunitárias, apenas 55 (17,3%) declararam que extraem alguma renda da atividade, sendo que para 42 (13,2%) esta é a menor parte da renda familiar. Apenas sete (2,2%) pessoas declararam que a horta contribui para a maior parte da renda e outras seis (1,9%) disseram extrair renda exclusivamente da atividade.

Os dados corroboram com o quadro teórico desenhado, a saber, de que as pessoas que se dedicam à agricultura urbana em Belo Horizonte são, em sua maioria, pobres, negras e mulheres periféricas. Pelo olhar etnográfico que marcou meu contato com estas pessoas, muitos relatos confirmam uma trajetória semelhante de migração do campo para a cidade, para acompanhar os pais, para fugir da seca e da fome, e ainda para buscar oportunidades no crescente mercado de trabalho do município. Nota-se, contudo, que os diferentes caminhos que levam à horta passam em geral por uma não-inserção no mercado de trabalho (sobretudo no caso das mulheres) ou ainda de uma inserção precária, sujeita ao desemprego, adoecimento ou alcoolismo (aqui, em sua maioria, é o caso dos homens). Há também pessoas aposentadas ou cujo trabalho relaciona-se a funções obtidas a partir da atuação do associativismo de base local, como as creches, escolas e associações. Na maioria dos casos, o que faz a pessoa envolver-se com a agricultura urbana é uma memória de uma infância ou juventude na roça. A ausência de renda da atividade agrícola demonstra, por um lado, a precariedade dessa ocupação no âmbito urbano. Por outro lado, mostra que o que leva as pessoas a buscarem a horta relaciona-se mais com um tipo de socialização e modo de vida do que uma atividade comercial per se. Confirma-se assim o movimento de tripla exclusão que venho tentando delinear ao longo desta tese: (i) a exclusão do campesinato do campo; (ii) a exclusão do migrante do centro urbano e, residente de vilas e favelas, também do direito à cidade; e (iii) a exclusão do mercado de trabalho.

O trabalho de Edglênia do Nascimento (2022) mostra com grande sensibilidade não apenas as trajetórias mencionadas, mas também algumas das significações da atividade agrícola

---

<sup>36</sup> Os dados são da Prefeitura de Belo Horizonte, fornecidos pela Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, no ano de 2025.

por aqueles que a autora chama de “povo preto e periférico” do município. Os relatos, colhidos de interações de Nascimento com 8 agricultoras(es), reverberam diversas questões. Em primeiro lugar, a já mencionada origem na roça. Ainda que muitos não atribuam um caráter formal ao aprendizado com os pais (“Ninguém me ensinou a plantar, eu acho que tá no sangue, né? Papai e mamãe, sempre plantou e eu sempre vi”<sup>37</sup>), a atribuição desse saber a uma ancestralidade que corre “no sangue” demonstra que “na roça tudo se aprende, mesmo que nada se plante”, como lembra Antônio Bispo dos Santos, o Nêgo Bispo (NASCIMENTO; RUFINO, 2023). Sobre isso, Edglênia do Nascimento:

A maioria dos agricultores entrevistados já teve contato com plantio de gêneros alimentícios em algum momento da vida. Têm lembranças dos pais e da vida interiorana e contam que os pais trabalhavam em roça. Alguns trabalhavam juntos, outros observavam, mas ao serem indagados sobre como aprenderam ou quando iniciaram, respondem que o início foi ao entrar nos coletivos e nas respectivas hortas urbanas comunitárias. Muitos não fazem a conexão (...) de que aprenderam a prática da agricultura com os antepassados e sim com os colegas dos coletivos, mas que (...), ao longo de suas narrativas essa ligação torna-se evidente, porém ainda inconsciente (NASCIMENTO, 2022, p. 64).

Gabriel Mattos Ornelas (2025) aborda o saber prático das(os) agricultoras(es), a partir do que chama de tramas de aprendizagem da agroecologia urbana. Segundo o autor, embora exista uma lembrança de um saber praticado pelos pais, como indicado por Nascimento (2022), o conhecimento gerado no âmbito da agricultura urbana é essencialmente diferente daquele gestado no campo. Utilizando-se do conceito de comunidades de aprendizagem (Lave; Wenger, 2022), Ornelas chama atenção para a aprendizagem situada nas práticas socioespaciais, que levam a um crescente ganho de legitimidade dentro da comunidade ao passo que também geram tensões em relação à continuidade e ao deslocamento dessas práticas. Assim, as tramas de aprendizagem da agroecologia urbana são formadoras de uma identidade coletiva baseada na linguagem e na narrativa, constituindo-se em três dimensões: (i) a política do cotidiano e do cuidado na comunidade; (ii) a participação em redes mais amplas; e (iii) a participação cosmopolítica (ORNELAS, 2025).

Há também menção aos benefícios da agricultura urbana como incidindo positivamente na alimentação individual e da família, além de melhorar a saúde mental e a saúde física (“Eu levo pra casa, eu vendo. É um complemento da renda. Isso aqui desestressa a gente”; “é bom pra mente, é bom pro físico, é bom pra tudo. Fibromialgia também que eu tenho, né? me ajuda muito”<sup>38</sup>). A reivindicação de que o alimento plantado na horta urbana é saudável tem se tornado

---

<sup>37</sup> NASCIMENTO, 2022, p. 55.

<sup>38</sup> NASCIMENTO, 2022, p. 61.

uma bandeira política da agroecologia, que chama atenção para o que é “comida de verdade” (ORNELAS; ARAÚJO; MAGALHÃES, 2025) . Junto com essa postura, há uma crescente desconfiança com os produtos vendidos pelos mercados tradicionais, sobretudo em relação aos efeitos de insumos químicos e mesmo do uso de sementes transgênicas no organismo humano (“Eu num sei que procedimento tem aquela verdura de lá”<sup>39</sup>). A ideia de “procedimento” remete a uma legitimidade procedimental no manejo de cultivos adotada na certificação de produtos orgânicos. Desde 2019, a Região Metropolitana de Belo Horizonte conta com um processo de constituição de um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica<sup>40</sup>, previsto no Estatuto da Associação Horizontes Agrocológicos, da qual muitos agricultores fazem parte (PULIERO ET AL., 2024; VICENTE; PERUHYPE; DUARTE, 2004).

Por outro lado, vários agricultores, em especial homens, também me confidenciaram estar ainda em adaptação a um novo regime alimentar. Uma delas, certa vez me disse: “Comer folha todo dia não dá não. Comida para mim é arroz, feijão, farofa e carne”<sup>41</sup>. Mais curiosamente, um dos mais notórios agricultores de Belo Horizonte notoriamente não se alimenta de nenhum tipo de verdura. Essa tensão entre as formulações ativistas e tradicionais do alimento saudável leva a apropriações e contra-apropriações que expõem perspectivas e posicionalidades, frequentemente interseccionadas com questões de raça e gênero (“se a gente tem essas lavouras aqui ó, num foi o branco que ensinou a plantar uma banana, nem a mandioca, ele nem sabia de mandioca, foi o preto, num foi? Os preto e os indígenas, esse eu não tiro também, eles que ensinou nós, a cultura deles, foi dessa cor aqui”<sup>42</sup>). Revela também a consciência, por parte de agricultoras e agricultores, da potência reivindicatória da estética de sustentabilidade ambiental e de promoção da saúde representada pela horta urbana.

Assim, do ponto de vista do aspecto alimentar relacionado à saúde, as mulheres e os homens mais velhos costumam ser as(os) guardiãs(es) do uso de raízes e folhas não convencionais, tanto para tempero, quanto para a cura. Muitos foram os meus encontros com essas pessoas ao longo da pesquisa, embora um deles tenha me marcado em particular. Certa vez estava conversando com uma liderança de uma horta comunitária e um senhor se achegou,

---

<sup>39</sup> *Idem.*

<sup>40</sup> O Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC) está regulamentado pelo Decreto nº 6323 de 27 de dezembro de 2007. Este decreto, que regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências, criou o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg). O OPAC é uma organização que assume a responsabilidade pela avaliação da conformidade orgânica de um Sistema Participativo de Garantia (SPG). O SPG é formado por produtores, consumidores, técnicos e demais interessados.

<sup>41</sup> Agricultora da Horta Vila Pinho. Conversa realizada durante pesquisa etnográfica.

<sup>42</sup> NASCIMENTO, 2022, p. 56.

entre desconfiado e curioso (minha presença sempre despertava este misto de curiosidade e desconfiança). Era um senhor mais velho, negro, muito conhecido no bairro e na região, além de ser um dos fundadores daquela horta, em particular. Relatou-me conhecer de plantas e entender o que elas lhe falavam sobre suas próprias propriedades medicinais (não foi o único relato que tive de comunicação com plantas, indicativo de uma profícua relação interespecies). Tratava-se de um raizeiro urbano, inclusive dado a benzeções, o que lhe rendia certa imagem positiva na comunidade. Importante destacar que este não é um fenômeno estritamente religioso, já que este senhor espontaneamente me explicou que não fazia qualquer tipo de invocação: “com isso não mexo não”<sup>43</sup>.

Nesse mesmo sentido, Eduardo Kohn (2013) aborda a questão da comunicação na floresta amazônica a partir de um problema de semiótica, uma vez que os humanos utilizamos predominantemente da linguagem — uma ecologia feita de sinais conectados entre si — para nos comunicar, o que gera certo distanciamento da forma de comunicação de entidades biológicas e mesmo espirituais. Destaca o autor, contudo, que essas entidades também se comunicam entre si e com os humanos, por meio de outros tipos de símbolos. Essa abordagem coloca para as disciplinas científicas um problema filosófico, pois colapsa a separação entre mente e corpo com a qual estamos acostumados a ver o mundo e que, penso, está na raiz da dominação aludida por Scott (1998) por meio da dialética entre saber formal e saber local<sup>44</sup>. Nessa linha, emerge a noção de corporeidades específicas, moldadas, no caso em tela, pela fuga que preserva e ressignifica um saber local camponês, capaz de constituir mundos e linguagens distintas (VIVEIROS DE CASTRO, 2020), cujo encontro e desencontro se dá numa noção ampliada de esfera pública como fronteira (RANCIÈRE, 2006). A noção de diferentes encontros comunicativos e suas conexões leva à proposta de Isabelle Stengers em favor de uma cosmopolítica, um framework no qual diferentes seres e formas de conhecimento contribuem para a configuração e compreensão de mundos compartilhados, em oposição a uma realidade universal estabelecida à priori (STENGERS, 2010).

A dimensão cosmopolítica inerente às práticas da agricultura urbana em Belo Horizonte choca-se frontalmente com a consciência da precariedade deste espaço na cidade, reiteradamente expressado por aquelas pessoas reunidas sobre essa nova identidade de agricultor(a) urbano(a), levando a reivindicações políticas. Se por um lado é certo que a negociação de perspectivas integrativas de visão de mundo (STENGERS, 2010) ocorre

---

<sup>43</sup> Nome da horta suprimido, por questões éticas de anonimização.

<sup>44</sup> Agradeço a Lucas Veloso por me alertar para esse ponto.

sobretudo em espaços fragmentados e não-escaláveis, como argumenta Tsing (2022), por outro lado, o encontro com uma realidade-discurso formal colocada pelo Estado reinsere a ambiguidade do sistema de cidadania brasileiro como tecido articulador das propostas de inclusão (HOLSTON, 2008), reforçando a dialética da ambiguidade (Ramos, 1966). Curiosamente, o tipo de reivindicação mais frequente é aquela que James Holston indica como contributiva, referente a uma dimensão performática da cidadania que decorre da participação na cidade (“então se uma ajuda de custo ele [o Estado] desse a gente, era muito bom, incentivava, porque nós num tem título da terra, então nós tamo tomando conta da terra pra ele”<sup>45</sup>).

Para Holston, a articulação contributiva combina elementos da cidadania entendida como privilégio — associado a um status moral diferenciado, como o do trabalhador honesto — com aspectos da cidadania como um conjunto de direitos universais garantidos pela Constituição, ou seja, o direito a ter direitos. Não é por acaso, portanto, a menção à ausência do título da terra, nem mesmo à conexão, ainda tímida, quase indulgente, com o direito à moradia (“Ajudaria muito se o governo liberasse a gente fazer pelo menos um comodozim de alvenaria, que a gente pudesse passar um final de semana, não pra morar, mas pra ter um confortozim, trocar uma roupa”<sup>46</sup>). De forma incipiente, no entanto, algumas reivindicações demonstram certa conexão da horta com a ideia estendida de propriedade, em contraponto às precárias condições da habitação urbana nas vilas (“Eu considero, aqui é o meu quintal, onde é o seu quintal, o meu quintal é na horta comunitária, lá do outro lado”<sup>47</sup>). A chave para a leitura destas demandas, a meu ver, está no conceito de equivocação, tal como avançado por Eduardo Viveiros de Castro (2019). Segundo o autor, a equivocação é o ato fundante das relações entre mundos distintos — no caso, o das agricultoras e dos agricultores e de técnicas(os), acadêmicas(os), gestoras(es), ativistas e parte dos habitantes do entorno — e pressupõe uma única e constante epistemologia frente a várias ontologias em fluxo. Assim, refere-se a “homônimos equivocais” — no caso a terra, a propriedade, a relação com plantas e animais — entre as línguas faladas pelos seres que se encontram no conflito vivenciado pelas hortas urbanas, ampliando o dissenso (RANCIÈRE, 1996). É essa equivocação que se oculta pela ambiguidade do formalismo com que se estabelece a política pública de agricultura urbana de Belo Horizonte. Sua revelação, por outro lado, expressa a ambivalência reivindicada pelos espaços produtivos que abrigam modos

---

<sup>45</sup> NASCIMENTO, 2022, p. 62.

<sup>46</sup> *Idem.*

<sup>47</sup> *Ibidem.*

de vida distintos no urbano, levando a uma noção de convivência pacífica e relação diplomática entre os mundos.

Assim, ao contrário da leitura comum que se faz das hortas urbanas comunitárias, sobretudo pela academia e por movimentos sociais, como uma espacialização de um projeto emancipatório de autonomia (ALMEIDA, 2016; PAOLINELLI; CANETTIERI, 2019; SOUZA, 2010), defendo que a trajetória de sucessivas exclusões e a prevalência da ambiguidade podem oferecer uma nova chave de entendimento desta prática socioespacial. Venho delineando ao longo desta primeira parte da tese, o argumento de que, frente à dominação — por certo igualmente socioespacial (FOUCAULT, 2014) — de sistemas estabelecidos de poder, há um movimento constante de fuga que permite a um só tempo a preservação e rearticulação de um modo de vida, não reconhecido pela ordem dominante, mas necessário à própria reprodução desta ordem. A meu ver, compreender as hortas urbanas como refúgio não apenas permite identificar suas tramas de aprendizagem e formação de novas identidades comunitárias, como faz justiça às(aos) agricultoras(es) urbanas(os), na medida em que diminui sobre elas e eles a responsabilidade de serem protagonistas de uma revolução, sem que isso implique, como argumenta Lelis (2016), na redução de seu caráter de ruptura<sup>48</sup>. Ademais, essa leitura permite perceber as hortas urbanas e suas contradições como gambiarras, uma apropriação ou improvisação das relações, espaços e dispositivos, que originalmente serviriam — por expectativa cultural ou por desenho deliberado — a outras finalidades, cujo reflexo político é o deslocamento criativo das formas como uma determinada realidade é compreendida (ASSUNÇÃO; MENDONÇA, 2016). Por fim, a compreensão da própria ideia de democracia realizada a partir não de uma incorporação discursiva à universalidade moderna (HABERMAS, 1984, 1987), mas das reivindicações estéticas (RANCIÈRE, 1996, 2005) de modos de vida distintos (DE LA CADENA, 2015; KOHN, 2013; VIVEIROS DE CASTRO, 2020), permite reproblematicar como ambivalência a ambiguidade inerente à participação social, sem recorrer aos subterfúgios de um discurso revolucionário do cotidiano, igualmente problemático pois igualmente ambíguo. A seção a seguir retoma, à luz das controvérsias delineadas, os principais argumentos da primeira parte da tese, à luz da teoria democrática.

### **3.4. Problematizando a participação social a partir das rupturas insurgentes**

No caminho percorrido até aqui, parti de uma postura crítica à teoria democrática atual, em especial a democracia deliberativa. No plano cognitivo-instrumental, o papel de conexão do

---

<sup>48</sup> Agradeço à Flávia Brasil por chamar minha atenção a esse ponto.

mundo da vida ao sistema econômico-administrativo atribuído à esfera pública levou a uma adoção da estratégia de institucionalização de públicos participativos como promessa de democracia radical na América Latina. Presente não apenas no sul global, mas também, em menor medida, na noção de sistemas deliberativos, argumentei que a aposta na participação institucional desconsiderou a constituição ambígua do Estado moderno, do qual o Estado brasileiro é uma espécie de epítome caricatural. Tal ambiguidade revela-se, regra geral, em dois paradoxos modernos: o aspecto central atribuído à categoria universal de cidadania, desde que subsumida à particularidade quase arbitrária da nação e o oxímoro liberal, segundo o qual as regras a um só tempo limitam e servem à liberdade. Como resultado, tem-se o recurso ao formalismo, isto é, a diferenciação entre as regras (categoria nomológica de reprodução sistêmica) e a realidade (categoria fenomenológica de constituição da unidade de um mundo objetivo por membros de uma comunidade), como estratégia de dominação e ascensão vertical. Essa versão da gaiola de ferro weberiana implica compreender as próprias limitações internas à Ciência Política na compreensão de sujeitos outros e suas reivindicações não de ingresso, mas sim de rompimento com o cânone da modernidade. Implica, sobretudo no que me interessa aqui, ancorar tal compreensão a partir de renovadas críticas à capacidade emancipatória de uma esfera pública efetivamente autônoma.

Busquei demonstrar, com o caso da formação do Estado nacional brasileiro, como este recorreu desde o início a um discurso modernizador baseado em uma inclusão diferencial, que buscou promover um progresso na ordem. No século XX, um novo sentimento de pertencimento a uma comunidade nacional (solidariedade) foi gerado a partir de uma lógica simbólica da generosidade e contribuição a um futuro glorioso. Essa lógica amparou-se na deshistoricização dos sujeitos por meio de discursos utópicos, com duas importantes consequências. A primeira foi a abstração de múltiplos modos de existência em categorias formais que figuravam a um só tempo como mecanismos de acesso (ao Estado) e controle (pelo Estado). A segunda foi a politização de grupos marginalizados pelos próprios movimentos de inclusão diferencial. Argumentei, finalmente, que tais consequências levam a uma dupla e conectada dinâmica de fuga e retorno, ambas com intuitos de uma renovada participação, sendo que aquelas — decorrentes de movimentos de expulsão — é fundamental para a renovação do caráter insurgente desta, ainda que a nenhuma destas formas escape uma ambiguidade ontogenética. Consequentemente, essa dinâmica esteve permeada pela construção de outro tipo de discurso mitológico, aquele da revolução pelo cotidiano, com a decorrente politização dos

sujeitos marginalizados em busca de uma emancipação pela alteração dos parâmetros abstratos da ordem desigual.

Assim, seguindo as trilhas interpenetradas da modernização agrícola e da urbanização industrial, busquei articular uma visão da agricultura urbana não como urbanização extensiva (MONTE-MÓR, 1994), mas como rearticulação do modo de vida do campo nas franjas da cidade, constituído por uma tripla e sucessiva exclusão: a expulsão dos pobres do campo, sua expulsão do direito à cidade e do mercado de trabalho. Com isso, pude analisar a dupla face da agricultura urbana em Belo Horizonte. De um lado, sua dimensão de fuga, permeada por retornos, na qual uma identidade emergente está sendo forjada a partir de tramas de aprendizado coletivo baseadas na agroecologia, do reconhecimento de benefícios e de características comuns a um modo de vida e de articulações incipientes tanto sobre o direito à terra, quanto sobre o direito ao reconhecimento e a compensação aos serviços urbano, alimentar e ambiental prestados em terrenos públicos. Por outro lado, sua dimensão participativa, via sociedade civil e pelo aspecto comunitário da política pública municipal, na qual os muitos avanços circunscrevem-se à conveniência do poder público local em ver ocupados preventivamente pela agricultura urbana seus terrenos “vazios”, mas somente até que lhes seja dada outra utilidade dentro da ordem.

Nesse trajeto, espero ter ao menos delineado algumas razões pelas quais não mais podemos deixar de problematizar a ideia de públicos participativos (AVRITZER, 2002), sob os quais recaem focos quase que exclusivamente centrados no desenho institucional (AVRITZER, 2008). Isso porque a inovação e a renovação institucional por uma esfera pública pautada na razão comunicativa, concebivelmente eficaz para frear a colonização do mundo da vida pela lógica instrumental sistêmica (HABERMAS, 1984, 1987), não é imune às controvérsias que, inerentes à modernidade, isto é, constitutivas do Estado e da sociedade civil modernos, levam ao formalismo e à apropriação seletiva de modos de vida existentes. Recorrer a discursos utópicos, por sua vez, anima a dimensão da agência calcada no movimento, sem, contudo, resolver no plano do discurso as controvérsias subjacentes. Resta, portanto, olhar os fragmentos, as rupturas geradas não pelo esforço de participação, mas pela fuga decorrente do seu fracasso ou da sua supressão, isto é, da expulsão de pessoas e corpos, sem identificação primária às categorias abstratas da ordem formal. Em que medida, baseada em quais dinâmicas, essa fuga pode — de maneira insurgente — alterar as bases participativas? É essa a questão que busco responder ao mergulhar no cotidiano das agricultoras e dos agricultores urbanos de Belo Horizonte.

## **PARTE II**

#### 4. TERRA, SAÚDE E AGRICULTURA URBANA NA DISPUTA PELA AGROFLORESTA COQUEIRO VERDE: DA AMBIGUIDADE À AMBIVALÊNCIA

Criada em 2019, a agrofloresta Coqueiro Verde é uma unidade produtiva comunitária de 16.000 m<sup>2</sup>, localizada ao final da Rua das Almas, no Conjunto Paulo VI. A horta está situada às margens de uma área de preservação permanente, em zona de risco de contaminação de lençol freático, de erosão e assoreamento<sup>49</sup>. No espaço, atuam dez agricultoras e agricultores, sendo seis do gênero feminino e quatro do gênero masculino, todas e todos de cor parda ou preta, seis oriundas(os) do interior de Minas Gerais, dois de origem em outros Estados da Federação, um nascido na Região Metropolitana de Belo Horizonte e um cuja origem não foi declarada. A idade média é de 65 anos, sendo que a pessoa mais nova tem 59 anos e a mais velha 75. Todas elas possuem alguma condição de saúde, sendo a mais comum a hipertensão. Nove entre as dez possuem cadastro no Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚnico). Três indicaram que sua renda provém da horta, sendo uma a maior parte da renda e dois a menor parte da renda.

A entrada das(os) agricultoras(es) no terreno deveu-se a uma ação da prefeitura de Belo Horizonte estimulada inicialmente por representantes da Universidade Federal de Minas Gerais. À época, em contato com as lideranças locais, identificou-se um crescente risco de ocupação irregular ou ainda de uso imobiliário da área para construção de condomínios habitacionais, à luz do que já vinha ocorrendo nos bairros vizinhos com a implantação, pela Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel), de conjuntos habitacionais cofinanciados pelo Programa Minha Casa Minha Vida (NASCIMENTO, 2016). Outros usos também já haviam sido tentados no passado, como diversas ocupações despejadas pela Polícia Militar, que chegou inclusive a montar guarita na região, bem como a tentativa de implantação, pelo poder público municipal, de um aterro sanitário, que sofreu forte oposição local, culminando na sua transferência para o município de Sabará.

Ao longo destes quase seis anos, a paisagem do terreno se alterou profundamente com o trabalho das(os) agricultores. As fotos abaixo dão uma dimensão do antes e depois. A figura 2 mostra o terreno destinado à horta logo antes de sua implantação, em perspectiva frontal (acima, à esquerda) e também em vista aérea (acima, à direita). Além disso, é mostrada a horta em estágio inicial de plantação (abaixo, à esquerda) e atualmente (abaixo, à direita). As três

---

<sup>49</sup> Dados do site BH map. <http://bhmap.pbh.gov.br/>, acesso em 26 de março de 2025.

primeiras imagens foram fornecidas pelos(as) agricultores(as), com cessão de uso. A quarta e última imagem foi tirada por mim, em 22 de março de 2025.

**Figura 2: Horta Comunitária Coqueiro Verde: terreno, implantação e atual**



Fonte: Imagens cedidas pelos agricultores(as) (acima, à esq. e à dir., abaixo, à esq.) e tiradas pelo autor (abaixo, à dir.).

Atualmente, a Horta Comunitária Coqueiro Verde vem sofrendo desgastes externos e internos decorrentes de uma decisão da prefeitura de Belo Horizonte sobre a mudança do centro de saúde que atende ao Conjunto Paulo VI, vizinho do terreno, localizado ao lado da Escola Municipal Sobral Pinto e da Escola Estadual Professor Neidson Rodrigues. A mudança é necessária, pois o centro precisa expandir a sua capacidade para atender ao aumento populacional do bairro, impulsionado pela chegada dos já mencionados empreendimentos habitacionais. Ocorre que há um terreno de alegada origem pública, situado à direita do atual centro de saúde e à esquerda da EMEI Coqueiro Verde, que faz limite com a horta, de modo que a construção sobre parte da agrofloresta não é a única opção disponível. Esta deve-se, de acordo com técnicos da prefeitura, a questões de razão econômica, já que o terreno da agrofloresta é mais plano e não exigiria maior preparação e investimento para o começo das obras. A figura 3, extraída do sítio *google maps*, mostra ambos os terrenos, distantes 83 metros entre si, o equivalente a um minuto de caminhada.

**Figura 3: Vista aérea da Horta Comunitária Coqueiro Verde e adjacências**



Fonte: [https://www.google.com.br/maps/dir/-19.8332824,-43.8820575/-19.8337654,-43.881611/@-19.8330607,-43.882216,315m/data=!3m1!1e3!4m5!4m4!1m0!1m1!4e1!3e2?hl=pt-BR&entry=tту&\\_ep=EgoyMDI1MDMyMy4wKXMDSoASAFQAw%3D%3D](https://www.google.com.br/maps/dir/-19.8332824,-43.8820575/-19.8337654,-43.881611/@-19.8330607,-43.882216,315m/data=!3m1!1e3!4m5!4m4!1m0!1m1!4e1!3e2?hl=pt-BR&entry=tту&_ep=EgoyMDI1MDMyMy4wKXMDSoASAFQAw%3D%3D), acesso em 26 de março de 2025.

A situação é complexa, pois tem ocasionado certa divisão interna do grupo, fragmentando uma coesão já algo precária, entre os diretamente atingidos (3), que perderão suas glebas, e os indiretamente atingidos (7), que sofrerão outros impactos. Além disso, a questão da saúde é prioritária para os próprios integrantes, dada a idade avançada do grupo, e sobretudo para a comunidade do bairro. Isso tem colocado limites à capacidade de mobilização, pois há uma sensação desanimadora de que um eventual conflito aberto iria posicionar os moradores contra a horta, gerando impasse e dificultando a chegada a um consenso sobre como agir.

Este capítulo dedica-se à exploração das contradições e controvérsias reveladas pelo conflito. Para tanto, faço o seguinte percurso. A primeira seção dedica-se à história do Conjunto Paulo VI, desde a ocupação inicial do terreno, em 1987, até os acontecimentos que geraram a criação da horta comunitária, em 2019. A segunda seção analisa o conflito presente e seus reflexos no grupo e na comunidade, abordando os muitos significados que ele revelou em relação à agrofloresta. A terceira e última seção realiza uma análise da trajetória e do conflito em termos das categorias mobilizadas na Parte I desta tese, notadamente a dialética da ambiguidade e as dinâmicas de fuga e de participação. Finalmente, a partir da noção de

condição que leva a constituição de um espaço heterotópico conectada a um modo de vida, conectam-se tais dinâmicas à ideia de democracia pautada na ambivalência e no dissenso.

Metodologicamente, o capítulo é fruto de uma imersão participante no território, que adota um olhar etnográfico e busca compreender o conflito, bem como os dilemas, as dúvidas e as proposições de ação a partir do ponto de vista das agricultoras e dos agricultores. Realizada a partir de cinco encontros imersivos, que percorrem um arco de situações diversas, entre dias comuns de trabalho na horta, até reuniões realizadas pelo grupo como um todo, ou parte dele, com representantes políticos e técnicos, a proposta é um engajamento ativo e um diálogo virtual com o grupo e seu(s) modo(s) de vida. Por engajamento ativo, quero dizer que, enquanto pesquisador, me envolvi, a partir de um convite das agricultoras e dos agricultores, diretamente no conflito, buscando com elas e eles alternativas e propostas de solução. Nesse sentido, minha atuação se deu a partir do ponto de vista do que Viveiros de Castro denominou de tradução ontológica, necessariamente assimétrica, na medida em que me envolvi diretamente, isto é, deixei-me afetar profundamente por uma cultura, entendida como uma ontologia, isto é, por um mundo distinto daquele vivido por mim enquanto pesquisador (VIVEIROS DE CASTRO, 2015). Por diálogo virtual, Habermas (1984) entende que o pesquisador, interessado, no âmbito empírico, com as práticas dos sujeitos, e no âmbito normativo, com sua emancipação, envolve-se em um diálogo mental que busca reconstruir o sentido da ação a partir de uma racionalidade intersubjetiva. A reconciliação de ambas as perspectivas se dá na proposta de um olhar crítico reflexivo, baseada em um diálogo transformador que, no entanto, contra Habermas e com Viveiros de Castro, não busca a reconstrução do sentido dentro de uma razão comum que permeia o pesquisador e sujeitos pesquisados, mas sim uma escuta radical aberta à diferença ontológica entre os dois mundos que se encontram. O produto decorrente desse exercício investigativo é, portanto, inteiramente da ordem da pesquisa, sendo de minha inteira responsabilidade e não corresponde a uma descrição densa da realidade tal como vivida pelas agricultoras e pelos agricultores (GEERTZ, 2008). Trata-se, assim, de uma tradução, com ênfase no objeto tematizado por esta tese, a saber, a democracia, tensionada pelas práticas que refletem outras ontologias (DE LA CADENA, 2015) que permeiam e constituem a modernidade.

#### **4.1. “O prefeito meteu o exército na gente, nós ocupô as Igrejas”: breve história do Conjunto Paulo VI e da Horta Comunitária Coqueiro Verde**

A sensação ao se chegar pela primeira vez ao Conjunto Paulo VI é de adentrar em uma típica periferia das grandes cidades brasileiras. Localizada no extremo da região Nordeste do

município de Belo Horizonte, a área faz parte das franjas mais recentemente urbanizadas. O conjunto está em sua maioria situado no topo de um morro, de elevação íngreme, habitado sobretudo por casas autoconstruídas, muitas das quais sem pintura, algumas ainda sem reboco. Os postes de luz elétrica deixam evidentes uma multiplicidade de fios. As ruas são todas pavimentadas, ainda que estreitas, mas em sua maioria permitem o trânsito de veículos nos dois sentidos. Há muitos becos e quase nenhuma área verde. Do ponto de vista da infraestrutura de serviços públicos e coletivos, o bairro possui equipamentos de atendimento à saúde, creches, escolas de ensino infantil, fundamental e médio. Há também um Centro Social e um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Um grande e muito bem cuidado campo se revela imponente na parte mais baixa e plana do bairro. O centro possui um comércio ativo, bastante movimentado ao longo da semana e, em especial nos sábados pela manhã. Diversos são os centros religiosos de matriz protestante. A Capela Nossa Senhora do Rosário, de matriz católica, é coberta por mosaicos e exibe a cruz do Conjunto Paulo VI, que simboliza a conquista da luta pela terra. Seu revestimento foi fruto de ação conjunta entre os moradores, a igreja e técnicos da prefeitura de Belo Horizonte ligados à área de assistência social. Fruto de décadas de lutas por direitos, a urbanização e atual movimentação do bairro é motivo de orgulho para seus moradores e para as lideranças locais. As atividades coletivas envolvendo a capela estão registradas em dois livros: *Rosário de todas as cores: A riqueza da diversidade humana na arte de uma ação coletiva* (BELO HORIZONTE. SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009) e *A arte na construção do espaço de vivência: Uma proposta de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários* (BELO HORIZONTE. SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2008).

A região Nordeste de Belo Horizonte tem origem industrial e agrícola. Na década de 60, com o avanço da cidade fruto da industrialização, a Fazenda Capitão Eduardo, situada no limite do município, divisa com Sabará e Santa Luzia foi loteada dando origem aos bairros Belmonte, Fazenda Capitão Eduardo, Capitão Eduardo, Paulo VI, Beija-Flor e parte do Ribeiro de Abreu (ARREGUY; RIBEIRO, 2008A). Pouco mais de 25 anos depois, no dia 12 de agosto de 1986, organizadas pelo Movimento dos Sem Casa de Santa Luzia (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), 2.600 famílias ocuparam um terreno de propriedade do extinto banco estadual MinasCaixa<sup>50</sup>, reivindicando moradia. Por lá ficaram acampados durante 9 dias, quando foram retirados pelas forças da tropa de choque da Polícia Militar.

---

<sup>50</sup> A MinasCaixa é um banco público do Estado de Minas Gerais que foi liquidado em meio à onda de privatizações dos bancos estaduais ocorrida ao longo dos anos 1990.

Expulsos do terreno as famílias foram abrigadas nas igrejas de Santa Luzia, a partir de uma carta de Dom Serafim, cardeal e arcebispo Emérito de Belo Horizonte, que ordenou sua abertura indicando que a igreja é “também a casa do povo”. Por lá ficaram durante quatro meses e 17 dias até que o conflito pudesse ser negociado e o então prefeito Sérgio Ferrara aceitasse destinar um terreno para 417 famílias. Na igreja, foram separados os homens das mulheres e crianças. Algumas destas passavam o dia cuidando das crianças (as suas e a de outras mulheres que tinham emprego), enquanto os homens, em sua grande maioria, saíam para trabalhar. Alguns participavam da chamada “linha de frente”, uma espécie de organização do movimento que se ocupava em negociar com o poder público sobre o acesso a terrenos para moradia. A saída diária ocorria às seis horas da manhã e o retorno às sete horas da noite. A paróquia passou a oferecer um sopão noturno para aquelas famílias que não tinham condições de se alimentar de outras formas.

Formado em 1985, o Movimento dos Sem Casa de Santa Luzia passou a aceitar inscrições de todas e todos aqueles que pagavam aluguel no município e estavam dispostos a batalhar pelo acesso à casa própria. Dadas as duras condições de negociação e a escassez de espaços ocupados, durante o tempo que as famílias passaram na igreja havia uma chamada diária, com o intuito de eliminar as pessoas que não seguiam mobilizadas. Segundo o depoimento de uma das pessoas que acamparam:

“Nós assinava o livro todo dia. Era sábado e domingo, não tinha feriado, não tinha nada. Tinha um componente do grupo que ficava lá fazendo chamada, mas para retirar as pessoas. Quem respondesse muito baixinho ele já cortava fora. As famílias que tinham três faltas saíam do movimento” (Depoimento de uma das lideranças do bairro)<sup>51</sup>.

Resolvida a negociação e organizados os documentos, as 417 famílias se deslocaram para os terrenos que hoje conformam o Conjunto Paulo VI. Ao chegar na localidade, a polícia já mobilizada interrompeu a marcha e acabou prendendo um padre que os acompanhava. Segundo relato de um dos presentes: “As pessoas parou ali naquele local. Não arredaram o pé”. Ocorre que a documentação estava na Paróquia Pai Misericordioso, localizada no bairro contíguo, chamado Paulo VI. Após a apresentação da documentação, o padre foi liberado e as pessoas puderam seguir seu rumo e ocupar novamente os terrenos. “Onde está construída aquela igreja lá embaixo, foi celebrada a primeira missa”, relatou-me uma das lideranças.

---

<sup>51</sup> Por questões éticas de garantia da condição de anonimato, o nome e o gênero das pessoas será sempre suprimido. Utilizar-se-á sempre o gênero feminino. Dado o pequeno grupo de agricultoras e agricultores, bem como a existência de conflitos internos ao grupo, não serei específico em relação a qual pessoa pronunciou qual fala. A única diferenciação realizada será quando a fala foi coletada em diálogo com uma única pessoa (marcada como depoimento) e em diálogo com um grupo de pessoas (marcada como conversa).

Mas a autorização da entrada dos novos moradores foi apenas o início de um longo processo de autoconstrução e reivindicação de direitos. Quando chegaram “não tinha nada, não tinha água, não tinha luz. Só o terreno capinado. O Ferrara [Sérgio Ferrara, prefeito de Belo Horizonte] deu material para construir dois cômodos e um banheiro [em lotes de 150m<sup>2</sup> cada]<sup>52</sup>. Cada um fazia o mutirão familiar para construir a própria casa”. Muitas casas inicialmente eram cobertas por lona e, dada a ausência de energia elétrica, todas elas, à noite, iluminavam-se por lamparinas e velas, o que lhes rendeu a alcunha de “vaga-lumes”. As casas autoconstruídas começaram a ficar prontas ainda em 1987, quando iniciou-se uma série de mobilizações para reivindicar do poder público que levasse infraestrutura básica para a localidade. Ainda segundo os depoimentos, as reivindicações foram realizadas sobretudo pelas esposas e crianças, que iam diariamente ao legislativo protestar enquanto os maridos trabalhavam. Mesmo após algumas dessas conquistas, os moradores se envolveram diretamente nas obras, em especial na pavimentação. “Essa água aí, esgoto, luz, tudo foi construído nos braços de mulher”. Relatos colhidos pela Organização Não Governamental Favela é isso aí dão conta de que a força feminina do bairro ajudou até mesmo a cavar valas para implantação da rede de esgoto, quando algumas máquinas não conseguiram subir as ladeiras em cima das quais se localiza grande parte do conjunto<sup>53</sup>. Uma das agricultoras da Agrofloresta Coqueiro Verde participou da ação, relatando-me certa vez como “caiu para dentro para construir o esgoto do bairro”.

As reivindicações e o intenso envolvimento com as melhorias públicas para o bairro foram conquistadas por uma associação local, criada quando do loteamento, chamada Associação de Amigos do Conjunto Paulo VI. No início, os relatos relembram de uma época de grande participação da comunidade, com assembleias cheias e muita mobilização para a construção de creches, de escolas e do centro de saúde. Novamente com a ONG Favela é Isso Aí<sup>54</sup>, podemos ter uma ideia das dificuldades iniciais. O acesso à água dependia da disponibilização de caminhões pipa enviados pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA-MG). Já os filhos dos moradores foram alvo de preconceito nas escolas dos bairros vizinhos, forçando os moradores a matricularem seus filhos em escolas de difícil acesso<sup>55</sup>.

---

<sup>52</sup> Alguns relatos indicam também que houve apoio do Estado de Minas Gerais, à época governado por Newton Cardoso.

<sup>53</sup> Disponível em: <https://www.favelaeissoai.com.br/comunidades/conjunto-paulo-vi/>, acesso em 26 de março de 2025. Os números informados pela ONG em relação às famílias inicialmente mobilizados é menor (1400 famílias). Optei por manter o número mais elevado indicados pelas lideranças locais.

<sup>54</sup> Ibidem.

<sup>55</sup> Ao perguntar a uma das lideranças se seus filhos tinham estudado no bairro ela me disse que não, que estudavam na Rua Carangola, no prédio que antes abrigava a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich) da UFMG. Disse-me, ainda, que quem havia estudado por lá foi ele próprio, que depois de formar o filho, retirou seu diploma pelo programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Assim, a Associação se mobilizou para construir o Centro de Educação, Profissionalização e Assistência Social do Conjunto Paulo VI, atual Centro Social de Apoio à Criança e ao Adolescente, também conhecida como creche Vovó Geralda. No que diz respeito ao centro de saúde, sua história é ainda mais dramática, pois sua instalação ocorreu após o falecimento de muitas crianças que, sujeitas aos efeitos da ausência de saneamento básico, não tinham atendimento médico tempestivo.

Constam das informações disponibilizadas pela Prefeitura de Belo Horizonte que três empreendimentos do Conjunto Paulo VI foram aprovados no Orçamento Participativo. São eles: (i) uma obra de contenção na Quadra 8, aprovada no OP de 1994 e realizada pela Urbel; (ii) a pavimentação de um local denominado Viradouro, aprovada no OP de 1994 e realizada pela Urbel; e (iii) a reforma e ampliação da Creche Vovó Geralda Lucas, aprovada no OP de 2015/2016 e realizada pela Secretaria Municipal de Educação (SMED). Comparando-se com os bairros contíguos, o número é semelhante às obras aprovadas para o Paulo VI (4), mas bem inferior às realizadas no Jardim Vitória (8)<sup>56</sup>. O levantamento também dá conta de que todas as melhorias de infraestrutura urbana e de instalação de equipamentos públicos foram conquistadas fora do espaço participativo estabelecido pelo OP.

Após as conquistas, contudo, a participação arrefeceu e a associação veio a interromper as atividades, em meio a um imbróglgio judicial decorrente do uso de um recurso captado. Segundo uma das lideranças locais, o Estado sempre fazia cobranças de um recurso captado com a Igreja, “vindo de Roma”, que passou por várias complicações, chegando inclusive a ser confiscado pelo governo de Fernando Collor de Mello, em 1990, decorrente das ações do Plano Brasil Novo. No entanto, os relatos contam que a Associação sempre teve controle e sempre apresentou o extrato da existência dos recursos, que estavam depositados no banco. Uma das dirigentes, orientada pelo advogado do então Deputado Estadual Antônio Pinheiro, realizou a devolução de recursos, sendo posteriormente chamada a devolver uma quantia elevada. O próprio advogado, que prestava serviços de consultoria jurídica a comunidades, pressionado por alguns membros, encaminhou uma defesa que logrou isentar a responsabilidade dos representantes da associação. O processo chegou a bom termo, alcançando a isenção. Contudo, o custo político foi elevado, sobretudo no que diz respeito à perda de mobilização. Também houve um excessivo custo psicológico, pois a pessoa que à época estava à frente da associação restou traumatizada, o que impediu a continuidade da associação.

---

<sup>56</sup> <https://prefeitura.pbh.gov.br/governo/orcamento-participativo>, acesso em 26 de março de 2025.

Em meados da década de 1990, ocorreu uma ocupação da área verde do conjunto Paulo VI. Esta ocupação foi então desocupada pelo poder público, o que gerou comoção e a solidariedade dos habitantes. Segundo Mônica Bedê (2005, p. 221), “talvez pela existência de laços de parentesco ou amizade com os ocupantes, os moradores do conjunto se solidarizam com as famílias acampadas e permitem que elas instalem suas barracas dentro dos lotes e utilizem os banheiros das moradias”. Ainda segundo a autora, o movimento seguiu firme e os ocupantes foram assentados no Conjunto Lagoa, implantado em Venda Nova. Pouco tempo depois, contudo, nova ocupação ocorreu na mesma área, permanecendo lá até hoje e diminuindo os “espaços de respiração do bairro”, como são chamados. Nesse mesmo período, a área onde fica localizada a Horta Coqueiro Verde foi ainda cogitada para um aterro sanitário, gerando grande mobilização popular, que demoveu a prefeitura da ideia. Ainda assim, por tratar-se de um local afastado do bairro, não foram incomuns os relatos de que, antes da implantação da horta, o local era alvo ocasional de depósito irregular de lixo. Contam as agricultoras e os agricultores que cerca de 30 caminhões retiraram lixo e entulho para que o plantio pudesse ser iniciado.

Ao final da década de 2000 e ao longo da década de 2010, o bairro, já consolidado, sofreu novas consequências da expansão urbana. Dois de seus bairros vizinhos receberam condomínios residenciais financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida e recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (PMCMV-FAR). O Paulo VI recebeu 1.190 novas unidades habitacionais, enquanto o Jardim Vitória recebeu outras 1.470 (NASCIMENTO, 2016). Segundo Paola Campos (2014), o valor previsto para investimento pela prefeitura municipal foi de R\$ 11.966.853,90. A autora chama a atenção não apenas para a inauguração de uma tipologia vertical trazida por esses empreendimentos do tipo condomínio, mas também a presença de muros, portaria com controle de acesso e áreas comuns internas que emulam, com especificidades, o que Teresa Caldeira (1997) chamou de enclaves fortificados, trazendo nova dinâmica de gentrificação e segregação social. Finalmente, embora não seja raro que essas melhorias venham acompanhadas de algum aumento na infraestrutura urbana, como linhas de ônibus, comércio local e mercado imobiliário, estas, em geral, são insuficientes para atender as demandas da população. Já a ampliação de equipamentos públicos não é imediata, o que pressiona os serviços já existentes e/ou exige das famílias grandes deslocamentos (CAMPOS, 2014).

No caso do Conjunto Paulo VI, a chegada de novos empreendimentos imobiliários dos tipos condominiais implantados pelo PMCMV-FAR implicou duas ameaças simultâneas. De

um lado, houve ampliação da demanda por atendimento nas escolas e no centro de saúde. Uma liderança local contabiliza que tal pressão foi da ordem de 10.000 novas pessoas ao longo de uma década<sup>57</sup>. De outro lado, a população passou a angustiar-se com a possibilidade de que fosse implantados empreendimentos semelhantes no bairro. Para se ter uma ideia, a área que se localiza em frente a Horta Coqueiro Verde é um extenso terreno murado, havendo rumores de estar reservado para implantação futura de um condomínio.

Foi com isso em mente que, em 2018, em meio a uma visita de uma pesquisadora da Universidade Federal de Minas Gerais, que buscava identificar os pontos críticos do local, as lideranças lhe apontaram a área localizada ao final da Rua das Almas como “o maior ponto crítico da comunidade: “Eles trazem o conjunto de prédio, mas não trazem saneamento básico, educação e saúde, doutora. Aproveita da comunidade o que já tem”, indicou uma delas. “E o que o senhor pensa em fazer nesse terreno?”, replicou a pesquisadora. “Nós pensa em plantar hortaliça e árvore frutífera. Foi quando ela virou para e mim e falou: chama agrofloresta. É o projeto da planta, professora”. A professora, que estava estudando o conforto térmico em ambientes urbanos, havia se encantado com uma quantidade grande de coqueiros presentes na região e passou a se esforçar para que o terreno tivesse uma destinação ambientalmente adequada<sup>58</sup>.

Foi a partir deste encontro que a prefeitura de Belo Horizonte foi mobilizada, desta vez no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional, que iniciou as tratativas junto às lideranças e a regional para a implantação da Horta Comunitária Coqueiro Verde. Como é de praxe, nestes casos, a prefeitura promoveu uma grande assembleia com todas as pessoas interessadas no plantio no local. No início do projeto havia 180 interessados, sendo que as glebas seriam sorteadas. Com o início das atividades, o grupo foi diminuindo até que restaram 11 membros<sup>59</sup>. A entrada em definitivo no terreno ocorreu após a realização de treinamentos pela Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, que também doou as cercas para que, através de um mutirão, a área fosse delimitada.

---

<sup>57</sup> Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Conjunto Paulo VI possui 3.126 habitantes, em uma área total de 0,22 km<sup>2</sup>, equivalente a 14,9 mil hab/km<sup>2</sup>. Já o bairro Paulo VI possui 11.915 habitantes, em uma área total de 1,28 km<sup>2</sup>, equivalente a 9,8 mil hab/km<sup>2</sup>. Por fim, o bairro Jardim Vitória possui 18.163 habitantes, em uma área de 5,77 km<sup>2</sup>, equivalente a 3,2 hab/km<sup>2</sup>. Já a regional nordeste possui 6,3 hab/km<sup>2</sup>, sendo 164.934 habitantes totais. Dados do Censo de 2022, disponíveis em <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/index.html>, acesso em 26 de março de 2025.

<sup>58</sup> Ver Assis e Hirashima (2024).

<sup>59</sup> Um destes membros faleceu recentemente, sendo sua área redestinada, sem que os trabalhos fossem retomados.

Começados os trabalhos, é notável a modificação do terreno, que adquiriu uma impressionante biodiversidade. As muitas espécies plantadas vão se avolumando, fruto de uma intensa troca entre os agricultores e outros grupos, levando e trazendo sementes crioulas, testando o que pega e o que não pega. Doações foram recebidas de visitantes de outras hortas, do MST, da EMATER, das Universidades e de ONGs. Há presença de espécies não convencionais para a região, como o biribiri, a fruta-pão, a graviola, a atemoia, o cupuaçu, o cacau, o coco da Bahia, a mexerica carioca, a jurubeba, a pitaita, o maxixe, o caju, o caramuela, o staychurus (Celina), a conta de lágrimas, o feijão andu, a fava, o feijão jalapão, o feijão azuki, o feijão de porco (para adubo), o açafrão, a losna, a mirra, a acerola, o caju, o figo, entre tantos outros. Uma das espécies, chamada popularmente de noni, vem sendo inclusive estudada dadas suas propriedades de combate ao câncer (AKIHISA ET AL., 2007; WANG; SU, 2001)<sup>60</sup>.

Posteriormente, com apoio do projeto Gentileza, também da prefeitura de Belo Horizonte, foi instalado na horta um contêiner. Com isso, a horta passou a contar com um espaço comunitário, com mesas para convivência, uma pia e um pequeno fogão a lenha. Também foi instalado um pequeno quarto para as ferramentas e um banheiro. Apoiados pelo núcleo de Belo Horizonte da ONG Engenheiros Sem Fronteira, foi construído um biodigestor para tratamento dos resíduos. Novamente, a construção se deu no formato de mutirão, com grande esforço realizado por parte das(os) agricultoras(es).

A relação com a prefeitura se dá sobretudo no âmbito da Política Municipal de Agricultura Urbana, que fornece mudas para um número reduzido de espécies, além de algumas ferramentas como enxadas, pás, picaretas, boca de lobo, carrinhos de mão, e assistência técnica. Esta última se dá por meio dos próprios técnicos e de extensionistas vinculados à EMATER, que age a partir de convênios com os municípios. Também é fornecido água canalizada da COPASA, sem custo. Não há instalação de energia elétrica. As reivindicações das agricultoras e dos agricultores são muitas. Do ponto de vista dos insumos, afirmam que estes são insuficientes, como apoio, para dar conta do que exige o plantio. “Os insumos são muito pouco. O esterco, por exemplo, é o esterco de cavalo, que se você não souber usar você acaba é matando a planta”. Além disso, reclamam que a água canalizada, por ser tratada com cloro, não é a melhor para o plantio. No entanto, a maior reivindicação é pelo reconhecimento, tanto do ponto

---

<sup>60</sup> Vale aqui um contraponto. O uso não controlado do Noni pode ser prejudicial à saúde, justamente por suas características tóxicas. Alguns especialistas alertam que notícias falsas quanto às propriedades anticancerígenas de algumas plantas podem prejudicar causar mal a pessoas e não substituem o tratamento. Ver <https://www.unirio.br/news/especialistas-da-unirio-inca-e-fiocruz-alertam-que-a-desinformacao-ameaca-a-saude>, acesso em 18 de abril de 2025.

de vista do título da terra, quanto do ponto de vista da remuneração, dos serviços socioambientais prestados:

O que a prefeitura não está contribuindo com a gente é que a gente está florestando. Nós estamos fazendo floresta aqui. E floresta é o meio ambiente. Nós não estamos degradando, nós estamos florestando. É o que o G-20 pede: florestar. Mas tudo é nosso custo. Se é para capinar, ou você capina, ou você paga. Na hora que nós recebemos o título, que é um título para plantar, não é propriedade, não tinha nada de planta, só tinha o coqueiro, que é nativo. Então é o que você sabe, igual a água, nós temos hoje, mas amanhã não pode contar. (Depoimento de uma das agricultoras).

Ainda no âmbito do meio ambiente, as agricultoras e os agricultores indicam a presença de três nascentes na localidade, alertando ainda para o perigo do fogo, que costuma assolar a região na época da seca.

Lá embaixo tem uma gleba d'água ali. Tem uma nascente lá, outra aqui, outra aqui em cima. Mas tem que cuidar. Quando eles vieram, plantaram 500 árvores ao redor do espaço aqui, mas não vingou, porque a prefeitura não cuidou. Nós cuidou, mas quando veio o fogo queimou foi tudo. Falta fazer um acero aqui. Eu falei, manda os caras passar a roçadeira que eu termino. Mas não, eles querem que a gente faça é tudo (Depoimento de uma das agricultoras).

Da questão ambiental, as reivindicações passam para o título da terra, embora esta demanda geralmente seja articulada com um pouco mais de cuidado, pois as agricultoras e os agricultores sabem que se trata de um problema que envolve um elevado conflito com o poder público e com a própria comunidade:

Esse terreno rende fruto. Se eu pudesse fazer uma casinha aqui eu tinha um quarto, tinha uma salinha, uma cozinha, e aí toda hora eu ia lá, trabalhava, tomava conta de minha horta e estava dentro de minha casa. Eu podia botar um galinheiro ali, ficava 24 horas direto, dentro de minha casa, com a minha mulher e dava mais certo. E eles não iam mexer. Mas cadê? Falar com quem isso? Com o terreno, o seu direito dentro daquele setor ali é garantido. Mas a gente fica um pouco retraído nessa parte. O conselho, a Secretaria não ajuda nada nada. É só para votar naquelas leis lá. Já saiu sangue naquele terreno ali, de tanto trabalhar (Depoimento de uma das agricultoras).

Embora apenas três das pessoas tenham relatado já terem tido alguma experiência anterior com a atividade agrícola, a lembrança de um passado na roça é presente em grande parte delas.

Eu trabalhei na roça desde os 9 anos de idade. Vim para Belo Horizonte com 21. Não sabia de nada. Menina boba de interior. Eu não queria sair de lá, foi uma de minhas irmãs que me trouxe, para trabalhar. Trabalhei de tudo, principalmente em conservadora. Cada dia a gente ia trabalhar em um lugar. Mas eu não cheguei a aposentar, hoje eu recebo benefício [Benefício de Prestação Continuada] (Depoimento de uma das agricultoras).

Outro relato menciona a diferença dos saberes cultivados na roça e na cidade.

Sou nascido e criado em roça. Sou de Tarumirim. É entre Caratinga e Valadares. Lá eu plantava café, plantava milho, plantava tudo. Mas na cidade, para a EMATER, eu não sei plantar um pé de cebola. É importante, a EMATER chegar e falar com você assim, você está usando só o insumo do cavalo aqui, mas você pode produzir seu

próprio insumo. Por exemplo, você pode preparar um arroz só com água, põe debaixo da folha, para o fungo chegar. Depois põe o arroz numa vasilha de 5 ou 10 litros, adoça aquele arroz com açúcar mascavo ou rapadura. Com dois dias, você destampa e ele está com aquele gás. Torna a tampar. Quando parar de sair o gás, é um esterco orgânico que você pode colocar um copo lagoinha que dura dias (Depoimento de uma das agricultoras).

A menção à assistência técnica fornecida pelo poder público é dúbia. De um lado, há uma sensação de que o conhecimento anterior das agricultoras e dos agricultores não é levado em consideração. Por outro, há o reconhecimento de novos aprendizados, necessários para o plantio em solo urbano. Também são mencionados aprendizados adquiridos pela conexão com movimentos sociais e com organizações parceiras da sociedade civil. Um dos agricultores, por exemplo, relata não ter tido anteriormente conexão com a atividade agrícola, mas sim com a atividade pesqueira, na Bahia. Tendo chegado a Belo Horizonte após trabalhar na pavimentação de rodovias federais, este agricultor mencionou que foi assentado do MST em Itatiaiuçu, onde aprendeu a plantar e conhecer diversas espécies e seus usos. Disse que depois de um tempo cedeu seu lugar no assentamento para outra pessoa, para ficar mais perto da família, que havia conseguido uma casa no Conjunto Paulo VI.

Do ponto de vista da comercialização, as agricultoras e os agricultores relatam dificuldade pela falta de mercados e pelos custos decorrentes da logística necessária para o deslocamento até as áreas centrais. As vendas que acontecem acabam por necessitar de parcerias com outras pessoas e/ou agricultores. Vale notar que não se trata de uma atividade de atravessamento do tipo comercial, mas de colaboração com outras agricultoras que possuem um pouco mais de condição e, por conta disso, conseguem estabelecer-se em algum ponto de comercialização ofertado nas feiras promovidas pela Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Ainda assim reconhecem o valor de seu produto, inclusive do ponto de vista dos preços, e sonham com a conexão com restaurantes e chefs de cozinha, que poderiam levar o alimento às mesas de seus estabelecimentos.

Não tem mercado. A gente não tem a quem vender. A feira acaba não sendo viável, pois tem que arrumar carro e fica caro. O que a gente tem aqui não acha nos sacolões de bairro. No mercado central tem, mas é muito caro (Depoimento de uma das agricultoras).

Mais recentemente, alguns membros da horta comunitária aderiram à Associação Horizonte Agroecológicos (AHA), que busca implantar um Sistema Participativo de Garantia (SPG) para certificar, de maneira participativa, a produção orgânica de Belo Horizonte, Região Metropolitana, Colar e entorno. Embora focada no SPG, a AHA vem se tornando também uma instância de reivindicação de recursos para a pauta da agroecologia na região. Por meio da proximidade com alguns políticos, a associação tem conquistado a intermediação de

equipamentos como máquinas e veículos para as hortas. Embora o estatuto da associação permita a adesão de outras organizações, não é comum que as hortas comunitárias possuam caráter jurídico. Além disso, dadas as múltiplas finalidades envolvidas no desempenho da atividade agrícola em solo urbano, a adesão não é buscada por todos. Diante disso, é curioso notar alguns efeitos gerados pela chegada de equipamentos às hortas. Com a associação de integrantes da Coqueiro Verde à AHA, foi disponibilizado um tratorito, nome comum para designar um motocultivador que auxilia em diversos trabalhos pesados do campo. No entanto, o equipamento foi alvo de desavenças quanto ao seu uso, que acabou restrito apenas aos associados da AHA, gerando incômodo e divisões no grupo.

O tratorito foi uma pessoa só que assinou. E aí ficou só para ela. Tinha que ser para o grupo. Eu vou lá fora, participo de uma reunião, mas é para o grupo. Se eu consigo alguma coisa lá é para o grupo. [Outra pessoa intervém] Eu até fui lá, estava lá na entrega. Eu paguei R\$ 60,00 para trazer o tratorito até aqui. E não ficou para o grupo. (Conversa com agricultoras e agricultores).

A interpelação, no entanto, tem um contraponto.

Ninguém quis contribuir para o fundo de manutenção do tratorito. Nem ao custo de afiliação à associação (Conversa com agricultoras e agricultores).

A questão demonstra a dificuldade de organização coletiva sofrida neste e noutros espaços, no que diz respeito à contribuição equitativa de todos do grupo. A mesma divisão tem se expressado atualmente com envolvimento diferenciado por parte das e dos integrantes nas negociações e buscas por alternativas. Ainda assim, práticas cotidianas de integração oferecem um contrapeso e levam à coesão. É o caso de almoços e festas, ocorridas no espaço coletivo do contêiner. Nos anos iniciais, um dos agricultores sempre fazia um chá quente, pela manhã, que era compartilhado por todas e todos:

Eu já trazia a água adocicada de casa. Chegava aqui e em dois minutos o chá estava pronto. Era bonito, pois cada um ia chamando o vizinho, até que a notícia chegava lá na última área [gleba] (Depoimento de uma das agricultoras).

É importante ainda notar que a horta também já foi lócus de ações educativas, o que é muito bem-visto por seus integrantes, que reconhecem a necessidade de mostrar para a juventude os benefícios e os valores do modo de vida conectado à atividade. Um trabalho correlato é o realizado pelas pesquisadoras da UFMG Rejane Loura, Marília Borges, Natália Mol, Eleonora Sad e Ana Clara Moura, vinculadas ao programa de extensão Compasso — EPIC: Parcerias educacionais para soluções inovadoras em comunidades, que trabalharam com as escolas do Conjunto Paulo VI para a sensibilização das crianças sobre resiliência urbana às mudanças climáticas (LOURA et al., 2019). Com efeito, as agricultoras e os agricultores da

agrofloresta Coqueiro Verde celebram iniciativas semelhantes e possuem inclusive um projeto para tornar o local acessível do ponto de vista educacional.

Tinha um professor que trazia a meninada toda. Era um professor de biologia, que agora não vem mais. Ele foi embora. Mas é isso que nós queremos. Tem um projeto de fazer umas estradinhas aí. É isso que nós queremos, mostrar para a juventude (Depoimento de uma das agricultoras).

Digna de nota, finalmente, é certa controvérsia no que diz respeito ao nome atribuído pela prefeitura às unidades produtivas de tipo coletivo. Chamadas de hortas comunitárias, o nome é disputado por parte dos integrantes, ao perceberem a prática comum de membros da comunidade de adentrarem as premissas do terreno para coletar folhas, legumes e frutos. Alguns reconhecem que o nome gera confusão, pois conflita com a noção de comunidade estabelecida no Conjunto Paulo VI. Indicam, alternativamente, que o melhor seria chamar a horta de familiar. Isso porque, apesar de um espaço coletivo, ele não é de livre uso por todas as pessoas da comunidade, mas apenas por aqueles que trabalham cotidianamente no local. A contradição revela não apenas a controversa conexão da horta com uma atividade de trabalho, do tipo agrícola, mas também as diferentes leituras a respeito do termo comunidade estabelecidas pelo saber abstrato-formal utilizado pela prefeitura e pelo saber local.

A pessoa [técnica(o) da prefeitura, cujo nome foi omitido] mesmo quis colocar a gente num cabresto aqui. Nós num tá a mercê da prefeitura. Se nós temos o direito de adquirir os nossos direitos, nós temos é que falar, se não vão fazer da gente o que eles quiser (Depoimento de uma das agricultoras).

Há, neste sentido, uma disputa entre o que é da esfera do privado e o que é da esfera do público no que diz respeito às hortas comunitárias, o que possui repercussão na sua dimensão democrática, como explorarei mais adiante. Este conflito se torna visível quando as agricultoras e os agricultores abordam o controle realizado pela prefeitura no local, em contrapartida do apoio com insumos e com a assistência técnica, como visto acima.

#### **4.2. “São os custos do desenvolvimento que chega ao bairro”: conflito para a ampliação do Centro de Saúde do Conjunto Paulo VI**

Certo dia, algumas agricultoras da Horta Comunitária Coqueiro Verde se depararam com técnicos da prefeitura realizando medições no local. A chegada dos técnicos não foi avisada de antemão ao grupo e sua entrada no terreno não foi precedida de uma solicitação formal ou informal, nem de conversas com as lideranças. O órgão que cuida da política de agricultura urbana no município tampouco foi avisado. Essa é uma prática comum, dada a propriedade pública do terreno, que compõe o patrimônio do executivo municipal, e que evidencia os múltiplos interesses e as diversas visões que permeiam o Estado. Noutras palavras, evidenciam o caráter heterogêneo e fragmentado do poder público, nesse caso, da prefeitura de Belo

Horizonte. Perguntados, os técnicos não deram maiores informações. Disseram apenas que estavam fazendo um levantamento das árvores existentes, já que pela legislação ambiental, algumas árvores não podem ser simplesmente suprimidas sem que haja uma licença prévia e, eventualmente, compensação. Após consultas feitas à regional, o grupo de agricultores se deu conta de que parte do terreno estava sendo destinada para a construção de um novo centro de saúde para a comunidade, com a promessa de ampliação da capacidade de atendimento.

Iniciou-se, então, uma série de diálogos entre o grupo e também com o poder público, primeiramente para compreender as razões da destinação do terreno da horta, para verificar a existência de alternativas e também para processar internamente a dimensão dos efeitos da perda parcial da área plantada. O primeiro órgão a ser mobilizado foi a Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional. Os técnicos, inicialmente, não reverberaram a questão, ainda que reconheçam que a perda é problemática. Em geral, as alegações foram evasivas, indicando que, pela lei, a cessão de uso do terreno público aos(as) agricultores(as) é precária, tendo sido avisado desde a instalação que não haveria garantia da permanência no local. Além do mais, como ordena o decreto municipal que regulamenta a política de agricultura urbana em Belo Horizonte, foi alertado recorrentemente que nenhuma indenização poderia ser paga pelos serviços, nem pela infraestrutura construída na área. De maneira geral, os técnicos se esforçaram para garantir apenas que o contêiner que abriga o galpão e o espaço de convivência presente na horta, com mesas, banheiro, pia e fogão, fossem preservados. Numa ocasião em que as(os) agricultoras(es) da Horta Coqueiro Verde foram chamados à Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional para falar sobre apoio na comercialização, ao levantar a questão do centro de saúde, foram silenciados, indicando de que aquela não era a pauta da reunião. Em visita ao local, o ex-prefeito do município<sup>61</sup> garantiu que no projeto de construção do centro estava previsto o deslocamento do contêiner para a área não afetada pela construção. No entanto, neste momento o prefeito não falou em perda de espaço plantado, pois o projeto inicial do centro estava limitado à área do contêiner. Pouco depois, as agricultoras e os agricultores vieram a saber que haveria perda de duas a três glebas, que seriam realocadas para outras áreas.

A notícia gerou um misto de indignação e desânimo no grupo, que se dividiu sobre as ações a serem tomadas. Uma das agricultoras, que perderá toda a sua gleba, “apaixonou-se”,

---

<sup>61</sup> Fuad Noman foi prefeito de Belo Horizonte entre 25 de março de 2022, quando assumiu o cargo com a descompatibilização do então prefeito Alexandre Kalil, de quem era vice, até o dia 26 de março de 2025, quando faleceu após 82 dias de internação. A visita ocorreu durante sua campanha para reeleição em 2024.

palavra que usou para descrever seu estado de desapontamento com a falta de consideração, por parte do poder público, do seu esforço e trabalho para cuidar do terreno e estabelecer uma agrofloresta produtiva. Desde que soube da obra, passou a ir cada vez menos e está praticamente ausente dos cuidados e das atividades da horta. Em conversa com a outra agricultora impactada, ela me explicou assim as razões para as quais decidiu não buscar alternativas com o poder público. “Eu sou idosa. Aqui eu não tenho o título da terra. E sei que eu vou precisar do centro dentro de poucos anos, pela minha idade e minha condição de saúde. Então, o senhor vai me desculpar, mas eu não vou lutar não”.

A perda dos espaços também gerou uma solidariedade coletiva capaz de levar à mobilização: “Se fosse só no contêiner tudo bem, mas se for mexer na horta de um, todo mundo vai sentir a dor. Porque também se não sentir a dor, nós não é grupo”. Com isso, parte das pessoas buscou apoio com o vereador Edmar Branco, morador do Conjunto Paulo VI e eleito pelo bairro em 2024<sup>62</sup>. Foi então organizada uma reunião, em que estiveram presentes todas as agricultoras e todos os agricultores. Apesar de esperado, o vereador não esteve presente, fazendo-se representar por um de seus assessores. Nesse momento, as agricultoras e os agricultores expressaram seu sentimento de revolta ao ver parte de seu trabalho destruído. Uma delas confessou que “perdeu a saúde” ao construir debaixo de sol forte o tanque de evaporação para tratamento de esgoto doméstico (TVAP), que faz o tratamento dos resíduos emitidos pelo contêiner e que será demolido com a obra.

A gente está protegendo o solo. Veja bem. Nós juntamos todo o mundo aqui e construímos uma fossa sintética, a TVAP. Eu perdi a saúde ali dentro. Agora olha aqui ó. Nós fomos os primeiros a cair para dentro. Nós fomos os pedreiros disso daqui. E agora a gente fica sem direção (conversa com algumas agricultoras e alguns agricultores).

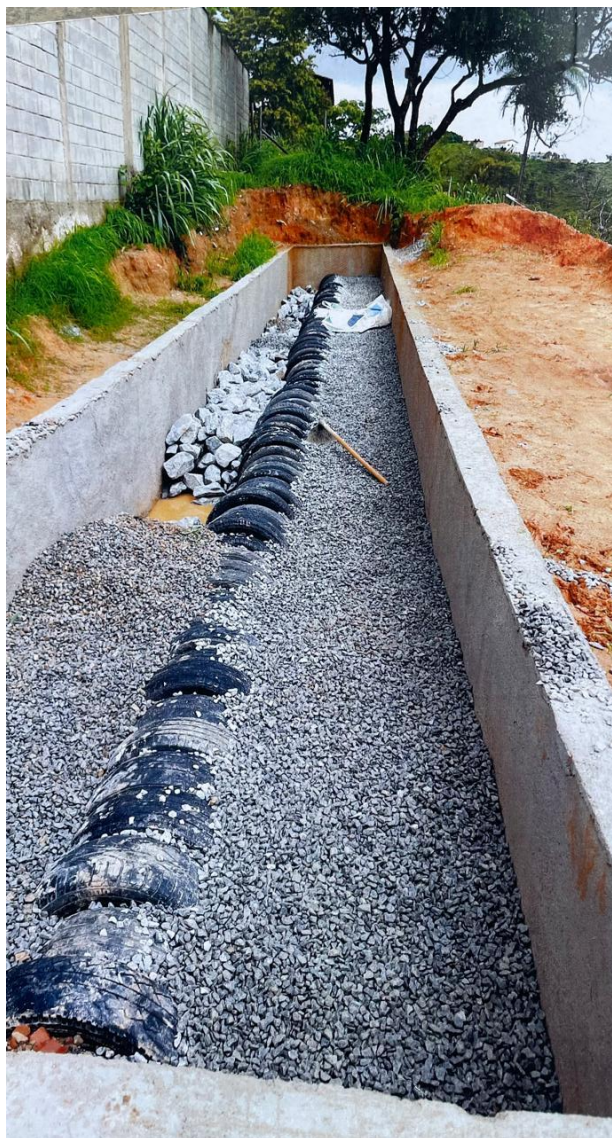
A figura 4, abaixo, mostra o tanque, ainda em fase de construção. De maneira geral, no encontro, foram expostas as dificuldades do trabalho agrícola, que ao longo dos últimos seis anos, logrou transformar um terreno baldio na maior agrofloresta do município, frequentemente utilizada como vitrine em visitas de autoridades e grupos internacionais. “Nós cuidamos desse terreno para a prefeitura e agora ela vai tirar ele de nós”. A sensação predominante é de um desprestígio à atividade desenvolvida. Foram ainda mencionados os gastos decorrentes da horta, na medida em que os membros do grupo frequentemente necessitam investir recursos da

---

<sup>62</sup> Edmar Branco é do PCdoB. Foi eleito em 2017, mas não conseguiu a reeleição em 2020. No ano de 2024 conquistou seu segundo mandato. Em suas pautas está “a defesa e fortalecimento do SUS; a construção de novas unidades básicas de saúde em comunidades”, bem como “a defesa do meio ambiente, em especial a implantação do parque ciliar e despoluição do Ribeirão do Onça”. Fonte: <https://www.cmbh.mg.gov.br/vereadores/edmar-branco-0>, acesso em 28/03/2025.

própria renda familiar para comprar mudas e insumos, em complementação ao que é fornecido pela prefeitura.

**Figura 4: Construção do TVAP**



Fonte: Imagem cedida pelos agricultores(as).

Foi indicado reiteradamente que o terreno ao lado, desocupado e de propriedade do poder público, seria o local ideal para abrigar o novo centro. Segundo uma das lideranças:

É triste a gente saber, que quando a gente chega aqui é um terreno que não tinha nada, mas chega as construções, como agora tem o caso do centro de saúde e que primeiro eles disseram assim que não ia atingir o terreno de ninguém e que agora falaram que vai atingir duas, quase três hortas. E o trabalho que esse pessoal teve, de fazer essa construção até agora e agora tem que fazer de novo. E aí? O pessoal é de idade, começar de novo não ajuda em nada. Agora, o centro de saúde precisa, mas tem outros terrenos aí. Nós estamos andando igual caranguejo, para trás. A prefeitura não indeniza, o terreno é dela (Conversa com algumas agricultoras e alguns agricultores).

O assessor ouviu calmamente e tomou nota de todas as reivindicações. Quando tomou a palavra, demonstrou entender que a decisão já estaria tomada e que não haveria muito a se fazer. Tentou explicar às(aos) agricultoras(es) os benefícios que traria o novo centro de saúde, indicando que a perda parcial do terreno da horta fazia parte dos “custos do desenvolvimento que chega ao bairro”. Prometeu negociar com a regional e com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), para que o modelo do centro fosse vertical, de maneira a tomar a menor parte possível da área plantada. Reforçou a importância da horta para a comunidade e disse que a infraestrutura existente, isto é, o contêiner com o galpão, seria deslocada para nova área. Disse ainda que iria levar todas as reivindicações para o vereador e, ao final, pediu para que o grupo organizasse uma lista com os nomes de todos os integrantes para que passassem a receber uma cesta básica, cuja forma de fornecimento não especificou<sup>63</sup>. A demanda partira de um dos próprios agricultores: “Eu falei com o vereador, porque aqui a gente ainda não está tendo muito resultado né? Tem resultado, mas é pouco. Por isso eu pedi ao vereador para dar para nós uma cesta básica”.

Em conversas posteriores, vim a saber que foi marcada uma reunião na Secretaria Municipal de Saúde onde foi explicado às lideranças que a obra realmente irá acontecer. Ao perguntar sobre como avaliavam a mediação realizada pelo legislativo, recebi uma resposta que pode ser entendida ao mesmo tempo como realista, compreensiva, mas também algo irônica: “As pessoas estão apenas procurando preservar os seus empregos”. Ao cogitarem as possibilidades disponíveis, as lideranças avaliam que suas opções são limitadas. Isso porque, com efeito, a lei não lhes permite direito à terra, nem a qualquer pagamento pelos serviços socioambientais e alimentares prestados. Além disso, há uma avaliação de que o centro de saúde é importante para o Conjunto Paulo VI e que um conflito aberto iria colocar a horta contra a comunidade, que tende a defender o centro. Por outro lado, as agricultoras e os agricultores reconhecem que a horta também se relaciona com a questão da saúde, fazendo menção ao papel das plantas medicinais e da alimentação na sua promoção. Para tanto, utilizam-se de evidências que coletam no cotidiano. Contam, por exemplo, que funcionários do centro de saúde frequentemente procuram a horta em busca de plantas para fazerem chás. Também mencionam o papel que a horta teve no melhoramento de sua própria condição. “Eu estou já com os meus

---

<sup>63</sup> É provável, contudo, que a cesta básica seja fornecida como benefício de assistência eventual, pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que atende a área. Estudo em desenvolvimento pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) tem demonstrado que, nacionalmente, os Cras cumprem a função primordial de garantir a segurança alimentar de seus atendidos, muitas vezes a partir de benefícios eventuais, o que deturpa seu objetivo prioritário de fortalecimento de vínculos comunitários (BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2025).

70 anos e não tomo quase nenhum remédio, apenas um para colesterol”<sup>64</sup>. De acordo com outro depoimento:

O que a gente está fazendo aqui é saúde. Claro, é saúde. A maioria do pessoal aqui tomava remédio e remédio brabo. Hoje não toma mais. Nós foi parabenizado pelo pessoal do centro de saúde porque nossa saúde melhorou demais. Eu tomava remédio e agora eu só tomo chá. E as médicas e enfermeiras do centro de saúde vem cá pegar chá na mão da gente. Agora você vai reclamar com quem, se a prefeitura vem aqui e diz que vai construir. E nessa parte o conselho não ajuda em nada. Vai construir? Vai construir. Nós plantô, nós cuidô, e agora nós não tem direito a nada. A prefeitura chega e pode derrubar a qualquer hora. Aí não uai (Conversa com algumas agricultoras e alguns agricultores).

Em entrevista com uma representante da sociedade civil do Conselho Municipal de Segurança Alimentar (Comusan), fui informado de que, embora o órgão participativo tivesse tomado conhecimento do conflito envolvendo a Horta Comunitária Coqueiro Verde, o assunto não foi objeto de plenária, nem gerou nenhuma ação específica. Duas foram as razões elencadas para explicar o fato. Primeiramente, algumas(uns) conselheiras(os) indicaram que, em que pese o lugar reconhecido que o conselho possui na política de segurança alimentar, tanto municipal, quanto a nacional, percebe-se que o município já chega com as decisões prontas, esperando do órgão participativo uma mera chancela. Em segundo lugar, atribuíram ao grupo da Horta Coqueiro Verde certa falta de organização e coesão interna. Reflexo disso é que as agricultoras e os agricultores do Conjunto Paulo VI não chegaram a enviar essa pauta ao Comusan. Os membros do grupo, por sua vez, mostram certo desconhecimento da instância participativa, frequentemente confundindo este com o órgão de administração regional, com quem têm mais contato e proximidade.

Em outro momento, ao dialogar sobre o conflito, a questão ambiental foi retomada. Duas foram as conexões realizadas. A primeira delas refere-se à questão contributiva, já evidente nas manifestações anteriores. Nesse caso, foi destacado o trabalho que as agricultoras e os agricultores realizam para a comunidade na época da seca, quando o fogo assola a reserva de vegetação que faz limite com a horta e com os equipamentos públicos do Conjunto Paulo VI.

Nós temos aqui uma Escola Municipal e uma creche, que é a EMEI. O centro de saúde também. Na hora do fogo a fumaça vai sufocando as crianças. Nós vamos ali para baixo com as mangueiras. As vezes a gente dá conta de segurar, às vezes o fogo entra (Conversa com algumas agricultoras e alguns agricultores).

A outra conexão foi relacionada às mudanças climáticas e aponta não apenas para argumentos de justiça ambiental, como também para a importância dos espaços de plantio

---

<sup>64</sup> Do total das 318 pessoas cadastradas em atividades de agricultura urbana pela prefeitura, 137 (43,1%) indicaram possuir alguma doença e 148 (46,5%) indicaram tomar algum medicamento de uso contínuo. Trata-se de um número significativo, considerando a elevada média de idade

urbano como fortalecimento da resiliência das cidades. Também fala de uma postura, vista como contra-hegemônica, em prol de uma preservação ambiental vis-à-vis uma postura de exploração e extrativismo.

Você sabe que, de agora em diante, nós vamos ter tempestade forte. Calor, que essa gente vai morrer e muito. Eu não vou, porque eu venho para cá e aqui é fresco. Aqui a água vai para a terra. Enquanto a gente quer proteger, outros querem destruir. Veja a Serra do Curral lá<sup>65</sup> (Conversa com algumas agricultoras e alguns agricultores).

No momento do encerramento desta escrita, o conflito ainda estava em aberto, no sentido de uma indecisão das agricultoras e dos agricultores sobre se deveriam ou não assumir uma postura mais direta de protesto contra a instalação do centro de saúde no espaço da agrofloresta Coqueiro Verde. Do ponto de vista da prefeitura de Belo Horizonte e do legislativo local, não há qualquer dúvida sobre o curso de ação, mas uma brecha se abriu a partir da mobilização das pessoas envolvidas. Em mensagem a uma das agricultoras, o órgão que cuida da pauta da agricultura urbana relatou ter ido atrás de informações sobre a obra, que está atualmente em estágio de elaboração do projeto. Com isso, foi garantido que o projeto passará pela Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, que é uma instância próxima da temática e poderá opinar sobre o processo. A mudança de postura veio com a ampliação da solidariedade de técnicos em relação às agricultoras e aos agricultores da Coqueiro Verde, embora aqueles muitas vezes reconheçam seu limitado espaço de atuação.

Noutro giro, dada a muito bem amarrada costura normativa estabelecida nas leis e decretos municipais sobre agricultura urbana, mas também sobre o uso e a ocupação do solo, a rede de ativistas da sociedade civil descartou o envolvimento de órgãos como o Ministério Público. Com efeito, o terreno é público e não há previsão de direitos de indenização, nem de propriedade sobre seu uso. Mais ainda, essa hipótese é explicitamente vedada. A única esperança, ainda que tênue, parece ser, portanto, o fazer-se representado a partir das pautas de agricultura urbana e ambiental, mobilizando ambas as burocracias especializadas. Para tanto, foi articulado com a sociedade civil que as questões seriam enfim pautadas no Comusan e, se possível, também no Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comam).

---

<sup>65</sup> A menção à Serra do Curral faz referência aos recentes conflitos sobre o retorno da mineração nesta que é o cartão postal da cidade de Belo Horizonte. Apoiada tanto pelo Governo do Estado, quanto por grupos ligados ao executivo municipal, a mineração da Serra do Curral chegou a ser licenciada, mas foi interrompida por procedimentos judiciais. Sobre isso, ver Carneiro et al (2023).

### **4.3. Contra o formalismo: a reivindicação pela terra da Agrofloresta Coqueiro Verde como insurgência democrática**

A trajetória de criação da Agrofloresta Comunitária Coqueiro Verde, assim como o atual conflito desta com o centro de saúde, se inscrevem num arco mais amplo de construção de um território periférico na capital mineira Belo Horizonte. Vista desta forma, entendo que a ameaça sofrida hoje pelas dez agricultoras e agricultores relaciona-se intrinsecamente com a ameaça sofrida pelo próprio Conjunto Paulo VI, frente as dinâmicas de urbanização intensiva em prol de um tipo específico, porém dominante de ordem e “desenvolvimento” urbano. Nesse sentido, a luta pela horta, imbricada na luta pela moradia e pelos direitos de cidadania, no caso específico o direito à saúde, pertence a uma categoria maior de luta pelo reconhecimento político da existência de um modo de vida, ampliando a categoria mencionada por Holston (2008), evocando Hannah Arendt, de um direito a ter direitos. Trata-se, sem dúvida, de uma luta paradoxal, pois o desafio enfrentado é o de mudar os rumos de uma ação pública que beneficia em muito toda uma comunidade, a saber, aquela de instalação de um novo e ampliado centro de saúde.

A meu ver, esta é uma luta pelo direito a dizer, frente à ordem jurídico-política estabelecida, a quais direitos se pode ou deve ter direito. Ou mais profundamente ainda, a contribuir para aquilo que precede e dá origem à noção de um conjunto de direitos. Noutras palavras, um direito de disputar os contornos e lógicas daquilo que é pertencente ao público e ao privado. De redefinir, portanto, os próprios parâmetros do que se entende como ordem e, portanto, dos sujeitos, corpos e performatividades aceitáveis ou legítimos. Com Vera Telles, esta é uma luta entre direitos sociais e, portanto, de ampliação do mundo comum da política, pois estabelece o que Jacques Rancière chamou de dissenso sobre o que deve e o que não deve ser levado em conta nesse mundo (TELLES, 1998). Para além da leitura arendtiana (cf. ARENDT, 2012) da autora, contudo, parece-me mais adequado assumir que não se trata de um mundo comum da política, composto de uma única racionalidade de cunho universal, mas sim de uma ecologia política que se faz no encontro de mundos e, através dele, vislumbra uma convivência possível. Mais ainda, implica em reconhecer que a política relaciona-se à incomensurabilidade mútua que os encontros (todos eles políticos por excelência) revelam entre as diferentes noções do que é o senso comum, como afirma Michael Herzfeld (2001) sobre o objeto de estudo da antropologia: a incompreensão. Assim, a luta travada pelas agricultoras e pelos agricultores é uma luta por reconhecimento, mas não no sentido moral atribuído por Honneth (2003), e sim no sentido ontológico — de modos de vida e formas alternativas de construir mundos possíveis — e antropológico — da incompreensão não tanto como fato

empírico, mas como categoria transcendental; um “dispositivo de objetivação” que constitui a “condição limite de toda relação social” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015).

Como compreender, de outro modo, o terrível fardo que recai sobre estas pessoas, cujo território se vê ameaçado justamente por um movimento que, aos olhos de muitos, inclusive delas mesmas, é um movimento de ampliação de acesso a um bem tão básico quanto a saúde? Como não tremer diante do enquadramento cabal que lhes afronta, diante da perspectiva de resistir à expansão de um centro de saúde, de se verem no caminho do desenvolvimento de sua própria comunidade e, portanto, contra ela? E como não admirar a sua indignação e disposição de buscar uma solução, contrariando as bases mesmas do que é amplamente entendido por legítimo, isto é, a urbanização, a verticalização e conseqüente ampliação, mais eficiente do ponto de vista dos recursos, dos equipamentos públicos?

À luz das categorias dominantes da ordem, o que vivem as agricultoras e os agricultores da agrofloresta Coqueiro Verde é um não conflito. Nas palavras de seu próprio representante, são os custos do triunfo do bairro que cresce e se moderniza. No conjunto de prerrogativas e limites estabelecidos pela Política Municipal de Agricultura Urbana, é o equivalente ao destino inexorável de uma crônica de uma morte anunciada, em que esta prática só pode ocorrer na concessão, temporária e conveniente, de espaços “vazios”, até que lhes seja dada utilidade mais prestativa. Um destino traçado desde as origens da formação e constituição do Estado brasileiro, no qual a agricultura como modo de vida está à espera de sua modernização, entendida como a integração aos moldes urbano-industriais que está na raiz, como tentei demonstrar, da forma-jurídica e política da ordem. Durante a pesquisa, pude perceber que, tão comum quanto o espanto de algum desavisado sobre a quantidade não desprezível de hortas urbanas comunitárias existentes em Belo Horizonte, são as falas de muitas agricultoras e muitos agricultores que, contemplando o seu porvir, decretam que esta é uma atividade fadada à extinção. É como se as hortas da capital só pudessem sobreviver na invisibilidade, pois, ocupando o último degrau na escala de prioridades, sofrem ameaça de desaparecimento a partir do momento em que são notadas, isto é, em que conflitam com qualquer outro uso pretendido para o espaço que ocupam.

À luz da dialética da ambigüidade que vem sendo mobilizada nesta tese, no entanto, o conflito vivenciado pela Coqueiro Verde explicita o caráter formalista da política de hortas comunitárias do município. É aí que entra o olhar antropológico que tem o condão de tornar estranho aquilo que é familiar (LÉVI-STRAUSS, 1983). Com isso não quero negar, nem deixar de celebrar os avanços conquistados, como se verá adiante. Mas é preciso analisar, com a necessária dimensão crítica, que a ordem impregnada no funcionamento do aparato estatal

(RANCIÈRE, 2006), frente aos muitos imperativos — de reduzir o custo da reprodução da mão de obra, de se mostrar ambientalmente sustentável, de se fazer resiliente às mudanças climáticas — estabeleceu no âmbito da política municipal uma pactuação que salvaguardasse seus desígnios modernizadores, do qual evidentemente a agricultura urbana faz parte se, e somente se, circunscrita a limites precisamente definidos.

O conflito também evidencia que é permanente o movimento de fuga daquelas e daqueles que optam por não se deixar cooptar, isto é, que se aferram a seu modo de vida e rejeitam, ao seu estilo, uma inclusão precária na hierarquia social. A confluência das agricultoras e dos agricultores para a horta Coqueiro Verde é fruto do que venho chamando de tripla exclusão — do campo, da cidade e do mercado de trabalho. Trata-se de uma fuga na medida em que rejeita a ordem e preserva um modo de vida contrário ao que se espera ver no mundo. Porém, a horta comunitária não é senão um refúgio temporário. Conquistado a duras penas, é certo. Mas um espaço sobrevivente em terreno alheio, sob proteção precária, sem que lhe seja permitida qualquer reivindicação sobre o trabalho realizado ou a infraestrutura construída. Ainda assim, é essa fuga que, territorializada nas hortas, gera aquilo que Foucault (2013) chamou de heterotopia, isto é, espaços que funcionam como outros dentro da sociedade. Lugares que refletem, contestam ou invertem normas sociais.

É nesse sentido que as hortas podem ser vistas sobre a ótica da apropriação do espaço e da construção de um território. Mas o território, não é mais que um equívoco estabelecido no encontro entre as(os) agricultoras(es) e as pessoas que conduzem a política pública, ou entre aquelas(es) e o pesquisador. Ao investigar os conflitos entre mineradoras e o campesinato no norte dos Andes no Peru, Marisol de La Cadena (2018, p. 99) adverte que “o que define território depende do mundo que o pronuncia, das relações das quais ele emerge”.

O estudo antropológico de José Guilherme Magnani demonstra que as discontinuidades da paisagem urbana não decorrem imediatamente de fatores naturais ou das divisões político-administrativas, mas são produzidas por modalidades de uso e apropriações do espaço. Assim, para o autor, o pedaço é um estilo de apropriação e sociabilidade marcado tanto pelas delimitações de um espaço físico, quanto por uma rede de relações simbólico-afetivas capaz de estabelecer uma outra ordem, isto é, de separar quem é e quem não é “do pedaço”. O pedaço é, portanto, o território vivido, um espaço simbólico delimitado por sociabilidades, identidades e práticas culturais. Logo, é no pedaço que a trama do cotidiano se tece e se desenrola (MAGNANI, 1984).

A minha presença nas hortas urbanas é ilustrativa de sua dimensão como pedaço. Minha chegada sempre esteve acompanhada de um certo olhar desconfiado pelas agricultoras e pelos agricultores. A princípio, sou um elemento estranho àquele lugar, suas redes de relações e códigos estabelecidos. Perguntas como “é a sua primeira vez aqui?” ou “você trabalha com o quê mesmo?” são frequentes e indicativas de uma tentativa de reconhecimento que envolve uma avaliação sobre se sou ou não confiável. Esse estranhamento vai se arrefecendo na medida em que a convivência se torna mais densa, seja pela frequência das visitas, seja pelo compartilhamento de parte do trabalho diário. Esse, inclusive, gera por parte das agricultoras e dos agricultores certo alívio cômico, ao depararem com as dificuldades vivenciadas por um mirrado pesquisador que tenta, sem sucesso, dar conta da lida diária da horta. Na roça, o conhecimento também é corporal.

Uma vez, ao tentar conduzir a tarefa simples de separar, com o facão, as mandiocas do pé já desenterrado, um grupo de agricultores se divertiu com meus golpes imprecisos. “Errou titio”<sup>66</sup>, exclamou um deles, que logo se pôs a me ensinar como manusear o instrumento. No caso da agrofloresta Coqueiro Verde, frente à suspeita da minha chegada inicial, fui logo sendo apresentado ao grupo por uma das lideranças que já tinha me conhecido em outra ocasião. “Sim, é a primeira vez dele aqui, mas eu conheci ele lá na Tudo Saudável [horta comunitária de Belo Horizonte, situada no bairro vizinho Jardim Vitória]”. Assim, as hortas comunitárias estabelecem uma dinâmica socioespacial semelhante ao que Magnani (1984) chama de pedaço, sendo que a frequência, o trabalho diário, o aprendizado e os laços entre as agricultoras e os agricultores são elementos de pertencimento.

Ainda segundo Magnani (1992, p. 193), “pertencer a um *pedaço* significa dispor de uma referência concreta, visível e estável (...) significa também poder ser reconhecido em qualquer circunstância, o que implica o cumprimento de determinadas regras de lealdade”<sup>67</sup>. Para o autor, tal referência é importante já que seu cotidiano, sujeito à precária inserção no mercado de trabalho e na cidade, não se caracteriza pela plena vigência dos direitos de cidadania. Assim, o

---

<sup>66</sup> Segundo Magnani (1984) a forma como se chamam as pessoas também é um elemento a ser desnaturalizado, pois reveladora de uma ordem de relacionamentos. Assim, “colega”, “chegado”, “xará”, “camarada”, são indicativos para delimitar quem é e quem não é do pedaço. O titio, neste caso, é uma corruptela do uso infantil do vocativo tio ou tia, utilizado pelas crianças para superar a hierarquia dos adultos e demonstrar proximidade. Seu uso nesta ocasião é, portanto, não só uma forma cômica de explicitar que ali, naquele pedaço, quem tem autoridade não é o pesquisador, mas sim o agricultor, como também de perdoar o erro, pois submetido a um processo de aprendizagem estabelecido como rito de passagem para o pertencimento. A fala ocorreu em uma visita à Fazenda Sertão, em Brumadinho, em outubro de 2024.

<sup>67</sup> Grifo no original.

pedaço é um espaço intermediário entre a casa e a rua, que não é regido nem pelo particularismo das relações pessoais, nem pela universalidade abstrata da ordem formal (MAGNANI, 1984).

Nesse sentido, o pedaço, ou território, se estabelece como uma categoria intermediária de controle da equivocação (DE LA CADENA, 2010, 2018; VIVEIROS DE CASTRO, 2015, 2019) presente quando se fala da agrofloresta Coqueiro Verde, em específico, ou das hortas urbanas de Belo Horizonte, no geral. A implicação desse reconhecimento é de duplo registro. De um lado, significa assumir que, quando falamos do conceito homônimo “hortas urbanas”, estamos necessariamente operando uma tradução, já que o termo assume referenciais diversos e alternativos a depender de quem o mobiliza. De outro lado, sugere que a disputa política sobre as hortas urbanas e, em especial, sobre a agrofloresta Coqueiro Verde é agravado pelo que De La Cadena (2018, p. 100) denominou sua “condição de impossibilidade”, isto é, a insuficiência dos elementos oferecidos pela lei e pelo Estado para tratá-lo em toda sua complexidade e completude. Implica, finalmente, em reconhecer que a horta em questão é uma horta urbana, tal qual definida no âmbito da política pública, mas *não apenas*.

Não é de se surpreender, portanto, que a principal forma tomada pelas reivindicações das agricultoras e dos agricultores frente ao conflito com o centro de saúde se articula sob aquilo que Holston (2008) chamou de dimensão contributiva da cidadania, indicando que também este conceito — o de cidadania, tal como o entendemos e mobilizamos na Ciência Política, esconde uma equivocação. A evidência dessa articulação provém, como se viu nas seções anteriores, da tentativa de legitimar um direito não reconhecido (ao terreno, ao serviço prestado e à infraestrutura construída) como fruto de um trabalho, cujo reflexo se dá na transformação da paisagem e na noção de um “tomar conta” de algo que é público. É, portanto, a partir dessa transformação, a um só tempo física e simbólica, que a horta se constitui *não apenas* como horta urbana, mas também espaço heterotópico (FOUCAULT, 2013) ou pedaço (MAGNANI, 1984), isto é, uma entidade ou prática. Consequentemente, é também a partir dessa transformação que a identidade das pessoas se constitui *não apenas* como agricultoras urbanas e agricultores urbanos, mas também como pessoas que irrompem a cena política e denunciam no conflito o erro de conta da cidadania democrática (Rancière, 2005) a qual venho tratando como formalismo.

E o que representaria, ao fim e ao cabo, esse ímpeto de luta e participação frente ao conflito estabelecido? Seria uma negação da fuga constitutiva do pedaço? A meu ver, este não é o caso. A luta travada contra a perda parcial de parte do terreno para o centro de saúde consiste na ressignificação insurgente da participação, a partir das identidades territorializadas

estabelecidas pela transmutação da expulsão em fuga, e da fuga em pedaço ou heterotopia. Esse processo de mudança nas bases participativas tem o condão de transformar a ambiguidade prevalescente na ordem dominante em uma ambivalência, isto é, na reivindicação de reconhecimento e convivência pacífica de mundos opostos.

Para James Holston (2008), a dimensão contributiva da cidadania carrega elementos tanto de uma noção personalista de cidadão como categoria diferenciada sujeita a privilégios, quanto de uma noção de cidadão como categoria abstrata e universal, cujos direitos decorrem dos textos igualmente aplicáveis a todas e todos<sup>68</sup>. Segundo o autor, essa é a chave para compreender a insurgência das reivindicações de moradia na periferia de São Paulo, que a um só tempo replica e ressignifica a ordem vigente, diferencial (pois formalista). O curioso a se notar, no caso das reivindicações coletadas na horta Coqueiro Verde, é que elas recorrem, ao menos em parte, a uma dimensão distinta de categoria privilegiada. Assim, ao contrário dos moradores periféricos acompanhados por Holston (2008) e também do movimento de favelas analisado por Somarriba e colegas (1994), o ponto central para os impactados da horta não é diferenciar-se como trabalhadores honestos, frente a outras pessoas que, vivendo sob as mesmas condições de ilegalidade (aos olhos da ordem dominante), assumem posturas não contributivas à nação, pois não trabalham ou se dedicam a atividades moralmente condenáveis. Isso não está em jogo para as agricultoras e os agricultores, que fazem questão de dizer que possuem um legítimo título para realização do plantio no local. O que as diferencia dos demais é o elemento de sustentabilidade ambiental de sua contribuição; é o fato de estarem contribuindo para o alcance das metas e objetivos estabelecidos, pelo próprio poder público, na sua relação com a pauta do meio ambiente.

Esse ponto sinaliza, talvez, apenas uma condição distinta das pessoas que praticam agricultura urbana em Belo Horizonte frente àquelas que habitam zonas irregulares, dado que sua atividade, embora marginal, não é propriamente ilegal, pois reconhecida pelas normas municipais. No entanto, e justamente por terem conquistado esse espaço de legitimidade, passam a questionar a relação da horta com o território mais amplo por ela habitado, chamando atenção para as contradições inerentes ao discurso oficial que lhes afeta. A meu ver, essa postura é indicativa de dois aspectos. Primeiramente, a horta, compreendida como espaço, ou território, de refúgio legitimado, ainda que precário, permite a rearticulação dinâmica das identidades das pessoas que constituem as redes de relações por ele estabelecido, a partir de interconexões de

---

<sup>68</sup> James Holston (2008) também parte de uma desnaturalização da invocação cotidiana da palavra “cidadão” para indicar os usos diferenciais da ideia de cidadania no Brasil.

um saber local propriamente rural, com as propostas de um projeto utópico articulado pela agroecologia, sobretudo no que diz respeito ao plantio de alimentos saudáveis e à preservação do meio ambiente. Em segundo lugar, a partir dessa reconfiguração de identidades, há uma insurgência peculiar na reivindicação de participação por parte das agricultoras e dos agricultores que, deparando-se com um conflito que lhes revela os limites dos recursos oferecidos pelo espaço constituído, politizam-se a partir de um questionamento dos valores subjacentes à ordem dominante.

Do ponto de vista da rearticulação de identidades presentes no processo de conformação da horta como pedaço, Milton Santos diferencia o território como “recurso”, do território como “abrigo”. Segundo o autor, este é o uso mais comum dos atores “hegemonizados”, enquanto aquele é faculdade disponível aos atores “hegemônicos” (SANTOS, 1996). Em contraposição, Lefebvre (2006) adverte que todo território é a um só tempo funcionalidade (recurso, da ordem do concreto, da dominação, do valor de troca) e símbolo (identidade, construída a partir de processos de apropriação, da ordem do vivido, dos valores de uso). De acordo com essa leitura, a desterritorialização representada pela perda iminente de parte do espaço da Horta Coqueiro Verde implicaria, para as agricultoras e os agricultores, uma ameaça existencial, na medida em que perder o território é desaparecer, não apenas do ponto de vista de uma jurisdição, isto é, de uma ordem local estabelecida, mas também do ponto de vista de sua identidade pertencente a esta ordem (HAESBAERT, 2008).

Assim mesmo, como nota Haesbaert (2008), o território como espaço-tempo vivido é necessariamente múltiplo, conectado a uma multiplicidade de agentes e a uma multiplicidade de poderes. Consequentemente, para o autor não faz sentido falar de desterritorialização, mas sim de (re)territorialização fragmentada nos múltiplos territórios em que se inserem os modos de vida dos atores. Em termos mais simples, o que está em jogo no conflito envolvendo a perda de parte do terreno da agrofloresta Coqueiro Verde é o enfraquecimento de uma dimensão espacial de comunidade, de uma heterotopia constituída por um modo de vida que tem, por base, a identidade de agricultor(a) urbano(a), do refúgio precário construído com e contra a ordem. É essa identidade, como processo simbólico realizado a partir da consciência da marginalidade desses sujeitos, que o pacto formalista estabelecido na Política Municipal de Agricultura Urbana a um só tempo preserva (na medida em que reconhece a atividade a qual dá abrigo nos terrenos públicos) e nega (na medida em que a circunscreve e limita frente a lógica modernizadora dominante). Sem a horta, tal identidade não desaparece, mas dilui-se de forma fragmentária nas múltiplas outras territorialidades às quais estão sujeitas as vidas e os corpos

daqueles indivíduos que, como tentei demonstrar, chegaram às hortas submetidos a um triplo processo de exclusão. Sem a horta, não há insurgência capaz de ressignificar a participação.

O conflito vivido serve então de catalizador da potência reivindicatória performada cotidianamente por aquela comunidade espacial concentrada em torno da agrofloresta Coqueiro Verde e conectada a uma rede discursiva mais ampla, articulada pelo projeto utópico da agroecologia<sup>69</sup>. Serve, noutras palavras, para colocar o pedaço, em sua dupla dimensão funcional (recursos) e simbólica (identidade), de frente ao espaço abstrato das normas universais. Tal rede discursiva, por sua vez, pode ser entendida como aquilo que Carvalho (2020) descreveu como *assemblage* semi-estabilizada, que se torna meio de transporte para reconexões e ressignificações. Noutras palavras, é a partir dos múltiplos encontros criados tanto pela política pública de agricultura urbana, seja nos espaços de formação ou nas atividades de assistência técnica, seja nos espaços participativos propriamente ditos, quanto pelo circuito formado pela sociedade civil, com seus fóruns, mutirões e intercâmbios, que as agricultoras e os agricultores adquirem uma socialização específica e que Ornelas (2025) chamou de tramas de aprendizagens da agroecologia. Nessas tramas, finalmente, são gestados os elementos que permitem o reenquadramento do conflito, não mais entendido na dicotomia preservação da horta (da ordem do arcaico, não pertencente ao mundo dos direitos e à cidade) versus ampliação do centro de saúde (da ordem do moderno, materialização do mundo dos direitos e da cidade). Este conflito passa, assim, a ser ressignificado a partir da construção alternativa em que centro de saúde e horta são ambos elementos constitutivos de uma mesma ordem moderna, igualmente amparada pelos direitos de cidadania, entre os quais não há uma relação de soma zero.

Finalmente, a insurgência presente nesta reformulação do conflito ocorre devido a sua capacidade de reivindicar *não apenas* uma dimensão de participação amparada em uma noção contributiva dos direitos de cidadania, mas sobretudo pela inflexão daquilo que Holston (2008) denominou como cidadania enquanto tratamento privilegiado. Por um lado, a dimensão de categoria diferenciada está presente nas falas que buscam reconhecimento e direitos pelo fato de terem as agricultoras e os agricultores “tomado conta do terreno, que é público”. Isso demonstra certo aceno ao pacto formalista, na medida que aponta para uma solução do tipo: “na lógica dominante em que a prefeitura pode retirar, sem qualquer indenização, pessoas que legitimamente usam seus terrenos para fins socio-alimentares-ambientais, o direito que esse grupo particular conquistou deve-se ao fato de ter cuidado exemplarmente do terreno e,

---

<sup>69</sup> Ver seção 2.4.

portanto, contribuído excepcionalmente para os desígnios públicos”. Esse seria, como adverte Holston (2008), o jogar o jogo dos mestres. Ou, com Ramos (1966), o cooptar-se a partir de uma inclusão formalista.

Sem embargo, o que se vê mais fortemente é a reivindicação de que o direito à horta advém da contribuição de um trabalho correlato aos princípios normativos estabelecidos pela própria ordem escrita, sobretudo no que diz respeito à contribuição para o alcance das metas ambientais e de resiliência das cidades às mudanças climáticas. Ao contrário de uma inclusão formalista, essa postura coloca as agricultoras e os agricultores, ao menos do ponto de vista principiológico, como legítimos ocupantes da horta. Sob essa perspectiva, é o ato do Estado de negar o direito (que estas pessoas não têm, mas deveriam ter) e construir o centro de saúde sobre a agrofloresta, enquanto não só se tem um terreno disponível ao lado, mas também se licenciam, alhures, áreas verdes, aos grandes empreendimentos (que passam a ter direito, mas que não deveriam tê-lo), que revela o formalismo imperante.

Assim, ao posicionarem-se a partir de uma perspectiva de inclusão que nega o caráter arcaico da horta e expõe os usos irregulares das formas jurídico-políticas do Estado para fins particulares, o que performam as agricultoras e os agricultores da agrofloresta Coqueiro Verde é a tentativa de expor — e ver reconhecida — o seu próprio *conceito* daquilo que é público e, por conseguinte, da prática em questão. Segundo Viveiros de Castro (2015), essa operação pode ser entendida como uma torção, isto é, uma virada inesperada em que o nativo assume a prerrogativa do sujeito pensante, capaz de teorizar abstratamente sobre sua própria prática. Essa “volta no parafuso” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 88) tem como efeito aquilo que Rancière (2006) denomina de alargamento da esfera pública. Segundo o autor, este é um processo de reconhecimento do caráter público de espaços e relações relegadas à esfera privada, na qual rege a lei da acumulação da riqueza, e, portanto, de autoafirmação enquanto sujeitos políticos iguais.

Tão logo (...) governos são obrigados a se representar como instâncias do comum da comunidade, separada da singular lógica das relações de autoridade imanentes da reprodução do corpo social, aparece a esfera pública, que é a esfera de encontros e conflitos entre as duas lógicas opostas da polícia e da política, do governo natural das competências sociais e o governo de todos e de qualquer um. As práticas espontâneas de qualquer governo tendem a reduzir a esfera pública, fazendo dela seu próprio assunto privado e, assim, relegando as invenções e locais de intervenção de atores não-estatais ao domínio privado. Democracia, portanto, longe de ser a forma de vida de indivíduos dedicados a seus prazeres particulares, é um processo de luta contra essa privatização, o processo de alargamento dessa esfera. Alargar a esfera pública não implica, como afirma o discurso liberal, reivindicar a intrusão do Estado na sociedade. Implica lutar contra a distribuição do público e do privado em que se baseia a dupla dominação da oligarquia no Estado e na sociedade (RANCIÈRE, 2006, p. 55).

Para Rancière, a polícia é uma ordem do sensível, isto é, a forma como a sociedade organiza o que é visível, dizível e possível. É a polícia, portanto, quem define os lugares e as funções das pessoas e, no limite, quem é ou não considerado sujeito político. E o faz a partir de um reconhecimento formal de equidade sob os olhos da lei, que, no entanto, está em linha com as inequidades sociais dos direitos de nascimento e riqueza que regem a esfera privada. Para o autor, esta ordem sempre está sujeita a um erro de conta, que é revelado quando alguém que “não conta” aparece e se afirma como igual (RANCIÈRE, 2005). A política, assim, faz-se a partir do efeito recíproco entre o privado e o público, rejeitando a separação entre as duas esferas. “Ela perturba a distribuição de termos e lugares, jogando homem [sem direitos reconhecidos, segundo Arendt] contra cidadão e cidadão contra homem” (RANCIÈRE, 2006, p. 59).

Nesse sentido, a horta comunitária é, para ambos o Estado (prefeitura) e as agricultoras(es), um espaço público e privado. O que está em jogo é qual de seus aspectos pertence a qual domínio e como estes se articulam. Para o Estado, o terreno pertence ao domínio público (a horta é comunitária), sendo que seu uso para determinada finalidade é garantido por regras que autorizam, sob limites, a contribuição temporária de sujeitos e seus afazeres circunscritos à esfera do privado (não lhes cabendo remuneração ou indenização). Para as agricultoras e os agricultores, por outro lado, o terreno é da ordem do privado (a horta deveria chamar-se familiar), sendo que é sua identidade como categoria política e sua atividade de base agroecológica o que o torna público (daí o necessário reconhecimento de seu trabalho socio-alimentar-ambiental). É pelo alargamento desse caráter público, e contra sua privatização, que as(os) agricultoras(es) se posicionam frente à iminente perda de parte do *seu* pedaço, indicando não haver competição entre este e o centro de saúde.

Assim, inverte-se o jogo de espelhos e se confronta a lógica imperante no teatro das sombras da política brasileira. Nesta, a aceitação da desigualdade na esfera privada do mundo do trabalho é condição de pertencimento à comunidade política, por via da lógica de solidariedade baseada na contribuição ao progresso. A reivindicação das agricultoras e dos agricultores da Coqueiro Verde rejeita esse pertencimento, reconhecendo-se antes como sujeitos do direito a ter direito e, pela sua contribuição particular, como sujeitos políticos capazes de teorizar o que é progresso. Ao fazê-lo, rejeita-se também a posição ambígua que ocupam na sociedade, materializada nas outorgas parciais que lhes atribui a política municipal de agricultura urbana, com seu formalismo. Reivindicam, assim, uma posição política diferente, que só pode existir pelo reconhecimento de seu modo de vida, isto é, seu ponto de vista, como

legítimo, ainda que ambivalente, dentro da ordem vigente. Se essa mensagem passa algo despercebida, talvez seja pela sua escala diminuta e sua concentração local.

A seguir, reviso o conflito da Horta Comunitária da Vila Pinho, cuja trajetória mais longa de consolidação coletiva vem chamando atenção de outros atores, permitindo assim uma maior visibilidade. Tal ampliação de escala permite-me analisar dois pontos igualmente relevantes para a democracia. Primeiramente, a compreensão das controvérsias e limites de ação política dos discursos utópicos como prática de ação política. Em segundo lugar, a busca por entendimento-mútuo em uma discussão ampliada e fragmentada em múltiplas arenas, — e, portanto sujeita a múltiplos equívocos — possibilita-me revelar as limitações da noção habermasiana de racionalidade comunicativa, em termos de reivindicações de validade de cada um dos envolvidos, em prol de uma articulação de relações de tradução realizadas por sujeitos que, pertencendo a mundos distintos e radicalmente opostos, enfrentam-se comunicativamente para estabelecer espaços de autonomia. Ao fazê-lo, pretendo rejeitar as abstrações dos sujeitos e seus modos de ação, típicas tanto da sociologia (Habermas, 1984), como da ordem baseada em regras formais de legitimidade (Scott, 1998). Assim, advogo por uma noção de democracia emergente das práticas situadas enquanto relações políticas de fronteira, dando contornos contra-coloniais às ideias de polícia e política de Rancière (1996, 2005).

## 5. AS CONEXÕES DISJUNTIVAS DA HORTA COMUNITÁRIA VILA PINHO: IRRESOLUTA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Nos idos de 1999, por intermédio do delegado civil da Regional do Barreiro, em Belo Horizonte, um espaço de terra às margens do córrego Olaria foi cedido pelo poder público municipal para um grupo de pessoas, com a finalidade de estabelecer um plantio agrícola que pudesse zelar pela sua subsistência e por parte do abastecimento das famílias do entorno. A ideia era contrapor o caráter comunitário do uso para o cultivo a outras intenções de uso do terreno, notadamente a ocupação por barracos e atos ilícitos realizados pelos “meninos que ficam nas ruas”. A ideia inspirou-se na prática de alguns poucos trabalhadores que moravam no entorno e aproveitavam o terreno baldio para plantar abóboras. Hoje, 25 anos depois de sua inauguração, a Horta Comunitária Vila Pinho é reconhecidamente a mais antiga da capital mineira. Com seus 10.322m<sup>2</sup> e farta produção de base agroecológica, é a um só tempo o marco inaugural e a principal vitrine da Política Municipal de Agricultura Urbana da cidade.

Segundo o cadastro da prefeitura de Belo Horizonte, catorze pessoas conformam atualmente o grupo de agricultoras e agricultores registrados para o plantio agroecológico na Horta Comunitária Vila Pinho. Destas, nove são mulheres e cinco são homens, todas e todos pardas ou pretas, com a exceção de uma mulher que se declarou branca. As nascidas no interior de Minas Gerais são dez, sendo que as outras quatro nasceram em Belo Horizonte ou em algum município pertencente à Região Metropolitana. O número de beneficiários do CadÚnico, cinco pessoas, é reduzido se comparado a unidades menos consolidadas. Coerentemente, o número das que declararam extrair alguma renda da horta, seis pessoas, é proporcionalmente superior à média. Destas, duas vivem exclusivamente do plantio, uma recebe a maior renda dele e outras três a menor parte da renda<sup>70</sup>. A idade média dos membros é de 67,23 anos, sendo que a pessoa mais nova possui 55 anos e a mais velha 85 anos<sup>71</sup>. Dez integrantes declararam possuir alguma doença e fazer uso contínuo de medicamento, sendo a hipertensão a mais comum delas.

Ao longo destes 25 anos, a paisagem física e simbólica do terreno foi se alterando. A figura 5 mostra parte da área plantada. Os canteiros são bem planejados, demarcados e cuidados, indicando a organização e o zelo coletivo. Ao fundo, árvores frutíferas margeiam o córrego Olaria e as ruas vizinhas, fazendo uma espécie de cerca verde que dá proteção à horta e privacidade a seus membros. A água provém de um poço artesiano, o que é incomum nas

---

<sup>70</sup> As outras 8 pessoas não quiseram declarar se sua renda vem ou não da horta, talvez por temer certa perda de legitimidade enquanto utilização do espaço, dada a sua consolidação comercial.

<sup>71</sup> A média foi calculada com 13, dos 14 registros, pois um(a) agricultor(a) não declarou idade.

demais unidades e garante a qualidade do cultivo, pois é livre de cloro. Na entrada, um espaço de alvenaria comporta dois banheiros (masculino e feminino), um tanque para lavar as hortaliças, que já são entregues limpas e prontas para o consumo, além de um espaço de convivência com uma mesa de doze lugares, um fogão à lenha, pia e bebedouro. Um outro cômodo foi equipado com um fogão elétrico, geladeira e armários. Ao lado desta estrutura, foi feito um galinheiro que abriga galináceos e patos. No centro do terreno foram criados dois pequenos viveiros para sementes e mudas. Embora grande parte delas seja adquirida em Mário Campos, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, algumas espécies são semeadas na própria horta, a partir de sementes crioulas produzidas advindas do cultivo. Os viveiros acabam sendo também laboratórios de experimentos de base agroecológica, onde as agricultoras e os agricultores testam a viabilidade do cultivo de novas espécies. A figura 5 mostra algumas fotos, tiradas por mim, em dezembro de 2024.

**Figura 5: Vistas da Horta Comunitária Vila Pinho**



Fonte: Fotos tiradas pelo autor em 8 de novembro de 2024.

Desde o ano de 2024, as agricultoras e os agricultores vêm enfrentando um conflito com a prefeitura e a comunidade. Segundo informações pela Gerência de Acompanhamento das Instâncias de Participação Popular da Secretaria Municipal de Relações Institucionais (SMRI),

na rodada do Orçamento Participativo (OP) de 2014/2015, a última a ser realizada em Belo Horizonte, foi aprovado um empreendimento cujo escopo prevê a interligação de vias com transposição de córrego, remoção e desapropriação. O trecho sugerido para a intervenção foi o da rua Paulo Veiga Salles até a rua da Olaria, na Vila Pinho. Feita a indenização das pessoas que moravam regular ou irregularmente no trecho indicado, contudo, a prefeitura não iniciou de imediato as obras. Isso fez com que estas ou outras famílias reocupassem as casas. Anos mais tarde, o projeto foi retomado, mas em outro trecho, passando no meio da horta. Embora isso não seja admitido pelo poder público, especula-se que a decisão pelo novo trecho considerou a eficiência, do ponto de vista dos recursos a serem investidos e do tempo para conclusão da obra, de se utilizar o terreno público que abriga a horta, dada que sua cessão para o plantio é precária.

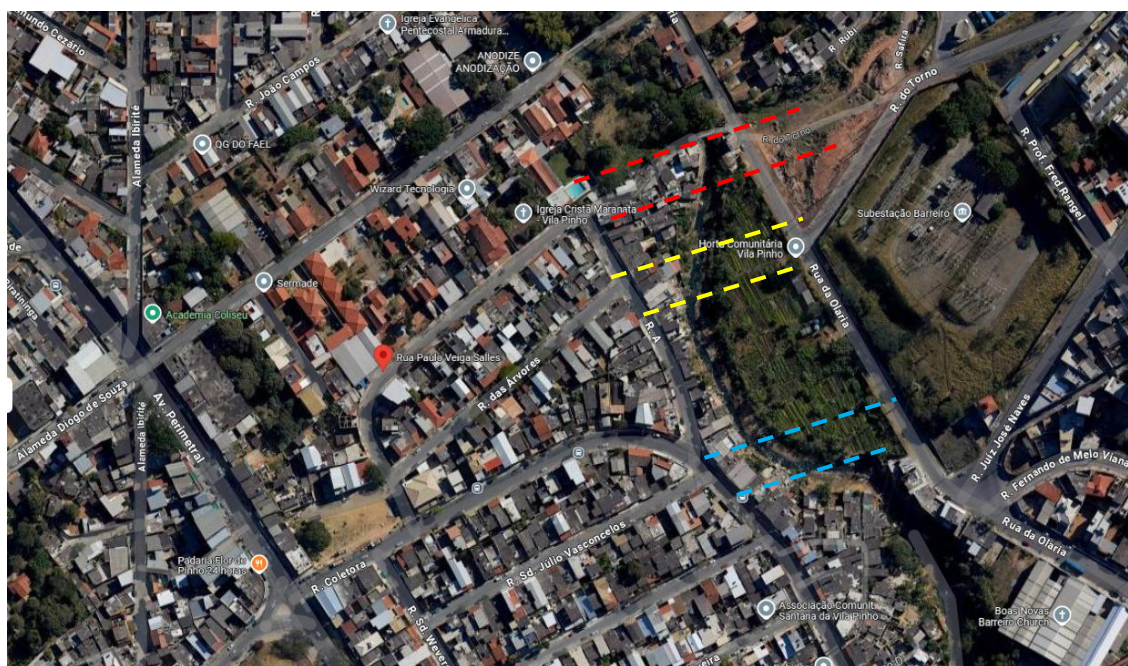
Com a notícia, as agricultoras e os agricultores mobilizaram o Comusan e a rede de ativistas ligados à pauta da agricultura urbana, inaugurando uma série de tratativas mediadas pela então Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, hoje Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SMSAN), para a alteração do trajeto da ponte que irá interligar, sobre o córrego Olaria, as duas porções do bairro. A interligação é reconhecidamente necessária, pois parte de uma reivindicação popular antiga. Atualmente, apesar de existirem travessias para pedestres e, de forma irregular, para motos, quem deseja atravessar de carro o bairro necessita dar uma longa volta pela Rodovia MG-040, também conhecida na região como Via do Minério. Além disso, a associação de moradores do bairro — Associação Comunitária Santana da Vila Pinho — tem grande interesse de que o Viaduto não seja deslocado para um local mais afastado, de modo que o fluxo de veículos não seja desviado da área de comércio localizada na Avenida Perimetral, situada um pouco acima da horta, do outro lado do córrego.

Após algumas rodadas de negociação, foi definido que a obra se deslocaria um pouco, de maneira a preservar grande parte da horta. Contudo, a porção de baixo desta ainda seria comprometida, impactando 4 agricultoras. A solução parece ter agradado os técnicos da prefeitura e também aos interesses representados pela associação local, mas deixou descontentes os membros da horta, que temem que os impactos diretos do empreendimento, bem como a poluição gerada pelo intenso fluxo de veículos, será fatal ao plantio não apenas das glebas impactadas, mas de todo o terreno, impedindo a produção agroecológica pela qual o grupo se tornou conhecido e que lhe garante vendas na região e nas feiras da capital.

A figura 6, abaixo, mostra a vista aérea da Horta Comunitária Vila Pinho e cartografa alguns elementos do conflito. As linhas em vermelho indicam o traçado originalmente sugerido

pelo empreendimento aprovado no OP 2014/2015, sem impacto na horta. As linhas em amarelo indicam o traçado cogitado pela prefeitura antes das tratativas e as linhas em azul indicam o traçado considerado no momento de encerramento desta pesquisa, após as negociações mencionadas.

**Figura 6: Vista aérea da Horta Comunitária Vila Pinho e entorno**



Fonte: [http://google.com.br/maps/place/Rua+Paulo+Veiga+Salles+-+Barreiro,+Belo+Horizonte+-+MG,+30670-130/@-19.9971056,-44.0269914,489m/data=!3m1!1e3!4m6!3m5!1s0xa6be8798626b13:0x8b887c1b011cce9818m2!3d-19.996979114d-44.02802!16s%2Fg%2F1ymtzdk3t?hl=pt-BR&entry=ttu&g\\_ep=EgoyMDI1MDQwMi4xIKXMDSoASAFAQAw%3D%3D](http://google.com.br/maps/place/Rua+Paulo+Veiga+Salles+-+Barreiro,+Belo+Horizonte+-+MG,+30670-130/@-19.9971056,-44.0269914,489m/data=!3m1!1e3!4m6!3m5!1s0xa6be8798626b13:0x8b887c1b011cce9818m2!3d-19.996979114d-44.02802!16s%2Fg%2F1ymtzdk3t?hl=pt-BR&entry=ttu&g_ep=EgoyMDI1MDQwMi4xIKXMDSoASAFAQAw%3D%3D). acesso em 26 de março de 2025. Traçados realizados pelo autor.

Com a nova proposta, o conflito foi arrefecido, mas não eliminado por completo. Conformada por movimentos sociais e associações parceiras, a sociedade civil segue mobilizada, enquanto as lideranças das agricultoras e dos agricultores buscam alternativas. Um projeto urbanístico iniciado recentemente pela prefeitura de Belo Horizonte, vem fazendo diversos mapeamentos na região do Vale do Jatobá, no Barreiro, onde se insere a Vila Pinho. O foco do projeto, denominado Já To Lá, e inscrito sob a égide de um “Programa de Desenvolvimento Estratégico da Região do Jatobá”, é a realização de um planejamento urbano composto de três instrumentos: um Plano de Estruturação Urbano Ambiental (PEA), um Plano Urbanístico Integrado (PUI) e um Macroplano para a região, com vistas a promover avanços urbanísticos, socioeconômicos e ambientais, com a colaboração da comunidade. Apesar de ser apenas um planejamento, o projeto, custeado por recursos oriundos do Banco Mundial e executado pela empresa Praxis, injetou novos atores no conflito e tem sido visto pelas

agricultoras e pelos agricultores como um locus de esperança de modificação nas decisões tomadas a respeito da ponte.

O presente capítulo analisa o atual conflito do ponto de vista dos dilemas da participação institucionalizada. A primeira seção apresenta o histórico da Horta Comunitária Vila Pinho, suas origens, avanços e controvérsias, vistos sob a chave do formalismo e dos discursos utópicos de inclusão. A segunda seção analisa o conflito atualmente vivido, apresentando o posicionamento cético das agricultoras e dos agricultores frente a limites da participação institucionalizada. A terceira e última seção traz uma reconceituação da participação social como locus para o estabelecimento de novas alianças entre modos de vida.

### **5.1. Entre formalismo e utopias: uma resistência tênue**

O Barreiro é uma região de Belo Horizonte marcada por sua origem rural e pelo seu desenvolvimento industrial. Formado inicialmente por fazendas e chácaras, a área foi primeiramente destinada à colonização agrícola e ao abastecimento da capital. Com o projeto de desenvolvimento industrial iniciado em meados do século XX, o Barreiro foi aos poucos se urbanizando a partir da chegada de diversas fábricas e conjuntos habitacionais (AGUIAR, 2006). O bairro Vila Pinho situa-se na antiga Fazenda do Jatobá, região mais recentemente adensada, sobretudo a partir das décadas de 1970 e 1980, pela criação de distritos industriais e programas de moradia (ARREGUY; RIBEIRO, 2008B). Distante do dinâmico centro da regional, o Vale do Jatobá é entendido por alguns como uma periferia na periferia. Cortado por dois córregos, o Jatobá e o Olaria, afluentes da Bacia do Rio das Velhas, o fundo de vale é alvo de projetos de intervenção urbana e ambiental da prefeitura de Belo Horizonte e sofre com ocupações frequentes nas margens alagáveis, não raro por famílias em busca de indenização e de um caminho para a obtenção da casa própria (FERNANDES; BHERING, 2020).

No final da década de 1990<sup>72</sup>, a Horta Comunitária Vila Pinho surgiu da ocupação preventiva de um vazio urbano. A articulação inicial ocorreu a partir de parceria estabelecida entre a Polícia Civil, interessada na prevenção do uso do terreno vago para fins criminais, e a prefeitura de Belo Horizonte, em especial o órgão gestor da política de abastecimento (hoje segurança alimentar e nutricional), interessado no fomento a produção de alimentos saudáveis na cidade, e o órgão gestor da regional do Barreiro, interessado na prevenção de ocupações para

---

<sup>72</sup> A data precisa da origem da horta não é consensual. As produtoras e os produtores falam em 1999, enquanto alguns pesquisadores mencionam o período de 2003 a 2005 (BORGES, 2013). Avalio que a diferença se deve provavelmente a um início lento e gradual, composto por etapas cujo progresso não foi necessariamente linear, nem incontroverso. Por esta razão, opto por utilizar a data mais longínqua, identificada pelas produtoras e pelos produtores como início da horta.

moradia. Também foi importante a participação da Associação Comunitária da Vila Pinho, comprometida tanto com a redução da criminalidade quanto com um projeto de cultivo voltado para fins comerciais. Segundo Jota e Borges, o local era:

... um lote vago repleto de pedregulhos, entulhos e matagais. Aos poucos a propriedade começou a sofrer invasões para fixação de residências e/ou moradias, com risco de também se vir a tornar um local apropriado para esconderijos de diferentes tipos de usuários (drogados, assaltantes, bandidos, etc.). Segundo relatos de alguns entrevistados, a criação da horta surgiu com uma alternativa para prevenir a invasão do terreno, mas para àqueles que desenvolveram o projeto tinha como proposta a implantação de uma horta para auto abastecimento, com possibilidades de evolução para fins de comercialização (JOTA; BORGES, 2009, p. 20/1 apud BORGES, 2013, p. 115).

De acordo com Borges (2013), o início da preparação do terreno contou ainda com apoio da Fundação Banco do Brasil e da EMATER. Esta coordenou, juntamente com a Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB), a elaboração do projeto da horta, enquanto aquela financiou obras como cercamento, preparação do terreno, construção de infraestrutura, poço-artesiano, irrigação, estufa, entre outros. Em parceria com a associação local, foram selecionadas 40 famílias interessadas em participar do projeto.

Em minha pesquisa etnográfica, pude perceber que os desejos iniciais em relação à horta levaram a conflitos entre as produtoras e produtores, resultando em gradativa redução do conjunto de famílias que realizavam o cultivo no local. O primeiro e mais evidente destes conflitos se deu em relação ao modelo de gestão comunitária inicialmente vislumbrado pela SMAB e EMATER. Segundo Borges:

Durante quatro anos a produção da horta se deu por moldes coletivos, ou seja, os(as) agricultores(as) plantavam de forma coletiva e o lucro da comercialização dos produtos era repartido de forma igualitária entre todos(as) os(as) produtores(as). E 20% do lucro tinha como destino a manutenção da horta, que ficava na responsabilidade de apenas um agricultor. No entanto, o lucro angariado aparentava não ser o lucro real obtido com a produção da horta (BORGES, 2013, p. 115).

Além da desconfiança sobre certa ocultação de comercializações individuais e de dificuldades concretas de mensurar o lucro das vendas, a gestão comunitária também não se sustentava do ponto de vista da distribuição dos esforços necessários ao trabalho na horta. Segundo uma das lideranças do grupo me relatou:

Tinha gente que trabalhava e tinha gente que só ficava sentada o dia inteiro, conversando. Na hora da divisão dos lucros, reclamavam que não recebiam a sua parte. Eu comprei muita briga aqui e é por isso que muita gente não gosta de mim (Depoimento de uma agricultora).

Assim, em 2008, fruto da organização coletiva de parte das agricultoras e dos agricultores, o modelo de organização alterou-se. O terreno foi dividido em glebas individuais,

ficando as vendas e o lucro delas decorrente com a pessoa responsável por cada gleba. Um pequeno fundo foi estabelecido para manutenção das áreas comuns. Inicialmente, Borges (2013) conta que a renda mensal individual não passava de R\$ 50,00 (cinquenta reais). Aos poucos, no entanto, foram surgindo iniciativas de comercialização, com maior foco no plantio de base agroecológica, além de venda de alimentos para escolas e, mais recentemente, via apoio da atual Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SMSAN), também para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do governo federal, e da venda em pontos de comercialização da agricultura urbana no município, em especial a feira localizada na Rua Goiás, no centro da cidade. Embora a renda tenha melhorado, as agricultoras e os agricultores ainda se queixam de não conseguirem extrair seu pleno sustento da atividade agrícola, que não dá conta de pagar todas as contas do mês. Isso nos leva ao segundo conflito.

Desde a implantação da horta, foram adotadas diversas estratégias de plantio para comercialização. Uma das agricultoras pioneiras me contou, por exemplo, que em um determinado ano todo o terreno foi destinado à plantação de cebola, emulando em pequeníssima escala o monocultivo baseado na produção de commodities, típico do agronegócio e também de parte da agricultura familiar. Sem embargo, devido às condições econômicas e tecnológicas, pouco a pouco o grupo foi entendendo que a horta comunitária não poderia competir, nem em preço, nem em retorno comercial, com os circuitos tradicionais de produção e comercialização de insumos alimentícios. Noutras palavras, a horta não seria um empreendimento comercial padrão. A consciência deste fato pode ter gerado certo desalento e afastado algumas famílias do terreno. Também parecem ter sido diferentes visões em torno da questão que acabou por distanciar o grupo remanescente de produtoras e produtores da associação comunitária da Vila Pinho, cujo presidente atual fora um dos fundadores da horta.

O início da horta Vila Pinho é, portanto, revelador de duas controvérsias abordadas nesta tese em relação à ambiguidade da ação estatal. A primeira delas é o pacto formalista entre Estado e sociedade civil, situado na origem da Política Municipal de Agricultura Urbana de Belo Horizonte. O que se vê é que esse pacto, estabelecido entre os anseios de controle, legibilidade social e reprodução da ordem, e os anseios de emancipação, revolução e transformação da cidade via agricultura urbana, esteve presente desde os antecedentes da política. Como se viu, o formalismo é revelador da fragilidade das condições das unidades produtivas urbanas de Belo Horizonte; incentivadas, mas apenas enquanto oferecem um benefício de proteção a baixo custo ao terreno público (no caso em tela, proteção de ocupações e de uso para a criminalidade), ao passo que descartadas tão logo surgem novos usos para o

local (no caso, a construção de uma ponte). Tendo sido tema fartamente abordado no capítulo anterior, concentrar-me-ei na segunda controvérsia, a saber, a ancoragem dos significados da horta em projetos utópicos.

Tais significados se expressam nas visões articuladas em torno da horta como modernização progressiva via comercialização, de um lado, e como gestão comunitária e solidária, de outro. No que diz respeito à modernização, subjaz o mote do progresso na ordem, isto é, uma visão de consolidação futura da horta enquanto empreendimento comercial, com a consequente proposta de inclusão baseada em prerrogativas diferenciais, sobretudo as de cessão gratuita do terreno e de isenção de taxas de luz e água, além é claro da reserva de mercado estabelecida por programas de compras governamentais. Vale dizer que esse discurso se faz presente nos dias atuais e anima iniciativas como o credenciamento de produtores urbanos enquanto agricultores familiares, fruto do trabalho conjunto da SMSAN com a EMATER, bem como uma recente parceria daquela com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), voltada para impulsionar a comercialização dos produtos das hortas urbanas, sobretudo via estratégias de negócio, rotulagem e marketing. Este discurso também parece estar em parte presente na promoção de espaços de comercialização específicos da agricultura urbana e familiar no município de Belo Horizonte, notadamente a já mencionada Feira da Agricultura Urbana, localizada na Rua Goiás, e as feiras do Programa Direto da Roça, cujos pontos se encontram em diversas localidades da capital.

O discurso da revolução do cotidiano, por sua vez, esteve presente no ideal de produção comunitária que ensejou a forma inicial de plantio da Horta Vila Pinho, com os desdobramentos decorrentes. Atualmente, este discurso é encarnado pelo ideal do estabelecimento de uma plantação de base agroecológica nas hortas do município e da promoção de feiras como tecnologia alternativa de comercialização amparada em circuitos curtos. Do ponto de vista da agroecologia, vale notar que este tipo de cultivo acaba por pressionar os custos da produção, bem como o preço dos produtos, ainda que sob o aumento de aspectos como a sustentabilidade ambiental, a preservação dos nutrientes do solo e da promoção de um alimento saudável. O ponto é que, raramente, os benefícios são valorizados pela população local, cuja carência material de recursos impõe severas limitações no orçamento destinado à compra de alimentos. Isso torna a produção agroecológica controversamente dependente das vendas de nicho, realizadas em bairros mais centrais, impulsionando estratégias vinculadas a uma ideia de empreendedorismo que, como se viu, inscrevem-se sob o discurso do progresso na ordem.

Mais recentemente, ambos os discursos que permeiam a trajetória da horta Vila Pinho podem ser identificados em associação que engloba parte de seus integrantes. Criada em 2019, fruto de grande mobilização por parte dos coletivos ligados à sociedade civil local e regional, a Associação Horizontes Agroecológicos (AHA) foi inicialmente pensada a partir de um duplo papel. Por um lado, seria a organização gestora do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade da produção orgânica e agroecológica das unidades produtivas de Belo Horizonte e Região Metropolitana. O OPAC, previsto na Lei nº 10.831, de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências, é reconhecido como núcleo de um sistema participativo de certificação orgânica da produção e via de acesso para a obtenção do selo correspondente, conferido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Por outro lado, a AHA foi concebida como núcleo da estratégia de ação política dos diversos coletivos de agroecologia de Belo Horizonte e Região Metropolitana. Segundo essa visão, a associação constituiria um lócus autônomo de ação em defesa das causas das produtoras e dos produtores da região, além de instância promotora das lutas agroecológicas. Percebe-se aqui a confluência, em uma única organização, de ambos os discursos utópicos que venho tratando nestas linhas.

Desde sua criação, a AHA foi capaz de mobilizar uma relevante base de pessoas ligadas ao cultivo agroecológico, abrangendo 54 municípios pertencentes à RMBH (34), colar metropolitano (16) e entorno (4), conectados a partir de cinco núcleos ativos, a saber: (i) Campo cidade; (ii) Gandarela; (iii) Esmeraldas; (iv) BR-381; e (v) Caraça. Outros três subnúcleos se formaram, sendo dois vinculados ao Campo Cidade (Beneficiadores de Alimentos e Flores da RMBH) e um vinculado ao BR 381 (Mulheres entre Serras). Ainda assim, diversos são os desafios que se colocam. Para se ter uma ideia, até os dias atuais, a Associação não logrou a certificação como OPAC pelo MAPA, sobretudo devido aos altos custos de investimento burocrático requeridos pelas inúmeras normas de conformidade impostas pelo órgão (Magalhães et al., 2024). Frente a estas normas, a organização vem adotando uma linguagem burocrático-gerencial que tem afastado a AHA do dia a dia das produtoras e dos produtores. Em conversas com diversas pessoas, pude perceber não apenas certa confusão sobre o papel da associação, como também desconfiança quanto a forma de elaboração das normativas regimentais exigidas para o credenciamento, bem como sobre o uso de bens comuns, como veículos e tratoritos, em geral obtidos por meio da política de proximidade com representantes eleitos, que destinam emendas parlamentares para a instituição.

Fundamentalmente, portanto, a AHA encarna os dilemas e as interconexões estabelecidas por ambos os discursos utópicos que permeiam o pacto formalista estabelecido

pela Política Municipal de Agricultura Urbana no município de Belo Horizonte. Nesse sentido, sua atuação, premida pelas imposições normativas da garantia procedimental de uma produção orgânica, bem como pelas demandas de renda decorrentes da estratégia de comercialização de produtos de nicho, articula-se sob as bases utópicas da agroecologia como caminho para a revolução feita no cotidiano. Noutra giro, sua atuação ativista em arenas institucionais da política pública vem sendo importante para a articulação, ainda que em bases precárias, de estratégias de resistência a conflitos envolvendo as hortas urbanas, bem como na garantia de algum apoio material aos grupos de produtoras e produtores, assemelhando-se a conquistas de benefícios diferenciais típicas do progresso na ordem. Como resultado, a AHA vem sendo criticada em ambas as suas frentes de atuação: por parte dos coletivos da agroecologia no âmbito local, é vista como gerencialista e promotora de um empreendedorismo, ao passo que, sob os olhos da institucionalidade, é tida como demasiadamente ativista e com baixa capacidade de organização.

Esse dilema vem sendo reproduzido no âmbito da Horta Comunitária Vila Pinho. Associadas à AHA, algumas produtoras e produtores foram beneficiadas com tratorito e, mais recentemente com o uso de um veículo da organização que lhes permitiu maior acesso logístico às feiras da capital. A horta tem ainda contado com apoio da AHA e de parlamentares próximos na elaboração de uma associação própria, com vistas a canalizar parte dos recursos captados nos circuitos institucionais. Frente ao conflito iminente de perda de parte do espaço para a construção de uma ponte que conecta os dois lados do bairro Vila Pinho, as produtoras e os produtores da horta têm recebido apoio por parte da AHA, mas este limitam-se à gramática institucional. Assim, a associação remeteu, em 23 de fevereiro de 2024, ofício ao Comusan alertando para consequências negativas e solicitando “audiência para discussão de mudanças na obra que minimizem ou evitem impactos que irão destruir o trabalho, sustento e alimentação de mais de 13 famílias que dela vivem e de consumidores que dela se alimentam”<sup>73</sup>. Os próprios termos da reivindicação, porém, denunciam a frágil expectativa de resistência e a opção pelo diálogo com os órgãos públicos locais, com foco na redução de danos.

Em síntese, a breve revisão da trajetória da horta comunitária Vila Pinho nos revela, fundamentalmente, uma história de sobrevivência pela articulação de visões utópicas capazes de oferecer um horizonte futuro. Uma e outra vez, no entanto, as apostas sustentadas por essas visões — a inclusão via comercialização empreendedora ou alternativa — revelam-se

---

<sup>73</sup> Ofício 2024-01, cuja cópia foi fornecida pela AHA, mediante solicitação.

insustentáveis, apenas para serem renovadas a partir de novos híbridos cuja função não é senão manter a tensão existente sob a forma de uma ambiguidade. Se é certo que, em condições usuais, tais renovações são suficientes para garantir alguma sobrevivência marginal à horta, frente ao conflito que desvela a ambiguidade, suas manifestações — sejam institucionais, no âmbito do Estado, sejam ativistas, no âmbito da sociedade civil — perdem a própria base de sustentabilidade e se mostram precárias como alternativa política. A essa análise me dedico na seção a seguir.

## **5.2. Limites da participação institucionalizada: dependência do Estado e apropriação da experiência vivida**

Situada às margens do córrego Olaria, próximo à Estação Diamante e a uma subestação da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), a Horta Comunitária Vila Pinho convive com um amontoado de ocupações lindeiras. Além de depósito de lixo, criação irregular de animais e riscos de alagamento e desabamento, as ocupações e o adensamento do bairro geram a necessidade de conectar as duas margens do córrego para a passagem de pedestres. Diante disso, fruto de uma reivindicação mobilizada por moradores do bairro, um empreendimento de interligação de vias, com transposição de córrego, remoção e desapropriação foi aprovado na rodada do Orçamento Participativo de Belo Horizonte, entre os anos de 2014 e 2015. A Figura 7 mostra o limite da horta e as ocupações, ilustrando a situação que deu ensejo à demanda local.

Ocorre que o empreendimento aprovado no orçamento participativo não foi executado de imediato, sendo que as famílias que moravam no trecho inicialmente sugerido para a intervenção, a saber, o da Rua Paulo Veiga Salles até a Rua da Olaria, na Vila Pinho, foram efetivamente indenizadas. Com o não início das obras, estas e outras famílias retomaram as ocupações, gerando um constrangimento à prefeitura de Belo Horizonte, quando da retomada do projeto quase dez anos mais tarde. A solução imediatamente cogitada foi o deslocamento da obra para que esta passasse bem em cima do terreno público ocupado para o plantio da horta comunitária. A descoberta dessa decisão pelas produtoras e pelos produtores se deu da mesma forma que seus pares da agrofloresta Coqueiro Verde, em relação ao deslocamento do centro de saúde. Certo dia, sem qualquer aviso prévio ao grupo, nem mesmo ao órgão gestor da política de agricultura urbana, hoje SMSAN, algumas agricultoras se depararam com técnicos realizando medições no terreno<sup>74</sup>. Ao indagarem os técnicos, as agricultoras foram comunicadas

---

<sup>74</sup> A falta de aviso prévio da realização de medições me foi questionada em conversa com o gabinete da SMSAN, realizada em 30 de abril de 2025. Segundo alega a pessoa entrevistada, não há realização de obras que impactem a agricultura urbana em Belo Horizonte sem o envolvimento do órgão. O fato relatado, no entanto, permanece

de que ali passaria uma ponte, já aprovada pela administração municipal, o que deu ensejo ao conflito e às tratativas de mediação e renegociação.

**Figura 7: Horta Vila Pinho e ocupações lindeiras ao Córrego Olaria**



Fonte: fotos tiradas pelo autor em 12 de abril de 2025.

A situação serve como questionamento sobre os limites daquilo que estudos prévios acerca da participação social e do orçamento participativo afirmaram em respeito aos seus efeitos de alargamento da esfera pública e de inovação institucional deliberativa (AVRITZER, 2009; BAIOCCHI, 2005). No que concerne ao primeiro, Gianpaolo Baiocchi analisou a experiência pioneira do orçamento participativo de Porto Alegre, que serviu de inspiração para aquele realizado em Belo Horizonte, identificando seus efeitos tanto em relação à redistribuição de recursos públicos, notadamente o redirecionamento de parte do orçamento de obras e infraestrutura urbana para bairros periféricos e demandas articuladas pela parcela mais pobre da população, quanto na formação de novos sujeitos e vozes políticas.

---

inalterado, vez que tanto as agricultoras e os agricultores, quanto os técnicos ligados à temática se mostraram surpreso com as operações iniciais na Vila Pinho. Esse fato pode relacionar-se com interrupções no fluxo de comunicação organizacional. Parece-me, contudo, que se trata de um desentendimento entre as partes a respeito dos conceitos de obra e dos impactos dela decorrentes.

Para fins desta tese, proponho uma dupla leitura da participação social institucionalizada caracterizada pelo orçamento participativo. À luz da perspectiva de Nancy Fraser, pode-se compreender o OP como espaço institucional capaz de conectar esferas públicas subalternas, combinando redistribuição material e reconhecimento político (FRASER, 1990). À luz da ideia de reconhecimento proposta por Axel Honneth, as assembleias do OP não dizem respeito apenas a uma perspectiva de justiça material e política envolvida na redistribuição de recursos públicos e de vozes deliberativas na esfera pública. Em sua análise, Baiocchi demonstra igualmente como os cidadãos experienciaram no OP um reconhecimento público nos reinos de autorrealização do afeto, dos direitos e da estima social. Tal reconhecimento é, para Honneth, essencial para a construção uma dimensão moral de obrigações intersubjetivas, conectada à própria gênese social das identidades em disputa (HONNETH, 2003).

Em que se pesem as divergências existentes entre os pensamentos de Fraser e Honneth, Mendonça advoga que ambos são compatíveis se pensados a partir de suas premissas habermasianas. Para o autor, a teoria da ação comunicativa de Habermas incorpora tanto uma preocupação com justas estruturas econômicas quanto com relações simbólicas de respeito e reconhecimento. Dessa forma, a proposta reconciliadora articulada por Mendonça implica em uma dupla análise baseada em modelos institucionais de justiça vis a vis a lógicas de dominação e experiências de injustiça vividas por grupos marginalizados, dando ensejo à luta pelo reconhecimento (MENDONÇA, 2007b). Para o autor, importa:

(...) evidenciar que as perspectivas de Honneth e Fraser podem ser combinadas em um viés, simultaneamente, atento à auto-realização de sujeitos e à *participação paritária* deles em interações sociais. Afinal, se é só por meio da participação interativa que a auto-realização pode ser pensada de maneira moral, é apenas através de uma socialização minimamente saudável que os indivíduos podem afirmar-se como sujeitos e participar (...) Com base nesses dois pilares, pode-se conceber uma sociedade que se constrói justa, por meio da troca livre e permanente de *pretensões de validade criticáveis*. Um tal modelo combinado poderia arejar a teoria crítica, reagrupando ética e moral, cultura e economia, lutas invisíveis e lutas públicas, Honneth e Fraser. (MENDONÇA, 2007, p. 183, referências suprimidas, *ênfase no original*).

As menções a Fraser e Honneth não são incidentais. Com elas, quero demonstrar a existência de leituras que buscam reconciliar as muitas críticas à deliberação de base habermasiana sobre a qual se erige uma robusta noção de participação institucionalizada que se tornou central à literatura brasileira de democracia radical (AVRITZER, 2002). No que segue, assumo, a partir do conflito atualmente vivido pela Horta Comunitária Vila Pinho, o caminho de reconciliação de lutas públicas e lutas invisíveis, proposto por Mendonça (2007). A perspectiva histórica e etnográfica com que abordo o caso em contraposição à dialética

formalista estabelecida pelo Estado, no entanto, me leva a fazê-lo sobre outras bases. Começo, portanto, pela consideração da lógica estatal inscrita na ideia de participação institucionalizada. Para Avritzer (2008), instituições participativas são arranjos institucionais intencionalmente criados, que abrem espaços formais e regulares para a participação direta dos cidadãos nas decisões políticas, a partir da deliberação pública, especialmente em contextos locais. É nesse sentido que o autor identifica uma renovação institucional que opera dentro da própria estrutura do Estado, mas que, pela interferência direta da sociedade civil, conecta este com uma esfera pública dinâmica.

Avritzer, contudo, adverte que tais instituições participativas são dependentes de alguns fatores condicionantes, a saber: (i) a vontade política de governantes comprometidos com a participação; (ii) um adequado desenho institucional; (iii) uma sociedade civil organizada; e (iv) capacidade estatal para converter decisões participativas em políticas públicas efetivas (Avritzer, 2009). A fragilidade dessa abordagem é a dependência da vontade de governantes e da construção de capacidades estatais permeadas por um projeto democratizante, que elude a ambiguidade da própria formação do Estado, como venho tentando argumentar ao longo desta tese. Nesse sentido, a percepção pioneira de Evelina Dagnino já alertava para a existência de certa confluência perversa em torno de projetos participativos, que embora compartilhassem uma mesma linguagem, possuíam horizontes teleológicos e relações instrumentais radicalmente opostos (DAGNINO, 2004).

À luz da noção de formalismo trabalhada ao longo da primeira parte, pode-se fazer uma leitura complementar da relação existente entre concepção e operação da própria noção de participação social. Assim, apesar dos muitos esforços e cuidados metodológicos no desenho do orçamento participativo de Belo Horizonte, a implementação posterior dos empreendimentos aprovados ocorre, em grande medida, fora do alcance do controle social realizado pela sociedade civil, com o risco de conversão de um instrumento, inicialmente concebido como materialização de ideais de justiça redistributiva e de ampliação das vozes e representações políticas, em locus gerador de novas e outras injustiças materiais e simbólicas.

É o que ocorreu, a meu ver, no caso em tela. Aprovado em 2014/15, a obra de conexão de vias reivindicada pelos moradores da Vila Pinho cuidadosamente preservava o espaço consolidado da horta, que já nessa época havia se tornado modelo reconhecido nacional e internacionalmente de uma política pública de agricultura urbana. A má gestão, seja por ausência de vontade política, seja por deficiências de capacidade estatal, ou provavelmente por uma combinação de ambos os aspectos, no entanto, levou à necessidade de realocação do

empreendimento. Submetido a um novo contexto político e orçamentário, a decisão que se impôs inicialmente foi, sem qualquer consulta pública, ou ao menos sem consulta aos órgãos participativos ligados à política que zela pelo espaço, a de sacrificar a horta, que se localiza em terreno público. Assim como no caso da agrofloresta Coqueiro Verde, a ordem ambígua do Estado manteve, a todo tempo, amortecidas as tensões advindas de uma polaridade, beneficiando-se com a permanência da horta apenas até o momento em que o espaço se tornara necessário para outras finalidades. Tal como no Conjunto Paulo VI, também na Vila Pinho este é o momento que o caráter formalista da política de agricultura urbana, contraposta aos desafios mais abrangentes da gestão urbana, torna-se evidente. Quebra-se, portanto, a ambiguidade, para opor em polos contrários a agricultura e mobilidade urbana. Com isso, o próprio Estado joga com as tensões e pluralidades que coabitam a sociedade civil, levando-a a voltar-se com si própria. No deslocamento do conflito entre desígnios emancipatórios em disputa, prolonga-se, via perspectivas culturais dominantes, a manutenção do status quo: dessa vez com redobrada legitimidade, pois oriunda dos mesmos fóruns participativos que teriam o condão de desafiar o estado de coisas vigente.

Em minhas conversas com as agricultoras e os agricultores, um aspecto apareceu recorrentemente, tornando-se central na leitura do conflito e das capacidades reais de sua superação. Há, por parte delas e deles, uma sensação de resignação com o fato de que a obra acontecerá de forma inevitável, sacrificando, ao menos parte, a horta. Esse sentimento é compartilhado com técnicos da prefeitura, por membros do Comusan e pelos diversos coletivos com quem pude conversar, notadamente a AHA, o grupo AUÊ! e o Agroecologia na Periferia. A percepção é, com efeito, realista e advém não apenas da construção do processo de negociação e resistência, aberto com o conflito, mas também de uma avaliação sobre a falta de recursos, tanto os institucionais, isto é, da Política Municipal de Agricultura Urbana e seu órgão gestor, a SMSAN, quanto políticos, notadamente da sociedade civil articulada em torno da pauta da agroecologia.

No que diz respeito à construção do processo, representantes da SMSAN estiveram na horta pautados pelo Comusan, que deslocou uma de suas reuniões ordinárias para a localidade. Nesta ocasião, contudo, a postura assumida pelo órgão público foi a defesa de uma solução paliativa, que buscou encontrar um local para realização da ponte dentro do próprio terreno, mas que impactasse menos a horta como um todo. Meses mais tarde, parte do grupo foi chamado para uma reunião na própria prefeitura. Ao chegar no órgão, foram comunicadas que havia sido conseguido o deslocamento da obra para o canto esquerdo da horta, de maneira a

impactar apenas quatro agricultoras, todas mulheres, sendo que uma delas retira seu sustento por meio de vendas a uma creche local (ver Figura 6). Em contrapartida, a prefeitura ofereceu um lote próximo ao terreno para que estas agricultoras retomassem o plantio. Em conversa com o grupo, a iniciativa do poder público de chamar para o diálogo apenas as pessoas diretamente afetadas foi entendida como uma estratégia divisionista, gerando desconfiança. Além do mais, a área oferecida como compensação já havia sido reivindicada pelas agricultoras e os agricultores há muitos anos, sem que o município tivesse dado a devida atenção. “Foi apenas quando foi conveniente para eles [para a prefeitura] é que começaram a preparar e cercar o terreno. Então isso não é compensação”, relatou-me uma das lideranças.

No que diz respeito aos recursos institucionais e políticos, em entrevista com uma das integrantes do Comusan, foi-me relatado que a prefeitura já chega ao conselho com as decisões tomadas e que este não possui a força necessária para alterá-las. Segundo a leitura desta representante, um conflito aberto colocaria o órgão gestor da política contra a política urbana, da qual este depende para a manutenção dos espaços produtivos em terrenos públicos. Assim, há um cálculo estratégico por parte da gestão acerca das lutas possíveis, que parte do reconhecimento da própria instabilidade da política de agricultura urbana, baseada no pacto formalista exposto. Perguntada por que o conselho acabou acatando a solução paliativa, esta integrante indicou que o próprio grupo da horta retirou a demanda, de maneira que não mais cabia ao espaço participativo avançar com a questão<sup>75</sup>. Noutra entrevista, realizada com representantes da AHA, também foi indicada a dependência da agroecologia aos avanços institucionais: “Há um *sistema* e, embora nós estejamos como representantes em muitos espaços, comissões e fóruns, todos eles dependem deste *sistema*. Nossa ação é limitada”<sup>76</sup>.

Em entrevista com outra representante de coletivos locais de agroecologia, desta vez o grupo AUÊ!, esta pessoa relatou concordar com a fragilidade da sociedade civil em torno da pauta<sup>77</sup>. Duas foram as razões apontadas. A primeira delas refere-se à conformação destes próprios coletivos.

São grupos formados por pessoas que carregam a pauta em suas atuações profissionais e ativistas, mas que não têm grande capacidade de ação política. Nós até já tentamos nos mobilizar, a partir de contato com outros grupos, por exemplo as Brigadas Populares e o MST. Eles vieram, nos ensinaram táticas e estratégias. Mas entendemos que não temos a organização necessária (Entrevista com ativista do AUÊ!).

<sup>75</sup> Entrevista realizada em 26 de março de 2025.

<sup>76</sup> Entrevista realizada em 29 de março de 2025, ênfase adicionada.

<sup>77</sup> Entrevista realizada em 02 de abril de 2025.

A segunda, complementar à primeira, refere-se à ausência de conexão destes coletivos com grupos de mobilização nacional, como a Articulação Nacional da Agroecologia (ANA). “A ANA lida com muitas pautas e tem força para avançar este tipo de questões. Mas ela não age por conta própria. Precisa ser mobilizada. Estamos lidando com questões em todos os Estados. Há uma disputa de agenda e as pessoas daqui têm que pautar suas questões lá”.

Por fim, outra ativista fez diagnosticou a relação de dependência da concepção agroecológica sustentada por parte dos coletivos e a ação estatal<sup>78</sup>:

Tudo que depende de trabalho voluntário, e aí, quando você fala de horta, é um produto de valor agregado muito baixo, é frágil. Dependendo só da venda desse produto é algo ilusório (...) Na vida real, prática, do dia a dia, a lógica capitalista se sobrepõe. Você tem que pagar suas contas. No final das contas você tem que criar seus filhos (...) Você tem que jogar o jogo que está dado. Querendo ou não, a agroecologia ainda fica em um lugar muito utópico se você não tem políticas que de fato consigam sustentar aquilo: subsídios, desenvolvimento de tecnologias, acesso a crédito, incentivos reais para que você tenha uma mudança na lógica, o produtor fica muito vulnerável. Só a vontade de mudança é algo que não tem como sustentar (Entrevista realizada com representante do grupo Agroecologia na Periferia).

Diante do panorama apresentado, fica evidente a postura conciliatória adotada pelas muitas partes envolvidas (agricultoras e agricultores, grupos da sociedade civil e gestores) com vistas à redução de danos. Quero reforçar que se trata de uma leitura realista da situação, consciente dos limites decorrentes de uma relação de codependência, notadamente assimétrica, estabelecida pela política e as práticas contra-hegemônicas de agricultura urbana frente à gestão e as práticas urbanas. Diferentemente do ocorrido na agrofloresta Coqueiro Verde, em que o conflito deu ensejo a reivindicações que deslocam o sentido do público e do privado que permeia a ação estatal na temática, as pessoas da Vila Pinho, talvez por sua situação mais consolidada que as leva a tomar parte nas formulações utópicas de inserção seletiva e de revolução cotidiana, acataram, em princípio, o desfecho institucional.

Tal postura realista reforça a percepção, por parte dos vários atores envolvidos, da sobrevivência marginal da horta sob a égide de uma ambiguidade, com o consequente entendimento da fragilidade das mobilizações que rompem com essa gramática. Essa percepção é reforçada cotidianamente, na medida em que a própria institucionalidade da agricultura urbana se apropria dos esforços das agricultoras e dos agricultores para manter o seu tênue espaço de mediação.

Voltemos à Horta Comunitária Vila Pinho para melhorar ilustrar esse ponto. Certa vez, em conversa com uma das lideranças, ela me relatou um fato que havia acontecido

<sup>78</sup> Entrevista realizada em 31 de março de 2025.

recentemente. Um técnico da SMSAN havia passado por lá e pedido a doação de uma cesta de hortaliças, a serem expostas em um evento institucional da EMATER. No dia seguinte, mandou uma foto do evento, em agradecimento, acompanhado da legenda: “Olhe os seus produtos expostos”. Em contraste com a animação do técnico, a foto gerou certa indignação por parte das agricultoras e dos agricultores. “Repare bem na foto”, indicou-me a liderança. Expostas na mesa das autoridades, as hortaliças foram adornadas com várias plaquinhas, que nomeavam os muitos municípios da região metropolitana de Belo Horizonte atendidos pela empresa pública, e que possuem uma produção de base agroecológica ligada à agricultura familiar e urbana. Em lugar nenhum da mesa estava escrito o nome da Horta Vila Pinho. Por evidente, o técnico, agindo de boa-fé, buscou expor os produtos como representativos de uma produção sustentável e saudável realizada pelo conjunto de hortas que compõem a agricultura urbana, de modo a avançar, perante as autoridades tomadoras de decisão que frequentaram o evento, a agenda e a pauta dela decorrente. Ocorre, no entanto, que essa disputa institucional, importante no âmbito das políticas públicas, implica o apagamento da experiência vivida dos agricultores. O mesmo ocorre com as feiras urbanas, reforçou a liderança. “Querem mostrar que o produto é da política [pública] do município. Mas ele é nosso. Eu falo mesmo [indicou dizendo que sempre que pode reivindica a necessidade de expor a autoria e de trazer as agricultoras e os agricultores ao primeiro plano]. O pessoal acha ruim, mas é meu papel”.

A questão reforça os limites da participação social, indicando sua outra face, revelada pelo paradoxo central da ideia de democracia, tal qual entendida por Rancière (2006). Para o autor, o governo daqueles que têm autoridade para governar só é legítimo quando se funda naqueles que não possuem título nenhum. Assim, a participação institucionalizada não é apenas o locus cuja normatividade aponta para as condições ideais da ação comunicativa, calcada nas reivindicações de validade universal e na força do melhor argumento, como advoga Habermas (1984, 1987). É também uma esfera de produção desse universal, pautada por rupturas, é certo, mas também de apropriações das experiências vividas em nome da construção de um mundo comum da política.

É neste ponto que a proposta reconciliadora de Mendonça (2007) entre Fraser e Honneth via Habermas encontra uma dificuldade a meu ver intransponível: a própria construção do mundo comum da política pode erigir-se, como no caso em tela, da colonização de modos de vida alternativos, tanto do ponto de vista da sua integração simbólica funcional (Habermas), quanto na sua dimensão moral-afetiva (Honneth), delegando-lhes uma sobrevivência politicamente ambígua e, portanto, material, simbolicamente e afetivamente precária. Ademais,

dado que a institucionalidade e o ativismo dependem fundamentalmente de uma ideia de universalidade em cuja socialização determinados corpos não são concebíveis a não ser a partir de categorias formalistas, o ideal de uma participação paritária (Fraser) é precluso de plano, tornando-se uma impossibilidade prática naquelas situações fáticas de rompimento da ambiguidade com que estes sujeitos sobrevivem no mundo moderno. Como então, conceber a participação nestes casos? A seção a seguir dedica-se, derradeiramente, a esta análise.

### **5.3.A horta não acontece, ela é (e se desdobra): perspectivismo, modo de vida e a participação como lócus de novas alianças**

A noção pragmatista do acontecimento (QUÉRÉ, 2005) vem permeando algumas reflexões sobre a esfera pública no Brasil. Em especial, Vera França utiliza-se do conceito para compreender o papel da mídia como lugar em que surgem, produzem-se e também em que são repercutidos os acontecimentos. De acordo com a apresentação do conceito de Quéré utilizado pela autora, os acontecimentos possuem uma dupla vida: a primeira, de cunho existencial, dá-se em qualquer espaço social, pois relaciona-se à experiência de uma coletividade, interrompendo a normalidade do cotidiano; a segunda é quando este ganha dimensão simbólica e se transforma em discurso, seja nas arenas de discussão cotidiana, como rodas de conversa, seja nos espaços da mídia. Com isso, França estabelece uma conexão entre mídia e mundo da vida, rompendo com a abordagem daquela como esfera autônoma (FRANÇA, 2012). Os estudos de França são inspiradores para a leitura dos movimentos sociais como acontecimento, realizada por Ricardo Mendonça. Para o autor, os movimentos sociais são rupturas intrigantes de reconfiguração do mundo. Vistos como emergência de uma coletividade que busca representação na esfera pública, os movimentos sociais possuem um poder hermenêutico de reconstituição do passado como problemático e de sinalização de um futuro como construção de outros mundos possíveis. Assim, os movimentos relacionam com o caráter praxiológico da esfera pública, irrompendo-na como enunciação capaz de instaurar uma crítica que desnaturaliza aquilo que, do contrário, é percebido como normal (MENDONÇA, 2007a). Mais recentemente, a ideia de enunciação vem sendo mobilizada para compreender as políticas públicas como transação. Segundo esta perspectiva, políticas públicas também podem ser vistas como enunciações de um mundo problemático, conectadas a processos de solução de problemas que levam a mundos alternativos possíveis (ANSELL; HASSENTEUFEL; ZITOUN, 2023).

A dimensão de acontecimento é relevante para pensar o conflito vivido pela Horta Comunitária Vila Pinho. Abordado por esta ótica, a ruptura do cotidiano causada pela possibilidade de perda do terreno para a construção de uma ponte desloca a experiência das

agricultoras e dos agricultores, juntamente com os demais atores envolvidos, *e.g.*, a comunidade do bairro, técnicos da prefeitura de Belo Horizonte, autoridades políticas, explicitando a ambiguidade que caracteriza a existência da horta. Em especial, o conflito os coloca de frente para as demais iniciativas que constituem o urbano, fazendo-os refletir sobre as potências e os limites do espaço heterotópico constituído pela horta, seu *pedaço*, bem como dos recursos disponíveis (ou ausência deles), sejam os institucionais ou aqueles oriundos da mobilização da sociedade civil.

O caso, no entanto, mostra o limite dessa abordagem para conceber efetivamente a mudança, dado que tanto poder público, quanto movimentos sociais estão capturados por uma esfera pública cuja socialização e consenso se ampara em uma universalidade incapaz de conceber, em sua completude, a horta e os seus sujeitos. Em especial, duas são as limitações principais. De um lado, a noção de identidade. Mendonça (2007a) utiliza-se do conceito de acontecimento para sinalizar uma dialética recursiva (poder-se-ia acrescentar, reflexiva) entre ator, coletividade que procura estabelecer para si uma autocoerência e unidade, e agência, vinculada à ideia de ação e refundação problemática da realidade. De outro lado, a noção de mundo da vida. Vera França (2012) resgata a perspectiva fenomenológica para se referir às muitas realidades compreendidas pela experiência cotidiana e localizar a mídia como pertencente ao mundo da vida. Como viu-se anteriormente, o mundo da vida conecta-se a um único horizonte cultural, articulado por Habermas (1984; 1987) como plano de fundo sob o qual se contrapõe os juízos de validade. A noção também se harmoniza com aquilo que Hannah Arendt (2007) denominou de mundo comum da política.

As reivindicações das agricultoras e dos agricultores da Horta da Vila Pinho, bem como sua percepção realista em relação ao conflito-acontecimento, chamam atenção para a relacionalidade do conceito de identidade, mas não em relação dialética com a ação, nem tampouco sob o pano de fundo fenomenológico do mundo da vida. Segundo Viveiros de Castro (2015), a identidade dos sujeitos se dá em função relacional entre os corpos e os pontos de vista que ocupam. É essa posicionalidade, portanto, que previne o grupo de partir para um conflito aberto, disputando a validade em um contexto que, sabiamente, entendem como adverso. Diferentemente dos atores vinculados aos movimentos sociais, para as agricultoras e os agricultores, o conflito em jogo é existencial, isto é, diz respeito à sua própria condição na modernidade, ao seu modo de vida. Um modo de vida, reforça-se, conscientemente contra-hegemônico, forjado dinamicamente numa trajetória de fuga, de exclusão e marginalização. Assim, não é a ação que se impõe, mas a preservação, a defesa do espaço-refúgio que

conquistaram. Seu mundo, reconhecem, é outro, muito distinto daquele vivido pelos gestores, técnicos e ativistas. É também distinto ao mundo vivido pela grande maioria das pessoas do bairro. É um mundo não contemplado pela universalidade da modernidade, que atribui à horta um lugar estético-ornamental no/do urbano. Um ornamento, vale dizer, que pode ser facilmente removido ou deslocado, sob o ambíguo título da compensação.

Noutras palavras, as agricultoras e os agricultores sabem, intuitivamente, que aquilo que é a horta para elas e eles é algo muito distinto de como as gestoras e os gestores, ou mesmo as(os) ativistas percebem o espaço. Em sua sabedoria, que se difere do conhecimento científico moderno, reconhecem não apenas as assimetrias de poder que favorecem, mesmo na disputa participativa e ativista, a ordem dominante. Reconhecem também, fundamentalmente, a equivocação em que se baseiam as suas relações com os sujeitos desse jogo (como no caso ilustrado pelo uso ornamental das hortaliças no evento da EMATER). Sabem, ao fim e ao cabo, que não há uma similaridade essencial entre si e o Outro, buscando, conseqüentemente, preservar seu mundo do silenciamento, isto é, do apagamento e da aniquilação da presunção de uma univocalidade dos termos homônimos (cf. VIVEIROS DE CASTRO, 2019, p. 255).

Nesse sentido, é interessante notar a postura dessas pessoas em relação à juventude. Quando perguntadas sobre suas filhas e filhos, ou mesmo sobre suas netas e netos, orgulham-se de dizer que estudaram e que hoje dedicam-se a outras ocupações. São enfermeiros, trabalham na área de informática, professores, ou dedicam-se à construção civil, entre várias outras atividades. Em relato realizado por uma ativista do coletivo Agroecologia da Periferia, ela notou como um agricultor de outra horta aconselhava os jovens da escola que visitavam o local. Referindo-se aos ativistas e técnicos da prefeitura presentes no momento da visita, este agricultor aconselhou os jovens: “Estudem. Essas pessoas aqui, elas não dependem da horta. Elas estudaram e hoje ocupam seus espaços”. A advertência é contraditória, sobretudo se pensada em conexão com o lamento comum de que as hortas urbanas estão fadadas à extinção, vinculadas ao próprio destino das pessoas que hoje cultivam alimentos em solo urbano. A contradição é reveladora de uma polaridade, mas não daquela estabelecida dialeticamente entre identidade e ação, mas sim entre condição ou modo de vida e sistema ou abstração formal dos modos de vida possíveis; entre local e universal; entre marginalizados e estabelecidos.

Quer isso dizer que estas pessoas reproduzem o pacto formalista de inclusão, típico do Estado moderno? A meu ver esta seria uma conclusão precipitada ou desatenta. O que parece ser o caso é que estas pessoas, conscientes da marginalidade de suas práticas, contra-apropriam-se dos discursos utópicos de inserção (do progresso na ordem e da revolução agroecológica no

cotidiano) como táticas de sobrevivência, de modo a preservar um modo de vida (ou ao menos a preservar o seu pedaço, isto é, o local onde esse modo de vida ainda é possível na cidade) reconhecidamente contra-hegemônico. Elas testam, desconfiadas, as arenas participativas e de conflito. E sabem recuar quando a batalha parece perdida. Vindas de uma trajetória de tripla-exclusão (do campo, da cidade e do mercado de trabalho), a fuga é também um ato de coragem e de sabedoria, pois garante a sobrevivência material e simbólica. Uma das lideranças me comentou, certa vez, que sua família possui um pequeno terreno no Vale do Jequitinhonha. E que não raro pensa em deixar tudo e ir para lá, levando os aprendizados acumulados, para recomeçar ainda uma outra vez, em novas bases, num lote que é seu e que ninguém pode tomar.

Isso não significa, contudo, que as identidades daqueles que se estabelecem ou daqueles que se refugiam é fixa. Ainda com Viveiros de Castro (2020), a mudança da identidade se processa com a mudança de corpos e pontos de vista. É um ritual de transformação, um deslocar-se entre mundos. Assim como as peregrinações de homens do Estado moldou uma identidade e uma linguagem administrativa (ANDERSON, 2006; CARVALHO, 2008), também as peregrinações dos refugiados conforma um mundo próprio, que se relaciona de distintas maneiras — social e politicamente — com outros mundos possíveis, todos eles coexistentes, ainda que com potências, configurações, linguagens e recursos distintos. Nessa perspectiva, a própria territorialização da horta, mesmo sujeitas às controvérsias indicadas, é um ritual de passagem. Em sua trajetória particular de fuga, a agricultora urbana não se equivale à agricultora familiar, nem estas equivalem-se à trabalhadora assalariada rural ou à acampada ou assentada rural ou urbana. São pessoas em territórios distintos, que constituíram espaços outros, cada um a seu modo. Conceitualmente, vale dizer, pessoas e territórios são aqui entendidos como entidades (DE LA CADENA, 2018), que conformam espaços, isto é, *assemblagens* específicas e, por meio delas, modos de vida particulares.

Tratar tais modos de vida ontologicamente como mundos é abandonar uma abordagem relativista em prol do perspectivismo ameríndio, colocando no centro da análise a perspectiva corporal, e não uma universalidade essencial derivada do espírito. Segundo Viveiros de Castro:

(...) a diferença entre os pontos de vista — e um ponto de vista não é senão diferença — não está na alma. Esta, formalmente idêntica através das espécies, só enxerga a mesma coisa em toda parte; a diferença deve então ser dada pela especificidade dos corpos (...) Não estou me referindo a uma diferença de fisiologia — quanto a isso, os ameríndios reconhecem uma uniformidade básica dos corpos — mas aos *afetos* que atravessam cada espécie de corpo, as *afecções* ou encontros de que ele é capaz (para evocarmos a distinção espinosista), suas potências e disposições: o que ele come, como se move, como se comunica, onde vive, se é gregário ou solitário, tímido ou agressivo (...) O que estamos chamando de ‘corpo’, portanto, não é uma fisiologia distintiva ou uma anatomia característica; é um conjunto de maneiras ou modos de ser

que constituem um *habitus*, um *ethos*, um etograma (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, pp. 65-6).

Portanto, o que está em jogo com o conflito da Vila Pinho é, com efeito, a sobrevivência de um modo de vida particular, e com ele todo um mundo de existências e experiências reais. É, portanto, a sobrevivência da política pública de agricultura urbana, enquanto espaço, ainda que ambíguo, de tradução desse mundo e negociação de sua inserção na modernidade. É, finalmente, a possibilidade do desentendimento que explicita o jogo de conta daquilo que fora entendido até então como mundo comum da política, permitindo a reivindicação de reconhecimento de outros corpos e, com eles, outros afetos, estéticas e devires (RANCIÈRE, 2005).

Mas estaria a batalha de todo perdida? Seria o caso de perpetrar nova fuga? Ao que parece não. Isto é, ainda há espaço para a reivindicação de permanência via participação. Recentemente, um novo projeto de planejamento urbano chegou à região do Vale do Jatobá, inserindo outros atores no debate, com a proposta de privilegiar o aspecto ambiental de preservação dos espaços de fundo de vale. Certo dia, durante uma de minhas visitas à horta, em março de 2025, fui convidado por uma das lideranças a uma reunião do Projeto Já-To-Lá, a ser realizada na Escola Municipal Lucas Monteiro Machado. A reunião ocorreu à noite, com vistas a permitir a participação dos representantes dos terrenos de abrangência do projeto. Chegando lá, dei-me conta do objetivo do encontro: a apresentação de um mapeamento de riscos geológicos e a validação participativa dos achados pela equipe. Foi também ao chegar que entendi a razão do convite. O projeto reúne uma série de novos atores, sobretudo oriundos da academia, cujo valorização do aspecto ambiental jogou novas esperanças de participação nas agricultoras e nos agricultores da Horta Comunitária Vila Pinho.

Em entrevista com uma das coordenadoras do Já-Tô-Lá<sup>79</sup>, foi-me relatado que este se trata de um projeto elaborado em 2017, pela Subsecretaria de Planejamento Urbano (Suplan) da Secretaria de Municipal de Política Urbana de Belo Horizonte (SMPU), mas que apenas no ano de 2019 conseguiu “pegar carona” para implementação, junto a um recurso de mobilidade urbana para o eixo da Avenida Amazonas, captado via Banco Mundial. Explicou-me ainda que um dos focos do projeto é a área do córrego do Olaria, que foi classificada no Plano Diretor da cidade como conexão de fundo de vale. Devido a isso, é necessário que a área conte com um plano focado nas questões ambientais, chamado de Plano de Estruturação Urbano Ambiental

---

<sup>79</sup> Entrevista realizada em 12 de abril de 2025.

(PEA)<sup>80</sup>. Ainda segundo a coordenadora, amparado na legislação urbano-ambiental, o projeto visa privilegiar as soluções baseadas na natureza, dentre as quais se encontram a agricultura urbana<sup>81</sup>. Nesse sentido, a horta é considerada um “aspecto positivo” no âmbito do planejamento.

Vale ressaltar, ainda, que o projeto tem o propósito explícito de ser participativo. Este não era um de seus aspectos originais, ressalta a coordenadora, mas foi alterado posteriormente, o que inclusive tem levado a desafios na implementação. A proposta assemelha-se ao que Frank Fischer denominou de governança reflexiva, que combina elementos de expertise técnica, mas relativiza-os em função da prática participativa, estimulando o aprendizado social e institucional (FISCHER, 2003, 2009). Nesse sentido, a etapa posterior do projeto, chamada de *geodesign*<sup>82</sup>, irá selecionar 15 lideranças locais para elaborar o plano final, contendo propostas para a região. A liderança da Horta Comunitária Vila Pinho, afirmou-me a coordenadora, será certamente uma das escolhidas.

Uma das dificuldades mapeadas, contudo, é a fragmentação e a disputa interna aos próprios processos de tomada de decisão no setor público. Assim, segundo a coordenadora, a Suplan está se esforçando para criar uma espécie de grupo de trabalho que possibilite juntar representantes dos diversos órgãos em torno deste planejamento.

A Sudecap (Superintendência de Desenvolvimento da Capital), por exemplo, está fazendo os projetos dela sem considerar que está ocorrendo na região um trabalho que vai resultar no plano. E isso é percebido pela comunidade. Na reunião passada, um morador falou: os órgãos internos da prefeitura não conversam. É preciso que a Sudecap esteja aqui. Que a Urbel esteja aqui.

Por fim, a coordenadora abordou o conflito específico da horta. Segunda ela, a prefeitura sugeriu a mudança do local da Horta Comunitária Vila Pinho, mas a equipe do projeto não avalia que esta é uma boa solução, sobretudo devido às condições do terreno indicado como

---

<sup>80</sup> Um Plano de Estruturação Urbano Ambiental (PEA) é um instrumento de planejamento que visa organizar a cidade de forma a conciliar o desenvolvimento urbano com a preservação ambiental, promovendo a sustentabilidade e a qualidade de vida da população. Ele integra questões como uso do solo, transporte, infraestrutura, áreas verdes, e gestão de recursos naturais, visando um desenvolvimento mais equilibrado e consciente (ver artigo 93, do Decreto nº 17.273, de 4 de fevereiro de 2023, que regulamenta os Títulos V a IX da Lei nº 11.181, de 8 de agosto de 2019, sobre parcelamento do solo, ocupação do solo, uso do solo, áreas de interesse ambiental e patrimônio cultural e urbano no Município, e dá outras providências).

<sup>81</sup> De acordo com a prefeitura de Belo Horizonte, “para ser considerada SbN (Solução baseada na Natureza), é necessário que a solução ofereça, simultaneamente, múltiplos benefícios à sociedade e o aumento de biodiversidade. Alguns exemplos de SbN aplicadas ao ambiente urbano são: biovaletas, jardins de chuva, telhados verdes, parques lineares, corredores ecológicos, agricultura urbana, restauração da vegetação costeira, bosques, renaturalização de rios e arroios, restauração de encostas, dentre outras”. <https://prefeitura.pbh.gov.br/meio-ambiente/solucoes-baseadas-na-natureza>, acesso em 23 de abril de 2025.

<sup>82</sup> O *geodesign*, ou *geography by design*, é um framework de planejamento urbano-ambiental desenvolvido pelo professor de Harvard Carl Steinitz (2012).

alternativa. Entretanto, ela ressaltou que a área de mobilidade está atrasada de acordo com o cronograma do projeto, sendo que isso se deve a complicações com a prefeitura. Segundo a coordenadora, no momento em que a área de mobilidade avançar em seus estudos, está prevista a realização de uma matriz de alternativas técnicas, que vai ponderar os possíveis locais de instalação desta e de outras pontes de conexão previstas. Assim, o foco é encontrar uma solução que faça a mediação dos interesses locais, incluindo a preservação da horta.

A entrada do projeto na região, com seus novos atores e sua nova promessa de realizar um planejamento urbano-ambiental com foco em soluções baseadas na natureza foi um alento às agricultoras e aos agricultores da Horta Comunitária Vila Pinho. Esta parece ter sido a arena participativa eleita por elas e eles para encontrar o reconhecimento do espaço como insurgência territorializada e, a partir dele, tornar a participar. Noutras palavras, é certo que o projeto Já-To-Lá pode alterar o cenário, sendo em si mesmo um acontecimento no decurso da trajetória da horta. Mas é igualmente certo que as fragilidades da participação institucionalizada também se fazem presentes nesta instância, que ademais carece de institucionalização.

Como então, conceber a participação institucionalizada, em suas múltiplas configurações ou iniciativas (OP, conselho, governança participativa)? O que é definidor da escolha — estratégica — realizada pelas agricultoras e agricultores para abandonar algumas e selecionar outras? A meu ver, são as alianças que ela oferece. Em seus estudos, Marisol de La Cadena (2015; 2018) sugere que a saída possível para as equivocções presentes nos encontros entre mundos opostos não é a mediação legal per se, mas as alianças complexas estabelecidas entre pessoas que conformam diferentes mundos ontológicos. Aliança, neste sentido, não é a simples coalizão política entre atores humanos com interesses comuns, mas sim um arranjo relacional heterogêneo, uma forma de convivência e copresença entre diferentes, sem reduzi-los a uma mesma linguagem ou fundamento.

Segundo essa visão, a participação é o espaço institucional aberto para a formação de alianças complexas que, de acordo com o juízo dos diversos atores e seus mundos, podem oferecer uma possibilidade de abertura ontológica ao conflito em questão de maneira a trazer à tona um público que ainda não existe, nos termos de Rancière. Assim, a lição que nos ensinam as agricultoras e os agricultores da Vila Pinho passa pela sua rejeição de instâncias participativas que se mostraram, no caso em questão, incapazes de compreendê-los na completude de sua complexidade de público que reivindica inserção. Enquanto o orçamento participativo as(os) vê como habitantes do bairro, para a Política Municipal de Agricultura Urbana e, conseqüentemente, para o Comusan, são produtoras e produtores. Já a governança deliberativa

instituída pelo Projeto Já-Tô-Lá oferece uma nova perspectiva, isto é, de perceber as agricultoras e os agricultores como expoentes da proteção ambiental e da sustentabilidade da cidade, por meio de soluções baseadas na natureza. E é justamente nesta aliança que depositaram a chance de permanecerem sobrevivendo no seu pedaço.

Nenhuma das instâncias participativas, vale dizer, é capaz de conceber a complexidade da identidade dessas pessoas que, como vimos no capítulo anterior, são tudo isso, mas *não apenas*. Em outras palavras, as agricultoras e os agricultores da Vila Pinho são habitantes, produtoras(es) e defensoras(es) ambientais, mas são muito mais do que isso. Submetidos à tripla trajetória de exclusão/fuga, fazem parte do grupo que sofreu mais violentamente as consequências da universalidade da modernidade, amparando-se numa inclusão precária, pois ambígua, frente a alternativa de aniquilação. Mas são sem dúvida parte da ecologia política que disputa o que se vem chamando de mundo comum, tencionando-o a partir de linguagens, corpos, vozes e devires alternativos. E enquanto tais, ou melhor, na sua insurgência que foge à redução imposta pelo enquadramento comum, sugerem uma nova esperança para a emergência democrática ancorada na confluência de modos de vida radicalmente distintos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS: EM DEFESA DE UMA DEMOCRACIA EMERGENTE PAUTADA NA ÉTICA DA CONFLUÊNCIA**

À luz da leitura histórica sobre o Estado brasileiro enquanto expressão caricaturalmente representativa do Estado moderno, o olhar etnográfico para os casos da agrofloresta Coqueiro Verde, de um lado, e da Horta Comunitária Vila Pinho, de outro, revela distintas apropriações da ordem e dos discursos utópicos que com ela dialogam, expressas nas práticas dos sujeitos que, enfrentando conflitos existenciais, articulam reivindicações insurgentes de reconhecimento de seu modo de vida heterotópico no mundo moderno. Este capítulo busca reconciliar estas apropriações com o conceito de democracia, tencionando-o de modo a vislumbrar como esta noção, que acompanha e viabiliza o mundo moderno, pode ser reconfigurada em defesa da existência, ou melhor, da coexistência de práticas contra-hegemônicas. A meu ver, este movimento teórico se alinha ao posicionamento ético-intelectual de manutenção da própria ideia de democracia e, por conseguinte, de Estado moderno, ancorado em direitos de cidadania, ambos os quais se vêm em crise pela autofagia da modernidade, que reduz a sua pluralidade e, portanto, seu horizonte normativo, pela colonização instrumental do mundo (HORKHEIMER; ADORNO, 1987) como padrão dominante de ação e de produção do mesmo: hierarquização, categorização, desigualdade, dominação e, no limite, aniquilação. Se esse é um debate que me instiga e move, por um lado, por outro é reconhecidamente uma discussão que supera, em muito, minha capacidade de reflexão. É por isso que as linhas que se seguem não passam de notas reflexivas, certamente marcadas pela incompletude, cuja única desculpa é a brevidade.

O capítulo possui a seguinte estrutura. A primeira seção analisa as noções correlatas, porém distintas, de práxis e ação, em contraposição à perspectiva de perda de sentido que advém com o desencantamento do mundo moderno, tal qual advertido por Max Weber. Ancorado no perspectivismo ameríndio de Eduardo Viveiros de Castro (2015), dou um passo atrás da noção universal presente nas reivindicações de validade da racionalidade comunicativa (HABERMAS, 1984). Introduzo, na segunda seção, a possibilidade de uma metafísica ameríndia, parcial, que se dá nas práticas vividas e incorporadas, no encontro entre mundos que força uma negociação cosmopolítica (DE LA CADENA, 2015; VIVEIROS DE CASTRO, 2015). Isso me leva à discussão de justiça a partir da ideia de cosmopolítica. Aqui, importa dialogar com a noção intersubjetiva de norma e sua relação com os valores. Contrário à ideia de uma normatividade universal, faço uma leitura ontológica da horta urbana enquanto mundo, com suas corporeidades, modos de vida e, conseqüentemente, pontos de vista. Em suma,

proponho que as hortas são territorializações que permitem a existência de uma natureza distinta, carregando sua própria normatividade intrínseca. A universalidade, portanto, não se origina em um exercício reflexivo-intelectual dedutivo, mas sim das práticas territorializadas de vida, de luta ontológica pelo reconhecimento e pela sobrevivência de um mundo (STENGERS, 2010). A moral emergente desta perspectiva é situada — no sentido em que o que é válido para algumas pessoas, pode ser ameaçador para outras — porém não é relativista — uma vez que se baseia não em uma linguagem única como representação do cosmos, mas do encontro de modos de vida pautado pela equivocação (VIVEIROS DE CASTRO, 2019). Finalmente, a terceira seção enfoca o conceito de democracia, advogando uma noção ecológica (MENDONÇA et al., 2024) baseada na convivência não destrutiva de mundos. Argumento que a universalidade da ética moderna é capaz de garantir essa convivência apenas enquanto ambiguidade, isto é, pela ocultação e invisibilização dos conflitos. Uma noção emergente de democracia das práticas, a meu ver, poderia contribuir para a explicitação destes conflitos não em prol de sua superação a partir de uma síntese produtora de um novo universal, mas sim, a partir da tradução ontológica, da sua convivência diplomática em prol de uma coexistência ambivalente, isto é, uma coexistência efetivamente plural (BISPO DOS SANTOS, 2023). Na perspectiva do resgate da filosofia pela antropologia, tal coexistência equivale ao devir, isto é, a uma síntese disjuntiva enquanto modo relacional que tem, como causa, a divergência e a diferença (cf. DE LA CADENA, 2015; VIVEIROS DE CASTRO, 2015). Tal articulação visa, finalmente, radicalizar e contra-colonizar a democracia, pensada a partir de uma ética da confluência.

### **Da práxis à equivocação: uma política da coexistência entre mundos**

Não sabemos mais por que viver, apenas como viver de forma eficiente. Este é o dilema colocado por Max Weber em sua análise sobre a ação propositiva-instrumental trazida pelo esclarecimento e pela modernidade, transformada em tragédia por Horkheimer e Adorno em sua contemplação filosófica do mundo pós-holocausto. Segundo Weber, o desencanto do mundo (*Entzauberung der Welt*) teria levado a autonomização de esferas de vida, ou ordens de vida, com suas lógicas, racionalidades e valores próprios, por vezes incongruentes entre si. Nesse movimento, Weber complexifica as teses de Marx sobre a emancipação advinda da práxis como transformação histórica, deslocando a ênfase da materialidade para a compreensão interpretativa da ação social e de seus múltiplos sentidos. Na leitura weberiana da modernidade realizada por Horkheimer e Adorno, Marx teria superestimado o potencial emancipatório das contradições capitalistas. Advertindo que o próprio esclarecimento teria se tornado a mitologia

da modernidade, os autores chamam atenção sobre como a razão moderna teria se tornado instrumento de dominação, ao invés de cumprir a sua promessa de libertação da humanidade.

Os pragmatistas americanos, assim como Hannah Arendt, por sua vez, resgatam na dimensão do público ou da esfera pública, uma ação política fundacional, capaz de gerar um recomeço a partir da problematização (ou desnaturalização) das ordens vigentes. Se Arendt denuncia a modernidade pela transformação da ação em produção (reprodução do ciclo vital — *labor* — e produção de coisas duráveis no mundo — *work*), convergindo com a crítica da Escola de Frankfurt, ela rejeita o pessimismo de Horkheimer e Adorno, resgatando a política como espaço da intersubjetividade e da liberdade compartilhada do aparecimento, ou revelação, das identidades umas às outras. Para a autora, portanto, ação diferencia-se de práxis, pois prescinde de um *telos* histórico emancipatório<sup>83</sup>. Ao contrário, a ação é imprevisível e irreversível, um contingente fim em si mesmo, cuja face humana leva à responsabilidade, mas também ao perdão (ARENDR, 2007). Noutro giro, Dewey chama atenção sobre a democracia como um processo público de experimentação social. Para o autor, a ação pública é uma experiência coletiva e comunicativa, que emerge da vivência comunitária de problemas, cuja solução depende do envolvimento daquelas pessoas afetadas direta e indiretamente, isto é, do público. Assim, retrospectivamente, Dewey também converge, em alguma medida, a uma crítica da modernidade, que fragmenta o público, mas rejeita o fatalismo (ou quase) da dialética do esclarecimento, a partir da renovação possível através da comunicação livre e da aprendizagem social, enraizadas na vivência e na divisão de trabalho comunitárias (DEWEY, 2016).

Em seu contraponto ao prognóstico da primeira geração da Escola de Frankfurt, Habermas ampara-se tanto em Arendt, quanto nos pragmatistas americanos, em especial Dewey, Mead e Blumer, para estabelecer um projeto de reencantamento secular do mundo. Para o autor, Weber, Horkheimer e Adorno, embora corretos em relação à autonomização de certas esferas de ação instrumental, as quais Habermas denomina de sistemas, falharam em contemplar o poder emancipatório presente na própria estrutura da linguagem, cuja base é a racionalidade comunicativa. Assim, com Parsons, Luhmann, mas também Marx, a ideia de sistema — funcional, autoreferencial e colonizador (pois reificado) — configura uma espécie de estrutura de dominação. Contra ela, Habermas sugere que o plano de fundo fenomenológico

---

<sup>83</sup> Vale dizer que esta não é uma formulação explícita em Hannah Arendt, mas sim uma interpretação construtivista de sua obra, avançada, por exemplo em Benhabib (2003). Com efeito, Arendt não usa o termo *praxis* no sentido aristotélico ou marxista, mas faz questão de marcar a diferença entre ação e qualquer forma de teleologia histórica. Assim, convém deixar claro que se trata de uma leitura interpretativa — não de uma distinção terminológica feita pela própria Arendt.

do mundo da vida é capaz, sob certas condições de preservação do diálogo ou deliberação, não apenas de resistir à colonização por parte dos sistemas, mas também de renová-los, fundamentando-se prática e normativamente em reivindicações de validade universal. Assim, com Arendt, Habermas aponta para a existência de um mundo comum da política e para a ação livre e emancipatória dos sujeitos na esfera pública. Para além de Arendt, contudo, e denunciando certo romantismo de uma ação política pura, o autor se apoia nos pragmatistas em busca da necessária institucionalização de condições para o exercício da ação comunicativa na esfera pública. Este famoso modelo dual da democracia (HABERMAS, 1995) está na base da leitura de renovação dos sistemas pela ação ativa da sociedade civil na esfera pública, que, por sua vez, inspira tanto as visões de Cohen e Arato (1992), quanto, a partir delas, a noção de públicos participativos (AVRITZER, 2002).

Ao longo destas páginas, tentei demonstrar alguns limites desta interpretação, apresentando o conceito de formalismo, tal qual introduzido por Alberto Guerreiro Ramos (1966), sobretudo no que diz respeito a certa hierarquia social existente no próprio mundo da vida, em relação a qual determinadas expressões culturais, valores e corporeidades somente podem existir na condição de invisibilidade e em constante ameaça. Uma ambiguidade que, ademais, não é puramente resolvida pelos movimentos sociais, pois encontra-se no cerne da ideia de Estado moderno e, portanto, na concepção, igualmente moderna, de democracia. Com isso não estou negando avanços. Com efeito, a ambiguidade, embora enseje despolitização (ou alienação), também gera politização e, a partir dela, potência emancipatória. Além disso, é em si mesma uma condição de existência de modos de vida alternativos. Os casos analisados são exemplares nesse sentido, seja pela politização via discurso utópico da agroecologia (Horta Comunitária Vila Pinho), seja pela repolitização frente ao conflito que revela a marginalização (agrofloresta Coqueiro Verde).

Meu ponto é que a ambiguidade não soluciona per se os dilemas da modernidade. Ao contrário, ela adverte que as pretensões de Habermas com a ação comunicativa são lacunares em ao menos um ponto, a saber, na ocultação, sob a univocalidade de um discurso racional, das reivindicações políticas de mundos que não contam, pois sua razão é por demais próxima daquilo que está fora da política, isto é, da natureza, do que é visto como primitivo. Tal ocultação é operacionalizada por uma dissimulação de inclusão do tipo formalista que, por sua vez, é revelada no conflito que explicita a dominação. Quando não se tem mais para onde ir, a lógica dominante se impõe, o formalismo se quebra, e a alteridade radical se faz intolerável. O “arcaico”, apaziguado sob a égide da ambiguidade, torna-se novamente tão somente pré-

moderno. Não importa mais o discurso da produção de alimentos saudáveis nas cidades. A sustentabilidade pode ser deslocada para outras áreas menos relevantes, ao menos por hora. É preciso construir mais “moradia”, na forma de condomínios verticalizados e apertados. É preciso ceder lugar a mais “mobilidade”, baseada em meios de transporte individuais. Essa é, afinal de contas, a “civilização”, que encarna e reencena a modernidade.

Se os recursos minguam globalmente, portanto, é a própria ideia de democracia como vivência plural das diferenças, ainda que sob uma ambiguidade, que entra em crise. Mas esse também pode ser o momento no qual os modos de vida em fuga se tornam cada vez mais visíveis e incontornáveis (cf. DE LA CADENA, 2010), pois já não têm para onde ir. Sem o recurso à fuga, resta somente a aniquilação e, com ela, o desabamento das bases do discurso democrático. Muitos caminhos se abrem, a partir deste ponto. Podemos, como adverte Avritzer (2008a, 2009, 2019), aguardar que o pêndulo da democracia volte a se inclinar favoravelmente, que líderes políticos estabeleçam coalizações com capacidades extraordinárias e, algo contra-intuitivamente, renovem as apostas nas instituições participativas e em uma governança participativa (FISCHER, 2003). Ou podemos, como querem os deliberacionistas, apostar nos espaços de conexão dos sistemas deliberativos (MANSBRIDGE et al., 2012), nos desenhos meticulosamente preparados para fomentar a deliberação, no potencial reivindicatório das inovações democráticas (SMITH, 2009). Minha aposta é algo distinta.

Embora eu reconheça avanços e caminhos, penso que o momento de crise requer uma reconfiguração conceitual radical da ideia de democracia (MENDONÇA et al., 2024). Para tanto, proponho dar um passo atrás, afastando-me da articulação habermasiana e sua pretensão de univocalidade, adotando, sob o giro ontológico do perspectivismo ameríndio, a noção de equivocação (VIVEIROS DE CASTRO, 2015). Argumento, no restante da seção, de que tal noção é capaz não apenas de revelar sujeitos e modos de vida que não contam, mas, sobretudo, de atribuir a esses corpos a faculdade de teorizar, eles mesmos, sobre as categorias modernas que o apagaram. Trata-se do que Viveiros de Castro (*Idem*, p. 94) denominou de “descolonização permanente do pensamento”, implicando no devir-decolonial (ou contra-colonial, como prefiro) da teoria democrática.

Eduardo Viveiros de Castro atribui a origem da noção de perspectivismo a uma pequena epifania que teve ao ler a parábola de Lévi-Strauss sobre a conquista da América. Segundo o autor (para evitar a citação, parafraseio), alguns anos após a chegada nas Antilhas, tanto espanhóis quanto indígenas estudavam-se mutuamente. Os primeiros, sob a ótica das ciências sociais, montavam comissões de inquérito para analisar se os nativos tinham ou não alma, na

suspeita (ou seria esperança?) de que talvez fossem meros animais. Já os segundos, sob a ótica das ciências naturais, armavam expedições para submergir cadáveres europeus e averiguar se tinham ou não apodrecido, na suspeita (ou seria esperança?) de que talvez fossem eles deuses (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 36).

Muitas são as possíveis interpretações dessa curiosa parábola. Lévi-Strauss utilizou-a para argumentar que o etnocentrismo, isto é, a negação de sua própria generalidade como espécie, é uma característica universal à natureza humana. Dessa forma, a investigação antropológica estaria sempre vinculada à própria cultura do antropólogo, que só pode ver o mesmo padrão uma e outra vez, não importa quantas expedições realize aos (sempre tristes) extremos do desconhecido (LÉVI-STRAUSS, 1996).

Já Viveiros de Castro surpreendeu-se ao topar com a multiplicidade perspectiva intrínseca à descoberta do real, revelada pelos distintos marcadores da humanidade assumidos por indígenas (o corpo) e espanhóis (a alma). Segundo o autor:

Por outras palavras, os europeus nunca duvidaram que os índios tivessem corpo (os animais também os têm); os índios nunca duvidaram de que os europeus tivessem alma (os animais e os espectros dos mortos também as têm). O etnocentrismo dos europeus consistia em duvidar que os corpos dos outros contivessem uma alma formalmente semelhante às que habitavam os seus próprios corpos; o etnocentrismo ameríndio, ao contrário, consistia em duvidar que outras almas ou espíritos fossem dotadas de um corpo materialmente semelhante aos corpos indígenas (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 37).

De acordo com essa abordagem, a chave para escapar à prisão da cultura é a compreensão da equivocação inerente à toda relação com o diferente. Noutras palavras, só se pode ver o mesmo sempre e outra vez porque só se pode ver desde o ponto de vista corporal. É a partir do momento em que se assume a necessidade da equivocação, portanto, que se rompe com a univocalidade e se abre espaço para o diálogo — complexo, pois não mais reduzido a uma confusão epistemológica — com o Outro. Trata-se aqui de um reconhecimento ontológico do Outro como ser; a adoção, ao fim e ao cabo, de uma ontologia plana (BRYANT, 2011; DELANDA, 2016; LATOUR, 1994).

Em síntese, na concepção habermasiana, a legitimidade democrática repousa sobre a possibilidade de um entendimento racional entre sujeitos falantes. Mesmo quando reconhece a diversidade cultural, Habermas (1984; 1987) pressupõe uma comunidade de comunicação capaz de converter diferenças em consenso — ou, no mínimo, em compreensão mútua mediada pela linguagem. Nesse quadro, os modos de vida alternativos — indígenas, quilombolas, espirituais, naturais — só podem existir sob a condição da ambiguidade: são admitidos no

espaço público moderno enquanto portadores de “valores culturais” ou “formas de vida” particulares, mas apenas na medida em que se traduzem na gramática universal da razão discursiva.

A adoção de uma ontologia plana — entendida a partir do perspectivismo de Viveiros de Castro (2015) — altera radicalmente esse paradigma. Aqui, o desafio não é integrar diferenças num horizonte universal, mas assumir a equivocação como princípio político. A equivocação, para os ameríndios, não é erro nem ruído comunicativo, mas a forma própria de relação entre mundos que não compartilham a mesma ontologia. É o reconhecimento de que o outro não vê “outra cultura”, mas “outro mundo” — e que a comunicação entre mundos é sempre tradução parcial, nunca total (DE LA CADENA, 2015; STRATHERN, 2004).

Assim, assumir a equivocação é romper com a ambiguidade tolerada pelo paradigma moderno, sob a forma dominante do formalismo — aquela que permite que modos de vida “outros” sobrevivam apenas como *variações folclóricas* dentro da racionalidade ocidental, cuja inclusão implica em uma *conversão cultural* que é, em si, colonizadora. Ao contrário, a equivocação torna-se fundamento de uma coexistência realmente plural, em que cada modo de vida participa da produção do comum a partir de seu próprio regime de verdade.

Assim, a equivocação, enquanto princípio político, anuncia a necessidade de repensar a própria ideia de justiça — não mais como universalidade discursiva, mas como reciprocidade entre mundos que se reconhecem mutuamente em sua diferença. Contudo, como evitar cair em um relativismo débil, no qual não há bases sólidas para a crítica racional? A isso me dedico na seção a seguir.

### **Cosmopolítica e a justiça pós-universal da coexistência**

Em seu artigo sobre a cosmopolítica indígena nos Andes, Marisol de la Cadena (2010) recupera o diagnóstico que Carl Schmitt (1996), Chantal Mouffe (2000) e Jacques Rancière (1996) chegaram por distintos caminhos reflexivos. Segundo todos estes autores, a política liberal nega os conflitos existenciais. Em sua proposta de equivaler-se à ética, a política esconde sua essência, a da distinção entre amigos e inimigos, entre aqueles dotados de autoridade para governar e os sem título, em suma, entre seres humanos supostamente superiores e inferiores. Mas de la Cadena avança para além dos autores ao indicar que a hegemonia não se expressa apenas na política, mas se espraia para tomar forma daquilo que Foucault (2008) chamou de biopoder e que Scott (1998) adverte estar na raiz dos grandes projetos de legibilidade, controle estatal, isto é, a dominação das formas de vida. É nesse sentido que uma segunda antítese se faz

presente nas bases do que modernamente se entende por política: a da separação entre humanos e natureza. Para a autora, como consequência:

O pluriverso, os múltiplos mundos que Schmitt considerava cruciais para a possibilidade do político, desapareceu. Em seu lugar, surgiu um único mundo, habitado por muitos povos (que agora chamamos de culturas) mais ou menos distantes de uma única “Natureza”. As relações não científicas com seres mais-que-humanos foram reduzidas a crença, algo muito distante de um método para determinar a verdade, ainda que talvez digno de preservação, desde que não reivindicassem o direito de definir a realidade. A relação entre mundos era de antagonismo silencioso, com o mundo ocidental definindo para a história (e com a “História”) seu papel hegemonicamente soberbo como civilizacional e, como consequência, acumulando poder para organizar a vida homogênea que buscava expandir. A política como relação de desacordo entre mundos — como o “encontro do heterogêneo”, nas palavras de Rancière — desapareceu, ou raramente acontecia (de la Cadena, 2010, pp. 345-6).

Segundo Bruno Latour, essa é a essência da constituição moderna, um regime de vida que criou uma única ordem natural e que, a partir da distinção entre humanos e coisas, separou esta ordem do mundo social. Ao fazê-lo, a constituição moderna nega existência de toda uma gama populacional de híbridos, isto é, entidades misturadas que não são nem puramente naturais, nem puramente sociais (LATOURE, 1994). Esta negação está no cerne da abstração enquanto dominação que compõe o Estado moderno e que, culminando na negação dos conflitos, leva a uma inclusão parcial dos modos de vida locais, a qual venho chamando, com Ramos (1966), de formalista, e a qual venho tratando pelo seu efeito latente, a ambiguidade. Segundo Marisol de la Cadena, essa inclusão é limitada pois os aspectos referentes aos modos de vida locais, isto é, sua condição, é aceita

tão somente quando não expressam uma alternativa epistêmica aos paradigmas científicos (ecológicos e econômicos) e suas políticas cognatas, trabalhando para a produção do bem comum (eficiência produtiva, crescimento econômico, ou mesmo desenvolvimento sustentável) desenhado de modo a satisfazer uma humanidade homogênea que se beneficia de uma natureza também homogênea (de la Cadena, 2010, p. 349).

De acordo com a autora, para participar na esfera pública, grupos que se aferram a seus modos de vida não modernistas, estabelecem conexões parciais com os grupos cujos modos de vida são, com efeito, modernistas. Tais conexões parciais se dão desde a sua constituição, como fricções colaborativas (TSING, 2005), isto é, encontros difíceis, mas também produtivos entre distintas formas de vida (como a trajetória de fuga e o estabelecimento da horta urbana), até a sua apresentação *acontecimental* na ação política na esfera pública. Nesta última, os grupos não modernistas precisam aceitar sua condição subordinada e “ser outro para que nós não ossifiquemos, mas sê-lo de tal maneira que nós não nos desfaçamos, ou seja, tornar-se algo que possamos assimilar” (POVINELLI, 2001, p. 329 apud DE LA CADENA, 2010, p. 349). Pode-se perceber esse movimento de assimilação ou, como venho chamando, de contra-apropriação

nos casos da agrofloresta Coqueiro Verde, quando o grupo reivindica a manutenção de seu terreno com base nos objetivos ambientais assumidos pela prefeitura de Belo Horizonte, e da Horta Comunitária Vila Pinho, quando o grupo deliberadamente se retira do debate realizado no conselho, mas se insere, com desconfiança, no projeto Já-To-Lá, formado a partir de premissas ambientais.

A noção de conexão parcial leva ao entendimento da condição das agricultoras e dos agricultores urbanos em Belo Horizonte (e, talvez, em outras cidades). Na sua trajetória de fuga, estes grupos não se incorporaram completamente, isto é, não desapareceram na cidadania forjada pelo Estado moderno (cf. HOLSTON, 2008). Por isso mesmo, não participam completamente da noção de desenvolvimento. Com este Estado, eles formam o que Marilyn Strathern chamou de um agregado que “não é singular nem plural, tampouco é um ou muitos, mas sim um circuito de conexões ao invés de partes integradas” (STRATHERN, 2004, p. 54). Eles são, portanto, mais de uma, mas menos de duas, entidades. Nesse sentido, sua identidade, ou o nome que se lhe dá, é um fractal, podendo ser percebida de distintas formas dependendo de como se olha para ela (DE LA CADENA, 2010). Em suma, são cidadãos, mas *não apenas* (DE LA CADENA, 2018).

A percepção da identidade dinâmica das agricultoras e dos agricultores clama, no perspectivismo ameríndio de Viveiros de Castro, por um controle da equivocação, ou, como quer de la Cadena (2010), por um freio ao pensamento e ao estabelecimento imediato de sentido. Para Viveiros de Castro, a equivocação é uma diferença de perspectiva. Constitui-se, portanto, o fundamento da relação. Ela surge na medida em que palavras idênticas ou conceitos homônimos referem-se, no encontro entre pessoas que habitam mundos distintos, a sentidos diferentes e, por vezes, radicalmente opostos entre si (VIVEIROS DE CASTRO, 2019). Assim, a horta urbana, para as agricultoras e para os agricultores, não é o lugar em que estas pessoas cultivam ou habitam, como a vê a prefeitura, as ativistas ou as pesquisadoras, mas sim o seu *pedaço*, isto é, algo constitutivo de sua natureza, de sua identidade.

Além disso, a equivocação “se desdobra no *intervalo* entre diferentes jogos linguísticos” (VIVEIROS DE CASTRO, 2019, p. 255, *ênfase no original*). Traduzir é habitar este espaço, presumir que uma equivocação já existe no encontro entre diferentes. É evitar “silenciar o Outro presumindo uma univocalidade” (*idem*). A equivocação, portanto, pressupõe a existência de mundos distintos, isto é, “reconhece que o mundo é mais de uma formação socionatural” (DE LA CADENA, 2010, p. 361) e, em seguida, busca interconectar esta pluralidade prescindindo do ato de tornar os mundos comensuráveis entre si (*idem*). Nesse caminho, denuncia-se o caráter

silenciador da ideia de um mundo único da política em prol da noção de cosmopolítica de Isabelle Stengers (2005). O movimento equivale a relocalizar o político, com Mouffe e Rancière, nas práticas situadas dos sujeitos, e com de la Cadena, em suas respectivas formações sicionaturais. Equivale, portanto, relocalizar o político anteriormente à noção moderna da política. Implica também buscar conceber o pluriverso a partir de uma assimetria de mundos, quebrando o silêncio e, com ele, a ambiguidade, de modo a trazer os antagonismos em fóruns públicos de debate, para que sejam convertidos em *agon* e processados democraticamente.

Como então, tratar a normatividade da democracia, ancorada como sempre esteve na ideia de universalidade? Para o perspectivismo ameríndio, os valores não são expressões éticas culturalmente singulares, nem a norma depende de uma moral conectada a uma mente universal. Segundo esta cosmovisão, todos os seres são dotados de humanidade e possuem agência. Todos compartilham de uma mesma condição subjetiva. O que os difere são seus corpos: humanos, animais, espirituais, telúricos etc. Portanto, a cultura (a humanidade intrínseca) seria, para o perspectivismo ameríndio, o equivalente ao universal ocidental. Os corpos, equiparados à mente, seriam por sua vez o equivalente ao particular ocidental (VIVEIROS DE CASTRO, 1996).

Na abordagem secular habermasiana com a qual venho dialogando, a normatividade (ou a mente universal ocidental) é alcançada através do mútuo entendimento, amparado na abertura permanente à crítica das pretensões de verdade, correção e autenticidade dos atos de fala. Noutras palavras, o autor propõe uma forma de emancipação que passa pela crítica intersubjetiva. Essa condição pressupõe que os significados são gerados na vida prática cotidiana, isto é, aquela que se estabelece segundo as categorias do horizonte cultural oferecido pelo mundo da vida. Pertencem, portanto, à ordem do particular. Em síntese, uma única ontologia (idealmente o mundo comum e justo alcançado pela razão procedimental); diversas epistemologias (horizontalizadas entre si pela abertura à crítica presente no mundo da vida).

Na abordagem do perspectivismo ameríndio, todos são sujeitos e, portanto, a humanidade (cultura) é comum entre todos os seres, que se diferenciam entre si porque possuem corpos, isto é, naturezas diferentes. Corpos são, portanto, pontos de vista a partir dos quais não se vê o mundo diferentemente, mas sim se constitui a si mesmo diferentemente como sujeito, conformando mundos distintos. Dessa forma, não é necessário alcançar o universal, ele é já está lá, como pressuposto. O que se busca é, ao contrário, acessar o particular, o diferente. Em síntese, uma única epistemologia (aquela oferecida pela mente humana que habita todos os

seres); diversas ontologias (pois corpos distintos compõem naturezas distintas). Com Viveiros de Castro:

Uma perspectiva não é uma representação porque as representações são propriedades do espírito, mas *o ponto de vista está no corpo*. Ser capaz de ocupar o ponto de vista é sem dúvida uma potência da alma, e os não-humanos são sujeitos na medida em que têm (ou são) um espírito; mas a diferença entre os pontos de vista (e um ponto de vista não é senão diferença) não está na alma, pois esta, formalmente idêntica através das espécies, só enxerga a mesma coisa em toda parte — a diferença é dada pela especificidade dos corpos (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p. 128, *ênfase no original*).

Nesse sentido, a normatividade é a prática diferencial — contingente, implicada — que rege as relações entre diferentes seres de modo a compor mundos divergentes, mas sem que nenhum desses mundos reduza o outro a si mesmo. No horizonte perspectivista, a justiça deixa de ser um valor transcendente e passa a ser situada, relacional e ontogenética — nasce das próprias relações que constituem o comum pluriversal. É o que Marisol de la Cadena (2015) chama de “coexistência parcial”: mundos que não convergem, mas insistem em existir juntos, sem que um tenha de traduzir o outro em seus próprios termos.

Essa visão nos permite ir além da fórmula regulativa habermasiana, segundo a qual a práxis deve ser julgada a partir de suas reivindicações de validade universal. Permite também rescindir do estranhamento perante a contingência como relativismo que impede a crítica. Não pode haver relativismo quando não se quer falar por todo o cosmos (STENGERS, 2005). A normatividade está na escuta atenta, na tradução ontológica, no controle da equivocação (VIVEIROS DE CASTRO, 2019), isto é, no reconhecimento de diferentes posições e sua inserção no debate, de modo a vislumbrar não diferentes visões sobre um único mundo, mas sim as fricções, os desentendimentos e as possíveis produções compartilhadas na ambivalência, isto é, no encontro/conflito entre mundos distintos.

O que emerge daí é uma concepção de política que não busca a unidade, mas a manutenção da multiplicidade: uma justiça pós-universal, ou melhor, uma justiça multinatural, que não se mede pela equivalência dos argumentos, mas pela simetria das existências. Coexistir, nesse sentido, é aceitar que não há tradução perfeita — e que é precisamente isso que torna o político possível. Isso nos leva, ao fim e ao cabo, a repensar a ideia de democracia, a que me dedico na seguinte, e última, seção.

### **Ambiguidade e ambivalência: uma ideia ecológica de democracia baseada na tradução ontológica**

Em um trabalho recente, defendi, com Mendonça, Veloso e Motta, uma abordagem ecológica para a democracia deliberativa, em substituição à tradicional abordagem de sistemas.

Em resumo, esta abordagem propõe uma mudança de perspectiva em seis eixos: (i) a ampliação da visão dos sujeitos enquanto actantes em contínua metamorfose, cuja performance depende das demandas e dos contextos oferecidos pela sua participação simultânea em múltiplas teias sociais; (ii) a compreensão da dimensão transacional das relações, cuja avaliação envolve necessariamente um ato de tradução; (iii) a percepção das vulnerabilidades assimétricas de sujeitos e fóruns, ou locais de encontro, de maneira atenta aos estigmas e desigualdades estruturais; (iv) a mudança de foco do design para a prática ecumênica e híbrida dos sujeitos; (v) a atenção às múltiplas temporalidades que permeiam o processo deliberativo, com distintas consequências; e (vi) a adoção de uma perspectiva analítica hologramática, capaz de compreender como a própria noção de deliberação se altera ao longo do processo (MENDONÇA et al., 2024). Nesta seção, dialogo com a abordagem ecológica, partindo da premissa de que as mudanças de ângulo têm origem na ideia de múltiplos mundos e, conseqüentemente, de equivocação como fundamento das relações. Meu foco, contudo, recai em apenas um dos eixos tratados, a tradução.

Pensar a existência das hortas urbanas em Belo Horizonte a partir de sua trajetória de fuga é concebê-las como fractais, ora percebidas a partir da ambigüidade, que nega mas reproduz a ordem, pois convive nela, ainda que fricionada e insurgentemente, ora percebidas a partir da ambivalência, que rejeita fundamentalmente a ordem, mas não a nega, nem reproduz, apenas reivindica a legitimidade de um ponto de vista distinto. Defendo que ambos os movimentos são democráticos, mas não equivalentemente radicais. Embora implicados reciprocamente, o trajeto que leva à ambigüidade (modelo de inclusão e solução de conflitos) não é o mesmo que seu oposto, isto é, daquele que leva à ambivalência (processo insurgente de reconhecimento). Sua relação é assimétrica (VIVEIROS DE CASTRO, 2015).

A dualidade ambigüidade e ambivalência funciona aqui como as dualidades deleuzianas. Segundo Viveiros de Castro:

As dualidades deleuzianas são construídas e transformadas segundo um padrão recorrente, que as determina como *multiplicidades mínimas*. Assim, toda distinção conceitual começa pelo estabelecimento de um polo atual-extensivo e de um polo virtual-intensivo. A análise subsequente consiste em mostrar como a dualidade muda de natureza conforme se a tome do ponto de vista de um polo ou de outro. Do ponto de vista do polo extensivo (arborescente, molar, duro, estriado etc.), a relação que o distingue do segundo é tipicamente uma oposição: uma disjunção exclusiva e uma síntese limitativa, isto é, uma relação ela própria extensiva, molar e atual. Da perspectiva do outro polo (intensivo, rizomático, molecular, flexível, liso), porém, não há oposição mas diferença intensiva, implicação ou inclusão disjuntiva do polo extensivo no polo intensivo ou virtual; a dualidade posta pelo primeiro polo é revelada como a face ou a fase ou o eco molar de uma multiplicidade molecular situada no outro polo. É como se cada polo aprendesse sua relação com o outro segundo sua

própria natureza; ou, dito de outro modo, como se a relação entre os polos pertencesse necessária e alternativamente ao regime de um ou de outro polo, o regime da contradição ou o regime da linha de fuga (D.&G. 1980: 263-64); ela não pode ser traçada de fora, a partir de um terceiro polo englobante. O perspectivismo — a dualidade como multiplicidade — é aquilo que a dialética — a dualidade como unidade — precisa negar para se impor como lei universal (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, pp. 127-8).

Com efeito, a ambiguidade decorrente de uma incorporação formalista da horta foi imprescindível para que ela se tornasse o refúgio destas pessoas em fuga. Sem o reconhecimento, ainda que parcial, da Política Municipal de Agricultura Urbana; sem a sua recente ampliação e institucionalização, não haveria nada de novo a ser tratado por esta tese, bastando a constatação da extensão do urbano (MONTE-MÓR, 1994) e a identificação das táticas criativas de sobrevivência daqueles que vivem sem recursos (DE CERTEAU, 1984), com suas gambiarras (ASSUNÇÃO; MENDONÇA, 2016; MENDONÇA; GELAPE; CRUZ, 2023). Não há nada de errado com este caminho da radicalidade democrática enquanto ruptura do sensível (RANCIÈRE, 1996), uma e outra vez, a não ser quando pensamos na polícia e seu poder disciplinador (FOUCAULT, 1988, 2014), quando não abertamente aniquilador.

Quando o fazemos, contudo, percebemos que estamos diante de um dilema. Ou redobramos nossas apostas nas utopias de transformação da ordem, na esperança futura de equidade, pelo progresso ou pela revolução, ou condenamos os sem recursos à eterna marginalização e à sobrevivência nas frestas. E essa radicalidade é simplesmente insuficiente. Ademais, ela é perigosa para muitos. Em seus estudos sobre os indígenas, Marisol de la Cadena chama atenção não apenas para as decisões sobre quem são os inimigos a serem combatidos em uma arena biopolítica, mas

(...) tão importante quanto, [decisões] sobre aqueles que, a despeito de antagonismo, não merecem nem mesmo o status de inimigo. Em algumas ocasiões eles não merecem nem ser mortos; podem ser deixados para morrer porque, embora incluídos no conceito de ‘Humanidade’, eles não contam — em absoluto, pois eles estão próximos demais da ‘Natureza’ (DE LA CADENA, 2010, pp. 343-4).

Como então, pensar a democracia para além da constituição moderna, isto é, a partir das múltiplas ontologias e da equivocação controlada? Antônio Bispo dos Santos, o Nêgo Bispo, oferece uma saída. Segundo ele, da perspectiva (ontológica) dos quilombos, a integração dos direitos dos indígenas e dos quilombolas na Constituição Federal do Brasil em 1988 foi uma confluência. Mas a confluência não é uma incorporação absoluta que assimila e, portanto, dissolve o modo de vida.

Confluência é a lei que rege a relação de convivência entre os elementos da natureza e nos ensina que nem tudo que se junta se mistura, ou seja, nada é igual. Por assim dizer, a confluência rege também os processos de mobilização provenientes do pensamento pluralista dos povos politeístas (BISPO DOS SANTOS, 2015, p. 89).

Para Nêgo Bispo, a confluência é relação orgânica, não sintética. É, em outras palavras, a relação ecológica. E acrescenta:

Não se trata de um pensamento binário, mas de um pensamento fronteiro. Nunca vamos atravessar para o lado do humanismo, mas também nunca vamos querer que o humanismo atravesse para o nosso lado. Também não queremos que ele deixe de existir, só queremos que haja respeito e diálogos de fronteira. A humanidade está aí, não vamos matar a humanidade. Mas como vamos nos relacionar com ela? Estabelecendo fronteiras. Pode ser que, no futuro, como a fronteira é um território movediço, elástico, a gente avance quando eles recuarem, ou pode ser que a gente recue quando eles avançarem, mas sem chegar ao limite. Nós pensamos sempre na circularidade, quebrando o monismo, a dualidade e o binarismo (BISPO DOS SANTOS, 2023, p. 17).

Com Bispo, portanto, proponho que uma democracia radical reconhece as práticas dos sujeitos não enquanto práticas contra-hegemônicas que reivindicam inserção, mas enquanto ontologias que reivindicam soberania sobre seus modos de vida territorializados. Nesse sentido, não se trata de encontrar um mútuo-entendimento a partir das validades universais de atos de fala, pressupondo a possibilidade de opressão ou engano advindas da ausência das condições ideais de discurso. Trata-se, ao contrário, de alcançar a mútua convivência a partir da pressuposição de que os discursos são já dotados de validade universal, em seus próprios termos, controlando a equivocação e compreendendo, no encontro fronteiro de existências plurais, o espaço diferencial no qual reside a tradução.

Isso, a meu ver, nos leva a um movimento de reencantamento da política por sua continuação mítica através da utopia, não mais vista enquanto uma projeção racional de uma ordem futura (o progresso na ordem, no caso típico da modernização brasileira, como modelo de desenvolvimento, e sua contraface, a revolução no cotidiano, como contra-modelo de desenvolvimento alternativo), mas enquanto máquina rizomática — criadora, múltipla — e ontologia viva — forma de um pensamento político genuíno e insurgente: o gesto pelo qual mundos insistem em existir e reinventar-se (VIVEIROS DE CASTRO, 2015).

Assim, se a modernidade transformou o mito em folclore e a utopia em fantasia, o perspectivismo nos devolve ambos como operadores ontológicos e políticos. O mito é a forma pela qual cada mundo pensa e institui a si mesmo; a utopia, sua continuação criadora — o gesto de projetar o possível a partir do existente. Entre mito e utopia, a política deixa de ser o espaço da universalidade racional e torna-se o campo da coexistência multinatural.

Nesse quadro, a justiça não é mais uma norma universal a ser aplicada sobre diferenças, mas uma prática contínua de tradução e reciprocidade entre ontologias criadoras da diferença. É o esforço de sustentar o múltiplo — de permitir que cada mundo continue a existir e a

imaginar-se. A justiça multinatural é, assim, a própria arte de coexistir sem reduzir, de fazer mundo em comum sem exigir identidade fixa. É a utopia viva do mito: uma política que reconhece, em cada modo de vida, uma teoria própria do justo e do possível.

Três corolários decorrem dessa premissa. Primeiramente, na esfera pública, todos os discursos devem ser aceitos, mas nenhum deles deve ser assimilado. Ao invés de um consenso, deve-se buscar sempre o aprofundamento do desentendimento, via tradução, até que se alcance os fundamentos ontológicos de quem diz o que diz. Em segundo lugar, a fronteira, uma vez identificada, nunca pode ser eliminada. Noutras palavras, sua soberania deve sempre ser preservada, salvo em nome da guerra e, por conseguinte, da eliminação da política. Por último, deve ser permitido, às pessoas e coisas, adentrar livremente os territórios soberanos delimitados pelas fronteiras, desde que elas obedeçam às regras existentes nestes territórios. É esse trânsito de pessoas e coisas, isto é, de corporeidades, que tem, ao fim e ao cabo, o condão de friccionar e alterar as fronteiras e os territórios, mas esse é um processo orgânico, contingentemente produtivo.

Defendo, finalmente, que a democracia emergente das práticas territorializadas e suas relações fronteiriças opera pela tradução, mas não apenas defensivamente, isto é, pelo controle da equivocação. Há igualmente a possibilidade de mútuo encantamento ou, como quis Nêgo Bispo, a possibilidade de semear palavras.

Semei as palavras *biointeração*, *confluência*, *saber orgânico*, *saber sintético*, *saber circular*, *saber linear*, *colonialismo*, *contracolonialismo*... Semei as sementes que eram nossas e as que não eram nossas. Transformei as nossas mentes em roças e joguei uma cuia de sementes. Quando apresentei essas sementes, essas imagens, essas palavras germinantes, eu tinha a impressão de que a palavra *biointeração* germinaria mais do que as outras, tanto é que me esforcei muito nesse sentido. Mas o que aconteceu foi que a palavra que melhor germinou foi *confluência*. Não tenho dúvida de que a *confluência* é a energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito. Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente — a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia. Essa é a medida (BISPO DOS SANTOS, 2023, pp. 4-5).

Vistas sob a ótica da democracia emergente, portanto, as hortas urbanas de Belo Horizonte e os conflitos vividos no encontro de mundos entre suas agricultoras e seus agricultores e o urbano são uma oportunidade de acolhimento de seu discurso na esfera pública, de demarcação de fronteiras e reconhecimento de modos de vida, de, nessa coexistência, tornar a cidade ela mesma e outras. Podemos entender essa oportunidade como propondo uma ética da confluência — uma moralidade que emerge da convivência entre mundos, em que o valor ético fundamental não é a universalização da norma, mas o reconhecimento recíproco e a

negociação viva entre sujeitos-perspectiva. Podemos assumi-la, finalmente, como uma oportunidade para aprofundar o desentendimento, que clama não por uma solução conjuntiva, mas sim pelo reconhecimento disjuntivo; e como convite para semear palavras com quais recuperar a noção de democracia, a partir do que nos contam sobre si os mundos em crise. A democracia emergente é, assim, a política das confluências — o gesto pelo qual mundos se encontram sem se fundir, traduzem-se sem se dominar e, nesse movimento, mantêm vivo o mito da coexistência. É a arte de semear palavras entre mundos, para que continuemos a nos tornar outros. Juntos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca Neaera. Ação criativa, ativismo e lutas no interior do Estado. *In*: ABERS, Rebecca Neaera (Org.). **Ativismo institucional: criatividade e luta na burocracia brasileira**. Brasília: Editora UnB, 2021. p. 17–51.

ABERS, Rebecca Neaera; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 105, p. 15–46, set. 2018.

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, v. 57, n. 2, p. 325–357, jun. 2014.

ABRAMO, Lais. **O resgate da dignidade (a greve de 1978 em São Bernardo)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

ADELMAN, Jeffrey. **Urban planning and reality in republican Brazil: Belo Horizonte, 1890-1930**. Tese (Doutorado em História) — Department of History, Indiana University, Bloomington, 1974.

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da nova capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte**. Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 261, 14 mar. 2017.

AKIHISA, Toshihiro *et al.* Anti-inflammatory and Potential Cancer Chemopreventive Constituents of the Fruits of *Morinda citrifolia* (Noni). **Journal of Natural Products**, v. 70, n. 5, p. 754–757, 25 maio 2007.

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. **Isto e aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)**. Tese (Doutorado em Geografia) — Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

ALMEIDA, Silvio Gomes de. Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. *In*: PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 67–83.

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, v. 13, n. 16, p. 22–32, 2010.

AMBROZIO, Julio Cesar Gabrich. **O presente e o passado no processo urbano da cidade de Petrópolis: uma história territorial**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism**. Revised Edition ed. London: Verso, 2006.

ANDRÉS, Roberto. **A razão dos centavos: crise urbana, vida democrática e as revoltas de 2013**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

ANSELL, Christopher; HASSENTEUFEL, Patrick; ZITTOUN, Philippe. Policy Transaction in a Fragmented Political System. *In: 6TH INTERNATIONAL CONFERENCE ON PUBLIC POLICY*, Toronto, 2023.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão. **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Nordeste**. Belo Horizonte: APCBH; ACAP-BH, 2008a.

ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão. **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Barreiro**. Belo Horizonte: APCBH; ACAP-BH, 2008b.

ASSIS, Eleonora Sad de; HIRASHIMA, Simone Queiroz da Silveira. Conforto térmico e ambiente urbano: avaliação preliminar no Conjunto Paulo VI, Belo Horizonte, MG. **E&S Engineering and Science**, v. 13, n. 4, p. 1–16, 14 dez. 2024.

ASSUNÇÃO, Helena Santos; MENDONÇA, Ricardo Fabrino. A estética política da gambiarra cotidiana. **Compólitica**, v. 6, n. 1, p. 92–114, 14 out. 2016.

AVRITZER, Leonardo. Um desenho institucional para o novo associativismo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 39, p. 149–174, 1997.

AVRITZER, Leonardo. **Democracy and the public space in Latin America**. Princeton: Princeton University Press, 2002.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, p. 43–64, jun. 2008.

AVRITZER, Leonardo. **Participatory Institutions in Democratic Brazil**. Baltimore: John Hopkins University Press, 2009.

AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019.

BAIOCCHI, Gianpaolo. **Militants and Citizens: The Politics of Participatory Democracy in Porto Alegre**. Stanford: Stanford University Press, 2005.

BARBOSA, Malba Tahan. **Educação ambiental popular: estudo de caso sobre a experiência do Centro de Vivência Agroecológica - CEVAE/Taquaril**. Dissertação (Mestrado em Geografia) —Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

BEDÊ, Mônica Maria Cadaval. **Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular 1993-1996**. Dissertação

(Mestrado em Geografia) —Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

BELO HORIZONTE. SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **A arte na construção do espaço de vivência: uma proposta de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.** Belo Horizonte: PBH/SMAAS, 2008.

BELO HORIZONTE. SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Rosário de todas as cores: a riqueza da diversidade humana na arte de uma ação coletiva.** Belo Horizonte: PBH/SMAAS, 2009.

BENDIX, Reinhard. **Nation-Building and Citizenship: Studies of Our Changing Social Order.** New York, London, and Sydney: John Wiley and Sons, 1964.

BENHABIB, Seyla. **The Reluctant Modernism of Hannah Arendt.** 2a edition ed. Lanham: Rowman & Littlefield, 2003.

BEZERRA, Carla de Paiva. Os sentidos da participação para o Partido dos Trabalhadores (1980-2016). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, n. 100, 2019.

BEZERRA, Carla de Paiva. **Ideologia e governabilidade: as políticas participativas nos governos do PT.** Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

BIGNOTTO, Newton. **O Brasil à procura da democracia: da República ao século XXI (1889-2018).** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **Colonização, quilombos: modos e significações.** Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT) / Universidade de Brasília (UnB)., 2015.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer.** São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

BOMENY, Helena. **Guardiães da razão: Modernistas mineiros.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Tempo Brasileiro, 1994.

BOMENY, Helena. O amor ao todo: digitais marioandradianas. **Ciência e Cultura**, v. 74, n. 2, 2022.

BORGES, Augusto Carvalho. Rainha que já não tem coroa: apontamentos sobre uma imaginação suburbana em Belo Horizonte. *In*: DUTRA, Eliana de Freitas; BOSCHI, Caio C. (Orgs.). **Estudos sobre Belo Horizonte e Minas Gerais nos trinta anos do BDMG cultural.** Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2018. p. 147–170.

BORGES, Kelen Aparecida Daher. **A experiência da agricultura urbana na RMBH: desenvolvimento e empoderamento local.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)—Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristella Simões do. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, p. 645–660, 2013.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOTELHO, Tarcísio R. A migração para Belo Horizonte na primeira metade do século XX. **Cadernos de História**, v. 9, n. 12, p. 11–34, 2007.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. Belo Horizonte entre palavras e formas: o que restou da modernidade? *In*: DUTRA, Eliana de Freitas; BOSCHI, Caio C. (Orgs.). **Estudos sobre Belo Horizonte e Minas Gerais nos trinta anos do BDMG cultural**. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2018. p. 21–40.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Trabalho Social com Famílias e Territórios no PAIF: Trilha no contexto da Fome e da Insegurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, DF : Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome: UNICEF, 2025.

BRYANT, Levi R. **Democracy of Objects**. London: Open Humanities Press, 2011.

CALDEIRA, Teresa. **A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CALDEIRA, Teresa. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos estudos CEBRAP**, n. 47, p. 155–176, 1997.

CALDEIRA, Teresa; HOLSTON, James. Estado e espaço urbano no Brasil: do planejamento modernista às intervenções democráticas. *In*: AVRITZER, Leonardo (Org.). **A participação em São Paulo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004. p. 215–256.

CAMPOS, Paola Rogedo. **Produção privada e provisão de habitação para os pobres: Estrutura, mudança e impacto na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

CARNEIRO, Ricardo *et al.* Struggling over Serra do Curral. **Cosmopolitan Civil Societies: An Interdisciplinary Journal**, v. 15, n. 1, p. 33–52, 26 mar. 2023.

CARNEIRO, Suely. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial**. 4a edição ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, Priscila Delgado de. Além da forma-movimento: compilações do Movimento dos Pequenos Agricultores. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, v. 8, n. 18, 18 fev. 2020.

COELHO, Carlos Nayro. 70 Anos de Política Agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de Política Agrícola**, v. 10, n. 3, p. 3–58, 2001.

COHEN, Jean L.; ARATO, Andrew. **Civil Society and Political Theory**. Cambridge, MA: MIT Press, 1992.

CORREA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. As falas de Jerônimo: Trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira. **Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 23, n. 43, p. 129–151, 2016.

COSTA, Heloísa Soares de Moura. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. *In: Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1994.

COUTINHO, Maura Neves; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. **Revista Geografias**, v. 7, n. 2, p. 81–97, 1 dez. 2011.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, v. 3, n. 5, p. 139–164, 2004.

DALAND, Robert T. **Brazilian Planning: Deveolpment, Politics, and Administration**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1967.

DE CERTEAU, Michel. **The Practice of Everyday Life**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1984.

DE LA CADENA, Marisol. Indigenous cosmopolitics in the andes: Conceptual Reflections beyond “Politics”. **Cultural Anthropology**, v. 25, n. 2, p. 334–370, maio 2010.

DE LA CADENA, Marisol. **Earth Beings: Ecologies of Practice Across Andean Worlds**. Durham & London: Duke University Press, 2015.

DE LA CADENA, Marisol. Natureza incomum: histórias do antropo-cego. **Revista do instituto de Estudos Brasileiros**, n. 69, p. 95–117, 2018.

DE MELLO, Evaldo Cabral. **A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824**. São Paulo: Editora 34, 2004.

DELANDA, Manuel. **Assemblage Theory**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2016.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. *In: JACCOUD, Luciana (Org.). Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005. p. 51–90.

DELGADO, Guilherme C. O setor de subsistência na economia brasileira: gênese histórica e formas de reprodução. *In: JACCOUD, Luciana (Org.). Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: Ipea, 2009. p. 19–50.

DEWEY, John. **The public and its problems**. Athens, Ohio: Swallow Press, 2016.

DUARTE, Regina Horta. “Eu quero uma casa no campo”: a busca do verde em Belo Horizonte, 1966-1976. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 15, n. 28, p. 159–186, jun. 2014.

DULCI, Otavio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 62, p. 27–44, out. 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A Territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Brasil. **Revista NERA**, v. 1, n. 1, p. 2–44, 2012.

FERNANDES, Livia Marques; BHERING, Iracema Generoso de Abreu. Na margem do córrego, à margem da sociedade - Um parque linear na periferia. *In: VI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, 2020, Brasília.

FERREIRA, Ana Paula Lopes; MATTOS, Luis Cláudio. Convergências e divergências entre feminismo e agroecologia. **Ciência e Cultura**, v. 69, n. 2, p. 38–43, abr. 2017.

FERREIRA, Marcelo Costa. Permeavel, ma non troppo?: A mobilidade social em setores de elite, Brasil - 1996. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 47, p. 141–160, 2001.

FICO, Carlos. **Reinventando o Otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FISCHER, Franck. **Reframing Public Policy: Discursive Politics and Deliberative Practices**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

FISCHER, Frank. **Democracy and Expertise: Reorienting Policy Inquiry**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

FONSECA, Maria T. L. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: A vontade do saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988. v. 1

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. De espaços outros. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 79, p. 113–122, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42ed. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. O acontecimento e a mídia. **Galáxia: Revista Interdisciplinar de Comunicação e Cultura**, v. 12, n. 24, p. 10–21, 2012.

FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. **Social Text**, n. 25/26, p. 56–80, 1990.

FUNG, Archon. Survey Article: Recipes for Public Spheres: Eight Institutional Design Choices and Their Consequences. **Journal of Political Philosophy**, v. 11, n. 3, p. 338–367, 4 set. 2003.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3a edição ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira - 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997.

GONZALES, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GORSKI, Philip S. **The Disciplinary Revolution: Calvinism and the Rise of the State in Early Modern Europe**. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, v. 7, n. 1, p. 43–81, 1997.

GREGORI, Lucio *et al.* **Tarifa zero: a cidade sem catracas**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. suppl 1, p. 125–146, 2014.

HABERMAS, J. **Postmetaphysical thinking: Philosophical essays**. Cambridge: MIT Press, 1992.

HABERMAS, Jürgen. **The theory of communicative action - Volume 1: Reason and the rationalization of society**. Boston: Beacon Press, 1984.

HABERMAS, Jürgen. **The theory of communicative action, Vol. 2: Lifeworld and system - a critique of functionalist reason**. boston: Beacon Press, 1987.

HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 36, p. 39–53, 1995.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. *In*: HEIDRICH, Álvaro Luiz *et al.* (Orgs.). **A Emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço**. Canoas; Porto Alegre: ULBRA; UFRGS, 2008. p. 19–36.

HAMILTON, Andrew J. *et al.* Give peas a chance? Urban agriculture in developing countries. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 34, n. 1, p. 45–73, 4 jun. 2014.

HARVEY, David. **The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change**. Cambridge, Mass: Blackwell, 1990.

HERZFELD, Michael. Orientations: Anthropology as a Practice of Theory. *In*: HERZFELD, Michael (Org.). **Anthropology Theoretical Practice in Culture and Society**. London: Blackwell/Unesco, 2001. p. 1–20.

HOLSTON, James. **The modernist city: An anthropological critique of Brasilia**. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

HOLSTON, James. **Insurgent Citizenship: Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil**. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2008.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Dialectic of Enlightenment: Philosophical Fragments**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1987.

KOHN, Eduardo. **How Forests Think: Toward an Anthropology Beyond the Human**. Oakland, CA: University of California Press, 2013.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil**. 2a edição ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

LATOURE, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia científica**. São Paulo: Editora 34, 1994.

LAVALLE, Adrián Gurza. Crítica ao modelo da nova sociedade civil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 47, p. 121–135, ago. 1999.

LAVALLE, Adrian Gurza *et al.* Abertura - Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência. *In*: LAVALLE, Adrian Gurza *et al.* (Orgs.). **Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018. p. 20–86.

LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 67, p. 49–103, 2006.

LAVE, Jean; WENGER, Etienne. **Aprendizagem situada: Participação periférica legitimada**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2022.

LE VEN, Michel Marie. **As classes sociais e o poder político na formação espacial de Belo Horizonte - 1893-1914**. Dissertação (Mestrado em Ciência Sociais) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1977.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Oxford, England: Blackwell, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. São Paulo: Hucitec, 2006.

LELIS, Natália. Ocupações urbanas: a poética territorial da política. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 18, n. 3, p. 428, 22 dez. 2016.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O olhar distanciado**. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. 3a ed. ed. São Paulo: Papyrus, 1989.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LOURA, Rejane Magiag *et al.* O Uso do método de Geodesign como ferramenta para sensibilização de crianças sobre resiliência urbana às mudanças climáticas. *In: XXXIII Congresso XXXVIII Encontro Aquisur*, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

LOVEMAN, Mara. **The Modern State and the Primitive Accumulation of Symbolic Power**. **American Journal of Sociology**, v. 110, n. 6, p. 1651–1683, maio 2005.

MACHADO, Moisés. **Políticas de Segurança Alimentar: Belo Horizonte e Santos/SP: Uma visão sobre continuidade e mudança**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) — Escola de Governo, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2006.

MAFRA, Luiz Antonio Staub. **O município na gestão de políticas locais de segurança alimentar: regulação de mercado e assistência alimentar em Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) — Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MAGALHAES, Bruno Dias. **Mudança e continuidade de políticas públicas: o caso da segurança alimentar e nutricional de Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas — Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

MAGALHÃES, Bruno Dias *et al.* Agroecologia, Sociedade Civil, Políticas Públicas e Agroecologia Urbana: a construção do Sistema Participativo de Garantia da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Revista Controle Social e Desenvolvimento Territorial**, v. 10, n. 14, p. 75–96, 2024.

MAGALHÃES, Bruno Dias; COELHO, Fernando Souza. DE VOLTA AO MAPA DA FOME NO BRASIL: reaprendendo com as inovações locais a partir da política pública de segurança alimentar de Belo Horizonte. **Gestão & Regionalidade**, v. 39, p. e20238622, 15 jan. 2024.

MAGALHÃES, Bruno Dias; ORNELAS, Gabriel Mattos; BRASIL, Flávia de Paula Duque. Desconstruções e resistências democráticas: o caso da instituição legal do Sistema Nacional de Participação Social. *In: AVRITZER, Leonardo; CARVALHO, Priscila Delgado de (Orgs.). Crises na democracia: legitimidade, participação e inclusão*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2021. p. 57–88.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço: Cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Da periferia ao centro: pedaços & trajetos. **Revista de Antropologia**, v. 35, p. 191–203, 4 dez. 1992.

MANN, Michael. **The Sources of Social Power. Volume I: A History of Power from the Beginning to A.D. 1760**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

MANN, Michael. **The Sources of Social Power. Volume II: The Rise of Classes and Nation-States, 1760–1914**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

MANSBRIDGE, Jane *et al.* A systemic approach to deliberative democracy. *In*: PARKINSON, John; MANSBRIDGE, Jane (Orgs.). **Deliberative Systems**. New York: Cambridge University Press, 2012. p. 1–26.

MARCUSE, Peter. The Enclave, the Citadel, and the Ghetto. **Urban Affairs Review**, v. 33, n. 2, p. 228–264, 1 nov. 1997.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. *In*: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Orgs.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 121–192.

MEDEIROS, Leonilde S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Movimentos sociais como acontecimentos: linguagem e espaço público. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 72, p. 115–142, 2007a.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Reconhecimento em debate: os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado Habermasiano. **Revista de Sociologia e Política**, n. 29, p. 169–185, nov. 2007b.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. What if the Forms of Recognition Contradict Each Other? The Case of the Struggles of People Affected by Leprosy in Brazil. **Constellations**, v. 21, n. 1, p. 32–49, 15 mar. 2014.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Pode a deliberação ajudar a democracia quando a própria democracia está em crise? *In*: MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SARMENTO, Rayza (Orgs.). **Crises da democracia e esfera pública: Debates contemporâneos**. Belo Horizonte: Incipit, 2023. p. 13–36.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino *et al.* Deliberative ecologies: a relational critique of deliberative systems. **European Political Science Review**, v. 16, n. 3, p. 333–350, 2024.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; ERCAN, Selen A. Deliberation and protest: strange bedfellows? Revealing the deliberative potential of 2013 protests in Turkey and Brazil. **Policy Studies**, v. 36, n. 3, p. 267–282, 4 maio 2015.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; GELAPE, Lucas; CRUZ, Carlos. Collective Candidacies in Brazil: Challenges and Pitfalls of a Gambiarra. *In*: BUA, Adrian; BUSSU, Sonia (Orgs.). **Reclaiming Participatory Governance: Social Movements and the Reinvention of Democratic Innovations**. Abington: Routledge, 2023. p. 170–186.

MENESES, José Newton Coelho. Pátio cercado por árvores de espinho e outras frutas, sem ordem e sem simetria: O quintal em vilas e arraiais de Minas Gerais (séculos XVIII e XIX). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 23, n. 2, p. 69–92, dez. 2015.

MIGDAL, Joe. **State in Society: Studying How States and Societies Transform and Constitute One Another**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MIRANDA, Wander Melo. Milhares de brilhos vidrilhos - Mário, Drummond e Nava na Belo Horizonte dos anos 1920. *In*: DUTRA, Eliana de Freitas; BOSCHI, Caio C. (Orgs.). **Estudos sobre Belo Horizonte e Minas Gerais nos trinta anos do BDMG cultural**. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2018. p. 41–52.

MOK, Hoi Fei *et al.* Strawberry fields forever? Urban agriculture in developed countries: A review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 34, n. 1, p. 21–43, 30 maio 2014.

MONTEIRO, Denis; LONDRES, Flavia. Para que a vida nos dê flor e frutos: Notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. *In*: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa *et al.* (Orgs.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: Ipea, 2017. p. 53–83.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de M. Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. *In*: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloisa Soares de Moura; MONTE-MÓR, Roberto Luís de M. (Orgs.). **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 55–69.

MONTE-MÓR, Roberto Luis de Melo. Urbanização extensiva e novas lógicas de povoamento: um olhar ambiental. *In*: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 169–181.

MOORE JR, Barrington. **Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World**. Boston: Beacon Press, 1966.

MOUFFE, Chantal. **On the Political**. New York: Routledge, 2000.

MOUGEOT, Luc J. A. Urban agriculture : definition, presence, potentials and risks, and policy challenges. *In*: BAKKER, Nico *et al.* (Orgs.). **Growing cities, growing food, urban agriculture on the policy agenda**. Feldafing: German Foundation for International Development, 2000. p. 1–42.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala: Quilombos, insurreições, guerrilhas**. 6a ed. ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2020.

NASCIMENTO, Denise Morado. As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade. **Cadernos MetrÓpole**, v. 18, n. 35, p. 145–164, jun. 2016.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3a edição ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Edglênia Lopes do. **Políticas públicas e agricultura urbana : segurança alimentar e nutricional do povo preto e periférico de Belo Horizonte**. Monografia de conclusão de Curso (Especialização em Administração Pública Planejamento e Gestão Governamental) — Escola de Governo Prof. Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2022.

NASCIMENTO, Wanderson Flor; RUFINO, Luiz. In memoriam: “O fundamento é a roça” Antônio Bispo dos Santos (1959-2023). **Anãsi: Revista de Filosofia**, v. 4, n. 2, p. 323–328, 2023.

O’DONNELL, G.; SCHMITTER, PC; WHITEHEAD, L. **Transitions from authoritarian rule: Latin America**. Maryland: Johns Hopkins University Press, 1986.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte e o Departamento de Habitações e Bairros Populares (1956-1964). **Mundos do Trabalho**, v. 4, n. 7, 25 nov. 2012.

ORNELAS, Gabriel Mattos. **Agroecologia e política : ações coletivas e institucionalização da agroecologia no município de Belo Horizonte (1993-2020)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

ORNELAS, Gabriel Mattos. **Fios, redes e tramas de aprendizagens: Agroecologia urbana e convivência comunitária na Horta Alto das Antenas**. Tese (Doutorado em Educação — Conhecimento e Inclusão) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2025.

ORNELAS, Gabriel Mattos; ARAÚJO, Melissa Luciana de; MAGALHÃES, Bruno Dias. Comer é um ato político: ativismos alimentares e a construção do Banquetaço em Belo Horizonte. **Simbiótica. Revista Eletrônica**, 2025.

ORSINI, Francesco *et al.* Urban agriculture in the developing world: A review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 33, n. 4, p. 695–720, 9 out. 2013.

PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. *In*: PAIVA, Vanilda (Org.). **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Loyola, 1985. p. 43–51.

PAOLINELLI, Marina Sanders; CANETTI, Thiago. Dez anos de ocupações organizadas em Belo Horizonte: radicalizando a luta pela moradia e articulando ativismos contra o urbanismo neoliberal. **Cadernos Metrópole**, v. 21, n. 46, p. 831–854, dez. 2019.

PAULA, Pedro Henrique Vanzo de. **Atores e redes da agroecologia no acampamento Maria Rosa do Contestado: recampaniza o e o resgate de tradi es camponesas**. Disserta o (Mestrado em Sociologia) — Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **As Mãos que Alimentam a Na o: agricultura familiar, sindicalismo e política**. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) — Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PLOEG, Jan Douwe Van der. O modo de produ o camponês revisitado. *In*: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 15–56.

PLOEG, Jan Douwe van der. The peasantries of the twenty-first century: the commoditisation debate revisited. **The Journal of Peasant Studies**, v. 37, n. 1, p. 1–30, 22 jan. 2010.

POGGI, Gianfranco. **The Development of Modern State: A Sociological Introduction**. London: Hutchinson & Co (Publishers) Ltd, 1978.

PULIERO, Lara *et al.* Para além da certifica o de orgânicos: a confiança a partir da aproxima o agroecológica. **Cadernos de Agroecologia**, v. 19, n. 1, 2024.

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos. Revista de Comunica o, Cultura e Educa o**, n. 6, p. 59–75, 2005.

RAMALHO NETO, Jaime P. Farda & " cor": um estudo racial nas patentes da polícia militar da Bahia. **Afro-Ásia**, v. 45, p. 67–94, 2012.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdu o crítica   sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1957.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Administra o e estratégia de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Funda o Getúlio Vargas - Serviços de Publica es, 1966.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A Nova Ciência das Organiza es: Uma reconceitu o da riqueza das na es**. Rio de Janeiro: Editora da Funda o Getulio Vargas, 1981.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A redu o sociológica**. 3a edi o ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RAMOS, Flavia Soares. Do campo   academia, da academia ao campo: as mulheres na agroecologia. **Século XXI–Revista de Ciências Sociais**, v. 7, n. 1, p. 43–65, 2017.

RANCI RE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: Editora 34, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. **Hatred of Democracy**. London: Verso, 2006.

REIS, Elisa Pereira. **The Agrarian Roots of Authoritarian Modernization in Brazil, 1880-1930**. Dissertation (PhD in Political Science) — Department of Political Science, MIT, Cambridge, Massachusetts, 1979.

RIGGS, Fred W. The Prismatic Model: Conceptualizing Transitional Societies. *In*: OTENYO, Eric E.; LIND, Nancy S. (Orgs.). **Comparative Public Administration: The Essential Readings**. Elsevier JAI, 2006. p. 17–60.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. 4a edição ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 39–82.

SANTOS, Eneida Pereira dos. **Gil Amâncio & Encontros: processos educativos, cultura negra, intervenções de mestres e convivência**. Tese (Doutorado em Educação – Conhecimento e Inclusão Social) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Campus LTDA, 1979.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHMITT, Carl. **The Concept of the Political**. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

SCHMITT, Cláudia J. **Tecendo as redes de uma nova agricultura: um estudo socioambiental da região serrana do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

SCHMITT, Claudia Job. A transformação das “Ideias Agroecológicas” em instrumentos de políticas públicas: dinâmicas de contestação e institucionalização de novas ideias nas políticas para a agricultura familiar. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 16, 14 mar. 2017.

SCHMITTER, Philippe. Neo-corporatism and the State. *In*: GRANT, Wyn (Org.). **The political economy of corporatism**. London: McMillan Publishers Ltda, 1985. p. 32–62.

SCHWARTZMAN, Simon. **São Paulo e o Estado Nacional**. São Paulo: Difel, 1975.

SCOTT, James C. **Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed**. New Haven and London: Yale University Press, 1998.

SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil (ORGS.). **The Anthropology of the State: A Reader**. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2006.

SIGAUD, Lygia. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. **Novos estudos CEBRAP**, v. 58, p. 73–92, 2000.

SILVA, Andre Drumond Mello. **Sem rei e sem escravos: o republicanismo e as linguagens políticas do abolicionismo no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Faculdade de Filosofia em Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SKOCPOL, Theda. Bringing the State Back In: Strategies of Analysis in Current Research. *In*: EVANS, Peter; RUESCHMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (Orgs.). **Bringing the State Back In**. New York: Cambridge University Press, 1985.

SKOCPOL, Theda. **Protecting Soldiers and Mothers: The Political Origins of Social Policy in the United States**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992.

SMIT, Jac; RATTA, Annu; NASR, Joe. **Urban Agriculture: Food, Jobs and Sustainable Cities**. 1. ed. New York: UNDP, 1996.

SMITH, Graham. **Democratic innovations: Designing institutions for citizen participation**. New York: Cambridge University Press, 2009.

SOMARRIBA, Maria das Mercês G.; VALADARES, Maria Gezica; AFONSO, Mariza Rezende. **Lutas Urbanas em Belo Horizonte**. Petrópolis: Vozes, 1994.

SOUSA, Cláudia Azevedo de. **Do Cheio para o Vazio: Metodologia e estratégia na avaliação de espaços obsoletos**. Dissertação (Mestrado em Arquitectura) — Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: Os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. **Revista Cidades**, v. 7, n. 11, 25 mar. 2010.

STARLING, Heloísa. **Ser republicano no Brasil colônia: A história de uma tradição esquecida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

STEINITZ, Carl. **A Framework for Geodesign: Changing Geography by Design**. Redlands, CA: Esri Press, 2012.

STENGERS, Isabelle. The Cosmopolitical Proposal. *In*: LATOUR, Bruno; WEIBEL, Peter (Orgs.). **Making Things Public: Atmospheres of Democracy**. Cambridge, MA: MIT Press, 2005. p. 994–1003.

STENGERS, Isabelle. **Cosmopolitics**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010. v. I

STRATHERN, Marilyn. **Partial Connections**. Lanham, MD: Altamira Press, 2004.

SZWAKO, JoséGurza Lavalle, Adrian. “Seeing Like a Social Movement”: Institucionalização simbólica e capacidades estatais cognitivas. **Novos Estudos - CEBRAP**, v. 38, n. 2, p. 411–434, ago. 2019.

TATAGIBA, Luciana. A institucionalização da participação: os conselhos municipais de políticas públicas na cidade de São Paulo. *In*: AVRITZER, Leonardo (Org.). **A Participação em São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 2004. p. 323–370.

TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos. **Movimentos sociais, ações coletivas e reprodução social: a experiência da Contag (1963-2015)**. Tese (Doutorado em Sociologia) — Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais: afinal do que se trata? **Revista USP**, v. 37, p. 34–45, 1998.

THEODORO, Mário Lisboa. As características do mercado de trabalho e as origens do trabalho informal no Brasil. *In*: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão social no Brasil: herança histórica e situação atual**. Brasília: IPEA, 2009. p. 91–216.

TSING, Anna. **O cogumelo no fim do mundo: sobre possibilidades de vida nas ruínas do capitalismo**. São Paulo: N-1 edições, 2022.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Friction: An Ethnography of Global Connection**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

VEIGA, Cynthia Greive. **Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

VICENTE, Amanda; PERUHYPE, Elvira; DUARTE, David. Construção social de mercados: uma leitura sobre a Associação Horizontes Agroecológicos e o sistema participativo de garantia de Belo Horizonte, região metropolitana e seu entorno. **Cadernos de Agroecologia**, v. 19, n. 1, 2004.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, v. 2, n. 2, p. 115–144, 1996.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas Canibais: Elementos para uma Antropologia Pós-Estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A antropologia perspectiva e o método de equivocação controlada. **ACENO - Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 5, n. 10, 2019.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. *In*: **A inconstância da alma selvagem: e outros ensaios de antropologia**. 2 ed. ed. São Paulo: Ubi Editora, 2020. p. 345–399.

WACQUANT, Loïc. **Urban Outcasts: A Comparative Sociology of Advanced Marginality**. Cambridge, UK: Polity Press, 2008.

WALDO, Dwight. Comparative Public Administration: Prologue, performance, problems, and promise. *In*: OTENYO, Eric E.; LIND, Nancy S. (Orgs.). **Comparative Public Administration: The Essential Readings**. Elsevier JAI, 2006. p. 129–170.

WAMPLER, Brian. **Participatory budgeting in Brazil: Contestation, cooperation, and accountability**. University Park: Pennsylvania State University Press, 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, p. 25–44, 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. *In*: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 66–83.

WANG, M. Y.; SU, C. Cancer Preventive Effect of *Morinda citrifolia* (Noni). **Annals of the New York Academy of Sciences**, v. 952, n. 1, p. 161–168, 25 dez. 2001.

WEFFORT, Francisco. Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968. **Estudos Cebrap**, v. Caderno 5, 1972.

WEZEL, A. *et al.* Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 29, n. 4, p. 503–515, dez. 2009.

WISNIK, José Miguel. Cultura pela culatra. **Teresa: Revista de Literatura Brasileira**, v. 1, p. 92–10, 2000.